

**Universidade de Brasília
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História**

Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração.

Lidia de Oliveira Xavier

Brasília/2006

Lidia de Oliveira Xavier

Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade de Brasília

Orientadora: Professora Doutora Geralda Dias Aparecida

2006

Aos meus pais:

Jair e Elzi

Aos meus irmãos:

Priscila

Isaias

Enéas

Talita

Aos meus sobrinhos:

Mirelly

Lucas

Jair Neto

Estevão

A minha avó:

Nice

A minha avó:

Marieta (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o apoio espiritual e emocional de algumas pessoas e sem a torcida e ajuda de muitas outras. Toda minha gratidão à minha família, pais, irmãos, sobrinhos e avó, maravilhosos, sempre presentes e dispostos a oferecer todo o auxílio necessário: os ombros, os ouvidos, os corações.

Aos meus pais Jair e Elzi e minha irmãzinha Talita que com toda dedicação, em todo esse processo, me sustentaram em oração e ouviram as minhas reclamações pacientemente; me puseram no colo nos momentos de maior desânimo e não me deixaram desistir. Aos meus irmãos Priscila e Isaias pelas conversas ao telefone, pelos papos divertidos, muitas risadas e tantos: “- e aí terminou?! defendeu?!”. Ao meu irmão Enéas pela torcida silenciosa, mas real. Meus sobrinhos lindos Mirelly, Lucas, Jair Neto e Estevão, que alegram minha alma e me enchem de satisfação e orgulho. Ao meu tio Clivaldo e minha avó Nice, sempre torcendo pela vitória dos netos.

Aos meus mais que amigos Gerson Galo e Mirian de Souza, por toda força, companheirismo e tantas conversas de apoio e compreensão. E mais outros amigos: Diene Nobre, pela amizade, ajuda e tantas e tantas cópias tiradas; Paulo Custódio pelas nossas excelentes conversas, nas idas e vindas de Valparaíso de Goiás, marcadas por pontos de vista comuns e muita sintonia; Alda Lino, Karla Romariz, Maria Clara, minhas amigas de trabalho, que me alegram e me fazem rir, mesmo nos dias mais estressantes. A Viviane pela elaboração urgente do *abstract*. Ao James de Oliveira, Américo Lyra, Susane Rodrigues, Vitor Hugo, antigos e atuais amigos da Pós- Graduação em História. Valeu galera !!!

Sou muito grata a minha orientadora professora Geralda Dias Aparecida pela orientação, empenho, paciência, compromisso e amizade.

Meus agradecimentos aos membros da banca de exame de qualificação por terem acreditado na minha tese, pelas pistas e sugestões: professores Jaime de Almeida e Dinair de Andrade. Também os agradeço pela forma sempre amável e respeitosa com que participaram da minha jornada acadêmica, desde o mestrado.

Agradeço aos professores Estevão Rezende, Tânia Navarro, Diva do Couto e Maria Eurydice pelos excelentes e agradáveis momentos vividos nos tempos da edição das revistas da Pós- Graduação em História, *Textos de História* e *Em tempo de Histórias*. A professora Márcia, atual Coordenadora da Pós- Graduação, por todo apoio e compreensão.

Minha eterna gratidão a Arlete Aragão, que foi secretária da Pós-Graduação em História por muitos anos; uma pessoa excepcional, com um coração grandioso; sempre disposta a ajudar e auxiliar seus amigos e alunos. Ela se tornou uma pessoa muito importante e fez a minha estada no programa, ser muito suave e acolhedora. Agradeço aos atuais funcionários da secretaria, ao Pedro e ao Washington, sempre amáveis, cordiais e solícitos, pessoas formidáveis; também à Sandra, que sempre fez o possível pra resolver o que de necessário se fez.

Ao meu Deus, razão da minha existência e de minhas vitórias. A Ele, toda honra e toda glória!

RESUMO

O estudo *Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração* procurou analisar as motivações que levaram a definição dos limites internacionais do Brasil com a Bolívia, acordados pelos Tratados de Ayacucho de 1867 e o Tratado de Petrópolis de 1903; articulando-a com o processo de nacionalização do espaço fronteiriço, em dois momentos: o primeiro nos anos 1860 e o segundo, na virada do século XIX para o século XX. Esta pesquisa transita entre a tradição e as novas representações formuladas por representantes da elite brasileira, sobre a fronteira como parte da nação, e as intervenções políticas tanto no campo internacional como na busca da sua inserção à economia brasileira e mundial no final do século XIX.

Da mesma forma, apresenta os interesses geopolíticos relacionados a este espaço geográfico, bem como salienta os diferentes níveis de percepção ligados a esta localidade: numa perspectiva de transição, que caracteriza os primeiros anos do processo de independência, quando começa a se desgarrar da visão colonial de fronteira internacional, disputada por dois Impérios, passando pela idéia de elemento essencial para a unidade territorial do país, até constituir-se como partícipe dos projetos de integração do Estado brasileiro.

Esta pesquisa observa os diferentes tipos de noções e papéis que a Fronteira Oeste assume, do papel de guarda-costa das possessões territoriais, aos poucos será reconhecida como um lugar de grandes possibilidades no campo econômico, inclusive na atração de capital estrangeiro, portanto, uma área capaz de entrar na era do progresso. Na última década do século XIX, a fronteira começou a ser valorizada com projetos visando sua incorporação econômica, com grande participação da iniciativa privada, além de políticas públicas delineadas tanto pelo governo federal como pelos governos locais.

ABSTRACT

The study entitled *Brazilian West Border: between contrasts and integration* tried to analyze the motivations that took the definition of the international limits of Brazil and Bolivia according the Treated to Ayacucho of 1867 and the Treated of Petrópolis of 1903; comparing it with the process of “nationalizations” from the bordier space, in two moments: the first in the 1860 an the second, in the change from the 19th century to the 20th. This research goes among the traditions ant the new representations done by representatives of the Brazilian group dominant about the border, as part of the nation, and the politics of interventions in the international field as in the its search for insertion in the Brazilian and worldwide economy by the end of the 19th Century.

At the same time, it shows the geopolitics interests related to this geographic space it also points the different levels of perception connected to the place: since a perception of transition, that shows the first years of the process of independence, when it started to get separated from the colonial view of the international border by two Empires by the idea of essential element for the union of the country fill it participating in the integration projects of the Brazilian state.

This research observe the different kinds of nations and roles that the West Border takes, the role of the guards of the territorial possessions, started being recognized as a place of big possibilities for the economic field, also attracting foreign investment, so a capable place for progress. In last decade of the 19th century, the border started to raise the value with projects hoping to get its economical incorporation besides private investments; public politics draw by the Government also took place.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _____	1
CAPÍTULO I A PROVÍNCIA DO MATO GROSSO COMO FRONTEIRA INTERNACIONAL	10
1. Especificidade de Mato Grosso: uma visão territorial _____	11
2. O sertão: a outra visão da fronteira _____	27
3. A integração da região de fronteira _____	33
CAPÍTULO II BRASIL E BOLÍVIA NO ESPAÇO SUL-AMERICANO _____	54
1. Consolidação das instituições políticas brasileiras _____	56
2. A difícil construção do Estado boliviano _____	63
3. As relações políticas entre os novos países sul-americanos _____	74
CAPÍTULO III LIMITES E LIVRE NAVEGAÇÃO: CONFLUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ____	94
1. Demarcação de limites até Ayacucho _____	95
2. Brasil e Bolívia: a definição limites e a livre navegação dos rios _____	102
3. Por uma nova integração _____	112

CAPÍTULO IV	
OCUPAÇÃO ECONÔMICA	
E AMPLIAÇÃO DA FRONTEIRA COM A BOLÍVIA _____	129
1. O oeste e a nova fronteira viva no noroeste _____	130
2. A inserção internacional da economia boliviana e sua fronteira leste _____	146
3. O sertão no projeto da “Regeneração” _____	154
CAPÍTULO V	
DA UNIDADE TERRITORIAL À INTEGRAÇÃO NACIONAL _____	163
1. Euclides da Cunha e a defesa do Tratado com a Bolívia _____	164
2. A integração e sua dimensão política _____	170
3. Projetos para o interior do Brasil _____	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	202
FONTES E BIBLIOGRAFIA _____	207
ANEXOS _____	235

INTRODUÇÃO

O estudo “Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração” analisa a definição dos limites internacionais do Brasil com a Bolívia, articulada com o processo de nacionalização do espaço fronteiriço, em dois contextos temporais: o primeiro, nos anos 1860 e o segundo, na virada do século XIX para o século XX. Foram dois momentos em que os dirigentes dos dois países negociaram seus limites internacionais e que os espaços fronteiriços ganharam visibilidade e novos sentidos, no âmbito da política regional sul-americana.

A fronteira oeste brasileira aqui definida coincidia, no século XIX, com a extensa província de Mato Grosso – desmembrada, no século XX, nos atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte do atual estado de Rondônia - e ampliada com a incorporação do Acre ao território brasileiro, a partir de 1903. Por um lado, o trabalho tem como motivação inicial as decisões no campo das relações políticas entre o Brasil e a Bolívia. Mas, também, procura mostrar como as elites políticas brasileiras transitaram entre a tradição e novas representações sobre o espaço fronteiriço e definiram o papel dessa região na consolidação do Estado Nacional.

Por outro lado, considerando que os lineamentos da política interna de um país incide na formulação de sua política externa, procurou-se descrever a direção do processo político, tanto no Brasil como na Bolívia, para entender as concepções de território e sua importância na definição de suas políticas externas. Ao mesmo tempo, tentou-se explicitar as motivações que levaram à assinatura dos Tratados de 1867 e de 1903, considerando o espaço da política regional e o papel que os dois países conseguiram desenvolver.

O estudo recupera a visão colonial de fronteira internacional, dos primeiros anos do processo de independência e transita pela constituição da idéia de fronteira oeste como elemento essencial na concepção de unidade territorial do Estado imperial, até constituir-se como partícipe dos projetos de integração do Estado republicano.

Esta fronteira tem seu primeiro reconhecimento internacional no século XVIII, com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, e o de Santo Ildefonso em 1777, no momento em que a relação e as noções entre limite e fronteira territorial estavam sendo desenvolvidos na Europa. Até as primeiras décadas do século XVIII, os limites das possessões, fossem reinos ou soberanias, eram, com freqüência, imprecisos. Foi no decorrer desse século que se difundiu na Europa a noção de muro-fronteira, assentada na concepção de limite linear.¹

No século seguinte, no processo de formação do Estado-Nação, a fronteira passaria a ser tida como “... um sinal quando o Estado moderno atingiu um controle territorial ‘absoluto’ e tornou unívoca a mensagem fronteira = limite sagrado.”² Esta fronteira vai assumindo a função clara de separar territórios, de circunscrever espaços, de limitar e isolá-los, evidenciando empiricamente a existência de um espaço distinto dos outros que o rodeiam, dotado de características singulares.

Essa concepção de fronteira foi alcançada a partir de algumas condições específicas, como o desenvolvimento de uma cartografia assentada nitidamente na concepção linear, com a intenção de racionalizar as marcas limítrofes e estruturar as fronteiras. Essa orientação representou um aspecto crucial da política territorial das monarquias européias renascentistas. Portanto, foi durante o longo período compreendido entre os séculos XIV-XIX, como afirma Sahlins, que o espaço ganhou materialidade, pela fixação das fronteiras

¹ Cf. MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. Esta versão em é html do arquivo: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/liafront.pdf>. Acesso: 25/06/06.

² RAFFESTIM, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993, p. 166.

lineares e pela elaboração de um imaginário associado ao território, que só se materializou, de fato, a partir do século XIX.³

Dessa forma, pode-se relacionar a demarcação de limites nas colônias sul-americanas, mesmo que não finalizada e a despeito da anulação posterior dos tratados, ao avanço da teoria do Estado moderno na Europa. Contudo, trata-se de uma interpretação a *posteriori* dos acontecimentos. Naquele momento, meados do século XVIII, o interesse das Coroas ibéricas pela definição da posse e o traçado de limites e, mais especificamente, o da Coroa portuguesa em investir na ocupação das fronteiras, tinha motivos concretos e imediatos.

Já no período imperial brasileiro, a primeira demarcação de limites do Brasil com a Bolívia em 1867, foi obra de um grupo que tratou de organizar a vida política do país e garantir a adesão das diferentes regiões do antigo império português. Já havia em relação à fronteira oeste, uma visão colonial de *sertão*, bem como a atribuição a esse espaço de um papel de defesa do espaço territorial que conformou o novo Estado imperial.

Essa fronteira passaria a ter importância na elaboração deste Estado, cujo limite contíguo com a Bolívia, representava a maior extensão fronteiriça brasileira, e que deveria ser oficial e juridicamente definida com um país que também estava iniciando a sua organização política estatal. Ambos países tinham os mesmos problemas para demarcar o seu espaço fronteiriço e definir o território onde iriam atuar soberanamente.

A forma de constituição dos dois Estados – Brasil e Bolívia – influenciou no estabelecimento das relações bilaterais e no encaminhamento de suas respectivas políticas de limites. No caso brasileiro, a consolidação do Estado foi um processo que permitiu fortalecer as instituições estatais, que foram instrumentos importantes para definir uma política externa com diretrizes bem articuladas, o que permitiu uma maior capacidade de decisão frente aos seus vizinhos. No caso da Bolívia, a difícil construção do Estado

³ Cf. SAHLINS, Peter. The making of France and Spain in the Pyrenees. California, University California Press, 1991, p.06.

nacional fez com que sua política externa, muitas vezes fosse reativa, não conseguindo formular proposições que atendesse a interesses gerais, mas encaminhamentos ligados a um sistema político personalista, persistente durante o século XIX.

Os dois problemas estruturais básicos entre o Brasil e a Bolívia foram os limites e a navegação dos rios. A resolução desses problemas contou com a capacidade de atuação dos condutores da política externa de ambos países e com o papel que cada um exerceu no contexto regional. Outro elemento a ser considerado foi a ocupação das regiões fronteiriças. No caso do Brasil, a fronteira oeste contava com uma organização política regional estruturada, embora com baixa densidade demográfica. No lado boliviano, a situação era mais complicada, uma vez que a Bolívia havia se desenvolvido na direção do Pacífico, em detrimento de uma ocupação mais efetiva de sua fronteira leste.

Estas questões estão presentes no primeiro momento de análise deste estudo, a década de 1860. A história política desta fronteira, neste período, insere-se dentro do quadro da consolidação das instituições políticas brasileiras e de um novo momento da inserção do Brasil no contexto internacional. Período, em foi assinado entre o Brasil e a Bolívia, o primeiro Tratado de Limites, entre os dois países, em 1867.

No segundo momento, virada do século XIX, os dois lados da fronteira conheceram uma outra configuração econômica que determinou uma nova inserção no mercado internacional, e a ocupação de um outro espaço fronteiriço no noroeste do Brasil. Isto determinou um conflito político, e a busca de um novo arranjo na tradicional linha de limites entre os dois países. Foi o momento da transição da idéia de fronteira como lugar de atraso, para a consolidação da noção de espaço econômico promissor.

A fronteira oeste no papel de defesa das possessões territoriais aos poucos seria reconhecida como um lugar de grandes possibilidades no campo econômico, inclusive na atração de capital estrangeiro, portanto, uma área capaz de entrar na era do progresso. Na última década do século XIX, a fronteira começou a ser valorizada com projetos visando sua incorporação econômica, com grande participação da iniciativa privada, além de

políticas públicas delineadas tanto pelo governo federal como pelos governos locais. Nesse contexto, a fronteira oeste brasileira será acrescida com a aquisição do território do Acre, decorrente da assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903.

Assim, o objetivo do trabalho é estudar a história política da fronteira, não se trata de uma história estritamente diplomática, tampouco de uma história regional de Mato Grosso. Antes, trata-se de analisar o papel político que essa fronteira desempenhou na construção do Estado brasileiro, sua importância tanto interna, como na política externa, tendo como ponto de partida as relações internacionais entre o Brasil e a Bolívia.

A tese procura mostrar que a fronteira oeste, ao mesmo tempo em que era representada como uma região periférica, contrastante com as regiões mais desenvolvidas do país, foi fundamental na concepção da política externa brasileira, principalmente pelo seu papel de articulação das bacias platina e amazônica, em uma época de transformações das relações econômicas mundiais, na qual as riquezas dos espaços, ainda pouco explorados, passaram a protagonizar um outro papel.

O caminho metodológico seguido foi recuperar as três orientações que as elites brasileiras desenvolveram na avaliação que fizeram dessa fronteira, ou seja: as noções de território, a situação geopolítica do Brasil no quadro dos países hispano-americanos e o grau de civilização em que este espaço se encontrava.

No tocante às discussões referentes ao território, esta tese parte das afirmações mais recentes, de que a unidade territorial brasileira foi construída como um empreendimento do Estado imperial, e não como um legado colonial, como a historiografia brasileira considerou durante muito tempo.⁴ Na condução desse processo, atuaram políticos que se encontravam no centro das decisões, intelectuais, também inseridos nos núcleos de poder, militares, engenheiros, diplomatas, geógrafos, historiadores que elaboraram uma política para o território nacional, bem como um conhecimento sobre a fronteira oeste, dentro da

⁴ SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica – sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997, p. 20.

extensão geográfica do país. Num momento em que à construção da unidade territorial, se tornou uma verdadeira obsessão, e um grande empreendimento do Estado imperial, que teve que assegurá-la interna e externamente.

A outra noção refere-se a situação geopolítica da fronteira oeste brasileira. Esta está ligada, também, à questão da unidade espacial. Diferente dos novos Estados vizinhos, no pós-independência, o Brasil conseguiu manter sua porção territorial, a partir de um Estado centralista e monárquico, e essas condições favoreceram e propiciaram a elaboração de um Estado Nação, bem como o estabelecimento uma política de fronteira decisiva, capaz de alcançar a definição de seus múltiplos limites.

A noção relacionada ao grau de civilização refere-se a idéia de *sertão* e *litoral* que consta como categoria organizadora do discurso que se diz sobre esta fronteira, desde que se proclama o interior, tanto mato-grossense como o amazônico, como vazio e deserto, como direção para onde corre ou deveria correr o fluxo de renovação econômica, social, cultural, técnica levada pelos diversos representantes do Estado brasileiro. No Brasil, as idéias que emanaram da ocupação territorial tenderam a sublinhar os obstáculos que se interpunham na marcha da civilização.⁵

Esta fronteira seria representada de diferentes formas no interior das duas nações - Brasil e Bolívia - como espaço de atraso, “vazio” de gente e de civilização, como áreas sertanejas. A existência de grandes extensões de “espaços vazios” se desenhou no imaginário brasileiro com um sinal negativo, como um “peso” que as regiões do litoral precisavam carregar e resolver, integrando o território cuja potencialidade econômica dava acenos para o progresso e a civilização.

Estas noções incidiram nos projetos e políticas estatais, do Brasil, para esta área; o mesmo ocorrendo do lado boliviano. Assim sendo, os dois países irão se encontrar para definir o espaço colindante, desenvolvendo uma política externa para esse fim.

⁵HAUSSER, Christian K. “A Guerra de Canudos na memória nacional: os manuais de história.” In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold e LIMA, Eli Napoleão de (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001, p. 160.

Para a elaboração do trabalho foram recolhidas informações sobre os limites fronteiriços e a política externa entre o Brasil e a Bolívia, presentes nas historiografias brasileira e boliviana. Também foram utilizadas uma documentação disponível no Arquivo Público de Mato Grosso e as obras de dois intelectuais brasileiros, que participaram da elaboração das idéias sobre esta fronteira e atuaram como profissionais do governo brasileiro na região em questão: Alfredo d'Escagnolle Taunay e Euclides da Cunha.

A tese está organizada em cinco capítulos. O primeiro, *A província do Mato Grosso como fronteira internacional*, descreve este espaço territorial como unidade política do Império português e, o posterior processo de incorporação ao Império brasileiro. Aborda o papel histórico internacional desempenhado por esta área, como limite colindante entre expressões geográficas distintas.

Finalizo com as representações acerca dessa região presentes nas obras de Alfredo Taunay. Este reforça algumas abordagens para essa fronteira, como a de *sertão*, mas introduz novos elementos que conformariam, posteriormente as visões sobre este espaço. Apesar de tecer suas considerações, sobretudo, do sul de Mato Grosso, suas idéias chegam ao público de forma generalizada.

O segundo capítulo, *Brasil e Bolívia no espaço sul-americano*, analisa as diferentes formas em que se organizaram os Estados brasileiro e boliviano, as relações políticas estabelecidos por estes e a capacidade de decisão em política externa que cada um detinha. Depois, são apresentadas as relações políticas entre os novos países sul-americanos, salientando as possibilidades de enfrentamento destes, no campo das relações internacionais, no que diz respeito aos problemas extracontinentais, principalmente com as potências que haviam criado aqui interesses econômicos durante o regime colonial, como divergências regionais, algumas também pré-estabelecidas e outras que surgiram com pretensões políticas diferentes, quanto a organização dos espaços nacionais.

O terceiro capítulo, *Limites e livre navegação: confluências e divergências*, apresenta os limites e a navegação fluvial como os principais pontos da pauta das relações

externas entre o Brasil e a Bolívia, salientando os diferentes posicionamentos e propostas para a resolução dessas duas questões.

Quanto aos limites, são analisados o contexto e as motivações que levaram a assinatura, entre os dois países, do Tratado de Ayacucho, em 1867, no período da Guerra da Tríplice Aliança. No que diz respeito à navegação, o capítulo apresenta todo o processo político decorrente da política externa elaborada pelo Império brasileiro para a navegação amazônica, bem como o posicionamento e as deliberações do Estado boliviano para essa matéria.

Ocupação econômica e ampliação da fronteira com a Bolívia, constitui o quarto capítulo, nele é apresentado o contexto histórico dessa região, na virada do século XIX para o XX. Neste momento, a fronteira oeste apresenta uma nova configuração, tanto do ponto de vista econômico, com a ampliação dos centros produtores que se ligaram ao comércio internacional como, na delimitação do limite político com a Bolívia.

São abordados os movimentos de ocupação populacional e de exploração econômica com o advento da borracha e descreve o conflito que surgiu em torno dos limites no norte, que determinaria a ampliação do território brasileiro, com a aquisição do Acre, adquirido com a assinatura do Tratado do Acre de 1903.

O quinto capítulo, *A política do progresso: da unidade territorial à integração nacional*, procura mostrar a consolidação da idéia de integração das áreas fronteiriças ao espaço nacional brasileiro. Tomou-se como suporte as obras de Euclides da Cunha, que permite mostrar a preocupação da elite brasileira na virada do século XIX para o século XX, sobre as possibilidades e a urgência de integração das fronteiras, como elemento de inserção do país no mundo moderno. As fronteiras deveriam ser objeto de uma política de progresso a partir de uma marcante e eficaz intervenção do Estado, a fim de explorar todo seu potencial econômico.

Euclides da Cunha foi incluído como representante do segundo momento de análise da história política da fronteira. Este observa os *contrastos* da região com o centro, mas defende, com vigor, as grandes possibilidades de *integrar* essa área ao restante do país. E mais, integrar essa região aos Estados vizinhos, a fim de que o Brasil assumisse um papel de liderança sul-americana, a partir da integração amazônica.

CAPÍTULO I

A PROVÍNCIA DO MATO GROSSO COMO FRONTEIRA INTERNACIONAL

Nos anos 1820, praticamente todas as colônias ibéricas na América se encontravam politicamente independentes dos impérios luso e espanhol. Das declarações políticas à consumação das autonomias na América do Sul foi um processo que em muitos países apenas se consolidou entre os anos 1850 e 1880 quando, a maioria deles, adquiriu maior estabilidade em suas instituições internas e encontrou novas formas de inserção econômica no campo internacional e procurou assegurar seus territórios, como elemento essencial na formação dos Estados Nacionais.

A preocupação por manter a independência política e organizar internamente as instituições foi a grande tarefa das elites políticas, nos anos anteriores a 1860, quando procuraram dar sentido aos seus espaços nacionais, com a criação ou o fortalecimento de estruturas estatais existentes. Nesse processo foram marcadas suas identidades e diferenças, arquitetadas nos antigos domínios coloniais.

Embora a organização interna fosse a grande prioridade de todos aqueles que lutavam pelo controle do poder em cada país, a política externa, no âmbito americano, foi um dos fatores importantes para dar um novo sentido à constituição dos novos Estados. Dessa forma as fronteiras políticas foram alvo da ação de todos os governos.

No Brasil, imediatamente depois da declaração da independência, o governo imperial manteve uma política ativa na região do rio da Prata, logo depois teve uma atuação de baixa intensidade ao ter que concentrar suas forças contra os movimentos autonomistas internos, a fim de garantir a permanência da monarquia. A partir do final dos anos 1840, há uma retomada, por parte do governo central, da atividade internacional em suas fronteiras, com objetivo de resguardar seus limites políticos. Nesta ação a fronteira oeste foi alvo das iniciativas do governo imperial, considerando sua posição estratégica que articulava as bacias platina e amazônica.

A fronteira oeste internacional compartilhada com a Bolívia coincidia, em sua maior extensão, com a província de Mato Grosso. Nesta província, desde o momento da declaração da independência, o governo imperial procurou garantir a ordem interna, a adesão e a articulação com as elites locais a fim de resguardar o território como parte do Estado, além disso, sempre esteve presente um esforço dos grupos dirigentes e intelectuais, no sentido de integrá-la como parte da nação, com sua inclusão ao projeto modernizador, a fim de torná-la membro afinado com a identidade nacional.

1. Especificidade de Mato Grosso: uma visão territorial

A fronteira oeste brasileira, como espaço constitutivo do Estado Imperial e fronteira internacional colindante com a Bolívia foi objeto de representações e ações diplomáticas das elites imperial e republicana, no século XIX e início do XX, estreitamente ligadas às noções de território, grau de “civilização”, e da situação geopolítica do Brasil no quadro dos países hispano-americanos.

A primeira demarcação de limites com a Bolívia nos meados do século XIX foi obra de uma geração de políticos que tinha como grande projeto a consolidação das instituições jurídicas do país, projeto que visava constituir as bases da identidade da nação, frente as

demais entidades nacionais, principalmente no contexto latino-americano. Exerceram papel fundamental na condução desse processo, tanto políticos que se encontravam no centro das decisões, como formadores de opinião, também articulados com o poder, entre outros, intelectuais, militares, engenheiros, geógrafos, historiadores e diplomatas que elaboraram o conhecimento sobre a fronteira e os países vizinhos.

Como elemento primordial na consolidação do Estado a unidade do território tornou-se a grande meta desta geração.⁶ Nesse sentido, a fronteira oeste ganhou expressão, entre outros elementos, pela sua grande dimensão e por articular a comunicação entre as bacias platina e amazônica. Nos meados do século XIX os limites que delimitaram o Brasil e a Bolívia foram acordados com a assinatura do Tratado de Ayacucho de 1867 e, posteriormente, ela foi ampliada e renegociada por meio do Tratado de Petrópolis de 1903. Sua extensão atingiu 3.423,2 km, destes 751 km por linha seca e 2.672 km por rios, lagos e canais, possuindo 438 marcos demarcatórios.

Devido sua grande extensão, esta fronteira, atualmente, é dividida metodologicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em três partes: *norte* – desde a foz do rio Yaverija, ponto tripartite Brasil-Bolívia-Peru, até o rio Madeira (Estados do Acre e Rondônia no Brasil e Departamento de Pando na Bolívia); *central* – região dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé (Estados de Rondônia e Mato Grosso no Brasil e Departamento do Beni e Santa Cruz na Bolívia) e *sul* - desde a foz do rio Verde (no rio Guaporé), até a Baía Negra (no rio Paraguai), ponto tripartite Brasil-Bolívia-Paraguai (Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no Brasil e Departamento de Santa Cruz na Bolívia).⁷

Demétrio Magnoli vai além da divisão geográfica tradicional e apresenta essa mesma divisão a partir dos distintos momentos históricos em que ocorreram as definições

⁶ Não ignoro a existência de outros elementos, alvos da preocupação das elites intelectual e política do Brasil, nas discussões acerca da consolidação do Estado; como raça, meio entre outros. No entanto, esta pesquisa privilegia o papel do território dentro desse processo, por considerá-lo peça fundamental e extremamente recorrente nos debates e projetos da época em questão.

⁷Cf. ENGEL, Juvenal Milton. *As Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites*. Site: www.scdl.gov.br. Fonte: IBGE. Acesso: 20/02/2002. Ver os mapas nº 1, 2, 3, e 4, na seção em anexo.

limítrofes das três porções territoriais da fronteira. O autor denomina as diversas faixas fronteiriças internacionais do Brasil de *diades*.⁸

Assim, a parte central constitui a *diade* do Guaporé, que foi limitada por Portugal e Espanha nos Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777). Este segmento não experimentou flutuações, embora se tenha tornado uma fronteira internacional reconhecida apenas pelo Tratado de 1867. A parte sul, denominada de *diade* do Pantanal foi estabelecida e limitada no período Imperial, pelo mesmo Tratado de 1867 e a parte norte, a *diade* do Acre, negociada entre o Brasil e a Bolívia no período republicano, em 1903.⁹

No momento em que o Brasil iniciou seu processo de independência a fronteira oeste brasileira era constituída pela capitania de Mato Grosso, unidade político-administrativa do Império português, que passou a constituir uma das províncias do Império brasileiro. Hoje, esta região compreende os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o sul de Rondônia.¹⁰

Seus limites internos eram imprecisos, à época colonial, mas eram reconhecidos fazendo divisa com as capitanias de Goiás a leste, São Paulo e Paraná ao sul e ao norte com as do Pará e Rio Negro. Quanto aos limites externos, apenas se definia que confinavam com as terras espanholas representadas pelos governos de Chiquitos, Moxos e Assunción.

O território da capitania de Mato Grosso, criada em 1748 foi desmembrado de São Paulo e abrangia os distritos de Cuiabá e de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima

⁸ O termo *dyade*, cunhado por M. Foucher em *Front set frontières: un tour du monde géopolitique*, de 1991, foi utilizado pelo autor para designar "... uma fronteira comum a dois Estados contíguos". Demétrio Magnoli o utiliza com o mesmo sentido. Também explica que em seu sentido filosófico, em francês *dyade* designa a reunião de dois princípios que se completam e se antagonizam reciprocamente. Em biologia, o termo se aplica a um par de cromossomos, um masculino e outro feminino. Em português, *diade* remete também ao grupo de dois, caracterizado pela complementariedade e antagonismo. Cf. MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997, p. 241.

⁹ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997, p. 242.

¹⁰ No decorrer do trabalho será recorrente o uso dos termos capitania, província e estado. Estas designações foram dadas às unidades administrativas, nos distintos períodos históricos da história do Brasil; respectivamente: período colonial, imperial e republicano.

Trindade), perfazendo 288 mil quilômetros quadrados. O Conselho Ultramarino recomendou "fazer a colônia de Mato Grosso tão poderosa que contenha os vizinhos e sirva de antemural a todo o interior do Brasil".¹¹ Como parte dessa estratégia, instruções exaradas em 1749 ordenavam que a capital de Mato Grosso, futura Vila Bela da Santíssima Trindade, fosse edificada no extremo oeste, de preferência às margens do rio Guaporé.

A edificação ocorreria dois anos mais tarde, quando já estava em vigência o Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha, em 1750. Este tratado aceitou o segmento guaporeano como limite natural entre as possessões de ambos impérios, e em 1777 o Tratado de Santo Ildefonso o confirmou. Planejada nos gabinetes reais pelos estrategistas portugueses para cumprir o papel de cidade vigilante, capaz de impedir a expansão espanhola em direção ao *sertão* do Brasil, Vila Bela da Santíssima Trindade se tornou um expressivo ícone da guarda da fronteira.¹²

Sua fundação deu à capitania seu segundo maior núcleo urbano que juntamente com Cuiabá serviu de referência a uma população em constante busca de novas descobertas auríferas. Além disso, funcionava como sede dos órgãos administrativos que foram criados, abrigando uma população de burocratas que se sobrepôs à de mineradores. A criação da primeira Companhia de Dragões, também estabelecida em Vila Bela, tornou-a sede militar da Capitania.

O aparelhamento militar da Capitania de Mato Grosso fazia parte de um processo mais amplo: a defesa dos limites acordados em Madri, que garantiram as pretensões portuguesas na bacia Amazônica, bem como o desejo de imprimir a marca do Império português no extremo oeste da colônia. Estes objetivos conferiram à Vila Bela um papel decisivo e levaram a Coroa a delinear uma política de povoamento, oferecendo uma série de privilégios e concessões aos que se dispusessem a habitar a capital e seus arredores. As estratégias voltadas para o povoamento da região guaporeana constituíram-se, assim, em

¹¹ Parecer do Conselho Ultramarino: Antecedentes do Tratado – tomo III, Doc. 16, p. 12. Apud.: CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969, p. 304.

¹² Cf. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil - 1719-1819*. São Paulo, HUCITEC/Min/Pró-Memória/INL, 1987, p. 36.

um reforço à idéia de fronteira como espaço promissor. Todavia, também, ajudaram a compor, em função de privilégios concedidos a criminosos, uma das imagens que viria a se tornar recorrente nas representações sobre Mato Grosso: a de um *sertão-fronteira* sem lei e sem ordem.¹³

Com o mesmo intuito defensivo e de posse, em toda região limítrofe os portugueses fundaram vários destacamentos militares, do centro para o norte foram edificadas: a Guarda de Santa Rosa Velha, o Forte Nossa Senhora da Conceição, o Forte Bragança, o Forte Lamego, o Forte Leonil, o Destacamento de Pámela, o Sítio das Pedras, o presídio de Miranda, além da própria Vila Bela, entre outras.¹⁴

Esta política de militarização foi a tônica do século XVIII. Ao norte, a construção do Forte Príncipe da Beira, situado às margens do rio Guaporé, tinha como finalidade, além da defesa, manter livre o acesso entre Vila Bela e Belém, já que a liberação da navegação da via Madeira-Guaporé, ligando as duas capitais facilitava o contato e tornava importante esse trânsito, tendo como ponto chave a porção rondoniense dessa fronteira.¹⁵

Embora algumas missões religiosas tenham chegado a região rondoniense no século XVII,¹⁶ em consequência do bandeirismo originado do norte e do sudeste, o processo de povoamento desse espaço físico começou a ser efetivado no século XVIII, com a descoberta e exploração do ouro em Goiás e Mato Grosso, que aumentou o interesse por aquelas terras. Em 1776, a construção do Forte Príncipe da Beira, bem como o abastecimento de Mato Grosso, de produtos manufaturados, que era feito principalmente

¹³Cf. GALETTI, Lylia da Silva Guedes. Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2000, p. 74-76.

¹⁴ Cf. BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 88-9.

¹⁵ Cf. PÓVOAS, Lenine C. *História geral de Mato Grosso*. Cuiabá: Editora Resenha, 1995, vol. I, p. 92-3.

¹⁶ A atividade dos jesuítas nesta região começou em 1669, com a chegada e instalação de um estabelecimento missionário pioneiro na ilha de Tupinambarana, evitando que os indígenas comercializassem com os holandeses estacionados no rio Negro. O rio Madeira rendia aos missionários coleta de especiarias o que contribuiu para outras bandeiras fluviais entrarem no rio Mamoré, considerado extensão do rio Madeira, chegando a missão de São Miguel, no rio Guaporé. Este último era considerado pelos portugueses o limite natural entre as possessões de Portugal e da Espanha. A margem direita do rio Guaporé em toda a sua extensão era território português e os nativos que nela habitavam, eram considerados, conseqüentemente, vassallos do rei de Portugal.

por esta via, estimulou a implantação dos primeiros núcleos coloniais nessas áreas, mas que só prosperaram, de fato, no final do século XIX, com o surto da exploração da borracha.

Mato Grosso articulava-se internamente com centros voltados para o litoral atlântico, através do comércio realizado por três vias: o caminho fluvial do Tietê, o caminho fluvial do Madeira-Guaporé e o caminho terrestre por Goiás, aberto em 1736-37. A rota mais antiga era a utilizada pelas monções do sul, que ligava Cuiabá a São Paulo. Sua utilização foi mais freqüente durante a primeira metade do século XVIII. A rota Madeira-Guaporé teve sua utilização proibida durante a primeira metade desse século. A razão dessa medida devia-se à preocupação constante da Coroa portuguesa com o descaminho do ouro, mas após o estabelecimento do governo da Capitania e a definição dos limites coloniais, pela assinatura do Tratado de Madri, foi liberada a sua utilização.

A reabertura dessa via possibilitou o incremento de Vila Bela que assumiu a função de núcleo distribuidor de artigos importados na capitania; o rio Madeira, trecho mais fácil dos acessos amazônicos era o de maior interesse para a soberania portuguesa, exatamente porque fazia o elo entre o Amazonas e a capitania de Mato Grosso, pelo qual as mercadorias circulavam.¹⁷

As canoas trafegavam pela bacia Amazônica com toda sorte de produtos que vinham da Europa e, desciam levando em seu torno-viagem o ouro de Mato Grosso e a prata espanhola, tornando-se a principal rota comercial da capitania, alcançando as três porções da fronteira oeste. Eram as monções do norte que abasteciam a capitania e nela faziam trocas. Ligada por essa rota a Belém, Vila Bela pôde usufruir o comércio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). No início do século XIX esta rota havia perdido importância.¹⁸

¹⁷ Cf. REIS, Artur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, p. 66.

¹⁸ Cf. COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1992, p. 104.

As expectativas de lucro depositadas no incremento desse canal podem ser avaliadas pelo volume das despesas programadas para a viabilização do projeto: sete feitorias seriam erigidas junto aos rios Negros, Javari, Madeira e Guaporé, com o intuito de proteger a navegação e armazenar produtos importados. Agindo de forma efetiva, a política colonial portuguesa procurava apropriar-se desse canal de comércio entre portugueses e espanhóis, aberto pelos habitantes de ambas colônias em função de suas prioridades.¹⁹

A extinção da Companhia, em 1778, prejudicou grandemente essa ligação mercantil, dificultando a situação dos comerciantes da capitania, que se depararam com a quebra do fluxo do fornecimento de mercadorias, associado ao cada vez menor rendimento nas lavras guaporeanas por falta de trabalhadores e pela exaustão dos mais antigos veios, tornando complicada a situação econômica da região. Uma nova tentativa pra dinamizar suas finanças foi dada no início do século XIX, com a abertura da navegação do rio Arinos e Tapajós, mas o retraimento do comércio com o Pará e o Amazonas continuou. O vale do Guaporé e a região rondoniense, rumo a Amazônia, só voltariam a ter relevância econômica na década de 1860, com o advento da borracha.²⁰

No início do século XIX, a política expansionista da Corte portuguesa, instalada no Rio de Janeiro, procurou apropriar-se das relações existentes entre portugueses e espanhóis na raia oeste, no intuito de estabelecer um canal de penetração nos domínios da Espanha. No período da independência a capitania encontrava-se extenuada economicamente e sua fronteira praticamente desguarnecida. A baixa produção mineira determinou o empobrecimento da região.²¹ Mas, ela continuava importante do ponto de vista geopolítico, dentro do projeto do governo do Rio de Janeiro.

Este procurou mantê-la como parte do Império que começava a se constituir. Era um espaço territorial periférico que apresentava uma dimensão fundamental para o país em constituição, a dimensão de uma fronteira internacional. O grupo dirigente definindo como

¹⁹ Cf. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: ...* Op.cit., p. 59.

²⁰ Cf. SILVA, Jovam Vilela da. *A divisão do estado de Mato Grosso – uma visão histórica – 1882-1977*. Cuiabá: EdUFMT, 1996, p. 44-5.

²¹ CF.LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: Edições UFMT, 1982, p. 38.

um dos elementos fundamentais para a constituição do Império, a manutenção e unidade territorial das antigas áreas coloniais portuguesas, confirmou a necessidade de manter essa região como uma reserva para a defesa do país.

No momento da proclamação da Independência a economia mato-grossense encontrava-se em processo de reordenamento. Voltava-se para a produção de gêneros de abastecimento em propriedades agrícolas e para a atividade extrativa, que buscando na diversificação o equilíbrio econômico. Na região cuiabana, dois pólos se organizaram de forma mais dinâmica: as fazendas de gado estabelecidas nas cabeceiras do Pantanal e os engenhos de açúcar situados na região da Serra Acima e nas margens do rio Cuiabá. Apesar desse esforço de reordenamento, era uma economia ainda pouco dinâmica, com relações sem grande intensidade com o mercado externo, à espera de recursos do governo central para solucionar a maioria de seus problemas. Mas, esse reordenamento não foi apenas produtivo, foi também geográfico.²²

Por esse tempo, a população do distrito cuiabano estava em processo de ascensão e era três vezes maior comparado ao distrito guaporeano, resultado do fluxo de paulistas e mineiros donos de títulos de sesmarias reais, que deram origem ao grande criatório bovino e fundação de engenhos produtores de açúcar, aguardente e rapadura à margem do Cuiabá e todos os afluentes do Paraguai. Embora em fase quase final do ciclo da mineração, nesse

²²Cf. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão – vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Editora Marco Zero/Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993, p. 15. A parte sul da fronteira, também, começou a despertar atenção das autoridades da Capitania, na primeira metade do século XIX. No século anterior, no âmbito da política de defesa delineada pelos portugueses, foram implantados destacamentos militares em pontos estratégicos com a finalidade de defender o território contra as invasões espanholas. O governo construiu em 1775 o Forte Coimbra e o Presídio de Nova Coimbra em 1801. Em 1778 fundou às margens do rio Paraguai o arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, povoado que surgiu como destacamento militar e se estabeleceu em princípio na ponta do Ladário, a Vila de Casalvasco, a Vila Maria (atual Cáceres), entre outros. Esta área foi explorada pela primeira vez por volta de 1524 pelo português Aleixo Garcia, que ali chegou em busca de ouro. Mais tarde com o objetivo de fixar o domínio de Portugal na região, Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, implantou pontos estratégicos militares com a finalidade de defender o território contra as invasões espanholas. Em 1801, o Forte Coimbra foi atacado, salientando a necessidade de dar maior importância militar à bacia do Paraguai.

momento houve uma reativação da produção aurífera, nos núcleos de Cuiabá e adjacências, incluindo Diamantino,²³ Arinos, São Pedro d'El Rei.²⁴

Também, a ausência de problemas militares imediatos no distrito do Guaporé, bem como a abertura dos portos, em 1808, que propiciou o desaparecimento das áreas comerciais tampões,²⁵ fez Vila Bela e todo o vale do Guaporé desligarem-se do liame mercantil com o Pará e tornarem-se dependente do comércio de Cuiabá e este de São Paulo, em grande progresso pela franquia do litoral a todas as nações, enquanto que o Amazonas permaneceria fechado até o fim da primeira fase do segundo reinado.²⁶

Essas transformações econômicas e a mudança da capital de Vila Bela para Cuiabá, em 1821,²⁷ foram, gradativamente, redirecionando as comunicações de Mato Grosso, da região amazônica para a região platina. Dessa forma, a partir da década de 1830 começou de fato o povoamento das terras do sul de Mato Grosso; havia já moradores nos arredores do presídio de Miranda, no Forte de Coimbra, nos povoados de Albuquerque, na fazenda de Camapuã, do destacamento do Piquiri e no sertão dos Garcias, nele levantada a freguesia de Santana do Paranaíba, mas, com essa mudança de rota das comunicações mato-grossenses para o sul, há um incremento populacional nessas e em outras localidades.²⁸

Homens importantes política e economicamente de Cuiabá, desceram para o sul e uns tantos se internaram no Pantanal, ao redor de Miranda, depois de conflitos políticos no seio das elites cuiabanas. Muitos fazendeiros foram aos poucos ocupando essa região, ao

²³ Em 1805, a liberação da exploração de diamantes estimulou um novo surto de mineração, polarizado na vila de Diamantino. A exploração de diamantes trouxe um novo alento e melhorou as condições de barganha da capitania.

²⁴ Cf. SILVA, Jovam Vilela da. *A divisão do estado de Mato Grosso...* Op.cit., p. 45.

²⁵ Que eram os registros do Araguaia, Jaurú, Forte Príncipe da Beira, Boa Viagem e Borba que decorriam do monopólio comercial luso.

²⁶ Cf. SILVA, Jovam Vilela da. *A divisão do estado de Mato Grosso...* Op.cit., p. 45.

²⁷ Para Vila Bela restou apenas a divisão do papel administrativo, já que em 1821 foi criado na capitania de Mato Grosso duas juntas governativas, uma sediada em Cuiabá e outra em Vila Bela e o papel geopolítico. Cf. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza:...* Op.cit., p. 137.

²⁸ Cf. CAMPESTRINI, Hildebrando & GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras/Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1991, p. 36.

chegar a década de 1850, vários povoados e vilas foram erigidos e os já existentes cresceram amplamente.²⁹

No entanto, até meados do século XIX, a situação econômica da Província apresentava problemas e dependência em relação ao poder central e tal situação incitaria à produção de persistentes imagens de decadência e do (quase) irremediável atraso da Província de Mato Grosso, num momento em que para os dirigentes imperiais, a agricultura voltada para a exportação se constituía como a fonte de progresso da nação, então representada pela economia cafeeira do Vale do Paraíba.

Mais do que isso, seu território voltaria a ser designado por muitos como uma terra “ignota.” Apenas um vasto *sertão*, quase deserto, onde, num passado que já parecia longínquo, os portugueses haviam fincado uma fronteira. Mas, não impedia que os cuiabanos assistissem com imensa expectativa às transformações pelas quais passava o centro-sul do país. As notícias sobre o progresso das áreas mais dinâmicas do Império chegavam a Mato Grosso e geravam em sua classe dominante a aspiração de participar desses ganhos.³⁰

Entre os que viviam em Mato Grosso havia a consideração de que as razões de seu pouco desenvolvimento decorriam da grande distancia que o separava do litoral, portanto, longe dos centros de decisão do país, e da pouca atenção que o governo central lhe dispensava. Outra explicação referia-se ao atraso de seus habitantes pouco dotados de espírito empreendedor. De qualquer forma, o ponto de concordância estava na idéia de que a civilização viria de fora, do litoral, da Corte, quiçá da Europa.

Segundo Luiza Volpato, em grande medida, a interiorização desse ideal coube ao governo central, que teve nos presidentes de província emissários da mais alta importância. Vindos da Corte como representantes do Imperador, traziam introjetado em si mesmo este modelo de nação civilizada e não só estimulavam a tomada de decisões, que favorecessem

²⁹ Cf. CAMPESTRINI, Hildebrando & GUIMARÃES, Acyr Vaz. Op.cit., p. 138.

³⁰ Cf. GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Op.cit, p. 76.

a construção local da réplica desse modelo, como também cobravam e censuravam a população e autoridades locais pela permanência de hábitos que consideravam a perpetuação do atraso.³¹

Eram estes co-autores, ou, simpatizantes do projeto político-econômico elaborado para o país. Como representantes desse mesmo governo, nos pontos mais distantes, tinham a responsabilidade de garantir a implantação do projeto de nação e assim atuar em defesa da integração nacional e fortalecimento do poder central.

Também, a própria dinamização das relações de mercado entre as diversas regiões garantiram a interiorização do novo ideal de nação adequado à nova ordem capitalista. Para Cuiabá foi de fundamental importância a garantia da livre navegação da bacia do Prata, ligando-a ao comércio internacional pela via do porto de Corumbá. Além de mercadorias, Cuiabá recebia notícias dos acontecimentos das regiões centrais do país, bem como da Europa. As elites de Mato Grosso ambicionavam o progresso e a civilização do litoral.

Assim, o modelo que se constituía para essas regiões era visto como a única forma possível de se atingir o progresso e a civilização. Durante esse período, a proposta de desenvolvimento elaborada para Mato Grosso, embora não houvesse condições reais para sua implantação, era a ferrovia, a navegação a vapor, ou qualquer meio que fomentasse a comunicação da província com o centro.

Nesse contexto, fatores peculiares da realidade mato-grossense atuaram de forma significativa. O primeiro foi a abertura da navegação do Prata obtida pela diplomacia brasileira em 1856, com o Tratado de Comércio, Navegação e Amizade, assinado entre o Brasil e o Paraguai estabelecendo o livre trânsito de barcos brasileiros e estrangeiros nesse rio. A melhoria das condições de comunicação e transporte permitiu à província uma curta dinamização de seu comércio.³²

³¹ Cf. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza:...* Op.cit., p. 89.

³² Cf. CORRÊA, Lúcia Salsa. *A Fronteira na História Regional...* Op.cit., p. 29.

A região sul da província também foi beneficiada com a posição geográfica privilegiada do porto de Corumbá que se transformou no centro econômico, permitindo o acesso direto à Cuiabá pela foz do Prata e pelo Atlântico. A navegação além de promover o intercâmbio da região serviu para fixar o domínio nessa área da fronteira oeste do Império. Em 1861 foi instalada uma Alfândega no porto e em 1862 o povoado foi elevado à categoria de vila.

Os efeitos dessa transformação só não foram mais intensos porque foi por pouco tempo, logo eclodiu a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), bloqueando as rota de navegação, o que deixou Mato Grosso quase isolado do resto do Império, desarticulando o comércio local e desorganizando suas incipientes atividades de produção e comércio.³³

Essa guerra também patenteou a necessidade de tornar aparente e efetiva a presença do Estado nas áreas fronteiriças e nos distantes *sertões* do país. A fronteira mato-grossense, até então um assunto de gabinete, onde se decidiam as questões diplomáticas adquire plena visibilidade para a maior parte dos dirigentes imperiais.

No pós Guerra da Tríplice Aliança, a província passaria a ocupar o centro das preocupações de engenheiros, militares e outras categorias de funcionários imperiais que passaram a elaborar projetos que visavam a implantação da navegação a vapor, da construção de ferrovias e linhas telegráficas, da "civilização" dos indígenas, da colonização, da disseminação da instrução pública, da catequese dos indígenas e da criação de instituições repressivas que pudessem substituir os costumes "bárbaros" e "atrasados" por hábitos e valores "civilizados".³⁴

A classe dominante local se via envolvida pelo processo de difusão dessas idéias e a garantia da livre navegação do Prata, trouxe grandes expectativas e um novo impulso ao comércio de Mato Grosso, principalmente de sua região sul. A partir daí o aprofundamento

³³ Cf. CORRÊA, Lúcia Salsa. *A Fronteira na História Regional...* .Op.cit., p. 30.

³⁴Cf. Cf. CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso – a construção da estrada de ferro noroeste do Brasil (1905-1914)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1993, p. 88-94.

das relações capitalistas na região definiu alterações no processo de apropriação da terra e no jogo político.

Data desse período o desenvolvimento de alguns empreendimentos que chamariam a atenção do capital nacional e internacional: o açúcar, a borracha, a poaia, a pecuária, o charque e a erva-mate. Quanto ao açúcar, muitos dos antigos proprietários de engenhos adquiriram equipamentos modernos e montaram usinas a partir da segunda metade do século XIX. Desde então, passou a ser produzido em larga escala, apesar de pouco se exportar, os lucros eram grandes, pois abastecia toda a população do vasto território de Mato Grosso.

Aos poucos, os usineiros se transformaram em grupos poderosos econômica e politicamente. Entre os empreendimentos, se sobressaiu a usina de Itaici, situada às margens do rio Cuiabá, possuía além de suas edificações, extensa quantidade de terras. Parte delas era dedicada ao plantio da cana-de-açúcar e outras a diversos produtos alimentícios e à criação de animais, especialmente, o gado de leite e de corte.³⁵

Data de 1870, aproximadamente, as primeiras tentativas de extração do látex da mangabeira, na região mato-grossense de Diamantino. Seguiram, nessa ocasião em 1872, as primeiras amostras do látex para teste junto aos laboratórios de Paris, onde foi constatada a boa qualidade do produto. As regiões de onde foi extraído o látex se localizavam às margens dos rios que formam as bacias do rio Paraguai e do Amazonas. Uma vez extraídas e, rudimentarmente, beneficiadas, essas matérias-primas seguiam para as indústrias nacionais e estrangeiras, através do rio Paraguai. A extração do látex da mangabeira de Mato Grosso seguiu os mesmos altos e baixos da borracha amazonense.³⁶

A poaia foi outro produto que passou a compor a economia mato-grossense. Apesar de ser um ramo da indústria extrativa que conhecia um certo desenvolvimento em Mato Grosso desde meados do século, cresceu com as novas facilidades de exportação. Era

³⁵ Cf. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et alli. *O processo histórico de Mato Grosso*. Op.cit., p. 63-65.

³⁶ Cf. *Ibidem*.

explorada principalmente nas matas próximas à cidade de São Luiz de Cáceres, que, situada às margens do rio Paraguai, tornou-se um dos três maiores centros comerciais da província.

Outra frente econômica estava ligada à pecuária, representada pelos fazendeiros dos campos da Vacaria, nas regiões pantaneiras. Possuía importante e vital malha fluvial conectada aos grandes rios Paraná e Paraguai, este atingido através da navegação do Miranda, em embarcações de pequeno porte. Eram delimitadas pelas atuais cidades de Campo Grande, Ponta Porã e Dourados. Os campos da Vacaria atraíram pioneiros na primeira metade do século XIX, procedentes de São Paulo e Minas Gerais e, nas décadas posteriores chegaram caravanas de gaúchos. Pela Vacaria podia se atingir, também, Nioaque e Miranda através de pequenos e navegáveis rios interiores, e ainda atingir o porto de Corumbá, no rio Paraguai, Cuiabá, ao norte e Assunção, ao sul.³⁷

Os fazendeiros de Vacaria dependeram, durante muito tempo, do abastecimento de sal procedente do Paraguai, em função dos preços exorbitantes deste produto, proveniente de Minas ou São Paulo. Por isso, se estabeleceu nessa região um significativo intercâmbio de mercadorias de primeira necessidade, pela via do contrabando, e quase sempre transportados por comboios de carretas. Por Santana do Paranaíba, o gado de Vacaria fluiu, em pé, através de estradas boiadeiras até as invernadas do Triângulo Mineiro, desde meados do século XIX.

A diversidade da economia contou, também, com a produção do charque e da erva mate. O charque desenvolveu-se em torno da cidade de Cáceres. A grande produtora foi a fazenda de Descalvados que paulatinamente foi agregando novas áreas até chegar a uma conformação tão grande que se tornou o maior estabelecimento industrial de Mato Grosso e o segundo maior contribuinte para o erário mato-grossense, ficando atrás apenas da empresa produtora de mate a Cia Matte-Laranjeira.³⁸

³⁷ Cf. CORRÊA, Lúcia Salsa. *A Fronteira na História Regional...* Op.cit., p. 25.

³⁸ Cf. SÁVIO, Domingos. *A ocupação de terras por estrangeiros na fronteira oeste do Brasil nos primórdios da República: ocupar para desintegrar...* Op.cit., p. 8.

A erva-mate produzida no sul mato-grossense, na região de Porto Murtinho, nos últimos anos do séc. XIX foi considerada responsável pelo povoamento e pelo desenvolvimento dessa região. Também, nos vales dos rios Ivinhema, Brilhante e Dourados estenderam-se ervais nativos, que permitiram sua extração, ganhando grande rentabilidade e fama pela sua boa qualidade. Os ervais revestiam também a Bacia do Amambaí e a Serra de Maracajú, aparecendo na paisagem de matas tropicais ou em áreas de planícies, campos e cerrados. A região dos ervais contou com a apreciável malha fluvial da fronteira meridional, permitindo o escoamento de sua produção tanto pela bacia do Paraná, como pela do Paraguai, além de circular através de estradas carreteiras para o Paraguai e dali para os mercados platinos.³⁹

A ação do governo central no sentido de estimular o desenvolvimento de Mato Grosso, em especial sua capital, a partir da década de 1870 deu-se no sentido de modernizar a produção regional. Assim, foram oferecidas mudas de novas espécies de cana-de-açúcar e café. A possibilidade de desenvolvimento dessa cultura chegou a interessar a lavradores que pensaram até mesmo em construir uma estrada de ferro ligando Chapada dos Guimarães a Cuiabá, para garantir o escoamento da produção que dali para frente seguiria pela navegação.

O desenvolvimento econômico no centro e sul de Mato Grosso com a pecuária extensiva e a exploração dos vastos ervais naturais, limítrofes da Bolívia e Paraguai, fez parte do novo movimento do redimensionamento da exploração de terras, de recursos naturais e potencialidades econômicas em regiões que, até então, pouco significavam para o mercado global, resultando daí desdobramentos que alteraram o contexto das forças sociais e políticas regionais.⁴⁰

A conquista e incorporação de novas terras, alargando as fronteiras internas através de seus imensos *sertões*, tanto ocorreram em íntima consonância com o desenvolvimento

³⁹ Cf. CORRÊA, Lúcia Salsa. *A Fronteira na História Regional...* .Op.cit., p. 26.

⁴⁰ Cf. CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira – o sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999, p.146.

da economia mercantil exportadora, como recebeu o impulso de outros fatores derivados do movimento irradiador das relações capitalistas.

O regime de posse extensiva da terra, em proporções até mesmo inéditas no Brasil, viabilizou a incorporação de terras inexploradas e exploradas também, para desenvolver a produção em larga escala. Uma das conseqüências mais relevantes do regime de latifúndios, em Mato Grosso, foi a formação de uma elite de proprietários rurais, que passou a atuar na política regional ao lado dos fortes comerciantes dos centros urbanos ao longo dos grandes rios.⁴¹

Estabeleceu-se na política mato-grossense um estado de permanente conflito, onde as relações de poder dependiam em certa medida dos interesses hegemônicos da economia regional, ora deslocando-se para a classe de produtores (usineiros, pecuaristas, por exemplo), ora para os grandes comerciantes do porto.

Outro fator importante na dinamização da economia correspondeu às ondas migratórias que se deslocaram tanto em âmbito interno quanto externo, possibilitando a exploração de grandes extensões de terras incultas, redefinindo antigos e criando novos núcleos populacionais. Esse movimento migratório efetivou a ocupação de áreas mato-grossenses e de toda a região fronteira, em fins do século XIX.⁴²

Esta nova espacialidade econômica, em Mato Grosso, coincidiu temporalmente com a ocupação do oeste da região amazônica com o início do ciclo da borracha, que levaria algumas décadas depois a rearticular o ponto nodal do vale do Guaporé e a ampliação dos limites com a Bolívia.

Cabe salientar que estas transformações econômicas fizeram parte de um movimento do sub-continentesul-americano, a partir de meados do século XIX, no momento em que os diversos países orientaram suas economias para a exportação de

⁴¹ Cf. CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira – o sul de Mato Grosso 1870-1920*. Op.cit., p. 146.

⁴² Cf. *Ibidem*.

produtos tropicais, alimentícios e matérias-primas distintas. Tal processo foi impulsionado por investimentos externos de capital, sobretudo na implantação de meios de comunicações com os portos do Atlântico e do Pacífico.

Grande parte de todo esse esforço favoreceu algumas regiões em detrimento de outras e aprofundou as desigualdades regionais, de acordo com seus respectivos potenciais econômicos. No caso particular do Mato Grosso, a expansão econômica do sul da província e o esforço no sentido de desenvolver a navegação interior ajudaram a vincular essa parte do oeste brasileiro aos portos platinos.

Mato Grosso inseriu-se na economia mercantil exportadora que, *grosso modo*, predominou nas ex-colônias sul americanas, com estreita vinculação ao mercado mundial emergente nessa época. Em consequência, esta região também fez parte das relações de poder e da luta pela hegemonia regional. Assim, nos últimos anos do século XIX, uma nova fisionomia econômica, surgiu nessa região fronteiriça e atingia uma das metas daquela geração de políticos brasileiros que tinha na unidade territorial o grande sonho da consolidação do Estado nacional. A fronteira oeste tendia para o “progresso material” ao representar uma possibilidade econômica e civilizacional.

2. O sertão: a outra visão da fronteira

A ação política em busca da unidade territorial implicava várias medidas que assegurassem uma articulação política entre as elites regionais e o núcleo de poder centralizado na Corte. Além disso, o conhecimento das potencialidades destas regiões, como possíveis instrumentos para construir o engrandecimento da nação, em seu aspecto de progresso material, fazia parte da tarefa de transformação do país.

A Corte contava, para atingir seus objetivos, com mecanismos tradicionais de controle político, como parte da organização político-administrativa do Estado imperial.

Além de relatórios oficiais, organizados por seus representantes locais, que informavam sobre o nível de adesão às autoridades centrais, as disputas políticas em torno da hegemonia de poder local, a situação da ordem coletiva, a economia e outros, era de extrema importância as observações diretas que de funcionários ou outros viajantes chegavam às diferentes partes do país.

Elas foram fontes de representações que passavam a ser incorporadas às idéias de Nação, acompanhando o processo de fortalecimento das instituições que iam dando forma ao Estado Nacional. Assim, como em outras regiões, a fronteira oeste era incorporada ao imaginário da nação, por meio de impressões que vertiam presidentes de províncias, militares, intelectuais e outros viajantes que contribuíram com seus escritos. Muitos deles participavam do núcleo de poder do Império que se alimentava de suas idéias.

No tocante à fronteira oeste brasileira pode-se destacar pelo menos três elementos constitutivos de sua representação: fronteira, limite e sertão. Os dois primeiros praticamente considerados como sinônimos, durante o século XIX, e o último apresentando múltiplos significados.

Como fronteira/limite essa representação foi consolidada no século XVIII, a capitania de Mato Grosso fora representada como o grande espaço geográfico que tinha como função guardar o restante do território da colônia portuguesa.

A perspectiva de fronteira, como separação espacial, recebeu novo sentido no contexto da formação dos Estados nacionais, quando a noção de território como elemento constitutivo e imprescindível a este ganhou importância e legitimidade, uma vez que “... o Estado contemporâneo ergueu-se sobre a delimitação precisa do território e a imposição de uma ordem jurídica e política homogênea”, como afirma Magnoli.⁴³

Esta noção caracterizou a idéia da fronteira como um sinal, pois o Estado moderno pretendia atingir um controle absoluto sobre seu territorial e tornou unívoca a mensagem

⁴³ Cf. MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: ... Op.cit.*, p. 15.

fronteira = limite sagrado.⁴⁴ Foi neste contexto que a concepção linear de fronteira passou a ser a política do Estado em sua estruturação, representando um aspecto crucial da política territorial das monarquias européias renascentistas.

Dessa forma, fronteiras passaram a ser as delimitações espaciais do Estado, a sua evidência territorial. Esta era a perspectiva que assumiram as elites brasileiras no momento da construção política do Estado. O tema dos limites e fronteiras brasileiros foi um dos corpos temáticos do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB – sobretudo, a partir de 1850, quando o Estado encaminha seus primeiros entendimentos relacionados a definição de sua identidade físico-geográfica, como parte de um projeto mais amplo. Na verdade, tratava-se de definir com precisão os contornos físicos dessa Nação, integrando na imagem em elaboração os elementos de sua continentalidade e riquezas inumeráveis, capazes de viabilizarem num futuro não-definido a realização plena de sua identidade.⁴⁵

Nesse momento o material publicado revelou uma clara orientação em direção às regiões de fronteira, devido à necessidade de integração dessas mesmas regiões ao poder do Estado nacional, sediado no Rio de Janeiro. As regiões como a Colônia de Sacramento, a fronteira com a Guiana Francesa, ao norte, e a fronteira de Mato Grosso, foram áreas muito tratadas nas páginas da Revista do Instituto.⁴⁶

O fato de que foi a partir do IHGB no Rio de Janeiro que a leitura dessas histórias regionais seria empreendida, reunindo, assim, na capital da monarquia os conhecimentos relativos às províncias, foi expressão da existência, no interior da instituição, de um projeto intelectual claramente centralista. Projeto este bem-articulado a um conjunto de interesses e questões de natureza política, econômica e social, que explicam certas tematizações de uma historiografia nacional em elaboração, visando a uma soma de conhecimentos, e por que não a produção de um saber sobre o Brasil capaz de viabilizar uma determinada ordem.⁴⁷

⁴⁴RAFFESTIM, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993, p. 166.

⁴⁵ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Op.cit.*

⁴⁶ Cf. *Ibidem*.

⁴⁷ Cf. *Ibidem*.

Assim, o discurso histórico produzido nesse momento cumpria um papel geográfico, ao delimitar fronteiras e interpretar a territorialidade como condição fundamental para a existência da nação. "A tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço", sintetiza Magnoli em relação aos estudos geográficos da época, produzidos no espaço privilegiado do IHGB, seus congêneres provinciais, e mesmo fora dele.⁴⁸

Dessa forma, foram importantes para as decisões políticas sobre os limites internacionais, as idéias e representações do espaço fronteiro interno como elo de integração do país. No caso da fronteira oeste, no quadro de modernização do Brasil, além das representações relacionadas às idéias de fronteira e limites, uma outra pode ser destacada: é a idéia de sertão.

Segundo Janaína Amado, no conjunto da história do Brasil, a categoria *sertão* têm sido uma das mais importantes, para designar uma ou mais regiões brasileiras. Conhecido desde antes da chegada dos portugueses, cinco séculos depois *sertão* permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil, materializando-se de norte a sul do país como sua mais relevante categoria espacial.

... entre os nordestinos é tão crucial, tão preta de significados, que, sem ele, a própria noção de 'Nordeste' se esvazia, carente de um de seus referenciais essenciais. Que seria de Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso sem seus 'sertões', como pensá-los? Em Santa Catarina até os dias atuais se emprega a expressão 'sertão' para referir-se ao extremo oeste do Estado. Em partes do Paraná, a mesma expressão identifica uma área do interior de outro Estado, São Paulo, próxima a Sorocaba (provavelmente, uma reminiscência dos antigos caminhos das tropas). No Amazonas, 'sertão de dentro' refere-se à fronteira do estado com a Venezuela, enquanto no interior do Rio Grande do Sul, 'sertão de fora' também nomeia área de fronteira, porém situada... no Uruguai!⁴⁹

⁴⁸ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria...* Op.cit., p. 110.

⁴⁹ Cf. AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol, 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

Como categoria de análise do pensamento social brasileiro *sertão* é uma das mais recorrentes, especialmente no conjunto da historiografia nacional. Fazendo-se presente desde o século XVI, nos relatos de cronistas e viajantes que visitaram a região e a descreveram, até as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX.⁵⁰

A partir do final do século XVII e início do XVIII, mesmo com a descoberta de ouro nas regiões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, e os conseqüentes aumentos populacionais, acumulação de fortunas, fundação de núcleos urbanos e implantação da burocracia lusa, estes não foram capazes de modificar substancialmente os significados iniciais de *sertão*.

No início do século XIX, *sertão* já estava completamente integrado à língua usada no Brasil, que os viajantes estrangeiros em visita ao país registraram a palavra, utilizando-a várias vezes em seus relatos. Referiam-se aos vastíssimos *sertões* goianos, ao *sertão* das Gerais, aos *sertões* mato-grossense, lugares despovoados de gente branca, de habitantes civilizados. Assim, as vésperas da Independência *sertão* ou *certão*, constituía no Brasil noção difundida.⁵¹

Uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original português, como espaços vastos, ignorados, longínquos e pouco habitados, acrescentando-lhe outros, semelhantes aos primeiros e derivados destes, porém específicos, adequados a uma situação histórica particular e única: a da conquista e consolidação da colônia brasileira.⁵² Uma característica que persistirá ao longo do tempo é a de considerar *sertão* como lugares de atraso. Aí já estava estritamente vinculado ao ponto de observação, à localização geográfica do enunciante, ao emitir o conceito. Disso decorreram conseqüências importantes: a construção não só do conceito de *sertão*, mas também do litoral, como lugar de progresso e civilização.

⁵⁰ Cf. AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação...* Op. cit., p, 145.

⁵¹ Cf. *Ibidem*, p 147.

⁵² Cf. *Ibidem*, p. 148.

Os diversos estudiosos e historiadores reunidos em torno do IHGB, como Varnhagen, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana entre outros, utilizaram e estudaram o conceito. Outros estudiosos de diferentes formações como Euclides da Cunha e Alberto Torres, e, posteriormente Sérgio Buarque de Holanda, Cassiano Ricardo entre outros, trabalharam de diferentes formas a categoria *sertão*.

Neste contexto, Mato Grosso, também, foi considerado pelas elites litorâneas como um entre os vários sertões existentes no Brasil. Significando um lugar longínquo, deserto, inculto, desconhecido, com um natureza exuberante, por vezes aterradora, por vezes abundante e promissora.

Na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX, Mato Grosso assistiu a um movimento significativo de viajantes estrangeiros: naturalistas, etnólogos, geólogos e aventureiros interessados nessa região. Entre outros se pode citar o italiano Alfredo Bossi, o naturalista e etnógrafo alemão Karl von den Stein, o geólogo americano Hert Smith, que de maneira geral representaram o Mato Grosso como lugar distante dos centros civilizados, obscuro, primitivo, com um imenso território precariamente habitado, portador de uma natureza opulenta e fabulosa, que pode ser paraíso e inferno.⁵³

As impressões e representações foram apresentadas e analisadas por Lylia Galetti que encontrou no conjunto dos textos desses viajantes, o Mato Grosso como “... um lugar aquém do mundo civilizado, moderno, desenvolvido e sempre destinado, em razão de seus atributos naturais, a equiparar-se a estes mundos, num futuro mais ou menos próximo.”⁵⁴

⁵³ Cf. GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização:...* Op.cit., p. 324.

Um estudo importante sobre a região mato-grossense foi elaborado por Lylia da Silva Guedes Galetti, em sua tese de doutorado intitulada “Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso”. Nesta, a autora discute um conjunto de representações a cerca de Mato Grosso, a partir de obras de viajantes estrangeiros, de intelectuais e de dirigentes brasileiros, produzidas entre meados do século XIX e inícios do XX. Um outro trabalho muito interessante foi escrito por Maria Inês Malta Castro, em sua tese de doutorado “Natureza e sociedade em Mato Grosso – 1850-1930”. Nesta pesquisa a autora explora as dimensões históricas das relações entre os homens e a natureza, tendo por base a análise do modo como os múltiplos usos dos recursos naturais em Mato Grosso, entre meados do século XIX e as primeiras décadas do XX, foram percebidos e avaliados por estrangeiros e brasileiros que escreveram sobre a região. (A referência completa destes trabalhos está na bibliografia).

⁵⁴ Cf. GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização:...* Op.cit., p. 324.

O *sertão* também esteve presente e ocupou lugar de importância na literatura brasileira, antes, durante e depois da criação da Academia Brasileira de Letras - ABL. Tal termo se fez freqüente "... desde a poesia romântica do século XIX (Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Castro Alves, etc.) passando pela prosa romântica (Bernardo Guimarães e, principalmente como José de Alencar, em *O sertanejo*), atingindo enorme importância na literatura realista, em autores como Franklin Távora."⁵⁵

No caso específico de Mato Grosso, um autor da mesma linha de Franklin Távora, é Alfredo Taunay, cujas obras referentes aos *sertões* mato-grossenses são classificados por Lylia Galetti como expressões de "... um sertanismo mais realista que capta um sertão mais denso e sóbrio ...".⁵⁶

A obra de Alfredo d'Escagnolle Taunay é de grande importância para a representação da fronteira oeste, uma vez que pode ser considerada como marcando a fronteira entre a visão romântica do sertão e uma nova postura em relação às possibilidades do homem sertanejo, como sujeito que pode vir a aderir ao progresso e a civilização.⁵⁷

3. A integração da região de fronteira

Na primeira metade do século XIX a visão colonial de sertão e de sua população ainda prevalecia, principalmente, em seu aspecto negativo. No momento em que se fortalecia o poder dos políticos que assumiram a tarefa de criar as bases de um novo Estado

⁵⁵ Cf. AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. Op.cit., p 146.

⁵⁶ Cf. GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização...* Op.cit. p. 183.

⁵⁷ Para este trabalho escolhemos as obras de Taunay, devido às observações por ele feitas no momento da guerra contra o Paraguai. Como ator nos campos de batalha e por fazer parte do grupo de poder que tomava as decisões em relação à política de fronteira, aparece como um formador de opinião, na segunda metade do século XIX. Foram analisadas, na tese, as obras: *Viagem de regresso de Mato Grosso à Corte* (1869); *De Campo Grande a Aquidaban* (1870); *A Campanha da Cordilheira* (1870); *A retirada da Laguna* (1871); *Inocência* (1872); *Céus e terras do Brasil* (1882); *Cartas da Campanha - 1869-1870* (1921); *Cartas da Campanha de Mato Grosso - 1865-1866* (1921); *Viagens de outrora - 1865-1867* (1921); *Dias de guerra e de sertão* (1927); *Visões do sertão* (1928); *Em Mato Grosso invadido - 1866-1867* (1929).

Imperial e enfrentavam o clima de rebelião que ainda persistia em algumas províncias, a opinião de uma liderança como a do Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai) é bastante representativa. Em Relatório Oficial de 1841 ele afirma:

Essa população que não participa dos poucos benefícios da nossa nascente civilização, falta de qualquer instrução moral e religiosa, porque não há quem lha subministre, imbuída de perigosas idéias de uma mal-entendida liberdade, desconhece a força das leis, e zomba da fraqueza das autoridades, todas as vezes que vão de encontro aos seus caprichos. Constitui ela, assim, uma parte distinta da sociedade do nosso litoral e de muitas de nossas povoações e distritos, e principalmente por costumes bárbaros, por atos de ferocidade, e crimes horríveis se caracteriza.⁵⁸

Em sua exposição deixa nítido o contraste existente dentro do país. Longe da civilização estas populações seriam arredias à ordem, com outra noção de liberdade, diferente daquela baseada nas leis emanadas da autoridade e, sobretudo portadoras de costumes e atitudes que não se enquadravam em uma sociedade que caminhava para a civilização e que se localizava no litoral. Há em suas palavras a constatação do contraste social existente nas regiões do interior, mas percebe-se que seu discurso é essencialmente político no sentido do controle e da ordem que deveriam prevalecer para o funcionamento das instituições do Estado.

Estas idéias embora continuassem no imaginário das elites brasileiras começavam a sofrer algumas mudanças, quando novas interpretações sobre o Brasil começaram a se esboçar a partir da atuação de funcionários imperiais, como militares, engenheiros e ocupantes de cargos provinciais, nomeados pelo poder central. No debate sobre a natureza da nação que se formava, foram agregados outros elementos que partiam da observação daqueles funcionários, em geral pertencentes também à elite intelectual, que em seus relatos de viagem, ou no exercício da administração ou, ainda, da experiência no campo de batalha, colocavam a disposição de seus pares, por meio de publicações na imprensa ou livros.

⁵⁸ SOUZA, Paulino José Soares de. *Relatório do Ministro da Justiça*, 1841, p. 19. Apud: MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo de Saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec-INL, 1987, p. 34. Apud: SENA, Ernesto Cerveira de. *Confrontos do progresso – idéias e ações dos presidentes de província em Mato Grosso (1870-1889)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2001, p. 24.

Nesse sentido, a obra de Alfredo d'Escagnolle Taunay (futuro Visconde de Taunay) foi importante, ao começar ser publicada no final dos anos 1860.⁵⁹ Como militar participou da guerra contra o Paraguai e produziu uma literatura sobre este evento, além de relatos de viagem retratando a região sul da fronteira de Mato Grosso com o Paraguai e com a Bolívia. Seu campo de observação, embora restrito a área do conflito, produziram idéias sobre essa sociedade *sertaneja*, reafirmando em alguns aspectos as noções, já difundidas, de *sertão*.⁶⁰

Durante a campanha de Mato Grosso, Taunay foi além de militar, um grande observador da paisagem, do homem local e seus costumes, contrastantes com a sua formação na Corte. Foi um documentarista e expressou em seus escritos, impressões e comparações do *sertão* frente ao litoral, bem como do Brasil, frente ao “Outro”, no caso o Paraguai.

Ele escreveu no final da década de 1860 e 1870, num momento em que as categorias *sertão* e *litoral* ganhavam muita visibilidade.⁶¹ Apesar de formado no romantismo e ainda mover-se nesse ambiente, Taunay, mesmo em romances, mostrou sua

⁵⁹ Ele nasceu no Rio de Janeiro a 22 de fevereiro de 1843 e faleceu também no Rio em 25 de janeiro de 1899. Em 1858 formou-se pelo Colégio Pedro II. No ano seguinte ingressou no curso de Ciências Físicas e Matemáticas da Escola Militar, que corresponde ao curso de Engenharia dos nossos dias, (a Escola Militar foi antecessora da atual Academia Militar das Agulhas Negras). Em 1861 assentou praça no Exército, como soldado do 4º Batalhão de Artilharia. Em 1862, por ter, em dois anos sucessivos, conseguido aprovação plena em todas as matérias, foi promovido a alferes-aluno. Dois anos depois, apresentou-se a Escola Militar da Praia Vermelha para se matricular no 2º ano do curso de Engenharia Militar. Nesse mesmo ano recebeu o grau de segundo-tenente de artilharia, sendo classificado no 4º Batalhão, na Província do Pará. Mas, teve de interromper o curso em 1865, já que com a Guerra da Tríplice Aliança, os alunos oficiais foram mobilizados. Cf. Oliveira, Jussara Flores de. *Visconde de Taunay*. Site: vbookstore.uol.com.br/biografias/visconde_taubay.shtml. Acesso: 02/03/2006.

⁶⁰ Então, aos 22 anos de idade, ele interrompeu o curso de Engenharia Militar ao ser convocado com seus colegas, alunos oficiais, para integrar a Expedição, posteriormente denominada de *Forças em operações no norte do Paraguai*, como componente da Comissão de Engenheiros, anexa ao corpo expedicionário. Permaneceu por três anos em Mato Grosso. Como militar foi promovido a primeiro-tenente e veio a integrar o Estado Maior do Conde d'Eu, esposo da Princesa Isabel e comandante chefe das tropas brasileiras na última fase da Guerra da Tríplice Aliança. Em 1870, terminada a Guerra, Taunay retornou ao Rio de Janeiro; promovido a capitão, concluiu o curso de Engenharia Militar e assumiu interinamente a cadeira de Geologia e Mineralogia da Escola Militar. No mesmo ano, adotou o pseudônimo Sílvio Dinarte (com que assinara a maior parte de suas histórias) e lançou o primeiro romance, *A mocidade de Trajano* (1870). O livro segue modelos românticos da literatura da época. Cf. TAUNAY, Visconde de. *Memórias*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948, p. 77-78.

⁶¹ TAUNAY, Visconde de. *Reminiscências*. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1908, p. IV.

experiência real, o contato com uma cultura que não era a sua. Suas idéias começaram a superar aquelas expressadas pelo Visconde do Uruguai, em um ambiente em que os problemas sociais se incorporavam ao debate político.

Taunay ao regressar do campo de batalha, iniciou a publicação de sua obra, por meio de romances e literatura de viagem. Estas se destacaram entre as publicações literárias que fizeram parte da produção inspirada na guerra, tema que passou a alimentar o meio literário, principalmente, após a vitória do Brasil sobre o Paraguai.

Logo se lançou na vida política, atividade que exerceu, principalmente, no Parlamento, até a queda da Monarquia. Passou a fazer parte do círculo de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, que o indicou como deputado pelo Partido Conservador, em 1872, tornando-se representante de Goiás. Reeleito, pela mesma província, em 1875, exerceu, durante este mandato, o cargo de Presidente da província de Santa Catarina (1876-77). Em 1878, com a queda do Gabinete Conservador, partiu para a Europa em viagem de estudos.

Regressou dois anos depois, quando se lançou na campanha liberal em prol do casamento civil, da imigração, da naturalização dos estrangeiros e, no campo social na defesa da liberdade gradativa dos escravos. Elegeu-se deputado por Santa Catarina, no período de 1881 a 1884, não conseguindo renovar o mandato, em 1885, como candidato pelo Rio de Janeiro. A volta ao poder do Partido Conservador, nesse mesmo ano, permitiu sua nomeação como presidência da província do Paraná. Teve mais um mandato de deputado por esta província e em seguida foi seu representante como Senador.⁶²

Como militar, político e escritor, Taunay ganhou grande reconhecimento participando das discussões sobre a direção política do país. Aliando a militância política à sua experiência no interior do país, pode ser considerado um dos principais intérpretes do Brasil, no momento em que a intelectualidade começava a sofrer o impacto de novas idéias

⁶² Cf. Sem autor. *Visconde de Taunay*. Site: www.culturatura.com.br/autores/bra/visconde.htm. Acesso: 12/03/06.

cientificistas, que passaram a circular com muita intensidade e adotadas como instrumental para definir a nova nação.

Participava Taunay do círculo de intelectuais políticos que discutiam o futuro do país e principalmente se esforçavam por definir a natureza da nação que se formava. Entre seus interlocutores, estava o grupo que, segundo Francisco de Vasconcellos, se reunia todas às tardes na livraria *Faro & Lino* na rua do Ouvidor. O autor cita Ferreira de Araújo, redator chefe da *Gazeta de Notícias*; Demerval da Fonseca; Valentim Magalhães, crítico literário; André Rebouças, engenheiro e amigo do Imperador; Joaquim Serra, folhetinista e Machado de Assis.⁶³

Taunay viveu o clima intelectual da chamada “geração de 1870” que se preocupava com as soluções para a entrada do Brasil na rota do progresso e, acreditava que a ciência era capaz de tudo resolver. Transitou entre a preocupação de buscar as raízes culturais da formação social brasileira, como vinha sendo objeto do debate romântico sobre a importância do índio, como essência da nacionalidade, e a inserção de novos sujeitos sociais como o sertanejo.

Seu discurso pode ser considerado como a transição do pensamento das elites que viam apenas o caráter jurídico-político da constituição do Estado imperial para uma nova geração que pensava no elemento social na constituição da Nação. Assim, para ele a incorporação das populações periféricas era uma tarefa possível e necessária, ao lado da demarcação das fronteiras internacionais que deveria marcar o contorno do país.

A experiência de Taunay no *sertão* lhe permitiu oferecer novos elementos ao debate intelectual, criando representações de um outro Brasil, imaginado e carregado de valores negativos, e muitos destes valores ele, próprio, também reafirmou em seus escritos, mas indicou uma nova postura ao encontrar no habitante do interior um ser capaz de integrar a

⁶³Cf. Vasconcellos, Francisco de. *O Centenário da morte do Visconde de Taunay*. Site: www.ihp.org.br/does/fjrv19990119.html. Acesso: 01/02/2006.

nação. Ao reconhecer o sertanejo como um homem forte, antecipava a discussão de Euclides da Cunha no início do século, como o sujeito de brasilidade.

Em seu romance *Inocência* (1872), ambientado no sertão de Santana do Paranaíba, no sul de Mato Grosso, apresenta o sofrimento da caminhada do *sertanejo* na busca de sanar suas necessidades, através de longas distâncias e das dificuldades de abrigo. Ressalta sua simplicidade, observada através do comportamento e diálogos entre as personagens “tipicamente” *sertanejas*; as contradições comparadas entre o jeito de ser do *sertão* e a do morador do litoral e da Europa, bem como o amor tão puro e verdadeiro que por falta de condições de existência preferiu a morte, ou pelo menos, foram levados a ela.⁶⁴

Este romance lhe traria sua grande consagração como literato. Taunay elaborou diálogos com o coloquialismo do sertanejo: "Nocência"; "Por que se tocou assim no quarto"; "é bom não se canhar assim"; "sestiano"; "Nhor-sim"; "quer mecê", mas também utiliza a linguagem culta. Faz um retrato de usos e hábitos do sertão mato-grossense, que são identificados desde elementos do vocabulário até a indicação dos costumes que o texto apresenta, na paisagem, nos tipos humanos e na linguagem.⁶⁵

Ao mesmo tempo, deixa claro algumas de suas posições, por exemplo, quando afirma considerar "injuriosa" a opinião que os sertanejos têm sobre a mulher, que devem permanecer escondidas de todos os olhares, por serem incapazes de autodeterminação. Cirino – um personagem do livro – não era um homem do *sertão*, apresentando as diferenças marcantes entre o homem do litoral e o *sertanejo* (o noivo Manecão).⁶⁶

Dessa forma, atraído pelo “pitoresco”, não deixou de expressar o desejo de explorar e investigar o Brasil do interior. Foi levado a se interessar pela vida e hábitos das populações que viviam distante das cidades, num período fecundo para a abordagem das questões relacionadas ao *sertão* e ao *sertanejo*.

⁶⁴ TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. (1872). 19ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

⁶⁵ Estas expressões estão presentes ao longo da obra.

⁶⁶ TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. Op.cit.

Essas posições marcadas por perspectivas diferenciais, como forma de representação encontrou sua maior expressão nas doutrinas maniqueístas, no século XIX, por exemplo, a bipolaridade civilização/barbárie, materializada por várias metáforas que, pela aproximação ou pelo distanciamento, procuraram demarcar tal oposição. Entre elas, destacou-se a estabelecida entre o urbano/rural, cidade/campo, como campos simbólicos constitutivos da sociedade moderna, e como uma das demarcações entre seus opostos e contradições.⁶⁷

Enfatizou-se, nos mais diversos domínios, a busca de explicações sobre as origens dos homens, das sociedades, das nações. Foi dentro desse quadro que se procurou conhecer e dar sentido explicativo ao Brasil, enfatizando ora seus aspectos selvagens e naturais, ora seus aspectos civilizados – civilização *versus* barbárie. Tomando como referência o quadro universal, ocidental, o Brasil foi frequentemente representado como um país que, na sua maior parte, precisava ser civilizado.⁶⁸

A civilização estava no litoral, nas capitais, à medida que elas iam se tornando centros de sociabilidade, cultura, poder, movimento, vida efetivamente urbana enfim. Estabeleceu-se uma hierarquia das pequenas para as grandes cidades, que se constituíram efetivamente como centros de saber e progresso econômico.

O trabalho de Taunay encontra-se entre os autores que nesse período incorporou, ao lado do indígena, o sertanejo como símbolo da brasilidade e mesmo a substituição do primeiro pelo segundo. No seu caso, pelo menos em parte, esta atitude pode ser creditada à experiência de incursão pelo interior do Brasil. Segundo Nísia Trindade, uma hipótese plausível e instigante é a que atribui ao impacto da Guerra da Tríplice Aliança, especialmente o contato com as populações das áreas fronteiriças com o Paraguai, essa substituição.⁶⁹

⁶⁷ Cf. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica – em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: Editora UnB, 2004, p. 32-3.

⁶⁸ Cf. *Ibidem*, p. 32-3.

⁶⁹ Cf. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: REVAN, IUPERJ, p. 64.

Os textos de Taunay oferecem representações do homem local, a necessidade de defesa do território e a vontade de demarcar sua singularidade, bem como a urgência de acabar com o “atraso” do *sertão*, por meio de um processo civilizador.

Define o sertanejo como um homem despreocupado com o tempo, isolado, feliz e em harmonia com a natureza, mas também inculto, sem os sinais da civilização:

E, pois, com sofreguidão natural acolhe-se ele ao sombreado retiro, onde preste desarreia a cavalgadura, à qual dá liberdade para ir pastar, entregando-se sem demora ao sono reparador que lhe trará novas forças para prosseguir na cansativa jornada. Ao homem do sertão se afiguram esses momentos incomparáveis, acima de tudo quanto possa idear a imaginação no mais vasto círculo de ambições. Vê tudo aquilo o sertanejo com o olhar carregado de sono. Caem-lhe pesadas as pálpebras; bem se lembra de que por ali podem rastejar venenosas alimárias, mas é fatalista; confia no destino e sem mais preocupação, adormece com tranqüilidade. O sertanejo que de nada cuidou, que não ouviu as harmonias da tarde, nem reparou nos esplendores do céu, que não ouviu a tristeza a pairar sobre a terra, que de nada se arreceia, consubstanciado como está com a solidão, para, relanceia os olhos ao derredor de si e, se no lugar pressentir alguma aguada, por má que seja, apeia-se, desensilha o cavalo e, reunindo logo uns gravetos bem secos, tira fogo do isqueiro, mais por distração do que por necessidades. Sente-se deveras feliz. Nada lhe perturba a paz do espírito ou o bem estar do corpo. Nem sequer monologa, como qualquer homem acostumado a conversar. Raros são os seus pensamentos; ou rememora as léguas que andou, ou computa as que tem que vencer para chegar ao término da viagem.⁷⁰

Continua

O legítimo sertanejo, explorador dos desertos, não tem, em geral, família. Enquanto moço, o seu único fim é devassar terras, pisar campos onde ninguém antes pusera pé, vadear rios desconhecidos, despontar cabeceiras e furar matas, que descobridor algum até então varara. A certeza que tem de que

⁷⁰ TAUNAY, Visconde de. *Céus e terras do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Rio de Janeiro: Cayeiras, 1928, p. 21-28. (Citação transcrita conforme o original).

nunca poderá perder-se na vastidão, como que o liberta da obsessão do desconhecido, o exalta e lhe dá foros de infalibilidade. Quando o sertanejo vai ficando velho, quando sente os membros cansados e entorpecidos, os olhos já enevoados pela idade, os braços frouxos para manejar a machadinha que lhe dá o substancial palmito ou o saboroso mel das abelhas, procura então quem o queira para esposo, alguma viúva ou parenta chegada, forma casa e escola, e prepara os filhos e enteados para a vida aventureira e livre que tantos gozos lhe dera outrora.⁷¹

Este trecho enaltece as virtudes do sertanejo, seus valores autênticos e honradez, mas aponta seu comportamento pouco “civilizado”. Mas, Taunay visualiza este homem como um sujeito de mudança, que poderia oferecer outro sentido à sua vida, um sentido coletivo identificado com os objetivos da nação, bem como transformar-se, com uma função mais nobre, a de proteger o território brasileiro. Afirmar que reunir os homens do sertão ao Exército brasileiro, recrutando-os como soldados comuns seria indispensável para o bom êxito das forças brasileiras. Afinal, ele é portador de um conhecimento, indispensável para quem transita pelo sertão,

... a bem de algum sossego de espírito e comodidade de corpo, quem viaja pelos alongados sertões do Brasil, precisa ter, em primeiro lugar, um bom e diligente camarada. Sem ele tudo é tropeço, tudo estorvos e dificuldades; com a sua presença, perspicácia e experiência nada se torna insuperável, nada impossível ou desremediado.⁷²

Na sua avaliação, “o sertanejo é antes de tudo um forte”⁷³, como dirá Euclides da Cunha, tempos depois. O maior feito do *sertanejo* foi domar terras virgens, fixando ali um símbolo em homenagem ao Imperador. Para o autor o lugar desejado do mestiço *sertanejo* era o da semi-liberdade, tolerada como funcional para a ocupação e desbravamento do território. O homem do *sertão* é que detém o conhecimento do terreno, e é disto que nasce seu amor ao solo, à terra que a pátria precisa preservar. Esse amor à terra pode vir a

⁷¹ Esse mesmo trecho pode ser encontrado no romance *Inocência*. (Citação transcrita conforme o original).

⁷² TAUNAY, Visconde de. *Céus e terras do Brasil*. Op.cit., p. 27. (Citação transcrita conforme o original).

⁷³ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. (1902). 39 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000, p. 100.

transformar-se, quando do advento da civilização, em amor a pátria, conseqüentemente, em amor ao Império.⁷⁴

Encontra, porém, um entrave para que o sertanejo possa a vir defender a nação: o conformismo com sua situação, e a inexistência de uma visão empreendedora. Vê a dificuldade do mestiço livre em fazer crescer o domínio do Império, porque, a mesmo tempo em que era livre, era, também, pacato e conformado com a prisão que sua situação lhe obrigava. “Sou um sertanejo, não sei nada; os senhores que estudaram nos livros é que devem saber tudo.”⁷⁵ Registra esse diálogo e, a modéstia que comoveu Taunay, também o tranqüilizou, já que reafirmava à posição de superioridade que se desejava preservar.

Em outra dimensão, o da fronteira internacional, Taunay preocupou-se com a necessidade de definir as singularidades de cada Estado: do Império brasileiro e da república paraguaia, como forma de fortalecer a identidade nacional. Evidencia, empiricamente, que as fronteiras são as delimitações espaciais do Estado, a sua evidência territorial.

Ao sentir que o território nacional é diferente do “Outro”, ressalta o seu sentimento de nação. Taunay apresenta esta sensação na guerra, ambiente que, também, permite este tipo de reação:

Quem comandava este destacamento era um capitão da guarda nacional do Rio Grande do Sul, Delfino Rodrigues de Almeida, mais conhecido pelo apelido paterno de Pisaflores, homem enérgico, a cuja bravura todos prestávamos homenagem. Vimo-lo olhar fixamente para oeste; de repente, partido de diferentes pontos, reboou um grito: A fronteira! Da elevação onde se achava o destacamento avistava-se com efeito a mata sombria do Apa, limite das duas nações.⁷⁶

Outro trecho interessante quanto as impressões de Taunay diante da fronteira:

⁷⁴ Cf. TAUNAY, Visconde de. *Céus e terras do Brasil*. Op.cit., p. 40-5.

⁷⁵ TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*. (1871). 13 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1874, p. 59. (Citação transcrita conforme o original).

⁷⁶ *Ibidem*, p. 51.

Momento solene este, em que entre oficiais e soldados não houve quem pudesse conter a comoção! O aspecto da fronteira que demandávamos a todos surpreendeu. É que realmente era novo. Podiam alguns já tê-la visto, mas com os olhos do caçador ou do campeiro, indiferentes. A maior parte dos nossos dela só haviam ouvido vagamente falar; e agora ali estava à nossa frente como ponto de encontro de duas nações armadas, e como campo de batalha.⁷⁷

Em outro momento diz,

Chegados esta tarde, à margem de um ribeirão, que os espanhóis chamam Sombrero, fomos acampar no triângulo que ele ali forma, confluindo com o Apa. Admiramos este belo rio, fronteira dos dois países e cujo aspecto, com sua mata cerrada, tanto nos impressionara quando de longe o avistáramos. Grande futuro lhe está reservado após a guerra.⁷⁸

Então afirma “No Rio de Janeiro já se sabia da quase total evacuação por parte dos paraguaios e havia pressa em retomar a linha limítrofe do Império.”⁷⁹ Os textos de Taunay dão exemplos das representações que se construía em torno desse espaço. Referindo-se a Mato Grosso, considerado pela elite política e intelectual, como *sertão*, ele diz

Apesar de tudo, uma noite no sertão é bela. Quando o céu refulge com cintilações que as cidades não conhecem, a inspiração voa longe sem seguir intento nem formar realizações; à maneira dos pássaros de longo vôo, adeja como imóvel mas não está parado para poder de momento sulcar grandes espaços. Raras contudo são essas contemplações, ai vem o sono, que encerra as pálpebras, fecha o caminho no espírito e prepara o corpo para as fadigas da viagem de amanhã. Que sonhos se dormem no sertão? Tão doces!⁸⁰

⁷⁷ TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*. Op.cit., p. 51. (Citação transcrita conforme o original).

⁷⁸ Ibidem, p. 53.

⁷⁹ TAUNAY, Visconde de. *Dias de guerra e de sertão*. (1882). 5ª ed. Companhias Melhoramentos: São Paulo – Cayeiras - Rio, 1927, p. 85. (Citação transcrita conforme o original).

⁸⁰ TAUNAY, Visconde de. *Viagem de regresso de Matto Grosso à corte*. (1867). Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1869, Tomo 73, p. II, 46 p. 52. (Citação transcrita conforme o original).

Reafirma estas noções que definiram determinadas localidades brasileiras como sertanejas, como foi o caso de Mato Grosso

E tais sons se sucedem ingentes, à maneira de marteladas de uma araponga impossível, do tamanho de um boi, reboam por estas alterosas montanhas de Minas, precipitam-se pelos vales e quebradas, que enchem de terror, galgam raivosos as serras, prolongam-se, de eco em eco, pelo sertão afora, com sonoridades não sonhadas por Wagner, e só diminuem de intensidade e se esbatem lá pelas lisas planícies de Goiás ou as largas vastidões do longínquo Mato Grosso.⁸¹

Apesar das belezas, da tranqüilidade e do encontro com a natureza, era necessário transformar o sertão e o espelho era o litoral,

Ao aportar o "Santa Maria" à cidade de Santos, no dia 2 de Abril, e ao desembarcarmos era eu já outro, entregue ao prazer de viver bem sobre mim e de ver gente e cidades novas, com a perspectiva de percorrer grandes extensões e varar até sertões pouco conhecidos.⁸²

Continua dizendo

As comunicações se haviam tornado cada vez mais difíceis e os Avisos que vinham do Ministério da Guerra, então dirigido pelo Paranaguá, eram contraditórios e de gente completamente alheia às condições difíceis do sertão, em que estávamos encravados e dos tropeços de ordem simplesmente topográfica.⁸³

Há já largos anos ao voltar por terra da Província de Mato Grosso, cortando os sertões do centro deste Brasil, (...) se me fixaram tão vivamente na memória que ainda hoje, quando nelas penso em horas de concentração, como que sinto o bafejo daquelas formosas e imensas vastidões.⁸⁴

⁸¹ TAUNAY, Visconde de. *Viagens de outrora*. (1865-1867). São Paulo: Companhias Melhoramentos; Rio de Janeiro: Cayeiras, 1921, p. 160. (Citação transcrita conforme o original).

⁸² TAUNAY, Visconde de. *Dias de guerra e de sertão*. Op.cit., p. 9. (Citação transcrita conforme o original).

⁸³ Ibidem, p. 34.

⁸⁴ TAUNAY, Visconde de. *Céus e terras do Brasil*. Op.cit., p. 40. (Citação transcrita conforme o original).

Registra um diálogo em que ele é identificado como um homem não pertencente ao *sertão*. “Tomara-se de grande amizade por mim e dele conservo a expressão angustiada com que, ao voltarmos da Laguna, ele então muito doente, exclamou, ao abraçar-me: "Ah! Taunay, como é que você pode salvar-se? Saia de Mato Grosso quanto antes! Esta terra não é para você!"⁸⁵

Em Taunay *sertão* significa um estado de contradição permanente. Define os espaços que formam o território e convivem sempre com a beleza arrebatadora e o estado de pobreza e desespero. O *sertão* é esplendoroso é inóspito, céu e inferno, natureza e cultura ao mesmo tempo. É aí que habita os anônimos heróis da brasilidade.⁸⁶

Nesse campo das idéias, aparece um Brasil representado, então, no embate entre natureza e civilização, inferno e paraíso, deslumbramento e perdição. Mundo a perder de vista, fronteira a desbravar, tanto econômica como culturalmente, explorando suas inúmeras riquezas e inserindo seu povo e sua história no quadro de valores da cultura ocidental. De forma semelhante, esse mesmo processo se deu no interior do Brasil: as diferenças regionais, marcadas pelas distinções entre o litoral e o *sertão*.⁸⁷

A partir desses pressupostos, a historiografia brasileira encontrou seu centro na nacionalidade na busca das diferenças que pudessem conformar uma identidade própria e que aproximasse o país cada vez mais do mundo civilizado o afastasse do atraso/barbárie: um cenário natural cheio de potencialidades, que precisava ser conhecido, domado e submetido ao controle dos homens, todo seu território; aproximar o litoral do *sertão*, minimizar suas diferenças. Levar a civilização à barbárie.⁸⁸

Inserido nessas concepções, Francisco Alambert, salienta que as obras de Taunay apresentam-se na forma de narrativa de cunho aparentemente memorialística, estrutura-se a

⁸⁵ TAUNAY, Visconde de. *Em Mato Grosso invadido (1866-1867)*. Companhia Melhoramentos de São Paulo – Cayeiras – Rio, 1929, p. 32. (Citação transcrita conforme o original).

⁸⁶ Cf. *Ibidem*, p. 25.

⁸⁷ Ver: GALETTI, Lílian da Silva Guedes. *Nos confins da civilização...* Op.cit.

⁸⁸ Cf. MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria ...* . Op.cit., p. 18.

partir de uma concepção plástica e paisagística, da natureza e da cultura, na qual guerra e misérias humanas se confundem e se combinam com o lado obscuro e desconhecido da natureza e com a natureza básica dos homens, primitivos, selvagens e guerreiros, em busca de seu caminho para a ordem civilizada.⁸⁹

Taunay se impressiona ao constatar:

A estrada, conhecida vulgarmente até ao alto da Serrinha, (...) pelo nome de caminho de Mato Grosso, é toda macadamizada e naquela ocasião se achava em estado de bem regular conservação, dando fácil e cômodo trânsito aos muitos carros, carroças, *telegas* e veículos das formas mais irregulares e curiosas, (...) que de contínuo a percorriam.⁹⁰

Depois de algumas semanas de bom tempo a ajudar o ativo serviço de reparação, ficará essa estrada de Mato Grosso excelente e por largos trechos rodavam carruagens, como se fosse alguma via de comunicação de primeira classe da Europa, de que nos davam aproximadamente idéia a União e Indústria, Rio de Janeiro e Minas Gerais e a de D. Francisca, em Santa Catarina.⁹¹

A literatura brasileira povoou os variados *sertões* que construiu com personagens colossais, bem como a descrição de suas naturezas, poderosos símbolos, marcando com eles forte, profunda e definitivamente, o imaginário brasileiro. Taunay elaborou a narrativa de um mundo arruinado, onde uma guerra ocorrida em terras ao mesmo tempo exuberantes e inóspitas em que viviam homens paupérrimos, mas aguerridos. A barbárie em *A retirada da Laguna* está solta lá fora, nos sertões, nas fronteiras, pronta para atacar a civilização que demora a se formar.

Este livro é também um convite à construção da nacionalidade e um aviso de que esta mesma construção esta em perigo constante. Sua verdadeira função é problematizar,

⁸⁹ Cf. ALAMBERT, Francisco. *Literatura e política no Visconde de Taunay*. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold & LIMA, Eli Napoleão de (orgs). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001, p. 219.

⁹⁰ TAUNAY, Visconde de. *Visões do sertão*. 2ª ed. São Paulo: Companhias Melhoramentos; Rio de Janeiro: Cayeiras, 1928, p. 72. (Citação transcrita conforme o original).

⁹¹ *Ibidem*, p. 73.

sutilmente, os impasses da formação da nacionalidade e expor o ponto de vista do homem “civilizado” das terras brasileiras (primeiro para o público europeu, já que foi publicado antes em Paris, em 1871 e depois para o público brasileiro).⁹² Trata-se de um trabalho que marca o momento em que o nacionalismo era reivindicado pela elite, que se sentia vitoriosa com o término da guerra.

Nas *Memórias*, confessa que antes de quere assistir à construção da pátria pelas armas, desejava “descobrir – nos campos de batalha – um gênero novo de planta, pelo menos uma espécie ainda não estudada e classificá-la.”⁹³ Para o jovem Taunay, lançar-se aos *sertões* em luta, viajar pelo interior distante do Brasil, significava, antes de tudo, um passeio da civilização.

De fato, esse é o tom geral que nos aproxima de *A retirada da Laguna*. Taunay olhava ao seu redor com os olhos do viajante, de explorador, “Estávamos ali prisioneiros da solidão, cercados de todos os lados por sertões imensos, em paragens incultas, desertas, devastadas, sem recursos de espécie alguma, incapazes de prover a subsistência de quase três mil pessoas”⁹⁴

Litoral e *sertão* representaram categorias ao mesmo tempo opostas e complementares. Opostas, porque uma expressava o reverso da outra: litoral referia-se não somente a existência física de uma faixa de terra contígua ao mar, mas também um espaço conhecido, delimitado, “civilizado” e domado pelos brancos, um espaço da cristandade, da cultura e da civilização.⁹⁵ *Sertão* era exatamente o contrário, mas também o lugar do ouro e de outras riquezas.⁹⁶

Durante o Império, a esses significados de *sertão* foram acrescentados outros e novos predicados. Passou a incluir praticamente todo o mundo rural, mesmo as áreas de pecuária e

⁹² Cf. TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*. Op.cit., p. 219.

⁹³ TAUNAY, Visconde de. *Memórias*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948, p. 136. (Citação transcrita conforme o original).

⁹⁴ TAUNAY, Visconde de. *Em Mato Grosso invadido (1866-1867)*. Op.cit., p. 6. (Citação transcrita conforme o original).

⁹⁵ Cf. LIMA, Nísia Trindade. Op.cit., p 75.

⁹⁶ Cf. TAUNAY, Visconde de. *Céus e terras do Brasil*. Op.cit., p. 27.

extrativismo, contanto também com as vilas espalhadas pelo interior; mas também passou a apresentar características positivas, como lugares de amores brejeiros e de harmonia da natureza, sobretudo pelos romances e poesias do século XIX. Taunay descreve a natureza *sertaneja* neste trecho,

Sobremaneira notáveis todas as paisagens daquele mal conhecido recanto de Mato Grosso, especialmente quando se caminha ao longo do Aquidauana. ...

⁹⁷

Quisera ter asas para poder voar sobre a imensidade do vastíssimo Brasil.⁹⁸
Passado Camapoan, ainda mais belo se mostra aquele sertão, se possível!⁹⁹

Além da distância da costa e das áreas laboriosas um outro sinal de que se estava no *sertão* era a grande presença de mato, seja a floresta fechada, cerradões ou caatinga. Disse Taunay, "Numa ocasião, já passando o arraial de S. José do Rio Preto deserto por causa do recrutamento – punha-se então em prática o dito que circulava em todo o Brasil: Deus é grande, mas o mato é maior."¹⁰⁰

O mato seria uma natureza pouco tangível e soberana, mas que poderia oferecer sustento, sobrevivência. O homem que vivesse no mato era um homem-do-mato, um ser que pertencia ao reino da natureza e se confundia com esta, sendo, portanto, uma pessoa que desconhecia ou não reconhecia as benesses da civilização. Taunay relata

"Bem diverso era o móvel que atuava no espírito de um ou outro de nós dois. Ele, amante em extremo das viagens pelos sertões, bem quisera fazê-la a render, caminhando pausadamente e apreciando a gosto a independência daquela vida à solta, descuidosa, contemplativa, tão do gosto das naturezas melancólicas e retraídas como era a sua. A minha ansiedade, pelo contrário, era voar, vencer o espaço, devorar léguas e alcançar o almejado Rio de Janeiro, onde pudesse, no seio da família e da sociedade, fartar as saudades da casa e da civilização".¹⁰¹

⁹⁷ TAUNAY, Visconde de. *Visões do sertão*. Op.cit., p. 7. (Citação transcrita conforme o original).

⁹⁸ Ibidem, p. 13.

⁹⁹ Ibidem, p. 32.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 62

¹⁰¹ Ibidem, p. 34.

De qualquer forma, era tarefa da liderança do país fazer com que o homem do mato se sentisse pertencente à nação, tanto quanto o cidadão que vislumbrava uma nascente civilização; uma vez que todos estavam dentro do mesmo território nacional, onde as pessoas eram perfilhadas pelo Império e deveriam reconhecer-se irmanadas numa nação que se construía.¹⁰²

Era preciso, então, fundar uma história nacional, que atribuísse legitimidade a associação entre o território e a nação. Esse foi um papel reservado, sobretudo pelas instituições oficiais, principalmente aos institutos históricos e geográficos, inaugurados ao longo do período imperial e início da República: "construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos."¹⁰³

Na medida em que Estado, monarquia e nação configuram uma totalidade para a discussão do problema nacional brasileiro, externamente define-se o "Outro" desta Nação a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado. Assim, os grandes inimigos externos do Brasil seriam as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo e, ao mesmo tempo, a representação da barbárie.¹⁰⁴

Taunay vê os contrastes entre Brasil *versus* Paraguai, República *versus* Império, Natureza *versus* Cultura, índios, sertanejos e homens brancos em conflito mútuo de reconhecimento e estranhamento, esses foram alguns dos temas que o viajante em terras nacionais descobre, estupefato, porém seguro de suas convicções. A narrativa que produziu é um resumo dessas "descobertas" e, ao mesmo tempo, um documento de uma era, ou de um sonho, refletido no espelho da guerra.

¹⁰² SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870- 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99.

¹⁰³ Ibidem, p. 99.

¹⁰⁴ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op.cit.

Durante a permanência na cidade de Luque, no Paraguai, no período da Guerra da Tríplice Aliança, em abril de 1869, Taunay passa a descrever as impressões que sentiu do “Outro”, além da fronteira “Aquela cidade, (...) é a perfeita realização do modo de pensar dos dominadores deste infeliz país: tudo aí é sombrio; as ruas lamacentas, horríveis, sem iluminação, sem nivelamento, nem idéia de calçamento; as casas baixas e incomodas.”¹⁰⁵

A retirada da Laguna elabora essa problemática, uma imagem do Brasil que se concebia em oposição ao mundo estranho e desolado representado pela realidade sul-americana, cuja face mais tenebrosa era a representação fantasmagórica da República guarani. O Paraguai era o “Outro”, o reverso da civilização que se sonhava para o Brasil. Expôs imagens e esteriótipos que vieram povoar o imaginário brasileiro da distância e da diferença em relação à cultura vizinha.

Em *Cartas da campanha*, no outro lado da fronteira esta López, o “ditador” paraguaio Francisco Solano López, a mais terrível expressão do seu povo. Este não tem ambigüidades: é simplesmente o oposto do líder moral do povo brasileiro, o Imperador. “Na monarquia vizinha, um imperador habita a mais modesta das vivendas; nesta república, o sólido presidencial, em verdadeiro capitólio, alteia-se sobranceiro à cidade.”¹⁰⁶

Solano López é a pura encarnação do desvio americano, desvio bárbaro, desvio republicano, que deve ser extirpado: “Foi, por assim dizer, necessário matar o último paraguaio para se chegar ao terrível e fatal ditador, pelo qual se fanatizara aquela infeliz nação, digna por certo de melhor sorte e de outros ideais.”¹⁰⁷

Boa parte do livro identifica a ausência de uma moralidade básica para a civilização no Paraguai. Do governo de Solano Lopez, Taunay diz,

¹⁰⁵ TAUNAY, Vizconde de. *Cartas da Campanha (1869-1870)*. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Rio de Janeiro: Cayeiras, 1921, p. 7. (Citação transcrita conforme o original).

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 8.

¹⁰⁷ TAUNAY, Visconde de. *Dias de guerra e de sertão*. Op.cit., p. 77. (Citação transcrita conforme o original).

Naquela capital, cuja vida dependia de um só homem, o interesse público nada valia, e o amesquinamento externo era reflexo do interno: a população vivia em tugúrios e seu chefe dos palácios adornados com irrisórios emblemas da liberdade, a dominava pelo acabrunhamento moral.¹⁰⁸

O mesmo ocorre *Em Mato Grosso invadido*. As comparações são recorrentes, veja o trecho a seguir:

Que soldadesca sofredora e resistente! Resignada aos grandes sofrimentos, impassível ante todas as inclemências! Que caminheiros ótimos, infatigáveis, valentes por natureza! Inexcedivelmente sóbrios, pacientes, alegres, respeitosos, delicados em geral! Com que confiança seguiam os chefes em que instintivamente percebiam as qualidades do mando!¹⁰⁹

Comparativamente ao paraguaio, sempre descrito como odioso, cruel e sanguinário, como se observa:

Foi o adeus dos paraguaios, a ultima demonstração de seu ódio contra nós. (...) A todas as vicissitudes atravessadas viera juntar-se a angústia da véspera. Já era muito porém, era legítimo triunfo estarmos de pé e ter dominado um inimigo tão perfidamente encarniçado em nos arruinar.¹¹⁰

Assim, do ponto de vista da imagem a ser criada externamente, no Velho Mundo, a representação da “barbárie” se desloca para as repúblicas hispano-americanas, conformando um jogo de oposições que atinge seu momento mais agudo durante esse período da Guerra. Nesse contexto, a associação República/barbárie e fragmentação política/tirania desvenda por contraposição, a singularidade pretendida de um projeto de gênese da nação brasileira, inserindo-a numa tradição de civilização e progresso, na qual a

¹⁰⁸ TAUNAY, Visconde de. *Dias de guerra e de sertão*. Op.cit., p. 77. (Citação transcrita conforme o original).

¹⁰⁹ TAUNAY, Visconde de. *Em Mato Grosso invadido*. Op.cit., p. 49. (Citação transcrita conforme o original).

¹¹⁰ TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*. Op.cit., p. 136. (Citação transcrita conforme o original).

monarquia centralizada, encarregada de “difundir as luzes” e manter a unidade territorial, seria o elemento fundamental.¹¹¹

Assim, o termo *sertão* recorrente na historiografia brasileira fazia parte de um contexto maior marcado pela preocupação de tornar a nação brasileira parte das demais nações "civilizadas". Taunay, quando do retorno da Guerra, já em Santos assim se refere a um dos símbolos do progresso, "Justificada era, portanto, a alegria com que saudávamos e festejávamos o elemento primordial da nutrição na vida civilizada – A Estrada de Ferro."¹¹²

Anos mais tarde, imediatamente após a Proclamação da República, Taunay reuniu artigos publicados em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo no livro, intitulado, *Império e República*, no qual faz interessantes considerações sobre a especificidade do Estado monárquico brasileiro em meio ao que considerava o potencial separatismo das repúblicas hispano-americanas.

O que, antes do mais, distinguia o Brasil império era a segura e valente coesão de todas as suas partes constitutivas (...) mantínhamos essa admirável unidade de vistas e ideais num vastíssimo, mas bem ponderado organismo nacional, animado por larga e generosa circulação vital, impulsionada de um centro único, mas irradiando para todas as direções, sem deixar ponto algum a que não levasse ou procurasse levar o benefício da sua influência atenta e justiceira.¹¹³

Se era necessário transformar o homem do sertão no guardião do território, era necessário também transformar o *sertão* à luz das ciências. A geração de Taunay passou a ver a fronteira oeste como objeto de transformação e a guerra com o Paraguai proporcionou um dos elementos essenciais para a chegada do progresso, a abertura do rio Paraguai à

¹¹¹ Cf. FONSECA, Sílvia Carla Brito. *Monarquia e razão vigilante: o pensamento político na literatura do Visconde de Taunay*. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold & LIMA, Eli Napoleão de (orgs). De sertões, desertos e espaços incivilizados. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001, p. 231.

¹¹² TAUNAY, Visconde de. *Visões do sertão*. Op.cit., p. 69. (Citação transcrita conforme o original).

¹¹³ TAUNAY, Visconde de. *Império e República*. (1890). São Paulo: Melhoramentos, 1933, p. 42-3. (Citação transcrita conforme o original).

navegação internacional. Agora, deveria ser complementada com as ferrovias e o telégrafo. Esta deveria ser a tarefa do Estado Nacional, no sentido de integrar a fronteira oeste.

CAPÍTULO II

BRASIL E BOLÍVIA NO ESPAÇO SUL-AMERICANO

O grupo responsável pela declaração da independência política do Brasil, em 1822, manteve a mesma visão imperial lusa em relação aos territórios americanos, mantidos por Portugal durante o regime colonial. Uma visão de unidade construída, principalmente, frente aos domínios coloniais da Espanha, e reforçada com a presença do aparelho estatal no Brasil no período de D. João VI. Esta visão era apoiada, entre outros elementos, por textos jurídicos internacionais, leis gerais de administração e conquista territorial do interior.

O território unificado seria, portanto, uma herança a preservar. Esta idéia transformou-se em diretriz política dos grupos do centro sul que passaram a liderar a nova organização do país e logo entraria em confronto com a diversidade cultural e de interesses locais, marcados pela formação histórica das áreas coloniais portuguesas na América. Esta idéia de unidade passou a ser um dos elementos mais fortes, tanto no discurso como na prática política, na tarefa de reorganizar e consolidar o Estado imperial.

A historiografia brasileira sacralizou esta idéia e durante muito tempo tratou a unidade territorial como um legado do passado colonial. Atualmente, esta visão vem sendo superada por aquela que vê a construção desta unidade como um empreendimento do

Estado imperial. Para Demétrio Magnoli, sua substância consistiu, na articulação dos interesses das “oligarquias regionais” no interior das instituições da monarquia parlamentar.¹¹⁴ Foi o embate entre as prerrogativas do poder central e as exigências dos poderes regionais e locais a nota marcante no período compreendido entre a Independência e 1850.¹¹⁵

Nesse período, principalmente, a partir da primeira grande crise que levou à abdicação de D. Pedro I em 1831, consolidou-se a independência, em um cenário de confronto de idéias e conflitos armados. Foram duas décadas essenciais para definir as formas de reorganização e consolidação das instituições monárquicas, com um projeto que encaminhou o país em direção a um Estado liberal.

Para assegurar a unidade política interna, os grupos políticos e a burocracia, com atuação na Corte, detentoras do controle das instituições estatais ainda organizadas aos moldes coloniais, usaram todos os recursos, desde alianças políticas regionais até o poder militar para enfrentar a oposição em diferentes províncias. Esses conflitos demonstraram que a independência não era apenas a transferência dos controles políticos da monarquia portuguesa para uma nova realidade política.

A partir desse momento, também a fronteira oeste brasileira, como espaço constitutivo do Estado e na condição de fronteira internacional, será objeto da ação das elites imperiais brasileiras. Ação orientada pela perspectiva territorial, civilizacional e geopolítica do Brasil no quadro dos países hispano-americanos.

Em contraste com o Brasil, a Bolívia se organizou politicamente em um espaço que era muito diferente do restante das repúblicas andinas voltadas para o Pacífico. Sua situação específica no centro da América do Sul determinou uma posição ambígua e complexa durante o processo de conformação de suas vias de comunicação sub-continentais, ao estar

¹¹⁴ Cf. MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria...* Op.cit., p. 69-70.

¹¹⁵ Cf. SILVA, Ligia Osório. *Fronteira e identidade nacional*. Este trabalho integra o projeto “A política de ocupação de terras públicas e a construção do Estado: um estudo comparado da fronteira móvel na Argentina, Brasil e Estados Unidos”. Instituto de Economia, UNICAMP, 1999/2001.

situada num espaço em que confluíam várias possibilidades de comunicação para o exterior, mas todas elas dificultadas pelas convergências e conflitos de interesses entre as nações.¹¹⁶

Considerar as diferentes formas em que se organizaram o Brasil e a Bolívia, permite a compreensão das relações políticas estabelecidas pelos dois países, ao verificar a capacidade de decisão em política externa, que cada um detinha. As relações bilaterais, iniciadas no contexto da afirmação dos novos Estados, ganharam maior densidade a partir da segunda metade do século XIX e, foram permeadas pelas condições políticas do contorno regional sul americano e, também, pela diferença de inserção de cada país no contexto internacional.

1. Consolidação das instituições políticas brasileiras

A declaração da independência brasileira em 1822 e a guerra pela independência das colônias espanholas, terminada em 1825, não trouxera a almejada paz, nem interna e nem externa, para os países da América do Sul. O necessário reconhecimento externo dos novos países enfrentou, como maior problema a política de reconquista da Espanha frente às suas antigas colônias, política abandonada somente nos meados do século XIX.

Diferente foi o caso brasileiro, em relação ao seu embate com Portugal, que foi conjuntural. Houve, inicialmente, o enfrentamento com as tropas portuguesas, na maioria das províncias brasileiras que mantinham sua adesão às Cortes. Em algumas delas as Juntas de Governo, defensoras da independência, assumiram o controle político, como ocorreu no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Ceará. Em outras, porém, o mesmo não aconteceu como na Bahia, Maranhão, Piauí e Pará, que se transformariam no palco da guerra.

¹¹⁶Cf. Cf. HEREDIA, Maria Eugenia. *La insercion de Bolívia en un sistema de comunicaciones: el proyecto amazónico de Vicente Pazos Kanki*. In: HEREDIA, Edmundo A. et alli. *América Latina: Isla o archipiélago: el rol de las vías de comunicacion en la estructuración espacial*. Córdoba: Programa de Historia de la Relaciones Interamericanas CIFYH, 1994, p. 39.

Ao primeiro grupo, comandado pelo Rio de Janeiro, integraram-se outras províncias que aderiram à causa da independência, como o Rio Grande do Sul, a Cisplatina, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O plano português envolvia a guerra de reconquista, tendo por estratégia a união do norte a Portugal. No entanto, a precária situação financeira, desse país, e os sucessos brasileiros obstaram um confronto de maiores proporções.¹¹⁷ O reconhecimento político da independência passou, então, a ser uma grande tarefa no âmbito da diplomacia.

A consolidação da independência seria um longo processo em toda América, apresentando diferentes características nos vários países, com a luta entre facções políticas que objetivavam o poder e apresentavam projetos alternativos na organização dos Estados. No Brasil, a crise que levou à abdicação de D Pedro I, em 1831, abriu um período de grande importância para a consolidação da independência e a configuração do novo Estado.

Assim, o período de Regência, com a menoridade do sucessor do trono imperial, bem como os anos que a ele se seguem, até 1850, foi um dos mais agitados da história política imperial. Naqueles anos, o enfrentamento militar entre as elites que controlavam o poder central e as províncias que defendiam a autonomia ou a descentralização política, colocou com maior clareza o problema da unidade territorial dos antigos domínios coloniais. O centro do debate político, portanto, foi dominado pelos temas da centralização do poder, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas.

As reformas realizadas pelos regentes são um bom exemplo das dificuldades em se adotar uma prática liberal que fugisse aos moldes do absolutismo. Nas condições brasileiras da época, muitas medidas destinadas a dar alguma flexibilidade ao sistema político acabaram resultando em violentos choques entre as elites no predomínio dos interesses de grupos rivais. Um elemento importante a ser ressaltado, no que se refere às dificuldades desse período, é o de que entre os grupos dominantes, não havia consenso sobre qual

¹¹⁷Cf. CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 30.

arranjo institucional era mais conveniente para seus interesses. Mais ainda, não havia clareza sobre o papel do Estado como organizador dos interesses gerais dominantes.

A alternância de poder que se verificou nesse período, dentro do campo liberal, permitiu a definição das forças políticas e dos grupos hegemônicos que conduziram a política imperial a partir do final dos anos 1830. Em 1837 a eleição de Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, como Regente do Império, deu início ao chamado período do *Regresso*. Iniciava-se a definição do liberalismo conservador que seria a tônica do projeto imperial, independente da prática política dos partidos que começaram a se definir, o Liberal e o Conservador.

A centralização política, o apelo à ordem e à autoridade foram as idéias que sustentaram o projeto de uma nova geração política na organização do Estado, cujas instituições se consolidaram a partir dos anos 1850, ao lado de uma política de modernização do país. Nos anos 1840 as idéias em torno da ordem interna levaram a elite a definir um projeto centralizado de governo.

De qualquer forma, o processo de centralização política e de reforço da figura do Imperador – objetivos principais do *Regresso* – completou-se com uma proposta de reformas, a partir do Gabinete liberal organizado por Paula Sousa em 1848:

‘... o Governo passou a admitir que a maneira de evitar a revolução era fazendo reformas. Paula Sousa apresentou um programa que contemplava a elaboração de uma Lei de Terras, com a doação de terras públicas; reforma eleitoral, para assegurar a liberdade de votos; reforma do Conselho de Estado, da Guarda Nacional; Lei de incompatibilidade eleitorais que impedisse a candidatura dos presidentes de província, magistrados, empregados de política e funcionários administrativos e reforma do Judiciário.’¹¹⁸

Algumas destas reformas, aparentemente, ameaçavam o poder dos senhores de terra e escravos, mas se tornaram urgentes para efetivar o projeto de modernização do país.

¹¹⁸ DIAS, Geralda. *Brasil dos anos 50 aos 80*. (Título provisório). Texto original.

Assim, o chamado Partido da Ordem que congregava os conservadores do *Regresso*, assumiu a liderança na promoção de uma política que não admitia excessos. Depois da administração liberal de Paula Sousa, que não conseguiu colocar em prática o programa de reformas, foi convidado para organizar um novo Ministério Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) que contou com Eusébio de Queirós no Ministério da Justiça. Estes dois políticos juntos com Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) eram os líderes mais expressivos do Partido Conservador. Com eles iniciava o projeto modernizador que daria a direção ao Estado imperial e permitiu à primeira geração, pós-independência, a formular uma sólida política externa.

Durante cinco anos, até 1853, este ministério foi responsável por importantes reformas políticas. Em 1850, foram tomadas várias medidas que refletiram o início da mudança estrutural do país, consideradas como o programa de modernização. Entre as medidas adotadas, podem ser destacadas: a extinção do tráfico de escravos, a Lei de Terras, a centralização da Guarda Nacional e a aprovação do primeiro Código Comercial. Este trazia inovações, como a definição dos tipos de companhias que poderiam ser organizadas no Brasil e a regulamentação de suas atividades. Este grupo assumia o poder depois de serem derrotadas as últimas revoltas armadas das províncias.

No plano político, liberais e conservadores chegaram, provisoriamente, a um acordo expresso, sobretudo, no Ministério de Conciliação, entre 1853 e 1857, presidido pelo conservador Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná).¹¹⁹ Para José Maria dos Santos, a partir de então, os grupos dirigentes consideraram que a tarefa da “pacificação” interna estava concluída. As bases jurídicas da organização do Estado estavam postas, com mecanismos capazes de controlar os perigos do movimento social, e com autoridade para delinear uma política externa com maior capacidade de defesa dos interesses do Estado Imperial.¹²⁰

¹¹⁹ Acompanhado pelos Ministros Nabuco de Araújo, Pedro de Alcântara Belegarde, Luis Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) e João Mauricio de Wanderley (Barão de Cotegipe). De algum modo, o acordo perdurou nos ministérios seguintes, até 1861.

¹²⁰ DIAS, Geralda. *Brasil dos anos 50 aos 80*. (Título provisório). Texto original.

Uma vez conquistada essa estabilidade interna, foram criadas as condições para o desenvolvimento material do país. Esboçavam-se assim, nas áreas mais dinâmicas da economia, mudanças no sentido de uma modernização capitalista; ou seja, nasciam as primeiras tentativas para se criar um mercado de trabalho, aproveitamento da terra e dos recursos disponíveis. As mudanças materiais ocorridas a partir de 1850 tenderam a se concentrar em áreas economicamente mais desenvolvidas.

O resultado foi o aumento das diferenças culturais entre o norte e o sul do país, assim como entre a cidade e o campo, entre o litoral e o *sertão*. Era como se a história tivesse sofrido uma "aceleração" nas regiões mais desenvolvidas, enquanto que nas áreas tradicionais continuassem a reproduzir o modelo herdado do período colonial. O reforço dessa diferença, por sua vez alimentara a crença da ciência como meio de reformar a sociedade, postura que encontrou no Exército os seus mais ardorosos defensores.¹²¹

Entre os políticos do país, que ao mesmo tempo eram os "homens letrados" do Império, destacou-se o grupo que fez da política externa um dos elementos da conciliação interna. Segundo Cervo, dois grupos se complementavam nesse campo. "O primeiro reunia os moderados, avessos à política de força, contra a intervenção e a resistência pela força, propensos à negociação e ao superdimensionamento da ação diplomática. Entre seus representantes estavam Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) e João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (Visconde de Sinimbu)." O outro grupo, "... menos idealista e mais realista, ao estilo dos liberais conservadores não-utópicos, tinha entre seus representantes Paulino José Soares de Sousa (Visconde Uruguai), Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná), João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe) e João Antônio Saraiva. Os dois grupos dialogavam, pouco se divergiam e muito se articulavam."¹²²

Cervo destaca a figura de José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) que embora seja oriundo do segundo grupo realizou, como diplomata e político, a síntese

¹²¹ Cf. DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p. 83.

¹²² CERVO, Amado Luiz e CLODOALDO, Bueno. *História da política exterior do Brasil*. Op.cit., p. 67.

das duas tendências. Segundo o autor, sua proposta de política externa baseava-se numa avaliação global da realidade internacional e se apresentava como "eminente brasileira".

Perseguia objetivos permanentes, identificados ao interesse nacional de forma concreta e objetiva: livre navegação, limites, comércio, moralização do Prata, soberania, que significava coesão interna, superação das querelas internas na ação externa, formulação autônoma da política externa, estratégia maleável e inteligente de ação, abertura ao debate público para obter consenso e a força, análise em círculo fechado para acertar a decisão, soluções alternativas de cálculo para a política externa, como resultado.¹²³

Para a execução dessa política contava o governo com sua rede diplomática permanente e com suas missões especiais. Nas relações com a América do Sul o grande destaque foi Duarte da Ponte Ribeiro (Barão da Ponte Ribeiro) e em Washington e Londres Francisco Inácio de Carvalho Moreira (Barão de Penedo). O Barão da Ponte teve uma participação muito significativa nas negociações políticas sobre os limites brasileiros. Talvez tenha sido o diplomata que mais contribuiu para a formulação e execução da bem sucedida política de fronteiras do Império.

Ao alcançar estabilidade do quadro institucional, a partir de 1850, o Império contou, também, com um grupo de altos funcionários e líderes políticos comprometidos com o projeto de consolidação do Estado Imperial que conformava a pequena elite que buscava estabelecer as bases da Nação.

Transitavam os homens de Estado não só pelas funções como, ainda pela geografia do poder, ocupando os cargos da administração regional e dos órgãos centrais: presidente de província, deputado, senador, ministro, conselheiro, diplomata. Nessas funções perpetuavam-se os homens.¹²⁴

¹²³ CERVO, Amado Luiz e CLODOALDO, Bueno. *História da política exterior do Brasil*. Op.cit., p. 68.

¹²⁴ *Ibidem*, p.67.

Entre as instituições políticas em que exerciam funções ou circulavam, muitos desses funcionários tiveram um importante papel no campo das relações exteriores, o Conselho de Estado e o Parlamento que imprimiram à questão dos limites uma grande relevância e visibilidade. O Conselho, cujos pareceres e atas revestiam de um caráter mais técnico e o Parlamento que conferia à questão dos limites sua dimensão política, contribuíram para o amadurecimento da consciência pública sobre o tema e para o desencadear de uma ação correspondente.¹²⁵

Esta geração de políticos que tinha como meta organizar o Estado imperial, em seu aspecto jurídico e político atuou durante um longo período, entre os anos 1830 e 1870. Defendeu e colocou em prática a idéia de sustentação das posses territoriais do Império por meio de uma política de limites que foi capaz de definir as fronteiras internacionais do país.

Foi a geração que procurou dar sentido e conteúdo ideológico à idéia de Nação brasileira, responsável pela transição do pensamento tradicional, baseado na formação intelectual portuguesa, para uma nova interpretação do Brasil. Esta elite atuando no ambiente do romantismo, não só literário, mas que também impregnava o pensamento político criou o discurso da *grandeza* do país, exaltando a natureza e a riqueza material à espera de transformação. Entre os elementos, em discussão, se destacavam com ênfase, a questão da grande extensão territorial e a necessidade de manter a sua unidade.

Esta unidade, em sua expressão política, incluía a delimitação das fronteiras internacionais, tarefa que foi objeto de negociação e enfrentamentos bélicos, principalmente, entre os anos 1850 e 1860. Nesse período desenvolveu o fervor pelas “melhoras materiais”, a ampliação do mito da *grandeza* do país e a preocupação com a soberania, que deveria ser demarcada fisicamente pelos limites internacionais. Apareceu a pressão externa na Amazônia, pela abertura da navegação e do comércio. Foi o momento em que o grupo que controlava o poder no Rio de Janeiro deu um novo sentido à fronteira oeste e a necessidade de demarcar seus limites.

¹²⁵ Cf. CERVO, Amado. *O Parlamento brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 58.

A definição de limites internacionais na fronteira oeste, bem como no sudoeste e noroeste era premente e se articulava, em toda sua extensão, com a livre navegação dos rios que permitia a integração do espaço nacional em constituição. O discurso da unidade territorial desta geração, como herança colonial, foi aos poucos perdendo força e sendo incorporados novos elementos que atribuiria a idéia de fronteira como parte substantiva da nação, portadora de grandes potencialidades de absorção do progresso, tarefa que o governo imperial deveria levar às regiões mais longínquas e aproveitar suas riquezas naturais.

No caso brasileiro, a estabilidade política alcançada a partir dos anos 1850 permitiu desenhar uma política externa que atendia aos interesses da elite dominante utilizando todos os instrumentos para alcançar suas metas, desde a diplomacia até o confronto armado. No final dos anos 1860 as negociações de limites com os vizinhos sul-americanos estavam praticamente concluídas de acordo com as premissas postas pelo Império.

2. A difícil construção do Estado boliviano

A atual República da Bolívia proclamou sua independência em agosto de 1825, três anos depois do Brasil. O país foi constituído no território que durante o período colonial pertencia a Audiência de Charcas e durante mais de dois séculos foi parte do Vice-Reinado do Peru. Mas desde 1776, quando foi criado o Vice-Reinado do Prata, com centro em Buenos Aires, esta Audiência se ligou administrativamente ao novo Vice-Reinado.¹²⁶

Esta mudança foi consequência da reforma política que a Espanha realizou em seus domínios coloniais, da qual fez parte o re-ordenamento territorial com vistas a uma melhor administração. Refletia a importância que havia tomado a rota comercial que ligava Potosi, centro produtor de prata do Alto Peru (Charcas) ao Atlântico, por meio de Buenos Aires.

¹²⁶ Em 1559, o rei Filipe II da Espanha instituiu a *Audiencia de Charcas* em La Plata, com autoridade sobre uma área que cobre o que é hoje o Paraguai, o sudeste do Peru, o norte do Chile e da Argentina, e boa parte da Bolívia.

Sua independência foi decidida, após as lutas comandadas pelos exércitos liderados por Bolívar contra os espanhóis, dentro do projeto de liberação do antigo Vice-Reinado do Peru e foi a última região a ser liberada entre os territórios coloniais da América do Sul. As lideranças locais pressionaram para obter a autonomia e não continuar dependente de um governo central com sede Peru.

Bolívar, apesar de ter uma visão continental da América espanhola, favorável às uniões regionais e uma aliança política geral entre os novos países que surgiam das lutas de independência, decidiu atender os interesses já criados na antiga audiência de Charcas e apoiou o pleito da elite boliviana sendo, declarada sua independência sob a proteção dos exércitos bolivarianos.

Logo depois da retirada das tropas bolivarianas a tendência foi o desenvolvimento de um sistema de governo controlado por *caudillos* militares, sistema que se enraizou na vida política do país. A era dos generais se prolongou até a segunda metade do século XIX. O primeiro militar que assumiu o governo, depois da declaração da independência e governou entre 1825 e início de 1828, foi o venezuelano General Sucre, chefe do Exército do sul da Colômbia, que comandou as últimas batalhas contra os espanhóis em territórios bolivianos.¹²⁷

A disputa pelo poder se iniciou, já, nesse primeiro momento e ao longo do tempo definiu-se um sistema *caudilhesco* de chefes oriundos das filas militares que impediu a organização estável das instituições políticas. Os *caudillos* atendiam interesses de grupos e demandas regionalistas, constituindo um regime de lealdades pessoais. Nos anos posteriores à independência, cerca de 60% dos ingressos do governo boliviano foram para atender gastos militares. Até 1879 a média destes gastos girava em torno de 40 a 50% do total dos gastos do Estado.¹²⁸

¹²⁷ Cf. BOESNER, Demétrio. *Relaciones internacionales de América Latina – Breve historia*. 4 ed. Caracas: Nueva Sociedad, 1990, p. 58.

¹²⁸ Cf. KLEIN, Herbert S. *Perú y Bolivia*. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina – América Latina independente – 1820-1870*. Cambridge University Press/ Barcelona: Editorial Crítica, Serie Mayor, vol. III, cap. 6, p. 223.

Nesse cenário sobressaiu o governo do general boliviano Andrés de Santa Cruz que assumiu a presidência em 1829 e durante dez anos procurou dar início à organização das instituições estatais. Santa Cruz foi um dos integrantes do exército rebelde que participou nas batalhas decisivas pela emancipação do Vice-Reinado do Peru, engajado nos exércitos bolivarianos. Esteve à frente do governo peruano, por um curto período, e ao contar com o favor de Bolívar, logo se converteu em um dos candidatos para governar a Bolívia.

Foi o primeiro governante que tentou imprimir na Bolívia uma organização possível, tanto na política como na economia, além de procurar desvencilhá-la do isolamento externo, que caiu o país logo no imediato pós-independência. Uma de suas medidas foi procurar uma saída ao mar, com a abertura do porto de Cobija, entre os territórios chilenos e peruanos do Pacífico. A abertura deste porto permitiu que a região sul do país fosse abastecida, a partir do exterior, depois de uma travessia pelo deserto de Atacama, rota que interligava as regiões de Potosí, Chuquisaca, Tupiza e Tarija.¹²⁹

Santa Cruz e seu grupo participavam do campo ideológico bolivariano, com a idéia de união da América. Este idealizou como futuro para o país a união com o Peru que também havia entrado em um sistema político instável, governado por caudilhos militares saídos dos exércitos americanistas. Era a idéia de formar estados territorialmente mais amplos e nesse caso a restauração do contorno geográfico do antigo Vice-Reinado do Peru. Assim a idéia da Confederação Peru-Boliviana, foi negociada com chefes militares do sul peruano, sem obter o apoio de outros caudilhos que controlavam o governo central instalado em Lima. Também no interior da Bolívia a Confederação encontraria uma forte oposição.

Os *caudilhos* tanto da Bolívia como do Peru, após a independência, sempre buscaram o fortalecimento interno a custa dos recursos de um ou outro país, mas também invocaram o companheirismo nascido na luta militar bolivariana para obter do governante do país vizinho, o auxílio militar para reconquistar o poder. As relações entre os dois países

¹²⁹ Cf. KLEIN, Herbert S. *Perú y Bolivia*. Op. cit., p. 226.

eram sempre em um clima de hostilidade e suspeita mútua. Esta “ajuda” ou a necessidade de “salvar” do caos a um dos países foi constantemente o pretexto para expedições militares entre um e outro.¹³⁰

A idéia de transformar os território do antigo Vice-Reinado do Peru em um único país não era apenas o desejo do grupo de Santa Cruz, era um projeto que acalentavam os *caudillos* peruanos com a idéia de que os territórios da antiga Audiência de Charcas era historicamente parte do Peru. A idéia circulava, portanto, entre chefes militares formados na luta pela independência, contudo, grande parte dos militares peruanos não aceitava uma união sob a liderança boliviana.¹³¹

Ao ser proposta por Santa Cruz, este obteve apoio apenas de uma parte dos militares peruanos em luta pelo poder naquele país. A Confederação foi oficializada em 28 de outubro de 1836, com a criação de três Estados, sob a liderança única de Santa Cruz: Norte-peruano, Sul-peruano e a Bolívia. A Confederação teria um curto período de existência, terminando em 1839.

Além da restauração dos antigos domínios do Vice-Reinado, outro elemento que pesou na decisão de constituir a Confederação foi a suposta ameaça que representava o Chile que prosperava economicamente e buscava a liderança no comércio internacional do Pacífico, oferecendo melhores condições para a sua realização. Por outro lado, havia a ameaça do governo da Federação do Rio da Prata, sob a liderança de Buenos Aires, que trabalhava no sentido da formação de um Estado forte nos antigos territórios do Vice-Reinado do Rio da Prata, e em seus planos estava a inclusão da Bolívia.¹³²

A aliança colocou, como um de seus principais objetivos, a defesa mútua e a resolução dos problemas econômicos dos dois países. A resistência externa, no quadro regional, foi consubstanciada na reação do Chile, às medidas tomadas por Santa Cruz no

¹³⁰ Cf. KLEIN, Herbert S. *Perú y Bolivia*. Op.cit., p. 227.

¹³¹ Cf. *Ibidem*.

¹³² Cf. CAMACHO, José Maria. *História de Bolívia*. 10 ed. La Paz: Editorial Renacimiento, 1927, p. 32.

sentido de fortalecer o desenvolvimento comercial, declarou livre o porto boliviano de Cobija e os do litoral peruano de Arica, El Callao e Paita. Esta medida contrariava os interesses comerciais chilenos ao competir com o porto de Valparaíso que articulava o comércio internacional do Pacífico. O porto que melhor servia aos bolivianos, no litoral, era o de Arica, que se tornou o centro abastecedor das províncias do norte e eixo de suas exportações.¹³³

Assim, a Confederação Peru-Boliviana representava, aos olhos dos vizinhos, o rompimento do equilíbrio dos países que surgiram no antigo espaço colonial espanhol, no sul do continente. Esta união poderia se tornar mais forte do que o Chile, e a reação deste foi a declaração de guerra à Confederação, em dezembro de 1836. Em maio do ano seguinte a Confederação do Rio da Prata, dirigida por Rosas, sob pretexto de reclamações fronteiriças, tomou a mesma iniciativa.

Rosas foi derrotado e também fracassou a invasão chilena. O Chile se preparou novamente para a guerra, em 1838, com apoio de um grande número de exilados peruanos e parte da elite de Lima, que pretendia resgatar a autonomia do Peru. Em janeiro de 1839 o exército de Santa Cruz foi derrotado, terminando assim a Confederação. Santa Cruz se exilou no Equador (Guayaquil) e depois, partiu para a Europa, em 1843.¹³⁴

Segundo Jorge Basade, a Confederação Peru-Boliviana é recordada como uma promessa inconclusa. Ela não só foi combatida externamente pelo Chile e Argentina, como desde o princípio, foi atacada pelos interesses mercantis bolivianos e por muitos soldados que acreditavam que nesta aventura todos perderiam. Os peruanos desde cedo não gostaram da idéia de serem liderados por um boliviano. O fim da Confederação colocou termo, definitivamente, a toda aspiração de restituir os vínculos do passado.¹³⁵

Após a queda da Confederação e a saída da cena política de Santa Cruz, a Bolívia conheceu um período, politicamente conturbado, com governos frágeis, sem capacidade

¹³³ Cf. KLEIN, Herbert S. *Perú y Bolivia*. Op.cit., p. 226.

¹³⁴ Cf. *Ibidem*.

¹³⁵ Cf. BASADE, Jorge. *Historia de la Republica del Peru*. Lima, 1963, vol. I, p. 401.

para tomar decisões consistentes, para desenvolver o país. Foram governos personalistas, baseados nas lealdades militares.

Apesar do sistema político boliviano continuar marcado pelo arraigo do sistema de *caudillos* na direção do país, a partir dos anos 1850 um novo componente foi importante nos rumos das decisões políticas, com as mudanças na economia proporcionadas por uma lenta recuperação da produção da prata, depois de meio século de estagnação. Com esta recuperação surgiu o grupo mineiro que, embora não tivesse o controle direto da máquina governamental, tornou-se aliado dos governantes, em turno. A Bolívia depois dos anos 1870, quando a mineração já estava controlada pelo capital estrangeiro, converteu-se em um dos maiores produtores de prata do mundo.¹³⁶

Nesse contexto, até o início dos anos 1870 outros dois governos procuraram atuar na política regional com maior destaque. O primeiro, General Manoel Isidoro Belzu, assumiu a direção do país no final da década de 1840. Este governou sete anos, entre 1848 e 1855. O segundo, General Manoel Melgarejo, Presidente no período de 1864 a 1871.¹³⁷ Nesses vinte anos da mesma forma que no Brasil, grupos da elite política e intelectual, procuraram discutir o país e elaboraram um discurso estruturado em torno das categorias de progresso e civilização.¹³⁸ Nesse debate, um dos eixos que passou a ter maior significado, foi a importância da vias fluviais internas, como base para o estabelecimento de comunicações eficientes com o exterior e, entre os distintos espaços da jurisdição do Estado boliviano.

¹³⁶ Cf. KLEIN, Herbert S. *Perú y Bolivia*. Op.cit., p. 223.

¹³⁷ Jorge Córdova, sucessor de Belzu de 1855 a 1857, continuou, no campo econômico, a mesma política protecionista de Belzu, apesar da grande pressão para consolidar o liberalismo econômico no país. Foi em seu governo que ocorreu a descoberta dos sítios salitreiros da região de Mejillones, na parte sul do Atacama, que passaram a ser exportados com capital chileno e inglês; incorporando grandes zonas do deserto de Atacama ao comércio internacional. Nesse período, se deu uma recuperação da economia boliviana e na política interna há um enfraquecimento do poder político dos *caudillos* e militares. José Linares, governou o Bolívia de 1857 a 1861, nesse período houve um fortalecimento dos governos civis; bem como do comércio internacional mediante uma política mais liberal. No governo seguinte, de José M^a Acha Valiente, entre 1861 e 1864, teve início o processo de modernização material do país e na economia a prata apareceu com todo o seu potencial econômica.

¹³⁸ Cf. NORES, Maria Inês e NORES, Maria Isabel Rey. *Estado boliviano: ideologia y comunicaciones a la alternativa platense (1840-1890)*. In: HEREDIA, Edmundo A. et alli. *América Latina: Isla o archipiélago: el rol de las vias de comunicación en la estructuración espacial*. Córdoba: Programa de Historia de la Relaciones Interamericanas CIFYH, 1994, p.82.

Dentro desse marco de idéias, foram se formando no cenário dirigente da Bolívia, duas grandes posições diante dos desafios que a modernização do Estado apresentava. Uma, denominada por Antônio Mitre como de “protecionistas liberais”¹³⁹ e outra, denominada por Nores e Nores Rey de “orientalistas liberais”, em razão do papel assinalado pela fronteira oriental em suas propostas renovadoras.¹⁴⁰

Formaram parte do primeiro grupo, intelectuais como José Maria Dalence, Julián Prudêncio Palácios e políticos ou diplomatas como Rafael Bustillo. Foi comum em todos eles a idéia de por em marcha uma política econômica capaz de permitir a estruturação de um mercado interno. Esse setor protecionista, preponderante na década de 1840, considerou que o Estado devia comandar a tarefa de possibilitar a existência de um mercado nacional, sobre a base da produção agrícola e artesanal em geral.

Para esse fim era necessário que o mesmo empreendesse a tarefa de estabelecer vias de comunicação internas. Estas novas vias barateariam os custos de transporte interno, e permitiriam a incorporação do oriente a esse mercado com seus produtos tropicais. Essa postura foi sustentada por José M. Dalence, Julián Prudêncio Palácios. Para eles era urgente “realizar una tarea de soldadura de regiones y hombres por medio de la construcción de vías de comunicación, en particular de aquellas que permitiesen vincular las tierras altas andinas y las tierras bajas orientales.”¹⁴¹

Consideravam que a “... incorporación de esta última área era imprescindible para possibilitar una diversificación productiva.”¹⁴² Isto poderia ocorrer com a revitalização das zonas agrícolas tropicais, desenvolvidas nos últimos tempos coloniais, no interior de Santa Cruz e nas províncias de Mojos e Chiquitos, e com a incorporação de novos espaços como o noroeste e nordeste amazônico, trechos no Paraguai e o *Gran Chaco*, com o apoio da imigração estrangeira.

¹³⁹ Cf. MITRE, Antônio. *Los patriarcas de la Plata. Estructura socio-económica de la minería boliviana en el siglo XIX*. Peru, 1981, p. 83. Apud: NORES, Maria Inês e NORES, Maria Isabel Rey. *Op.cit.*, p. 85.

¹⁴⁰ Cf. NORES, Maria Inês e NORES, Maria Isabel Rey. *Op.cit.*, p. 85.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 89.

¹⁴² *Ibidem*.

Para isso, havia abundantes cursos fluviais tributários das grandes bacias amazônica e platina, que desciam das cordilheiras e atravessavam os dilatados campos da região oriental e os bosques do sudeste bolivianos ingressando no centro do *Gran Chaco*. Ao Estado correspondia iniciar uma tarefa pioneira na matéria provendo os capitais iniciais, para o estabelecimento de um sistema de pequenos vapores sobre as principais artérias dos rios Mamoré, Paraguai, Pilcomayo e outros.¹⁴³

Este grupo se aproximava do segundo, dos “orientalistas”, pelo fato de que todos coincidiram em fundar o novo projeto de Estado nas possibilidades de exploração das terras da fronteira oriental. A incorporação econômica destes territórios requeria – segundo esta linha de pensamento – a modificação da orientação exclusivamente andina e pacífica e a implantação de um novo sistema, mais moderno, aproveitando as possibilidades da navegação a vapor.¹⁴⁴ Nesse sentido constituíram uma corrente de pensamento diferenciada de outras correntes liberais, como a dos mineiros.

Esta proposta amplamente difundida tanto na imprensa nacional como pelos países vizinhos, gerou um movimento de opinião que foi capaz de articular-se como um projeto alternativo, sendo assumido como tal pelos governos de Ballivián¹⁴⁵ (1841 a 1847) e Belzu. Este discurso, confiante nos efeitos “revolucionários” da era do vapor e mais confiante na força irresistível do progresso, foi expressão de um projeto de Estado-Nação diferente do que terminaria por impor-se, com a recuperação da mineração, previsível já pelos anos 1860.¹⁴⁶

O segundo grupo, consolidado como uma corrente de opinião a partir dos anos 1850, esteve integrado por diplomatas estrangeiros, como o argentino Félix Frias e o

¹⁴³ Cf. NORES, Maria Inês e NORES, Maria Isabel Rey. Op.cit., p. 90.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 86.

¹⁴⁵ Ballivián foi presidente da Bolívia entre os anos 1841-1847. Em seu governo se empenhou em desenvolver e melhorar a atuação das instituições bolivianas, como o Exército, a redes de ensino, o crédito público, as explorações tropicais, e as reformas nas universidades, etc. Promoveu uma política de desenvolvimento voltado para o oriente do país, para isso criou o Departamento do Beni, em 1842, passando a incentivar a ocupação populacional nessa região, além de sua exploração econômica.

¹⁴⁶ Cf. NORES, Maria Inês e NORES, Maria Isabel Rey. Op.cit., p. 86.

francês Leon Favre Clavairoz, Encarregado de Negócios do Governo da França na Bolívia, funcionários e intelectuais como José Vicente Dorado.¹⁴⁷

Estes “orientalistas liberais” partiam de uma nova perspectiva: já não se tratava se o país carecia de adequadas comunicações internas, senão que se encontrava prisioneiro das altas cordilheiras, privado de “... participar del movimiento industrial y de comercio que la Europa agitaba e introducía en las costas del Pacífico.”¹⁴⁸ Portanto, era “... imprescindible una segunda emancipación que liberase al país de la sujeción de Arica y de la onerosa ruta del Pacífico por Cabo de Hornos controlada por Valparaíso. Esa liberación debía ser buscada en la inserción del país en vertiente atlántico a través del amazonas o del Paraguay.”¹⁴⁹

Junto à importância assinalada à questão portuária, o que caracterizou também esta postura foi, uma visão diferente da estruturação interna do território nacional. Se tratava de refundar a República sobre um novo eixo territorial: o oriente, e sobre uma nova rede de comunicações de acordo com esta nova estrutura espacial. A chegada do primeiro vapor a Chiquitos era a garantia de que isso era possível:

Qué significa el Vapor en las aguas de Chiquitos? La redención de Bolívia – la salida del desierto de la miseria i la entrada en la tierra prometida de la prosperidad i el porvenir (...)

La Guerra civil solo se apaga cuando el Cielo, compadecido envía un ángel de paz – un lazo de unión i de concordia – un acontecimiento grande, regenerador, que improvise industria i riquezas i atraiga à todos al terreno pacífico, del trabajo por la perspectiva y seguridad de un porvenir (...)

El vapor es en nuestro siglo el instrumento misterioso de que se sirve la Providencia para realizar sus augustos designios – solo el puede salvarnos.¹⁵⁰

¹⁴⁷ Cf. NORES, Maria Inês e NORES, Maria Isabel Rey. Op.cit., p. 90.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 91.

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ REYES CORDONAS, Mariano. *El vapor en aguas de Chiquitos*. Sucre: Imprenta López, p. 12. Apud: Ibidem, p. 92.

Mas, apesar das divergências entre ambos grupos, houve pontos em comum: a urgência de integrar a região oriental; a importância das comunicações fluviais; e a inserção na vertente atlântica, para garantia do progresso e da modernização provenientes do continente europeu.

A pequena elite que pensava a Bolívia, nesse momento, tinha um mesmo ponto de partida: a constatação da condição de pobreza e prostração do país, frente às enormes possibilidades de crescimento e progresso contidos na diversidade geográfica do território nacional.

Também, concordavam em que a economia boliviana sofria de uma dupla asfixia: a primeira, derivada do peso absorvente da mineração na vida econômica do país e a segunda, resultado de uma situação de isolamento interno e externo, por falta de um eficiente sistema de vias de comunicação. Diante desta constatação se impunha urgentemente uma tarefa de “regeneración del país.”¹⁵¹ E a construção do Estado nacional era também uma tarefa de construção de vias de comunicação.

Belzu buscou apoio para governar em uma nova base social, formada por artesãos urbanos e a população camponesa. Estabeleceu um regime econômico protecionista e procurou ampliar a presença do Estado em todo território, principalmente com a fronteira oriental, ainda, indefinida quanto aos limites, com o Brasil e estabeleceu a livre navegação dos rios que confluíam para a bacia amazônica. Durante sua administração a situação econômica começou a modificar-se com o renascimento da atividade mineira da prata.¹⁵²

Entretanto, a produção econômica de vários gêneros continuava, durante o governo de Belzu, basicamente, voltada para o consumo interno, como milho, trigo e batata. Alcançava o mercado extra-regional apenas a quina e a coca. Esta situação não se modificara, mantendo-se desde a época da independência até os anos 1860. A agricultura e

¹⁵¹ NORES, Maria Inês e NORES, Maria Isabel Rey. Op.cit., p. 87.

¹⁵² Cf. KLEIN, Herbert S. *Perú y Bolivia*. Op.cit., p. 233.

a pecuária tinham como unidades produtoras as *haciendas* e as comunidades indígenas, mantidas de acordo com o modelo colonial.¹⁵³

Já o período de Melgarejo, entre 1864 e 1871, foi apoiado na elite mineira em ascensão. Seu governo foi responsável por uma abertura econômica que permitiu a entrada do capital estrangeiro que de um modo geral começou a mudar as bases da economia.¹⁵⁴

A mineração da prata estabeleceu conexão comercial e financeira, principalmente, com os interesses ingleses e chilenos. Sua exportação era feita pelos portos de Cobija e Antofagasta e converteu o sul do país em um grande centro econômico. Em 1872, foi decretada a livre exportação de prata em lingotes. O capital estrangeiro presente há décadas na esfera comercial, adquiriu o controle das empresas mais rentáveis e modernizou as técnicas de extração e refino. No final do século, com a crise dos preços da prata, essas empresas passaram a exportar progressivamente o mineral bruto, sobretudo depois de 1889 quando a estrada de ferro à Antofagasta foi concluída.

Esse novo grupo constituído por aqueles indivíduos vinculados à mineração de exportação, aos poucos se tornou hegemônico e, passou a defender uma política econômica que se chocava com a velha oligarquia cujo poder se baseava no controle da terra e da produção artesanal. Defendeu reformas no regime de propriedade, o que foram atendidos com as leis de terra que afetavam basicamente as comunidades indígenas.

A estabilidade destas comunidades fora ameaçada com a tentativa de suprimir sua existência corporativa e transformá-las em pequenas propriedades privadas de corte liberal.¹⁵⁵ Este ataque contra a propriedade e a cultura indígena fazia parte do projeto dos

¹⁵³ Cf. ANTENAZA, Luis. *El feudalismo de Melgarejo y la reforma agraria*. La Paz, 1970, p. 39.

¹⁵⁴ Se destacaram nesta atividade a família Aramayo Carguaicollo, Aniceto Arce e Gregório Pacheco que se vincularam ao capital estrangeiro que controlava a comercialização.

¹⁵⁵ O decreto de 20 de maio de 1866 declarou proprietários, os indígenas que possuíam terreno do Estado, condicionado ao pagamento de uma quantia entre 25 e 1000 pesos, no momento do registro de seus títulos de posse individuais. Quem assim não o fizesse, no prazo de 60 dias, ficariam privados da propriedade e suas terras seriam vendidas publicamente. O alcance deste decreto ficou ainda mais claro em setembro de 1868, quando a Assembléia Nacional Constituinte declarou as terras da comunidade de propriedade do Estado, ao mesmo tempo em que cancelava o tributo indígena. Cf. ANTENAZA, Luis. *El feudalismo de Melgarejo y la reforma agraria*. La Paz, 1970, p. 39.

“barões da prata” e era feito em nome do progresso e da erradicação dos obstáculos à civilização. A venda das terras comunitárias estava, também, ligada às necessidades fiscais, do governo Melgarejo, sempre envolvido em atividade militar para manter-se no poder, junto com a obrigação de recompensar o apoio de familiares e clientes.¹⁵⁶

Em 1868, seu governo cancelou o tributo indígena e declarou as terras das comunidades como de propriedades do Estado, o que permitiu a expansão do latifúndio. Entretanto, as conseqüências políticas foram caras a Melgarejo. Surgiu um grande movimento de protesto dos indígenas em 1868, 1870 e 1871. A população camponesa participou efetivamente de sua destituição, em 1871. Com sua queda, em julho desse ano, a Assembléia Constituinte declarou nulas todas as vendas de terras comunais e prometeu outorgar títulos de propriedade aos índios.¹⁵⁷

Assim, tanto no Brasil como na Bolívia, foi se delineando os pressupostos de uma política de fronteiras, a partir das mesmas noções de “espaços vazios”, incultos, incivilizados, selvagens, como áreas que precisavam ser alcançadas pelo progresso e pela civilização.

3. As relações políticas entre os novos países sul-americanos

Os países sul-americanos tiveram que enfrentar no campo das relações internacionais tanto problemas extra-continetais, principalmente com as potências que haviam criado interesses econômicos durante o regime colonial, como divergências regionais, algumas também já pré-estabelecidas e outras que surgiram com pretensões políticas diferentes quanto a organização dos espaços nacionais.

¹⁵⁶ Cf. KLEIN, Herbert S. *Perú y Bolivia*. Op.cit., p. 231.

¹⁵⁷ Cf. ALBORNOZ, Sánches. Op.cit., p. 210-211. Apud: KLEIN, Herbert S. *Perú y Bolivia*. Op.cit., p. 232-233.

Os governos tiveram que conviver com problemas que caracterizavam as antigas áreas coloniais portuguesas e espanholas. Entre eles, a baixa ocupação demográfica em diferentes áreas que seriam reivindicadas como territórios “herdados” do período colonial, situação criada pela falta de demarcação de limites e que todos os países consideravam como fundamentais na constituição dos diferentes estados nacionais. Os territórios eram considerados como bases para o exercício do poder.

Em torno da posse territorial surgiram problemas de desconfianças mútuas, criando a idéia do possível domínio político e econômico de alguns países sobre outros, desconfianças que refletiam os interesses já criados, de várias naturezas, em cada região da América. Este problema foi muito visível entre o Brasil e os países da região platina, e a idéia do expansionismo brasileiro tornou-se uma noção comum entre lideranças intelectuais e políticas hispano-americanas, como Bolívar que acreditava em um possível apoio da Santa Aliança ao Brasil para desestabilizar as repúblicas americanas.¹⁵⁸

As desconfianças começaram a tomar corpo na fronteira oeste, com caso da incorporação da província boliviana de Chiquitos, ao território brasileiro pelo Governo Provisório de Mato Grosso, em 1825; quando esta região se encontrava em meio à guerra de independência, que seria decidida no ano seguinte, em 1826. Este fato permitiu identificar a política brasileira com a posição expansionista portuguesa. Desconfiança que se reforçou com a declaração de guerra do Império às Províncias Unidas do Rio da Prata, nesse mesmo ano de 1825, pelo apoio de Buenos Aires à independência da Banda Oriental.¹⁵⁹

¹⁵⁸ SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais contemporâneas – da construção do mundo liberal à globalização de 1815 aos nossos dias*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 71.

¹⁵⁹ XAVIER, Lidia de Oliveira. *Conflitos e intercâmbios: a construção política e social da fronteira entre o Brasil e a Bolívia, às margens do Guaporé e do Paraguai, de 1825 a 1867*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2000, p. 77.

A guerra girou em torno da disputa da Banda Oriental (Uruguai), região anteriormente anexada ao Império português e que o Brasil manteve sob seu domínio após a declaração da independência.

Antes mesmo de terminar a guerra com Buenos Aires, que teve como desenlace a independência do Uruguai, em 1828, entre os principais líderes políticos que emergiam na Assembléia Geral Brasileira, iniciou-se um debate sobre a aproximação com América espanhola. A discussão foi parte da pauta desta Assembléia, em sua primeira legislatura, entre 1826 e 1829, mesmo período em que foi firmado o Tratado de Paz entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, com artigo adicional secreto, em maio de 1827 que não foi ratificado pelo governo platino.

Também durante esta legislatura foi firmada com as Províncias Unidas uma Convenção Preliminar de Paz em agosto de 1828. Nesse mesmo mês foi firmado um Artigo Adicional, versando sobre a livre navegação do rio da Prata e seus afluentes. Com o Uruguai foi firmado em dezembro de 1828 a Ratificação da Convenção Preliminar, delimitando provisoriamente os limites no rio Quarain (assinada pelos generais Sebastião Barreto e Fructuoso Rivera).¹⁶⁰

Enquanto esboçava esta discussão no Brasil, do lado hispano-americano havia uma grande disputa entre os diferentes interesses regionais. No campo internacional, os grupos que comungavam com as idéias de Bolívar procuraram discutir a própria configuração política e geográfica dos novos Estados.

O fórum mais importante foi o Congresso do Panamá, quando foi debatido o sonho de unidade bolivariana, que cedo acabaria por se mostrar inviável, não permitindo que a América hispânica, ao contrário da ex-colônia portuguesa, viesse a se constituir em uma única unidade política.¹⁶¹ Prevaleceu, portanto, o confronto armado entre estes grupos regionais que só cederia lugar a uma organização nacional nos meados do século.

¹⁶⁰ Cf. MONIZ BANDEIRA, L. A. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995, p. 73.

¹⁶¹ Cf. DONGUI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p.62-65.

No final da década de 1820 e início da seguinte, alguns fatos iriam determinar os rumos da política intra-regional no sul do continente americano. Em 1828, Rosas assumiu o comando da Confederação do Rio da Prata e desde o início seu grupo teve como objetivo reaver o controle territorial do antigo Vice-Reinado platino e, nesse sentido, suas pretensões acabaria envolvendo a interferência em assuntos internos no Uruguai, Paraguai e Bolívia. No ano seguinte, Santa Cruz começou a governar a Bolívia, e logo amadureceu a idéia da união com o Peru visando também constituir um governo forte na antiga base territorial do Vice-Reinado do Peru, dessa forma confrontando com a política de Rosas.¹⁶²

No Brasil, em 1828 já se configurava a crise política que levaria à abdicação de D Pedro I, em 1831, quando iniciou o período de confrontação política e armada em várias províncias, colocando em risco o próprio regime monárquico e a desagregação territorial do Império. Durante duas décadas, até o início dos anos 1850, no Brasil os conflitos giraram em torno da disputa de poder interno, da mesma forma que ocorreu em toda a região com os outros países que, além dos problemas internos, se viram envolvidos em guerras externas, nas quais a Bolívia participou tanto no âmbito platino, como no andino.

Para os analistas da política exterior do Brasil, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, nesse período de vinte anos o Império manteve-se enclausurado numa política isolacionista, deliberadamente instaurada após a Convenção de 27 de agosto de 1828 com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Nesse isolacionismo, ou *neutralidade*, como se dizia então, perseverou a Regência e o Segundo Reinado, até 1849, quando o Visconde do Uruguai substituiu o Marquês de Olinda na chancelaria e começou a preparar a intervenção contra a aliança Oribe e Rosas, no rio da Prata.¹⁶³

De fato, visto pelo lado de enfrentamentos armados, o Brasil não interferiu nas disputas regionais platinas, região na qual mantinha seus maiores interesses econômicos e, ao mesmo tempo, constituía ameaça à separação do Rio Grande do Sul; com a circulação na fronteira, tanto de lideranças gaúchas, como de hispano-americanas que se apoiavam

¹⁶² Cf. KLEIN, Herbert S. *Perú y Bolivia*. Op.cit., p. 232.

¹⁶³ Cf. CERVO, Amado Luiz. *A política brasileira de limites no século XIX*. Op.cit., p. 57.

politicamente. Estes contatos poderiam fortalecer alianças e internacionalizar o conflito nesta Província brasileira e, dessa forma, iniciar a desagregação territorial do Império.

Mas, não foi um período de isolacionismo quanto à ação diplomática, no sentido de estabelecer negociações em relação aos limites, principalmente com os países andinos. Mesmo sem lograr acordos permanentes, estes permitiram delinear as diretrizes que seriam centrais na política externa brasileira, para a preservação da unidade territorial, com a delimitação de limites e o problema da livre navegação dos rios, fontes de divergências e confrontos na política intra-regional.

A política de limites que era ponto fundamental para a idéia de soberania dos novos Estados que se organizavam, foi um processo que nesse período, no Brasil emergirá dentre preocupações de outra ordem, até alçar-se, por volta de 1850, entre as questões de solução imperativa, a demandar a ação do Estado.¹⁶⁴ Sua importância cresceria à medida que a idéia de nacionalidade começou a ser discutida, perseguida e passou a ser encarado como uma espécie de pré-condição da possibilidade de desenvolvimento de uma política externa consistente.

A multiplicação de incidentes fronteiriços despertou o interesse dos construtores da política externa brasileira. No Uruguai, o Ministro D. Lucas J. Obes, em 1834, forjou um plano segundo o qual todos os países limítrofes se uniriam contra o Brasil para lhe impor as fronteiras de Santo Ildefonso. A guerra no Rio Grande do Sul e as agitações no Uruguai colocaram em risco a segurança daquelas fronteiras.

Na fronteira oeste, as autoridades de Chiquitos concederam sesmarias em território da província de Mato Grosso, o que poderia iniciar um processo de povoamento em território brasileiro. No norte as tropas francesas invadiram o território brasileiro no Oiapoque. Tais incidentes produziram na consciência pública a preocupação com a questão

¹⁶⁴ Cf. CERVO, Amado Luiz. *A política brasileira de limites no século XIX*. Op.cit., p. 56.

de limites e a convicção de que a paz com os vizinhos passaria por sua solução.¹⁶⁵ Já havia a possibilidade da fragmentação interna, expressa nos conflitos regionais, e agora esse mesmo problema se expressava externamente.

Nas discussões sobre política externa, aos poucos, o princípio do *uti possidetis* começou a ser visto como adequado para tratar do problema de limites. Foi necessário algum tempo para que as autoridades brasileiras ficassem convencidas de suas vantagens. Deve-se a Duarte da Ponte Ribeiro a primazia de ter aconselhado o uso de tal princípio. A idéia ocorreu em 1837, durante as discussões que ele manteve em La Paz, na Bolívia, com o Presidente Santa Cruz, para negociar um Tratado de Amizade e Limites. Curiosamente foi o Governo do então Presidente da Confederação Peru-Boliviana que, alegando a não vigência do Tratado de Santo Ildefonso para seu país, sugeriu este princípio.¹⁶⁶

Já em 1838, o Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros trouxe pela primeira vez o título *Fronteiras do Brasil* e afirmou que "o mesmo governo conceitua, como uma das primeiras necessidades públicas, a determinação definitiva dos limites do Brasil".¹⁶⁷ Estendeu-se em justificar e avaliar o trabalho de uma comissão de especialistas designados para estudar a matéria e demonstrar as condições de viabilidade ou não de uma ação diplomática multidirecionada.

Além dos limites, a política relacionada à navegação, nas bacias platina e amazônica, foi sendo definida com pressupostos, diametralmente, opostos. Enquanto no Prata seria a defesa da livre navegação, na Amazônia delineou-se uma política de fechamento à navegação internacional. A política da livre navegação em todos os rios brasileiros tornou-se mais complexa na medida que havia interferência de potências externas, principalmente, os Estados Unidos, interessadas na expansão do capital na América do Sul.

¹⁶⁵ Cf. CERVO, Amado Luiz. *A política brasileira de limites no século XIX*. Op.cit., p. 54.

¹⁶⁶ Cf. GÓES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas – um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 208-9.

¹⁶⁷ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1838, p. 5-9. Apud: CERVO, Amado Luiz. *A política brasileira de limites no século XIX*. Op.cit., p. 54.

Apesar do Brasil estar envolvido nas lutas internas, até os anos 1840, e a política na região do Prata, ainda ser prioritária, os diplomatas brasileiros conseguiram agir de forma global em relação aos seus vizinhos. Um passo preliminar, nesse sentido, foi dado com o Tratado de 8 de julho de 1841, pelo qual foram ajustados os limites entre o Brasil e o Peru, abrindo-se a este país a navegação do Amazonas. Temendo que outros Estados viessem igualmente a reivindicar a livre navegação, o Governo imperial recuou e negou-lhe a ratificação, mas pela primeira vez foi colocado na mesa de negociação o princípio do *uti possidetis*,¹⁶⁸ que viria, posteriormente, a ser a diretriz primordial na definição dos limites.

Seis anos depois desse Tratado, não ratificado, em 1847, o Visconde do Rio Branco, em memorando apresentado ao Governo argentino propunha a negociação de fronteiras, de acordo com este princípio. Em 1849, quando o Brasil passou a considerar a importância de delimitar suas fronteiras não apenas na região platina, mas no conjunto da América do sul, o princípio do *uti possidetis* passou a ser norma geral da diplomacia imperial.¹⁶⁹

Esta posição foi adotada, oficialmente, quando assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros o Visconde do Uruguai, posteriormente, o Visconde do Rio Branco sustentou sua utilização, nas negociações e ações diplomáticas. Seria assim consolidado o princípio para nortear a política brasileira a partir de 1850 até o final do Império. Os Estados vizinhos iriam aceitá-lo, um a um, com as exceções da Argentina e Colômbia.¹⁷⁰ Tornou-se, então, a coluna básica de uma construção doutrinária de delimitação de seus limites com as repúblicas sul americanas.

Outras iniciativas políticas seriam tomadas nos anos 1840, principalmente em relação ao rio da Prata. Uma aproximação com Rosas foi tentada, com a assinatura de um Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva com a Confederação do Rio da Prata, mas não foi consumado, por não ser ratificado pelo governo rosista.

¹⁶⁸ Cf. CERVO, Amado Luiz. *A política brasileira de limites no século XIX*. Op.cit., p. 54.

¹⁶⁹ Cf. GÓES, Synésio Sampaio. Op.cit. p. 208.

¹⁷⁰ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, de 1852-1867. Apud: CERVO, Amado Luiz. *A política brasileira de limites no século XIX*. Op.cit., p. 56.

Em julho de 1844 o Brasil reconheceu, formalmente, a independência do Paraguai, embora já tivesse representante em Assunção desde 1824 e reconhecido, solenemente, sua independência, em 1841. Também firmou com aquele país um Tratado de Aliança, Comércio e Limites, embora não tenha sido ratificado pelo Brasil. Mas de toda forma, com este país, segundo Francisco Doratioto, estabeleceu um período de convergência política por quase uma década, até 1852, principalmente em relação às ameaças de Rosas.¹⁷¹

Nessa conjuntura, assinou com o Presidente paraguaio Carlos Antonio Lopez, em junho de 1845 um Protocolo que acordavam sobre a intervenção do Brasil, Inglaterra e França na pacificação do rio da Prata e a liberdade de comércio e navegação dos rios Paraná e Paraguai. Nesse mesmo momento o governo brasileiro enviou Nota ao Uruguai, reafirmando neutralidade na luta entre as repúblicas do rio da Prata.¹⁷²

No início de 1846, o governo brasileiro já tratava de iniciar a definição de seus limites no Prata. Em Nota ao governo Uruguaio não reconhecia os direitos desse país sobre a Lagoa Mirim e reservava às embarcações brasileiras o transporte de produtos uruguaios por águas interiores. Por outro lado, definia na região amazônica os termos de comércio e comunicação na fronteira com a Venezuela.¹⁷³

No ano de 1848 o governo Uruguaio solicitou ao governo brasileiro sua intervenção nas contendas do Prata. Mas, a política de contenção de Rosas, pelo Brasil, estava sendo preparada, mesmo que diplomaticamente declarasse, no ano seguinte, em Nota dirigida ao governo paraguaio, que seguiria a política de neutralidade entre os conflitos desse governo e as Repúblicas Unidas do Rio da Prata. O Brasil na década de 1840, procurou isolar a política de Rosas, e a partir de 1849 começou a preparar ação militar em apoio a seus adversários para sua derrubada do governo.¹⁷⁴

¹⁷¹ Cf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Espaços nacionais na América Latina – da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19.

¹⁷² Cf. *Ibidem*, p. 20.

¹⁷³ Cf. *Ibidem*.

¹⁷⁴ Cf. BANDEIRA, Moniz. *Op.cit.*, p. 157.

Nesta política de isolamento de Rosas, nos anos de 1850 e 1851 o Brasil estabeleceu negociações com o governo Uruguaio para empréstimos financeiro e de forças militares. Assinou um Tratado de Aliança Defensiva com o Paraguai, ratificado pelos dois países, em 1851. Ano em que passou a apoiar os grupos opositoristas a Rosas e os Colorados no Uruguai. Nesse contexto foi firmado um Convênio, em Montevideu, entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, cujos governos lutavam contra a política de Rosas estabelecida em Buenos Aires.¹⁷⁵

Entre os atos diplomáticos foi acertada uma Aliança Defensiva e Ofensiva para manter a independência do Uruguai e pacificar seu território e um artigo especial ao Convênio de Aliança para empréstimo do Brasil às províncias de Entre Rios e Corrientes. Nesse ano de 1851, Oribe, aliado de Rosas e líder dos Blancos uruguaios, foi derrotado e a partir daí o Uruguai, praticamente, se tornou um protetorado brasileiro, com os Tratados assinados nos anos 1850.

Nesse mesmo ano, 1851, foram assinados com o Uruguai o Tratado de Aliança, Limites, Comércio e Navegação, o de Troca de Criminosos, Desertores e Devolução de Escravos, bem como a Convenção para prestação de subsídio econômico ao governo Oriental. No ano seguinte foi firmado um novo Tratado de Limites com o Uruguai modificando os termos do anterior.¹⁷⁶

Paralelamente a estas alianças e o confronto militar no sul, a ação diplomática brasileira passou também a voltar-se para os países andinos, no sentido de garantir os territórios amazônicos. Apesar de não contar com nenhuma ameaça de confronto, como no sul, já começavam as pressões externas para a abertura do rio Amazonas à navegação internacional. Nesse sentido, a diplomacia norte-americana buscava aproximação com os países andinos colocando em perigo a posição brasileira de unidade territorial.

¹⁷⁵ Cf. BANDEIRA, Moniz. Op.cit., p. 157.

¹⁷⁶ Cf. GÓES FILHO, Synésio Sampaio. Op.cit., p. 216.

A Bolívia como zona nodal, limitada por cinco Estados em formação – Confederação Argentina, Paraguai, Brasil, Chile e Peru – estava sujeita a toda sorte de pressões e não podia isolar-se. Pelo contrário, o eixo de sua política era a busca de uma saída marítima para conectar-se com as rotas internacionais de comércio. Para o Brasil, a posição geográfica e política boliviana era importante, por ligar as bacias do Prata e do Amazonas, a mesma função que exercia a fronteira oeste na articulação entre o norte e sul do continente.¹⁷⁷

A Bolívia tornava-se, assim, objeto de disputas internacionais, envolvendo-se em choques armados com os Estados vizinhos, que o mais das vezes servia, como ela própria, aos interesses rivais de grupos estrangeiros ou das grandes potências.

De um lado, ela se batia para preservar a região de acesso ao oceano Pacífico, sobre a qual o Chile avançava e terminaria por conquistar-lhe em 1879. De outro, procurava abrir rotas de navegação para o oceano Atlântico, através do Paraguai, até o rio da Prata, e do Madeira-Mamoré, pela bacia do Amazonas, defrontando-se, principalmente, com os obstáculos que o Império do Brasil lhe criava, a fim de impedir que, sob o escudo da Bolívia, outras nações estrangeiras se introduzissem em suas possessões.¹⁷⁸

Outro fator importante era a constante luta pelo poder que se tornou permanente naquele país, permitindo aos governos tomarem decisões personalistas e conjunturais. Também a falta de recursos para viabilizar a infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento era fator fundamental em sua política externa.

O Brasil com uma política de fechamento da via amazônica isolava os países ribeirinhos quanto à saída atlântica. O principal argumento brasileiro era de que um Estado ribeirinho, com o controle da boca do rio, poderia fechá-lo, se o Estado ribeirinho a montante não acatasse seus regulamentos e segurança.

¹⁷⁷ Ver mapas nº 5 e 6 nos anexos.

¹⁷⁸ Cf. BANDEIRA, Muniz. *Op.cit.*, p. 117.

A pressão, tanto peruana quanto boliviana, ficou clara a partir dos anos 1840. A reação brasileira pode ser ilustrada com o caso de Leon de Olinden, que em 1842

... tentara vender a um grupo inglês, no Rio de Janeiro, a concessão que recebera da Bolívia para colonizar seu território, à margem do Rio Paraguai. O Império do Brasil, porém, frustrou a concretização do projeto. Reforçado pelo Governo de Rosas, recusou-se a autorizar um navio britânico ou qualquer outro forâneo a navegar os rios interiores, não admitindo a instalação de nenhuma colônia européia nas proximidades de sua linha de fronteira.¹⁷⁹

Em função dessa situação alguns incidentes na fronteira entre o Brasil e a Bolívia terão lugar nesse período. Em 1844, O Império do Brasil impediu, igualmente, a navegação do Madeira-Mamoré, pelos navios de uma companhia francesa, concessionária da Bolívia. O governo imperial temia perder o Vale do Amazonas para os norte-americanos, ficou numa posição difícil e contraditória, ao ter de negar, ao norte, o direito pela qual lutava, ao sul, recorrendo inclusive às armas contra o governo de Rosas.¹⁸⁰

Considerando estas pressões, que só tenderiam a aumentar na década seguinte foi importante para a diplomacia brasileira a assinatura de um Tratado com o Peru, primeiro a ser acordado com um país da região amazônica, para regulamentar o comércio que já prometia aumentar com a possível abertura da navegação pelo rio Amazonas.

Foi assinada, em 1851, com aquele país uma Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial, Extradicação e Limites e com a Venezuela continuavam as negociações diplomáticas. Os representantes do Brasil chegaram a firmar dois Tratados com este país, um de Amizade e Limites e outro de Extradicação, embora não tenham sido ratificados, demonstrava a ação política do corpo diplomático brasileiro.¹⁸¹

¹⁷⁹ PITTMAN, Howard T. *Who Commands the Heartland – A Geopolitical of Bolivia, prepared for Twentieth Century Diplomacy of Latin America*. Washington: The American University, 1977 (manuscrito), p. 88-89. Apud: BANDEIRA, Muniz. Op.cit., p. 117.

¹⁸⁰ Cf. Ibidem, p. 117-8.

¹⁸¹ Cf. Ibidem, p. 119.

O Tratado com o Peru seria o grande paradigma da política de limites com os países amazônicos. Facilitava a navegação pelo rio Amazonas e obtinha vantagens territoriais. Foi a primeira vez, entre as nações sul-americanas independentes, a utilizar o princípio do *uti possidetis*, na versão brasileira, para o estabelecimento dos limites.

Também estabeleceu a prática dos acordos bilaterais, com negociação de uma república de cada vez, por haver disputas de soberania nos mesmos territórios que limitavam com o Brasil. Nessas negociações o Brasil incorporou uma área de aproximadamente 76.500 km², que corresponderia, hoje, aos territórios da Paraíba e de Sergipe.¹⁸²

Este tratado foi negociado e assinado por Duarte da Ponte Ribeiro, e da parte peruana, pelo Ministro das Relações Exteriores Bartolomeu Herrera. Euclides da Cunha a respeito desse tratado declarou que " ... o Peru, sem opor o mais breve embaraço a este alastramento da política imperial – naquele caso realmente imperialista – aceitava-o e sancionava-o, solenemente, com o Tratado de 1851."¹⁸³

O modelo peruano passou a ser a peça chave da política de limites na Amazônia e a ele se somaram outras ações para contra-atacar a ação de potências estrangeiras, fundamentalmente a norte-americana, que avançava nas negociações com os países andinos. A partir dos anos 1850 a política na Amazônia foi fundamental para a elite imperial garantir a tão procurada unidade territorial. Aqui articulou a política de limites e a livre navegação dos rios, de uma forma que atendia aquele objetivo.

Nessas negociações tiveram papéis importantes os diplomatas enviados pelo governo brasileiro, para posições estratégicas da política imperial. Duarte da Ponte Ribeiro, nas repúblicas do Pacífico, Miguel Maria Lisboa, junto a Venezuela, Nova Granada e Equador, com o intento de convencer os governos de que a aliança antibrasileira serviria para facilitar a penetração imperialista, que acabaria por engolir a todos.

¹⁸² Cf. GÓES FILHO, Synésio Sampaio. Op.cit., p. 216.

¹⁸³ CUNHA, Euclides da. *Peru versus Bolívia*. Textos literários em meio eletrônico/ Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, p. 57. Site: www.cce.utsc.br/~nupill/literarura/peruversusbolivia. Acesso: 13/03/2002.

Francisco Inácio de Carvalho Moreira, em Washington rebatia na imprensa as acusações contra o Brasil, bem como as pretensões norte-americanas. No Rio de Janeiro, Paulino Limpo de Abreu, Paranhos e D. Pedro II amaciavam a arrogância de Trousdale.¹⁸⁴

Com a assinatura do Tratado com o Peru em 1851 e a derrota de Rosas, no ano seguinte, houve o fortalecimento da posição brasileira tanto na região platina como na amazônica. Por outro lado, aumentou a desconfiança entre os países sul americanos sobre sua política externa, considerada expansionista, fato que levou a se consolidar a idéia do perigo brasileiro entre hispano-americanos.

Com a mudança do cenário intra-regional, sem o protagonismo de Rosas, o governo boliviano, sob o comando de Belzu, com um modelo econômico protecionista e projeto de integração da região leste, tendo a livre navegação como ponto fulcral, aproveitou esta conjuntura para deixar clara sua posição e direito na navegação dos rios da Prata, da mesma forma se direcionou para o Amazonas.

Ambas questões foram desenvolvidas pelo Ministro de Relações Exteriores de Belzu, Rafael Bustillo que preparou o decreto presidencial de 1853, e declarou “... libres para el comercio y navegación mercante de todas las naciones del globo, las aguas de los ríos navegables, que fluyendo por el territorio de la Nación, desembocan en el Amazonas y el Paraguay.”¹⁸⁵ Entretanto, a decisão mais importante caberia ao Império do Brasil.¹⁸⁶

Logo depois deste Decreto, a Bolívia firmou um Convênio com os Estados Unidos, colocando em alerta o governo brasileiro. A posição do governo Imperial era bastante vulnerável, pois contrariava as pretensões de três potências, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos e, ao alegar que a abertura do Amazonas dependia do acerto de limites com os países vizinhos, defendia a mesma doutrina que Carlos López aplicava ao rio Paraguai a fim de impedir o acesso de navios estrangeiros ao porto de Albuquerque, em Mato

¹⁸⁴ Cf. CERVO, Amado Luiz e CLODOALDO, Bueno. *História da política exterior do Brasil*. Op.cit., p.105.

¹⁸⁵ Artículo 1 del decreto del 27-1-53. Apud: NORES, Maria Inês e NORES, Maria Isabel Rey. Op.cit., p. 93.

¹⁸⁶ COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1992, p. 85.

Grosso.¹⁸⁷ Doutrina que o Império não aceitou, quando Carlos Antônio López, no governo do Paraguai, a aplicou.¹⁸⁸

A resposta brasileira, logo depois desse Acordo foi vedar a navegação do Amazonas até aos próprios barcos bolivianos, suspeitando de que os norte-americanos se acobertassem sob sua bandeira. A Bolívia só teve acesso ao rio Amazonas, quando o Brasil decidiu sobre sua abertura à navegação internacional, uma década depois, em 1866, momento em que, também, a delimitação de limites entre os dois países começaria a ser negociada.

Amado Cervo ao analisar a política externa brasileira nos anos 1850 e 1860, considera que o Império praticou uma política de potência regional em sua relação com as repúblicas platinas. Segundo ele a hegemonia brasileira foi facilitada pelas guerras civis na Argentina, após a queda de Rosas. De fato, o término da Confederação Platina, levou as principais lideranças a lutarem para constituir um Estado nacional estável e moderno e esses anos foram decisivos para iniciar uma organização das instituições políticas internas que iria conformar um Estado de corte liberal, e consolidar a hegemonia de Buenos Aires.¹⁸⁹

As condições internas no Brasil, pelo contrário, já eram estáveis e se apresentavam favoráveis à implementação de uma política externa mais independente. Entretanto, o contexto internacional requeria certa habilidade, porque algumas das metas estabelecidas se chocavam com desígnios poderosos das nações dominantes. "A época era de expansão da Revolução Industrial pelo continente europeu e Estado Unidos, de construção de estradas de ferro e aparecimento da navegação moderna. A concorrência internacional produzia conflitos comerciais e alfandegários, a busca de mercados, o colonialismo e o imperialismo."¹⁹⁰

¹⁸⁷ Cf. BANDEIRA, Moniz. Op.cit., p. 149.

¹⁸⁸ Cf. Ibidem, p. 118.

¹⁸⁹ Cf. Ibidem, p. 68.

¹⁹⁰ Cf. CERVO, Amado Luiz e CLODOALDO, Bueno. *História da política exterior do Brasil*. Op.cit., p. 69.

Até meados dos anos 1860, a polêmica em torno da posição do governo imperial sobre o fechamento do Amazonas foi objeto de debate público também no Brasil. Posição minoritária, mas importante foi a de Tavares Bastos.¹⁹¹ Defendendo as teses do liberalismo econômico, afirmava: “A theoria da liberdade de commercio é o fundo do meu pensamento. Quando reclamo o resgate do privilégio de cabotagem, ou a livre importação das embarcações estrangeiras, tenho em vista o desenvolvimento de nossas relações com o mundo, a facilidade dos meios de transporte, o bem-estar do nosso povo.”¹⁹²

Sua proposta era atrair para o porto do Pará o comércio do Peru e da Bolívia, através de uma medida governamental brasileira, medida que mudaria a imagem do Império junto a esses países que se encontrava desgastada em função de sua política amazônica. “Todos os que se procuram informar do juízo que geralmente se forma da política brasileira nos estados ribeirinhos, têm ouvido proferir cousas bem desagradáveis. Há uma irritação surda contra o Brasil desde o Orinoco até ao Prata. Vê-se no império um pretensioso ou um usurpador.”¹⁹³

Segundo ele a navegação do Amazonas poderia ser proveitosa para os territórios de “... Goyas e Mato Grosso no Brasil; metade da Bolívia; o departamento de Cuzco e os de Cayamarca, Amazonas e outros nos Andes peruanos; o sul de Venezuela e o leste do Equador, beneficiando, assim, a uma população cinco vezes maior da que nesse momento usufruiu...”¹⁹⁴

Tavares Bastos ao questionar a política imperial defendia o direito dos ribeirinho: “... em que se julga o governo imperial, de privar os povos limitrophes do ar, da luz e da vida, que para elles é tudo isso a livre navegação do Amazonas.”¹⁹⁵ E, ainda, criticava a dupla posição brasileira em relação ao tema: “Não há maior incoherencia do que essa de

¹⁹¹ Aureliano Cândido Tavares Bastos foi advogado, jornalista, publicista e político do Império.

¹⁹² BASTOS, A.C.Tavares. *Cartas do solitário*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1863, p. 294.

¹⁹³ Ibidem, p. 350. (Citação transcrita conforme o original).

¹⁹⁴ BASTOS, A. C. Tavares. *O valle do Amazonas*. Op.cit., p. 40. (Citação transcrita conforme o original).

¹⁹⁵ BASTOS, A.C.Tavares. *Cartas do solitário*. Op.cit., p. 353. (Citação transcrita conforme o original).

nossa política internacional fechando o Amazonas ao norte do império, mas aderindo no sul à abertura do Prata a todas as nações.”¹⁹⁶

Na defesa da abertura da navegação do Amazonas e seus afluentes ele deu especial destaque à Bolívia, considerando que este país era o que mais necessitava de uma via que facilitasse seu escoamento comercial, em virtude de sua especificidade geográfica. A respeito disso ele diz

À Bolívia apenas coube em partilhar uma nesga de terra nas fraldas dos Andes, no litoral do Pacífico, que se chama o deserto do Atacama, e cujo único surgidouro é Cobija, miserável enseada e pequena povoação. A parte oriental da república, isto é, a das vertentes do Amazonas e do Prata, é a única povoada, fértil, rica e cheia de futuro.¹⁹⁷

Na sua visão, não era apenas uma decisão política para beneficiar a Bolívia e resolver seu problema de mediterraneidade, mas, sobretudo, a integração do comércio que também iria beneficiar o Brasil.

... carecem de pôr-se em contato immediato com os navegantes do Atlântico por aquellas duas grandes artérias. Não é absurdo, por exemplo, que no século em que se procura reduzir o espaço e economizar o tempo, a excellente lã de Puno, producto boliviano, em vez de ser transportada pelo Amazonas, quase à vista do qual fora tosquiada, tenha de ser conduzida, como diz o sr. Maury, à região das nuvens para transpor os Andes, descer até o Pacífico, dobrar o Cabo d’Horn e entrar no Atlântico?¹⁹⁸

O autor comentando o Decreto de Belzu, de 1853, afirma que este tinha clareza dos benefícios que seria para Bolívia voltar-se para a vertente amazônica, quando condicionou o desenvolvimento dos recursos de seu país, a livre navegação dos rios, e a franqueou a

¹⁹⁶ BASTOS, A.C.Tavares. *Cartas do solitário*. Op.cit, p. 365. (Citação transcrita conforme o original).

¹⁹⁷ Ibidem, p. 348.

¹⁹⁸ Ibidem.

todas as nações em portos designados, como Exaltación e Trinidad no Mamoré, Barba-Negra na costa ocidental do Paraguai e Magarinos sobre o Pilcomato.¹⁹⁹

Este decreto facilitava o acesso meridional da Bolívia, mas o centro e o norte da república continuava dependente, sobretudo do Amazonas. Tavares Bastos afirma que o “... decreto de 1853 era, por isso, uma aspiração legítima; e duvido que, sem aderir ao seu pensamento, possa o governo brasileiro firmar com a Bolívia os ajustes de limites que anda a solicitar.”²⁰⁰

Outro analista que defendia esta posição era o Senador Pimenta Bueno, que estudou as questões de limites entre o Brasil, Peru e a Bolívia e em discurso no Senado, em junho de 1864, apresentava uma visão mais ampla sobre a abertura do Amazonas à navegação internacional. Esboçava a necessidade de uma política mais global, envolvendo as relações com os Estados vizinhos.

Compartilhava com Tavares Bastos a idéia de que a Bolívia necessitava de um desafogo e que era a menos favorecida na utilização do Amazonas, portanto cabia ao Brasil oferecer a Bolívia, portos que lhe facilitassem sua comunicação com o Atlântico. Ele diz:

Senhores, a Bolívia, a meu ver, tem alguma razão de queixa contra o Brazil, e é preciso acabar com isso, e estreitar nossa amizade. Até agora havia algum fundamento para divergências, hoje não há mais.

(...) hoje em vez de impedir o trânsito, vamos franqueal-o; a capital da Província já não é Mato-Grosso [ele está se referindo a Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital da Província], e sim a cidade de Cuyabá que, internada como é, não está exposta a um golpe repentino; o commercio, em vez de continuar medíocre, deve ser animado e desenvolvido amplamente, entre os dous no interesse recíproco.²⁰¹

¹⁹⁹ BASTOS, A. C. Tavares. *Cartas do solitário*. Op.cit., p. 349.

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ Ibidem, p. 348.

Pimenta Bueno era partidário da idéia de ceder “... alguns terrenos da nossa posse sobre as águas do Paraguay para que ahi se estabeleça e abra seus portos” porque a Bolívia “... diz que o Brasil lhe denega um só porto para o seu commercio tanto no Paraguay, como no Amazonas.” E complementa:

“... Pois ofereçamos nós mesmos à Bolívia tanto no Paraguay como no Amazonas mais de um porto: que não fique ella menos favorecida do que as outras nações ribeirinhas, sem razão sufficiente, e o que mais é, contra nossos próprios interesses, que muito tem de lucrar com o desenvolvimento do seu commercio, e com a sua amizade.”²⁰²

Estas posições, entretanto, contrariava a opinião geral da elite governamental que ainda não havia concluído seu plano de unidade territorial e qualquer concessão seria ferir a posição do grande Império. A permanência dos territórios amazônicos como parte do Estado Imperial foi considerada por Joaquim Nabuco como um dos milagres da história do Brasil.²⁰³ De fato desde a época colonial foi uma região com maior contato com Lisboa que propriamente com o centro do governo da colônia. Logo depois de declarada a independência não houve grande alteração em seu sistema de comunicação. Synésio Sampaio comenta que

... as comunicações fluviais, as monções do norte, em particular, tenham contribuído para a sua unidade com o restante do Império, ligando pelo interior, o Centro-Oeste (dependente do Sudeste "civilizado") ao Norte. Eram essas monções e subsidiariamente a navegação por outros rios, como o Tocantins, as únicas alternativas às difíceis ligações marítimas com o Rio de Janeiro, que só se tornariam regulares com a navegação a vapor, por volta de 1850, pois as ligações por caminhos terrestres paralelos à costa, digamos de Belém a Recife, praticamente inexistiram até a metade do século XIX, até o correio Rio-Belém seguia pelo rio Tocantins.²⁰⁴

²⁰² BASTOS, A. C. Tavares. *O valle do Amazonas*. Op.cit., p. 93-4. (Citação transcrita conforme o original).

²⁰³ Cf. NABUCO, Nabuco. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, p 37-40.

²⁰⁴ Cf. GÓES FILHO, Synésio Sampaio. Op.cit. p. 202.

Mas, essas ligações por rio com o Centro-Oeste e o Sudeste eram menos importantes do que as que havia com Lisboa, o que explica porque a Independência, só conhecida na Amazônia mais de um ano depois (o que demonstra as dificuldades das comunicações), não foi recebida com festas. Ao contrário houve resistência e revoltas durante as três primeiras décadas do Império. De acordo com Ernani Bruno,

"... por sua maior proximidade com Portugal, a Amazônia foi uma região brasileira que não se libertou do domínio português no movimento de 7 de setembro de 1822, sendo mesmo evidente que uma parcela numerosa de suas classes dominantes não escondeu então o desejo de que o extremo norte permanecesse fiel ao Reino."²⁰⁵

A partir dos anos 1850 esta situação começaria a mudar mais aceleradamente. Com a navegação a vapor e mais tarde o início da produção da borracha reforçaria os laços com o centro de poder no Rio de Janeiro. Também o grande interesse internacional sobre a região forçou a consolidação de uma política de fronteiras com os vizinhos.

Segundo Amado Cervo, a estratégia brasileira para assegurar os territórios amazônicos foi principalmente fortalecer a navegação do Amazonas com a criação de uma companhia brasileira incumbida, com exclusividade, do comércio e da colonização, para impedir a ocupação estrangeira, estudar a fundo o direito internacional dos rios para armar-se no campo jurídico, conceder o direito de navegação aos ribeirinhos superiores, mediante convenção, para excluir os não ribeirinhos, confrontar a campanha norte-americana pela ação diplomática e protelar a abertura até desaparecer o risco de dominação estrangeira. De acordo com esses critérios a política externa brasileira para a Amazônia foi executada com êxito.²⁰⁶

Na primeira metade do século XIX, portanto, o Brasil e a Bolívia tiveram diretrizes diferentes quanto aos seus papéis na política intra-americana. O Brasil foi muito ativo nos

²⁰⁵ BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil – geral e regional*. São Paulo: Cultrix, 1966, vol 1, p. 92. Apud: GÓES FILHO, Synésio Sampaio. Op.cit. p. 203.

²⁰⁶ Cf. GÓES FILHO, Synésio Sampaio. Op.cit. p. 104.

conflitos internos entre os países do rio da Prata, ora agindo diplomaticamente ora com enfrentamento militar. Esteve atento à posição boliviana em relação a política de Rosas e tanto de um lado, como de outro, protelou-se a definição de seus limites, principalmente por divergências em relação às prioridades de cada um. Para o Brasil a demarcação de limites era a condição primordial e para a Bolívia a abertura dos rios à livre navegação.

A Bolívia, por outro lado, priorizou suas relações com os países andinos e entrou em conflitos, com o Peru e Chile. Com o governo de Buenos Aires, depois da guerra em que estivera envolvido, nos anos 1830, houve uma certa aproximação, apesar das pretensões de Rosas de incluir a Bolívia em seus planos de formação de um Estado forte, nos antigos territórios do Vice-Reinado platino.

CAPÍTULO III

LIMITES E LIVRE NAVEGAÇÃO: CONFLUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Entre o Brasil e a Bolívia as principais confluências e divergências em suas relações no século XIX, referem-se à definição de limites, à convivência fronteiriça e ao sistema de comunicações, prioritariamente na bacia amazônica.

A fronteira oeste brasileira, durante a década de 1860, recebeu maior atenção do governo central, em função da Guerra da Tríplice Aliança. O tão desejado acordo de limites entre o Brasil e a Bolívia foi finalmente estabelecido com o Tratado de Ayacucho de 1867, após três décadas de tentativas. Só na década de 1860 três missões enviadas pelo Império, para a Bolívia, para esse fim malograram: a missão de João da Costa Rego Monteiro, a de Antonio da Costa Rego Monteiro e a de Antonio Pedro de Carvalho Borges.

A preocupação das autoridades imperiais, em resguardar a fronteira oeste, estava ligada, também, ao papel político que a Bolívia poderia vir assumir no decurso do conflito. Uma possível agressão boliviana esteve sempre presente nas correspondências oficiais, entre as autoridades centrais e as regionais. Diante disso, outra missão do Império foi enviada para a Bolívia, com a finalidade de acordar um tratado que incluísse os limites.

Em 1867 a missão de Felipe Lopes Neto logrou a assinatura do tratado de limites sobre a base do *uti possidetis*. O Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, também conhecido no mundo hispânico por Tratado Muñoz-Neto, em função do nome do negociador brasileiro e do boliviano, Donato Muñoz.

Durante trinta anos este marco jurídico seria reconhecido como o limite dos dois espaços nacionais. Na virada do século, entretanto, seria alterado com a formação de uma nova fronteira econômica, tanto do lado boliviano quanto brasileiro, determinada pela produção da borracha, o que provocou o redimensionamento da fronteira política entre os dois países.

1. Demarcação de limites até Ayacucho

Em 1834 a Missão Diplomática de Mariano Armaza, representante do governo do Presidente Santa Cruz, chegou ao Rio de Janeiro com uma proposta para discutir os limites fronteiriços. Esta proposta refletia o pensamento que começou a difundir-se no primeiro momento pós-declaração de independência, nos países hispano-americanos, em relação às suas linhas de demarcação fronteiriças: era considerar os documentos espanhóis, tanto no que concernia ao limites internos, como aqueles emanados dos acordos internacionais com outras potências coloniais.

Assim, o Tratado de Santo Ildefonso de 1777, acordado entre Portugal e Espanha foi a primeira referência boliviana, com o corolário: "... que a linha divisória começasse aos 22°, na margem direita do Paraguai, até a embocadura do Jaurú, daí seguisse pelas águas desse rio e pelas do Aguapéi até encontrar na serra do mesmo nome as cabeceiras do rio Alegre e daí baixasse até o Guaporé."²⁰⁷

Santa Cruz, que há cinco anos tentava organizar as instituições políticas da Bolívia, procurou resolver uma questão que afetava diretamente a possibilidade de constituir o Estado boliviano. Afinal, não era uma questão de fronteira no interior do antigo Império

²⁰⁷ RIBEIRO, João. *As nossas fronteiras*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1930, p. 66.

colonial, mas uma extensa fronteira representante de um novo poder na América que, poderia proporcionar a continuidade da política expansionista lusa.

A Missão chegou ao Rio de Janeiro em um momento de crise política interna no Brasil e este não havia, ainda, delineado diretrizes para suas relações com os vizinhos americanos, embora houvesse um debate preliminar iniciado no Parlamento, sobre estas questões. O governo brasileiro alegou não possuir os dados necessários para a discussão dos limites, por isso não foi possível encaminhar as negociações.

A fronteira estava exposta a uma série de incidentes relacionados, entre outras questões, à concessão de terras, à circulação de fugitivos da justiça e aos pedidos de asilo formulados, em geral, por *caudilhos* militares bolivianos derrotados nas lutas internas pelo poder. A concessão de asilo poderia criar problemas políticos entre os dois países. Estas questões afetavam diretamente o governo provincial e eram reclamados, insistentemente, pelos presidentes da província de Mato Grosso à Corte, bem como aos representantes brasileiros na Bolívia.²⁰⁸

A primeira iniciativa do governo brasileiro, nesse sentido, foi feita dois anos depois, em 1836, por meio do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Gustavo Adolpho Pantoja, negociação que propunha as mesmas diretrizes formuladas pela Bolívia, com base no Tratado de 1777. O Governo boliviano concordou e propôs o estabelecimento de uma Comissão que examinasse *in loco* a zona de fronteira para subsidiar as negociações. Até que se chegasse a um resultado, não se permitiriam concessões de terras na fronteira e seriam anuladas as já feitas.²⁰⁹

Antes de concluir as negociações, o governo Santa Cruz manifestou-se, pela primeira vez, contra a validade do Tratado de 1777, ao negar o pedido brasileiro, como base neste Tratado, da devolução de presos foragidos da província mato-grossense. O Ministro

²⁰⁸ APMT – Ofício – 19/01/1836. Do: Presidente da Província de Mato Grosso – José Antônio Pimenta Bueno. Ao: Representante dos Negócios Estrangeiros do Brasil na Bolívia: Duarte da Ponte Ribeiro. APMT – Ofício – 10/05/1836. Do: Presidente da Província de Mato Grosso – José Antônio Pimenta Bueno. Ao: Representante dos Negócios Estrangeiros do Brasil na Bolívia: Duarte da Ponte Ribeiro.

²⁰⁹ Cf. SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe Gomes. *A política do Império Brasileiro...* Op.cit., p. 56.

boliviano, André Torrico, se negou a atender o pedido por não considerar válido o tratado celebrado pelas antigas metrópoles.²¹⁰

Um ano depois, em 1837, uma nova tentativa brasileira encaminhada por Duarte da Ponte Ribeiro, foi apresentada sem recorrer àquele tratado e introduzindo o princípio do *uti possidetis*, como parâmetro para as negociações de limites. O representante brasileiro encontrou uma complicada situação política interna e externa na Bolívia que caminhava para a dissolução da Confederação Peru-Boliviana, sem uma interlocução capaz de iniciar as negociações que pudessem levar a um acordo fronteiriço.²¹¹

Onze anos depois da queda da Confederação Peru-Boliviana, uma nova iniciativa do Governo imperial não conseguiu iniciar as discussões sobre as relações bilaterais. O representante brasileiro Duarte da Ponte Ribeiro, em 1852, em Missão na Bolívia, teceu as seguintes considerações,

A República de Bolívia pode inquietar e incomodar seriamente o Império na Província de Mato Grosso, muito principalmente se a isso for incitada pelo Governo de Buenos Aires. Seria então difficilimo e dispendiosissimo o socorrê-la. – Convém muito por isso afastar os motivos existentes que podem dar lugar a desavenças, a saber questões de limites e de navegação de rios.²¹²

Paulino José Soares de Sousa insistia com Ponte Ribeiro em que "Quanto menos o Governo boliviano se prestar a um arranjo sobre limites, tanto menos se prestará Vossa Senhoria a um arranjo sobre navegações de rios, e vice-versa."²¹³

Chegando a Chuquisaca, Ponte Ribeiro permaneceu algum tempo aguardando a chegada do Presidente Belzu, que havia estabelecido um Governo itinerante. Em 2 de fevereiro de 1852, o Encarregado de Negócios brasileiro pediu uma audiência com o Presidente, o Governo boliviano não marcou a data da audiência e nem deu sinais de que

²¹⁰ Cf. SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe Gomes. *A política do Império Brasileiro ...* Op.cit., p. 56.

²¹¹ Cf. RIBEIRO, João. Op.cit., p. 67.

²¹² Instruções à Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico, AHI, 271/4/19. Apud: SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe Gomes. *A política do Império Brasileiro...* Op.cit., p. 96.

²¹³ Ibidem.

estaria disposto a receber o representante brasileiro. Assim, sem nem mesmo iniciar as negociações, Ponte Ribeiro pediu seu passaporte e retirou-se para Valparaíso, alegando problemas de saúde.²¹⁴

Na avaliação de Ponte Ribeiro, seria inútil insistir em ser recebido. Para ele, Belzú não queria receber a Missão, com vistas a agradar Rosas e mostrar hostilidade ao Brasil. O brasileiro cria, que se finalmente fosse "... recebido, de nada mais se tratará o atual Governo da República senão de queixar-se do Brasil e exigir satisfações."²¹⁵

Ponte Ribeiro, já antes de iniciar as tentativas de negociação com Belzú, defendia a adoção de medidas defensivas na fronteira com essa República: "Não obstante duvidar eu muito de que Belzú se ligue com Rosas depois de vê-lo em risco de cair, ainda assim sou de parecer que o Governo Imperial se acautele enviando para aquela Província os meios de fazê-la respeitar."²¹⁶ Em vista do fracasso dessas negociações, ele aconselhou o governo imperial a fortificar a sua fronteira com a Bolívia, como o meio mais eficaz de forçá-la a negociar.

Após a queda de Rosas, no entanto, Belzú mandou um emissário ao Chile para sondar a disposição de Ponte Ribeiro em retomar as negociações. O representante brasileiro insistiu, como condição para tanto, que Belzú manifestasse oficialmente o seu interesse em retomar os entendimentos, o que não foi aceito. Assim, Ponte Ribeiro retirou-se para o Brasil, dando por encerrada a sua Missão.²¹⁷

Na província de Mato Grosso essa indefinição causava muita preocupação a seus dirigentes. E nos anos 1840 e 1850, tais preocupações se acentuaram, uma vez que as agitações políticas internas na Bolívia, ocasionaram uma sucessiva onda de pedidos de asilo político, especialmente de militares bolivianos, à presidência de Mato Grosso, deixando as

²¹⁴ Cf. SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe Gomes. *A política do Império Brasileiro...* Op.cit., p. 97.

²¹⁵ MERP, Ofício Reservado N° 3, Chuquisaca, 20 de fevereiro de 1852 – 271/4/16. Apud: SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe Gomes. *A política do Império Brasileiro ...* Op.cit., p. 97.

²¹⁶ MERP, Ofícios Reservados N° 2, Lima, 8 de setembro de 1851, e N° 7, Valparaíso, 9 de abril de 1852 – 271/4/16. Apud: SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe Gomes. *A política do Império Brasileiro ...* Op.cit., p. 97.

²¹⁷ Cf. SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe Gomes. *A política do Império Brasileiro ...* Op.cit., p. 98.

autoridades representativas mato-grossenses preocupadas quanto à reação da Bolívia a concessão de tais pedidos.²¹⁸ Assim que, segundo José da Silva Guimarães, Presidente de Mato Grosso, muitos desses militares desejavam estabelecer-se "... em Casalvasco, ponto o mais limítrofe a sua República, para que logo cessem tais convulsões possam facilmente voltar."²¹⁹

No entanto, os pedidos de asilo para Casalvasco eram sempre negados por serem "... opostos as Ordens do Governo Supremo do Brasil... ." ²²⁰ A recomendação do governo central era aceitar a permanência destes, desde que fossem conduzidos para Vila Maria, local um pouco mais distante da fronteira, a fim de evitar qualquer tipo de desconfiança da Bolívia para com o Império.²²¹

No ano de 1852, a Legação Imperial que fora à Bolívia, com o intuito de negociar um tratado que incluísse os limites, encontrou um ambiente desfavorável nos círculos políticos bolivianos, com a posição de Belzu que priorizava a livre navegação amazônica, aos limites, além de sua expectativa em relação ao governo de Rosas.²²²

Durante os anos 1850, ocorreu uma nova onda de pedidos de asilo política à Província de Mato Grosso.²²³ Inúmeras correspondências foram trocadas entre o Almirante Augusto Leverger, Presidente de Mato Grosso e o Ministro Plenipotenciário na Bolívia Duarte da Ponte Ribeiro, a esse respeito.²²⁴

²¹⁸ APMT - Ofício - 15/09/1851. Do: Presidente da Província de Mato Grosso - Augusto Leverger. Ao: Major Henrique Nan-Nivel. (Estas citações foram transcritas com o português atualizado, em virtude da dificuldade de compreensão que poderia acarretar se fosse transcrita conforme o original. O mesmo procedimento foi utilizado nas demais citações documentais, presentes neste capítulo e nos seguintes).

²¹⁹ APMT - Ofício - 29/12/1841. Do: Presidente da Província de Mato Grosso: José da Silva Guimarães. Ao: Coronel Manoel Landivar. (Português atualizado).

²²⁰ Ibidem.

²²¹ Ibidem.

²²² Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza - 1853, p. 10. Biblioteca do Itamarati em Brasília. O Conselheiro referido na citação é Duarte da Ponte Ribeiro.

²²³ APMT - Ofício - 11/08/1851. Do: Presidente da Província de Mato Grosso: Augusto Leverger. Ao: Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário - Duarte da Ponte Ribeiro.

²²⁴ Ibidem.

Tal situação vinha causando muita preocupação na Corte, a ponto de – por ordem expressa do Rio de Janeiro – o comandante do Forte Príncipe da Beira ter sido exonerado por permitir a permanência de exilados políticos, nesta localidade, e por tê-los auxiliados com tropas brasileiras a retornarem à província de Moxos.²²⁵

Durante todo o Governo de Belzú, as autoridades de Mato Grosso, bem como as da Corte ficaram atentos com a fronteira entre os dois países, uma vez que as levas de bolivianos pedindo passagem e permanência em Mato Grosso se multiplicavam.²²⁶ Essa situação fora informada constantemente por Augusto Leverger ao Presidente da província de Santa Cruz, Francisco Ybañes.²²⁷ As eternas ameaças de guerra com o Peru também impeliam esses pedidos a Mato Grosso. Em 1855 uma nova onda desses pedidos ocorreu; mais de dez militares, juntos, atravessaram Mato Grosso e foram asilar-se no Rio de Janeiro.²²⁸

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, Antônio Paulino Limpo de Abreu, em ofício a Augusto Leverger informou-o que "... o procedimento desses homens tem sido prudente e discreto, tanto quanto lhe consta (...). Em resposta do (...) acima ponderado, entende o Governo Imperial que não se lhes deve pôr embaraço na viagem que àquela República pretendem fazer os ditos emigrados."²²⁹

No final da década de 1850 e início de 1860, a fim de tornar mais seguras as relações fronteiriças, o Presidente de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, orientou ao comandante do distrito de Vila Maria, que diante de pedidos de asilo, se fizesse "... um minucioso interrogatório, que deverá ser enviado a esta Presidência, lhes intime para que se

²²⁵ APMT - Ofício - 27/08/1851. Do: Presidente da Província de Mato Grosso - Augusto Leverger. Ao: Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário - Duarte da Ponte Ribeiro.

²²⁶ APMT - Ofício - 07/03/1857. Do: Ministério dos Negócios Estrangeiros - José Maria da Silva Paranhos. Ao: Presidente da Província de Mato Grosso - Augusto Leverger.

²²⁷ APMT - Ofício - 22/09/1851. Do: Presidente da Província de Mato Grosso - Augusto Leverger. Ao: Prefeito do Departamento de Santa Cruz de la Sierra - Francisco Ybañes.

²²⁸ Cf. FINOT, Enrique & GUMUCIO, Mariano Baptista. *Op.cit*, p. 203.

²²⁹ APMT - Ofício N.º 3 - 12/05/1854. Do: Ministério dos Negócios Estrangeiros - Antônio Paulino Limpo de Abreu. Ao: Presidente da Província de Mato Grosso - Augusto Leverger. Ofício N.º 11 - Set/1854. Do: Ministério dos Negócios Estrangeiros - Antônio Paulino Limpo de Abreu. Ao: Presidente da Província de Mato Grosso - Augusto Leverger. Ofício N.º 7 - 07/03/1857. Do: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ao: Presidente da Província em Mato Grosso - Augusto Leverger. (Português atualizado).

internem para o lado da Capital ou de Poconé, até cujos limites os fará acompanhar, quando não obedeçam a intimação, com a obrigação de apresentarem-se à primeira Autoridade Policial do lugar... ."230

A partir de 1859 e no decorrer da década de 60, a preocupação se acentua com a fronteira, tanto do governo Imperial como do governo provincial de Mato Grosso, especialmente no tocante a localidade fronteiriça boliviana denominada San Mathias, distante 80 km da localidade brasileira de Vila Maria (atual Cáceres, Mato Grosso). A preocupação de que pudesse ocorrer uma agressão armada por parte da Bolívia, fez parte das comunicações trocadas durante esses anos. Em 1859, Joaquim Raimundo de Lamare, em ofício ao Comandante do Distrito Militar de Vila Maria, Tenente Coronel João Nepomuceno da Silva Portella, o instruiu da seguinte forma:

“... no caso de que o destacamento de S. Mathias seja elevado a cinquenta praças, deve Vm. imediatamente elevar o nosso da Corixa a igual número de praças; e (...) deve Vm. buscar informar-se minuciosamente do que se passa em S. Mathias para disso dar conta a Presidência, visto como essa Colônia pode ainda vir a ser motivo de inquietação para esta Província, mormente com a navegação do Paraguai. De Vm. as necessárias providências para que essa gente de S. Mathias nem viole e nem explore o nosso território, e muito convém que Vm. me declare a que distancia fica a dita povoação de S. Mathias do destacamento da Corixa, a que rumo, à margem de que regato ou baía, à sua população e quais os recursos que tem para manter-se.”231

Depois de tantas tentativas malogradas, a fronteira com a Bolívia continuava a constituir-se fonte de preocupações para a diplomacia Imperial. Esse país, ainda que voltado para o Pacífico, podia vir a ter, como vimos anteriormente, um importante peso nos negócios do Prata, região de vital interesse para o Império. Ademais, a fronteira da Bolívia

²³⁰ APMT - Ofício - 05/08/1859. Do: Presidente da Província de Mato Grosso - Joaquim Raimundo de Lamare. Ao: comandante do Distrito Militar de Vila Maria - Tenente Coronel João Nepomuceno da Silva Portella. (Português atualizado).

²³¹ APMT - Ofício Reservado 05/09/1859. Do: Presidente da Província de Mato Grosso - Joaquim Raimundo de Lamare. Ao: Comando do Distrito Militar de Vila Maria - Tenente Coronel João Nepomuceno da Silva Portella. (Português atualizado).

com a Província de Mato Grosso, ao contrário das fronteiras amazônicas, envolvia áreas com populações numericamente mais relevantes e comunicações mais fáceis.

2. Brasil e Bolívia: a definição de limites e a livre navegação dos rios

No final dos anos 1850 o governo Imperial admitia que "Dentre as questões de fronteira e fluviais que se tem suscitado entre o Império e os Estados que com ele confinam, sem dúvida que as de mais difícil solução são as que estão pendentes com a República de Bolívia."²³² Devido a esta constatação, julgou que deveria continuar os esforços para esse fim. Segundo Santos, "... o novo representante brasileiro na Bolívia recebeu precisas instruções a fim de ajustar não só a respectiva linha divisória, como o livre trânsito para os navios e cidadãos dos dois países pelas águas dos rios navegáveis que por eles correm na parte que cada um pertence."²³³

Em 1860, o Ministro Residente do Brasil em Chuquisaca, João da Costa Rego Monteiro, empreendeu uma nova Missão do Brasil em La Paz, com a proposta de um novo Tratado de limites baseado no princípio do *uti possidetis*, postulado já consagrado como a doutrina oficial da Chancelaria brasileira. No contexto dessa negociação, Rego Monteiro elaborou alguns mapas, que seriam utilizados pelo Governo brasileiro como instrumento para negociar seus limites com a Bolívia. Neles, estava traçada a linha fronteira almejada pelo Império.²³⁴

Esta negociação encontrou obstáculos, principalmente, porque os dois governos partiam de pressupostos teóricos diferentes. Os negociadores bolivianos defendiam, agora,

²³² RRNE, 1860, p. 50. Apud: SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe Gomes. *A política do Império Brasileiro ...* Op. cit., p. 102.

²³³ Cf. SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe Gomes. *A política do Império Brasileiro ...* Op.cit., p. 103.

²³⁴ Dentre estes mapas, um que reapareceria durante a crise do Acre, foi o denominado "Mapa da Linha Verde", referente ao trecho Madeira-Javari da fronteira.

que o Tratado de Santo Ildefonso fosse tomado como base de acordo.²³⁵ Esta posição impediu qualquer ajuste, com as Missões de Antônio da Costa Rego Monteiro, em 1863, e seu sucessor Antônio Pedro de Carvalho Borges, depois Barão de Carvalho Borges.²³⁶

O Brasil, agora, argumentava que os tratados coloniais haviam perdido a validade. O Tratado de Madri, de 1750, substituído pelo Tratado de 12 de fevereiro de 1761, depois pela assinatura do Tratado de 1763. O de Santo Ildefonso, de 1777, teria sido invalidado quando pactuado em Badajoz o Tratado de 06 de junho de 1801. De igual forma, a Bolívia não admitia o princípio que o Império procurava empregar, e que se tornou o princípio base para solucionar questões de deslindes na América independente: o *uti possidetis*.²³⁷

Esta doutrina era criticada não somente pela a Bolívia. Havia uma corrente de opinião entre os publicistas hispano-americanos, segundo a qual a doutrina brasileira do *uti possidetis* servia para a expansão das fronteiras do Império. Tal interpretação era geralmente acompanhada pela defesa da doutrina hispano-americana do *uti possidetis jûris*. Segundo ela, a política de fronteira inter-hispano-americana deveria se guiar pelos títulos jurídicos emanados do soberano espanhol, tais como as delimitações de vice-reinados, audiências, capitânicas, etc. E os ajustes entre o Brasil e os Estados hispano-americanos, pelos tratados firmados entre as duas metrópoles coloniais, supondo-se em vigor na época da independência, o Tratado de Santo Ildefonso de 1777.²³⁸

O malogro das Missões de Ponte Ribeiro e Rego Monteiro preocupou o governo brasileiro devido, principalmente, o cenário político regional que se delineava com divergências que se tornavam graves na política platina, e que se vislumbrava um possível confronto armado, que de fato aconteceu com o início da Guerra da Tríplice Aliança. A situação política instável na Bolívia era obstáculo não apenas para firmar acordos, mas, sobretudo pela posição que o país poderia tomar em uma eventual guerra que o Brasil participasse. Estava em perigo a fronteira oeste brasileira.

²³⁵ Cf. SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe Gomes. *A política do Império Brasileiro ...* Op.cit., p. 103.

²³⁶ Cf. VIANNA, Hélio. Op.cit., p. 157.

²³⁷ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria ...* Op.cit., p.252-3.

²³⁸ Cf. DROUET, B. Checa. *La doctrina Americana del uti possidetis de 1810*. Lima: Gil, 1936, p. 23. Apud: CERVO, Amado Luiz. *A política brasileira de limites no século XIX*. Op.cit., p. 58.

Por isso, a atenção para com a fronteira se redobrou. Em 1864, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, Presidente de Mato Grosso, em ofício ao Ministro Residente do Brasil na Bolívia, demonstrou toda sua preocupação com o fato de alguns bolivianos terem invadido o território mato-grossense, na cidade de Casalvasco. Concluiu o ofício dizendo que desse fato poderiam decorrer sérios conflitos a ponto de perturbar o relacionamento existente entre ambos países.²³⁹

De fato, a Guerra causava muita incerteza em relação à Bolívia. Uma possível agressão boliviana esteve sempre presente nas correspondências oficiais. Dessa forma, em janeiro de 1867, o capitão do Quartel do Destacamento do Ponto da Corixa, João Baptista Pulcherio, em ofício ao Major Luiz Benedicto Pereira Leite, Comandante do Distrito Militar de Vila Maria, informou que mesmo não tendo tido informação de força armada proveniente da Bolívia, estava preocupado com “... o que quer que seja, a vista do sigilo que guardam para com outros moradores de São Mathias, os Bolivianos que ultimamente ali chegaram.”²⁴⁰

Em junho do mesmo ano, o acima mencionado comandante informou ao Presidente da província, José Vieira Couto Magalhães, ter recebido notícias de que uma força armada paraguaia encaminhava-se para avançar contra Corumbá, e que essa notícia já havia chegado a San Mathias, apesar de seu esforço em impedir que na Bolívia ela chegasse. Receava não conseguir levar esta informação à Corumbá, antes da força expedicionária imperial que para lá partia.²⁴¹

²³⁹ APMT - Ofício Reservado 16/10/1860. Do: Presidente da Província de Mato Grosso - Antônio Pedro de Alencastro. Ao: Comandante do Distrito Militar de Vila Maria - Tenente Coronel João Nepomuceno da Silva Portella.

²⁴⁰ APMT - Lata 1867 D - Maço: Assuntos Militares/Quartel do Comando Militar de Villa Maria. Ofício - 14/01/1867. Do: Quartel do Destacamento do Ponto da Corixa - Tenente Coriolano de Castro e Silva, Sargento Antônio José dos Santos, Capitão João Baptista Pulcheria. Ao: Comandante Do Distrito Militar de Vila Maria - Major Benedicto Pereira Leite. (Português atualizado).

²⁴¹ APMT - Lata 1867 D - Maço: Assuntos Militares/Quartel do comando Militar de Villa Maria. Ofício N.º 18 02/06/1867. Do: Quartel do Comando do Distrito Militar de Vila Maria - Tenente Coronel Comandante Luiz Benedicto Pereira Leite. Ao: Presidente da Província de Mato Grosso - José Vieira Couto Magalhães.

A preocupação das autoridades de Mato Grosso era a mesma do governo central, a vulnerabilidade da fronteira oeste, além da possibilidade do governo boliviano tentar negociar os limites, sob ameaça de apoio aos paraguaios. Esta preocupação aumentou quando em 1866, Mariano Donato Muñoz, Ministro das Relações Exteriores do governo do Presidente Melgarejo, apresentou uma Nota protestando contra as estipulações do Artigo XVI do Tratado da Tríplice Aliança, que versava sobre os limites do rio Paraguai e Baía Negra, exigindo que fossem resguardados os seus direitos na fronteira litigiosa entre a Argentina e o Paraguai. Um mês depois desse protesto, segundo Teixeira Soares, a diplomacia imperial teria captado a informação, de que Melgarejo pretendia entrar no conflito armado junto a Francisco Solano López.²⁴²

A entrada da Bolívia na guerra poderia fortalecer sua posição nas negociações da livre navegação. A articulação das vias de comércio entre as bacias amazônica e platina já era uma necessidade inadiável. Além disso, o fortalecimento do Paraguai com uma aliança com a Bolívia colocava em risco as posições brasileiras no Prata.

Para Moniz Bandeira, a invasão paraguaia na província de Mato Grosso constituiu-se numa iniciativa que, dentre outros objetivos, buscava estabelecer a comunicação entre o Paraguai e o Pacífico, através da Bolívia e de portos peruanos. Essa nova via de contato com o exterior poderia, idealmente, servir ao abastecimento do Paraguai de armas e outros gêneros importados, na eventualidade, que se revelou fato, de um bloqueio da bacia do Prata, pela Tríplice Aliança.²⁴³

Assim, o Governo Paraguaio além de enviar uma expedição, sob o comando do francês Pomiers, com o objetivo de "... explorar a região, para o início da construção da estrada, como concedeu proteção e garantia, além de transporte gratuito em navios paraguaios, aos comerciantes da Bolívia que realizassem transações pela rota de Corumbá."²⁴⁴

²⁴² Cf. SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972, p.106.

²⁴³ Cf. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op.cit.*, p.79.

²⁴⁴ Cf. *Ibidem*, p. 255.

Apesar das apreensões do governo brasileiro em relação a um possível apoio boliviano ao Paraguai, o Ministro Residente na Bolívia, Antônio Pedro de Carvalho Borges, apresentava uma posição mais otimista. Sua análise era de que os dois países nunca tiveram comunicações diretas, apesar de serem países limítrofes. Carvalho Borges, não acreditava na possibilidade de aliança entre esses dois países, mas aceitava que poderia ter havido um acordo entre os paraguaios e os bolivianos fronteiriços.²⁴⁵

Carvalho Borges apresentava uma visão em face da realidade que ele estava vivenciando naquele momento na Bolívia. Em 1864, Melgarejo assumiu a presidência do país e ficava clara sua aliança com o novo grupo econômico dos produtores de prata. Este centro econômico se estruturava voltado para os portos do Pacífico, contando com a participação de investidores chilenos, e nesse momento uma aliança militar com o Paraguai poderia afetar os interesses desses mineiros. Entretanto, não se poderia descartar esse apoio pelo próprio estilo personalista de Melgarejo que não escondia sua preferência pela posição paraguaia.

O representante brasileiro aconselhava o governo a não tomar a iniciativa de discutir os assuntos relacionados à fronteira comum com as autoridades bolivianas, dizendo que qualquer coisa poderia servir de motivo para que a Bolívia aderisse a guerra contra o Império, e que tal matéria deveria ser discutida com o governo boliviano após o término da guerra.

A vida na região fronteiriça parecia não ter sofrido alterações que pudessem complicar a posição brasileira. As informações prestadas pelo governo provincial eram que, "Em consequência da guerra não tem havido movimento de estrangeiros pelo rio Paraguai. Alguns Bolivianos tem vindo a esta capital, trazendo diversas mercadorias, como sal, calçado, chapéus, alguns tecidos e outros gêneros."²⁴⁶

²⁴⁵ Cf. SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe Gomes. *A política do Império Brasileiro ...* Op.cit., p.198.

²⁴⁶ APMT - Livro 215 - Registro dos Relatórios apresentados pela Presidência da Província à Assembléia Legislativa Provincial. Anos: 1863-1874. Relatório do Vice Presidente da Província de Matto Grosso o Barão de Aguapehy na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1866. P. 61. (Português atualizado).

A situação que dera lugar à aliança entre o Brasil, à Argentina e o Uruguai contra o Paraguai, e as simpatias que Melgarejo havia manifestado por Solano Lopes, não somente motivaram as declarações dos governos desses países no sentido de que o tratado de aliança tripartite havia salvado os direitos da Bolívia sobre o Chaco, como também determinara ao primeiro deles - o Brasil - a enviar uma missão diplomática encarregada de estreitar relações e de procurar um arranjo dos limites boliviano-brasileiros.²⁴⁷

O risco do apoio boliviano a Assunção poderia aumentar na medida em que crescia a opinião em favor de Solano Lopes. Esta convicção estava presente no governo provincial, o que demonstra o deslocamento de contingentes militares para o sul da fronteira, obrigando o Presidente de Mato Grosso, José Vieira Couto Magalhães, a enviar correspondência ao Vice-Presidente da Província de Chiquitos, justificando a presença de concentração destas forças armadas no vale do rio Paraguai. Segundo ele, esse deslocamento objetivava apenas guarnecer, este local, de incursões da República do Paraguai. Assegurando lealdade, amizade, intenções de paz e de estreitar relações do Império com a Bolívia, que eram os desejos que "...animam ao Governo de sua Majestade O Imperador...".²⁴⁸

Nesse mesmo momento, o Conselheiro e Deputado Felipe Lopes Neto Chegou à Bolívia para uma Missão Especial junto ao Governo, encontrou um ambiente hostil, ainda manifesto no editorial situacionista de seis de novembro, de 1866, que enaltecia a genialidade de Lopes, assemelhando-a com a individualidade predestinada, do próprio General Melgarejo: "Solano Lopes, al principio de la guerra se decía: he ahí un valiente, un héroe - Al presente se puede decir: he aquí un genio."²⁴⁹

Lopes Neto chegou a La Paz em 3 de fevereiro de 1867 e após quatro dias iniciou as negociações de um tratado de limites com o Ministro das Relações Exteriores, Mariano Donato Muñoz, sob a base do *uti possidetis*. As discussões foram surpreendentemente

²⁴⁷ Cf. FINOT, Enrique & GUMUCIO, Mariano Baptista. Op.cit., p. 259.

²⁴⁸ APMT - Ofício 14/03/1867. Do: Presidente da Província de Mato Grosso - José Vieira Couto de Magalhães. Ao: Vice-Prefeito da Província de Chiquitos. (Português atualizado).

²⁴⁹ Artigo de El Nacional. Apud: CORREA FILHO, Virgílio. *As raias de Matto Grosso*. São Paulo, 1925, p.130.

rápidas e resultaram na assinatura do Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, datado de 27 de março de 1867.²⁵⁰ Também conhecido no mundo hispânico por Tratado Muñoz-Neto.²⁵¹

Assinado o Tratado, o representante brasileiro iniciou, imediatamente as negociações para sua ratificação pelo Parlamento boliviano. Havia uma corrente política que não aceitava as suas bases alegando ser lesivo aos interesses do país por ter a Bolívia perdido território para o Brasil. Da mesma forma, no Brasil, houve uma corrente de opinião também contrária ao Tratado. Um dos conhecedores da política andina, Duarte da Ponte Ribeiro viu, em suas disposições, uma mudança na política do Governo Imperial, esboçou a opinião de outros, dizendo que Lopes Netto aumentara as concessões de terra à Bolívia, além das oferecidas pelo Império.²⁵²

De qualquer forma, o Tratado fora aprovado em ambos países. Na Bolívia, depois de debates calorosos, o Congresso Boliviano aprovou a 23 de setembro de 1868, isto é, mais de um ano depois. Segundo Finot, a aprovação desse tratado com o Brasil, causou na Bolívia levantes em vários centros do país, sufocados de maneira sangrenta, pelo Presidente Melgarejo. Também, despertou a mais irada oposição no país, circunstâncias que, segundo o mesmo autor, teria levado, o negociador brasileiro, a compreender que a ratificação legislativa era indispensável para que seu trabalho fosse consagrado e não estivesse sujeito às contingências das mudanças políticas.²⁵³

²⁵⁰ Ver mapa nº 7 nos anexos.

²⁵¹ Cf. CABRAL, Octaviano. *História de uma região (Mato Grosso, Fronteira Brasil-Bolívia e Rondônia)*. Niterói: Himalaya, 1963, p. 66.

²⁵² Cf. GÓES FILHO, Synésio Sampaio. Op.cit, p. 175-6.

²⁵³ A 15 de janeiro de 1871, Melgarejo atacou a cidade de La Paz, e foi derrotado e empreendeu sua fuga em direção ao Peru, onde pouco depois foi assassinado por um de seus homens de confiança, o irmão de sua amante Juana Sánchez. Em sua fuga de La Paz até o rio Desaguadero, Melgarejo foi hostilizado pelos índios do planalto, que mataram a muitos dos seus companheiros. Cf. FINOT, Enrique & GUMUCIO, Mariano Baptista. Op.cit., p. 292.

O Tratado teve como base o princípio do *uti possidetis*. Traçava uma linha divisória pormenorizada, em que os limites lineares eram divididos em três trechos distintos: o norte, o sul e o intermediário.²⁵⁴

No norte, a falta de conhecimento preciso de vários pontos geográficos, como as nascentes dos rios, demandaria um trabalho posterior, que caberia a várias Comissões importantes no conhecimento geográfico da Amazônia, como a chefiada pelo Dr. Luiz Cruls, Diretor do Observatório do Rio de Janeiro, em 1901, que determinou a nascente do Alto Jaquirana, e a Comissão chefiada por Euclides da Cunha, em 1904, que determinou a nascente do rio Purus.²⁵⁵

O ponto mais crítico, segundo analistas hispano-americanos, foi na área sul da região fronteiriça, pois resguardou para o Brasil estabelecimentos bolivianos, como San Mathias. O argumento era de que o Brasil passava a tomar posse de terras anteriormente pertencentes à Espanha, pelo Tratado de Santo Ildefonso. De fato, o Mato Grosso incorporava uma faixa de terra a oeste da linha definida nos tratados coloniais.

No Brasil, esse trecho, também, foi criticado, posteriormente, durante os problemas acreanos. Alguns julgavam que os negociadores do Império, em função da ocupação do rio Madeira e de outros afluentes da margem do Amazonas, "... poderiam ter levado os limites muito mais ao sul para incluir ao território nacional, as áreas dos formadores dos rios Purus e Juruá."²⁵⁶

²⁵⁴ Esse trecho era constituído por uma única linha geodésica ligando a foz do Beni (no rio Madeira) às nascentes do Javari. Por este tratado, diferente do de Santo Ildefonso, a definição tornou-se a seguinte: '[os limites seguem pelo] Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até o Beni, onde principia o rio Madeira. Deste rio para a oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda da latitude 10°20' até encontrar o rio Javari.' Logo no parágrafo seguinte: 'Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta, a buscar a origem principal do Javari. GOÉS FILHO, Synésio Sampaio. Op.cit. p. 225.

²⁵⁵ Cf. PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. Inquéritos geográficos. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano V, n. ° 4, 1943, pp. 118-124.

²⁵⁶ O Barão do Rio Branco partilhava essa opinião, que se apoiava na seguinte regra do Direito Internacional: a posse do trecho inferior de um rio cria direitos sobre seu trecho superior, caso não houvesse aí a ocupação efetiva da outra nação (*watershed doctrine*). Cf. GOÉS FILHO, Synésio Sampaio. Op.cit., p. 227.

No trecho intermediário foi confirmado o tradicional limite do rio Guaporé, estabelecido pelo Tratado de Madri, “... o único, aliás, das fronteiras amazônicas sobre o qual nenhuma dúvida houve no século XIX.”²⁵⁷ A crítica a este tratado, refere-se a política brasileira do *uti possidetis*. Os círculos políticos peruanos reforçaram esta posição, apesar do Peru ter sido o primeiro a aceitar o *uti possidetis*, combatia este princípio por julgar-se com direito sobre terras reconhecidas pelo Brasil, como bolivianas.²⁵⁸

No Brasil, permaneceu como um discurso consagrado em alguns formadores de opinião, a idéia de que o governo poderia ter obtido mais vantagens territoriais. Para Sampaio Góes, se não fosse a intranqüilidade do momento o Império poderia ter conseguido mais, porque, o acesso e a ocupação dessas regiões eram muito mais viáveis pelo Brasil do que pela Bolívia.²⁵⁹

Para estes formadores de opinião, as concessões a Bolívia só foram feitas porque foram negociada no momento em que o Brasil estava em guerra. Fato que determinava a necessidade de se tornar mais simpático a América Hispânica, e a urgência em resolver suas incertezas fronteiriças com a Bolívia, principalmente pelo papel estratégico dessa área.

Apesar das críticas que recebeu na Corte, em Mato Grosso, fora muito bem acolhido. No Relatório Anual da Presidência desta província, assinado por seu Presidente Augusto Leverger, em 1869, referiu-se a ele para a Assembléia Legislativa Provincial nos seguintes termos:

“O Tratado de amizade, limites, navegação, comércio e extradição celebrado em 1867, entre o Império e a República da Bolívia, cimentou as nossas amigáveis relações com aquele país e livra-nos do receio de qualquer agressão em nossa extensa fronteira ocidental. Ha toda a razão de esperar

²⁵⁷ GOÉS FILHO, Synésio Sampaio. Op.cit., p. 225.

²⁵⁸ A diplomacia brasileira conseguiu que a fronteira brasileira, a partir do morro de Boa Vista, seguisse em linha reta até o morro de Quatro Irmãos e daí por uma outra reta as cabeceiras do Rio Verde, descendo por este até a sua confluência com o Guaporé.

²⁵⁹ GOÉS FILHO, Synésio Sampaio. Op.cit., p. 225.

que, muito brevemente, tenhamos igual segurança em relação a fronteira do Paraguai.”²⁶⁰

De fato, a negociação deste Tratado, tranqüilizou a diplomacia imperial e também, autoridades provinciais e coroava a idéia da unidade territorial que uma geração de políticos e intelectuais buscava conseguir. Apesar das imagens criadas em torno desse “território” ele era não só por sua extensão, uma garantia da grandeza imperial. Controlar a fronteira articuladora das bacias platina e amazônica era defender as riquezas do país, embora naquele momento ainda fosse do ponto de vista do progresso, apenas uma possibilidade.

O problema dos limites, ponto fundamental da garantia da posse territorial, foi resolvido com o Tratado por estipular uma duração ilimitada, mas em relação à navegação sua vigência seria de apenas seis anos. Este último ponto implicava políticas específicas de acordo com os projetos dos diferentes países, quanto a forma de implementar a livre navegação dos rios.

O Tratado de Ayacucho marcou um novo momento nas relações bilaterais. O diálogo que se travou entre os dois países a partir de então, teve como base às estipulações do mesmo, que foi encaminhado e acordado pelas Chancelarias de ambos Estados. As questões que envolveram a fronteira após sua assinatura, como: violação territorial, extradição, fugas de escravos e criminosos, intercâmbio comercial, navegação fluvial entre outras, não seriam mais discutidas, consideradas, nem apreciadas tendo como base os tratados coloniais.

O tratado integrou oficialmente o espaço da fronteira oeste do país, daí por diante o Estado Imperial ambicionava uma integração interna, material, econômica e cultural ao corpo da pátria. O fim da Guerra da Tríplice Aliança deixaria mais aguda esta

²⁶⁰ APMT - Relatório com que o Ex.mo Chefe de Esquadra Barão de Melgaço abriu a Assembléia Legislativa Provincial em 20 de setembro de 1869. P. 68. (Português atualizado).

necessidade.²⁶¹ Da mesma forma, os dirigentes bolivianos, também portadores das idéias de integração territorial e nacional, procuraram atuar em sua fronteira leste. Continuava a prevalecer a idéia de “sertão” e de “fronteras vacias” de um lado e outro, mas era inadiável a chegada do progresso para estas regiões. Para que pudessem usufruir do progresso, a elas deveriam ser levados os instrumentos modernos que as colocassem em sintonia com os centros de civilização.

3. Por uma nova integração

A assinatura do tratado de limites com a Bolívia materializava a política que vinha perseguindo a geração que tomou a si a tarefa de institucionalizar o Estado Imperial, com seu ponto fulcral da unidade territorial. O término da guerra contra o Paraguai que possibilitou determinar, também, os limites do sudoeste, complementava toda a linha fronteira do interior do país. Ao mesmo tempo, confirmava o discurso da *grandeza* imperial, ao definir a maior linha fronteira que envolvia a nação.

A partir de então, Mato Grosso, como entidade político-administrativa situada na fronteira, foi objeto de debates e de projetos que objetivavam criar condições mais efetivas de defender suas fronteiras. Conjugada a preocupações de cunho estratégico-militar, centradas no princípio de que manter livre de invasões estrangeiras uma região tão vasta pressupunha dotá-la de meios de transporte mais eficazes. Havia também a convicção de que se tratava de um imenso território onde abundavam riquezas e terras férteis a serem povoadas e exploradas.

²⁶¹ A demarcação de limites foi um trabalho longo, feito por diferentes Comissões e só terminou em 1904. Nesse momento, os limites com a Bolívia estavam sendo ampliados, em consequência de uma nova configuração da fronteira noroeste, determinada pela ocupação brasileira do Acre, território até então reivindicado tanto pela Bolívia como pelo Peru.

Daí decorria também a percepção de que se vivia em um país separado por enormes disparidades regionais, mas rico em recursos que poderiam se tornar altamente rentáveis, quando sua exploração fosse feita voltada para o mercado. Passaram por Mato Grosso muitos viajantes, de nacionalidades diversas, interessados em diferentes aspectos – geografia, população, flora, fauna, minérios, estudos etnológicos, lingüísticos ... Suas narrativas e estudos representam um verdadeiro inventário dos recursos e potencialidades da região e, em vários deles, encontramos a formulação de propostas para exploração destas riquezas.²⁶²

A economia mato-grossense baseava-se nas atividades extrativas – mineração, erva-mate, borracha e poaia – e na produção agropecuária, sobressaindo-se a cana-de-açúcar e o gado.²⁶³ Entretanto, nenhuma delas gerava maiores rendas e a região sempre se caracterizou pela pobreza e deficiência em todas as áreas. Essa situação era agudamente sentida pelas autoridades provinciais que consideravam a exiguidade de recursos como razão para que a Província se mantivesse "... estacionária na via dos melhoramentos porque, infelizmente, entre as suas necessidades e os seus recursos existe a mesma enorme desproporção que se dá entre a imensa extensão de seu território e a pequenez da população."²⁶⁴

Segundo Lyliã Galetti, os presidentes da província, em geral pessoas de outros lugares, nomeadas pelo governo imperial para servirem durante algum tempo na administração regional, expressavam a crença em um desenvolvimento ilimitado, visto tratar-se de uma região rica em recursos naturais, mas também emitiam queixas amargas quanto ao descaso do governo central em relação à província. Como não se dispunha de recursos locais suficientes para qualquer obra de vulto, ao Governo Imperial eram feitas constantes solicitações para que arcasse com as despesas necessárias à criação de condições mínimas para que se pudesse usufruir a riqueza oferecida pela natureza.²⁶⁵

²⁶² Cf. CASTRO, Maria Inês. *Natureza e sociedade em Mato Grosso 1850-1930*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2001, p. 115.

²⁶³ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Voices no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso – 1888-1930*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995, p. 27.

²⁶⁴ Relatório do Presidente da Província Tenente Coronel Dr. Francisco José Cardoso Júnior – 04/10/1872, p.4. Apud: GALETTI, Lyliã da Silva Guedes. *Nos confins da civilização...* Op.cit., p. 158.

²⁶⁵ Cf. GALETTI, Lyliã da Silva Guedes. *Nos confins da civilização...* Op.cit., p. 160.

A autora informa, a partir do texto de Fernanda Borges, que praticamente até a década de 1880/90, quando a arrecadação aumentou um pouco em função das exportações, especialmente da borracha, da ipecacuanha e do mate, a província se mantinha com a ajuda do Tesouro Nacional ou de empréstimos feitos junto aos comerciantes e fazendeiros locais. Nas décadas seguintes, apesar do aumento da arrecadação, a receita do Estado continuou pequena, suficiente somente para pagar os funcionários e arcar com as despesas mínimas do aparelho estatal. Em vários períodos, o governo provincial ou estadual teve que recorrer a empréstimos feitos junto à empresa Matte-Laranjeira,²⁶⁶ cuja renda era, aproximadamente, cinco vezes maior que a do Estado.²⁶⁷

As comunicações de Mato Grosso com o litoral sempre foram incertas, demandando muito tempo, gastos enormes com a defesa e a superação de uma série de obstáculos, as estradas para o litoral eram precárias e inseguras. O mau estado destas tornava as viagens lentas e arriscadas, exigindo dos que nelas se aventuravam uma dose elevada de coragem e ousadia. Os produtos da região destinados ao mercado externo, como o ouro, peles, diamantes e poaia eram transportados para o Rio de Janeiro por via terrestre, através de caminhos que durante alguns períodos do ano tornavam-se intransitáveis ou que ofereciam dificuldades tremendas. Esse transporte rudimentar era sujeito a problemas, como ataques de índios e, a perda das mercadorias, tornando-o necessariamente oneroso.²⁶⁸

De maneira geral, as autoridades políticas identificavam, como responsável por este atraso, a ausência de elementos essenciais para que fossem plenamente utilizados os potenciais de riquezas contidos na área. Faltavam, entre outras coisas, vias de transporte, mão de obra, aptidão para o trabalho, espírito de iniciativa, capitais e confiança nos

²⁶⁶ A Companhia Mate-Laranjeira foi considerada a mais importante empresa de extração e beneficiamento da erva, dominando o mercado platino. Suas propriedades se estenderam por grandes áreas do Mato Grosso e do Paraná, das duas últimas décadas do século XIX, e primeira metade do século XX.

²⁶⁷ BORGES, Fernanda Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso – 1870-1930*, p.146-54. Apud: GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização...* Op.cit., p. 210.

²⁶⁸ Cf. Relatório do Presidente da Província Tenente Coronel Dr. Francisco José Cardoso Júnior – 20/08/1871, p. 44. Apud: GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização...* Op.cit., p. 210.

melhoramentos técnicos. O tripé mais destacado era: falta de mão de obra, falta de capitais e inexistência de comunicações.²⁶⁹

Porém, ao longo do tempo se pode encontrar divergências no que se refere à forma de suprir estas carências. Até a década de 1860, aproximadamente, estiveram presentes nos relatórios dos presidentes da Província as referências à colonização estrangeira, apostando-se nela para aumentar a produção e a riqueza da província. Contudo, as tentativas de introduzir e, principalmente, manter imigrantes, em terras mato-grossenses, não tiveram o sucesso esperado.²⁷⁰

Mas era a questão da comunicação que parecia crucial para solucionar grande parte dos problemas da região. Toda e qualquer atividade que nela se pretendesse desenvolver, dependia de uma circulação desembaraçada e, na medida do possível, que pudesse rapidamente ligar as áreas de produção aos mercados consumidores, garantindo também a entrada de braços capazes de suprir a falta de mão de obra local. O aproveitamento dessas vias naturais de comunicação era defendido, por ser menos oneroso do que a construção de estradas de rodagem ou de ferrovias. Nela se concentravam as maiores esperanças.²⁷¹

O fim da Guerra e a reabertura da navegação do rio Paraguai não concretizaram, imediatamente, as aspirações de conduzir Mato Grosso pela senda do progresso e da civilização, para o que se continuava colocando como requisito indispensável o estabelecimento de meios de comunicação mais rápidos e independentes de países estrangeiros.²⁷²

Persistiram os problemas anteriores que obstaculizaram a consecução deste objetivo, embora se possam destacar algumas transformações advindas com a livre navegação. A maior facilidade para a importação de máquinas e outras peças favoreceu o

²⁶⁹ GALETTI, Lylia da S. Guedes. *As representações sobre a fronteira no movimento de ocupação e colonização de Mato Grosso – séculos XIX e XX*. Cuiabá, ago. 1991 (mime). Apud: GALETTI, Lílian da Silva Guedes. *Nos confins da civilização...* Op.cit., p. 154.

²⁷⁰ Em geral, as cidades mato-grossenses eram núcleos com pouquíssima importância; somente Cuiabá e Corumbá podiam considerar-se núcleos urbanos mais adiantados, organizados.

²⁷¹ Cf. CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso...* Op.cit., p. 120.

²⁷² Cf. *Ibidem*.

desenvolvimento das usinas de açúcar, geralmente localizadas na área próxima de Cuiabá, que puderem se aparelhar com equipamentos modernos e ampliar sua capacidade de produção. Apesar da produção de açúcar voltar-se, basicamente, para o consumo interno, esta modernização possibilitou um certo fôlego à economia local.

Foi justamente neste período, posterior a 1870, quando se restabeleceu a navegação do rio Paraguai e houve uma certa reativação da economia em Mato Grosso, que se reforçou a vontade de construir estradas terrestres, facilitando as comunicações da província, consideradas tão vitais para o seu desenvolvimento.²⁷³ As primeiras ferrovias construídas, em outras partes do Brasil, começavam a demonstrar suas vantagens para o transporte em larga escala. O trem era visto como o agente do progresso, o agente civilizatório por excelência. De sua implantação dependia o futuro da região.

Os presidentes da província, neste período, enfatizando reiteradamente a necessidade de romper o isolamento da região e enxergando neste rompimento a solução das demais carências observadas, tornaram-se cada vez mais comuns os apelos à Capital para que se decidisse com presteza a construção de vias férreas para a região, cuja passagem representaria a possibilidade de aumentar a população, criando e multiplicando de maneira incalculável a energia econômica da região; já que, praticamente, só Cuiabá e Corumbá podiam ser considerados núcleos urbanos mais adiantados.²⁷⁴

Colocavam a ocorrência de mudanças na dependência de um sistema de comunicação moderno e rápido. Tal era o caso da agricultura em Mato Grosso, com uma produção reduzida, voltada exclusivamente para o mercado interno e sem qualquer possibilidade de crescimento, enquanto não existissem estradas para transportar seus produtos. Todos os gêneros agrícolas que tão facilmente poderiam florescer na região, tais como café, algodão, cacau etc, tinham sua exploração dificultada pela carência dos meios de transporte.

²⁷³ Relatório do Presidente da Província, João José Pedrosa, 1878, p.37-8. Apud: GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização...* Op.cit., p. 163.

²⁷⁴ Cf. Mensagem do 2º Vice-Presidente do Estado, Cel. Antônio Cesário de Figueiredo – 01/02/1899, p.16. Apud: GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização...* Op.cit., p. 178.

Desde longo tempo, a imprensa local compartilhava destas idéias e exaltava a importância das estradas para a região, destacando o papel essencial das ferrovias na transformação moral e material deste longínquo *sertão*. A abertura da navegação, no pós Guerra da Tríplice Aliança, entretanto, junto com novas atividades extrativistas, serviram para delinear um novo mapa econômico da região, principalmente, na porção centro e sul da fronteira.

Na parte norte sua incorporação econômica, foi articulada a outro eixo, o da borracha amazônica. Este trecho norte da fronteira internacional com a Bolívia, aos poucos foi rearticulado com as transformações econômicas que se processavam no noroeste da Amazônia e no final do século deixaria de ser a parte mais setentrional ao ser incorporada ao território nacional a nova fronteira em formação na região do Acre.

As idéias que alimentavam a nova busca de integração nacional estava de acordo com a doutrina do progresso que, segundo Bresciani era identificada à própria história e personificada na burguesia, serviu para justificar e tornar aceitáveis as profundas mudanças que estavam, afastando as resistências e a elas contrapondo um futuro de prosperidade e de avanço contínuo. O desejo de pautar a história pela conquista de um progresso ininterrupto vinculava-se a uma confiança ilimitada na ciência e na técnica, encaradas como instrumentos para prosseguir nesse rumo.²⁷⁵ Na opinião de Eric Hobsbawn, quase todo século foi dominado pelo "... drama do progresso, a palavra-chave da época: maciço, iluminado, seguro de si mesmo, satisfeito, mas, acima de tudo, inevitável."²⁷⁶

A idéia de progresso inevitável, força motora da própria história, foi gradativamente introjetada em parcelas significativas da população, apesar do ônus que sua materialização impunha a essas mesmas parcelas. E tal idéia prevaleceu em meio às contradições que ela própria produzia, e um dos seus aspectos essenciais foi a implantação das ferrovias.²⁷⁷

²⁷⁵ BRESCIANI, Maria Stella. Lógica e dissonância – sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária. *Revista Brasileira de História*. Vol. 6, nº 11, set.1985/fev.1986.

²⁷⁶ HOBBSAWN, Eric. *A era do Capital – 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.24.

²⁷⁷ Cf. CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso...* Op.cit., p. 16.

Estas passaram a ser um dos símbolos mais poderosos do ideário progressista da segunda metade do século XIX pareciam conter uma das características principais conferidas ao progresso: a capacidade de transformar o meio e de alterar as formas de relacionamento dos homens entre si e com o mundo natural.²⁷⁸

No Brasil as elites procuraram integrar-se ao movimento de expansão ferroviária. Não tardaram a surgir políticos, engenheiros, intelectuais, profissionais liberais, empresários e alguns setores dos proprietários de terras, elogiando incansavelmente a ação civilizatória das estradas de ferro e de todas as novidades técnicas possíveis, propondo sua implantação como forma de expandir a capacidade produtiva de suas terras e de sua população, partidários que eram da modernização no Brasil.²⁷⁹

Para seus defensores, as estradas de ferro eram consideradas elementos fundamentais para unir politicamente o país, questão que se colocava com bastante gravidade nesta época e que, desde o Primeiro Reinado, preocupava os dirigentes políticos. Pregava-se a necessidade de se colocar em prática medidas que garantissem a integridade política e territorial. A distância que separava uma região da outra, deixando muitas províncias praticamente isoladas durante longos períodos tornava-se um fator ameaçador à unidade política. Qualquer acontecimento na Corte levava meses para chegar aos pontos mais afastados e a administração central encontrava dificuldades para fazer sentir sua ação sobre todo o país.²⁸⁰

Com a Constituição Republicana evidenciou-se ondas de institucionalização, que visavam a implantação de um universo moderno, que, em última instância, libertaria o Brasil de seus resquícios rurais-coloniais. A questão central passou a ser *civilizar*, ficar em pé de igualdade com a Europa, no que se refere ao cotidiano, instituições e idéias; essa era a base desse paradigma moderno. Para tanto, transformações como a modernização das

²⁷⁸ FOOT, Hardman F. *Trem Fantasma – espetáculos do maquinismo na transição à modernidade.*, e PLUN, Werner. *Exposições mundiais no século XIX: espetáculos de transformação sócio-cultural.*

²⁷⁹ Cf. CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso...* Op.cit., p.64-65.

²⁸⁰ Cf. *Ibidem*, p. 65.

idades era um primeiro passo, seguido da integração das regiões longínquas ao centro do país.²⁸¹

A engenharia, a medicina e outras áreas do saber, a partir do final do século XIX, experimentaram uma mudança em sua orientação teórico-filosófica. A principal causa foi a influência do pensamento positivista divulgado no Brasil a partir de 1840, pelo médico formado em Bruxelas e, posteriormente vinculado ao movimento abolicionista, Luís Pereira Barreto. O positivismo tornou-se a principal filosofia e o principal assunto em debate no meio da elite intelectual brasileira.²⁸²

Este estabeleceu que os cientistas deveriam tornar-se *missionários do progresso*. A ciência, enfim, era o único caminho para a civilização, fazendo com que engenheiros, médicos e outros profissionais se sentiam responsáveis pela organização da nação, interferindo cada vez mais na vida do país. Os médicos higienistas e sanitaristas, por exemplo, passaram a desempenhar papéis de guardiões de indivíduos sãos e de uma raça sadia.²⁸³

A chamada "geração 1870", que se caracterizou pelo esforço da universalização e que tinha em seu projeto superar o "atraso cultural" e colocar o país no nível do século, procurou nas ciências uma certeza para essas idéias. Essa certeza estava presente no positivismo, no darwinismo, no spencerismo e aqui chegaram com toda força. Pouco a pouco, solidificava-se a certeza de que acompanhar as transformações globais em curso, neste momento implicava atrair investimentos, dinamizar a produção e incrementar o comércio, tanto interno quanto externo.

Dessa forma, o ideário progressista marcou fortemente o projeto dos republicanos, ansiosos por ajustar as instituições políticas, a sociedade e a economia ao ideal que tinham em mente. As idéias de progresso serviam como armas para combater o regime

²⁸¹ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Revistas dos Tribunais, 1988, p. 114-15.

²⁸² Cf. ROSAS, Roberta Jenner. *Do paraíso ao grande hospital*. Brasília: Universidade de Brasília, Dissertação de mestrado, 1996, p.56-7.

²⁸³ Cf. *Ibidem*, p. 58.

monárquico, encarado como a personificação do atraso e do marasmo e eram eficazes na defesa de projetos que tendiam ao desejo de instituir a sociedade burguesa.

A mística do progresso assumiu seu ponto mais alto durante os primeiros anos da República, com as especulações e manobras financeiras do Encilhamento. A formação de companhias, os elevados ganhos e a idéia de uma modernização instantânea serviram para dar um novo alento à idéia de progresso e modernidade.

A partir daí, a engenharia viveu seu grande momento, com obras de remodelação e construções públicas. Na perspectiva destes profissionais a viabilização do progresso só seria possível com a intermediação da técnica. Junto com médicos, sanitaristas e higienistas esforçavam-se para impor as determinações técnicas e científicas que, acreditavam poder organizar e regular a sociedade de acordo com os interesses burgueses.²⁸⁴

Entretanto, tornava-se difícil aceitar a incorporação do Brasil no âmbito das nações progressistas, contando com tantas disparidades em seu interior, com áreas distintas quanto à produção, ao modo de vida e ao grau de ocupação populacional. Impunha-se, rápida e eficazmente, homogeneizar o país e diminuir as distâncias espaciais, econômicas e sociais, que dividiam o país e o tornava tão desigual.²⁸⁵

As regiões mais próximas do litoral e dos centros urbanos dinamizavam suas economias e viviam um período de euforia, o que contrastava com a maior parte do país ainda situada nos graus mais “baixos” de desenvolvimento. A consciência de um abismo entre as zonas rurais e os centros urbanos impunha-se com muita força e, parecia essencial buscar os remédios capazes de estabelecer uma ponte entre ambos. As profundas transformações sociais e físicas sofridas pelas cidades patenteavam o grau de atraso em que se vivia na maior parte do Brasil, nas áreas de *sertão*.²⁸⁶

²⁸⁴ Cf. ROSAS, Roberta Jenner. Op.cit., p. 60.

²⁸⁵ Cf. CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso...* Op.cit., p. 67.

²⁸⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 35.

Daí resultava uma outra base sobre a qual se desenvolviam as discussões e travou-se uma animada polêmica entre os que preconizavam o estabelecimento de vias férreas com o objetivo de aproximar e desenvolver igualmente todas as regiões e aqueles que se voltavam contra esta idéia por acreditar que a construção de ferrovias era um empreendimento extremamente oneroso, do qual não seriam colhidos os frutos esperados. Para os primeiros, implantar estradas de ferro em todo o Brasil representava a solução para as disparidades regionais e, para o desperdício de recursos e de trabalho.²⁸⁷

Neste contexto, a fronteira oeste brasileira vinha sendo objeto de inúmeros estudos e projetos visando sua integração ao resto do país. No caso do trecho referente à Mato Grosso, ele chamou atenção do litoral do país devido sua condição de região de fronteira e centro do território brasileiro, frente ao espaço sul-americano, sempre sujeito às ameaças representadas pelos países vizinhos, no trecho norte, devido o surgimento da borracha e o decorrente implemento econômico proporcionado por esta região ao centro do país.

Dessa forma, a partir da segunda metade do século XIX, o governo Imperial foi responsável pela elaboração e aprovação de alguns projetos destinados à fronteira oeste, tornaram-se mais freqüentes os projetos, formulados a partir de pontos de vista diferentes, mas em certa medida complementares, propondo alternativas para o aproveitamento dos recursos naturais existentes na região.

A necessidade de proteger essa região, de comunicá-la com o centro, tornaram-se patentes no pós Guerra da Tríplice Aliança. Também, a concepção de Mato Grosso como uma região preta de virtualidades, ainda com o progresso sendo gestado em seu interior, apressaram alguns projetos.

Tais concepções do território mato-grossense estiveram presentes em todas as análises e condicionaram as propostas referentes ao estabelecimento de uma via de comunicação para o litoral. Estas discussões travadas em torno da construção de uma via férrea para Mato Grosso não ficaram circunscritas à região. Inúmeros projetos foram

²⁸⁷ Cf. CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso...* Op.cit., p. 94.

traçados por engenheiros ou pessoas interessadas em obter concessão para este empreendimento. Tais projetos foram apresentados, sobretudo a partir da década de 1870.²⁸⁸

A orientação, de modo geral, articulava questões estratégicas e considerações de ordem econômica e social. Preocupava-se em definir linhas ferroviárias que, além de garantir a segurança das áreas fronteiriças, estabelecessem comunicações rápidas com o centro político do país, criando condições para a ocupação destas terras.²⁸⁹

Até a década de 1870, quase todas as propostas de ligação de Mato Grosso com o litoral eram feitas intercalando-se a ferrovia com a navegação fluvial. Reconhecia-se a impossibilidade de qualquer companhia interessar-se, de imediato, pela construção de uma extensa ferrovia, empreendimento altamente dispendioso e arriscado. As obras públicas, como as ferrovias e o aproveitamento dos rios para a moderna navegação a vapor, apareciam revestidas de um caráter progressista e civilizador. A articulação entre uma natureza generosa e uma técnica avançada, colocaria em movimento energias até então ociosas e, imprimiria mudanças radicais na paisagem geográfica e humana.

Assim, o ataque ao *sertão* precisava ser empreendido pelo Brasil, criando-se condições efetivas para a fixação de populações "trabalhadoras". E estas populações trabalhadoras estavam disponíveis em outros países. Atrair a imigração seria, também, uma das virtudes das vias férreas. A imigração aparecia como a forma de superar os problemas de falta de mão de obra, agravados com a supressão do tráfico e a gradual emancipação da escravidão. Ela seria o estímulo primordial para o desenvolvimento da região mato-grossense. Pensava-se na época, que os europeus pobres, chegando ao Brasil com as roupas esfarrapadas, mas com a "frente iluminada pelas idéias", seriam os modernos conquistadores da América. A conquista moderna dispensava o fuzil e a espada. Suas armas seriam o arado e a enxada.²⁹⁰

²⁸⁸ Cf. CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso...* Op.cit., p. 130.

²⁸⁹ Ibidem.

²⁹⁰ BUENO, A. *A Estrada de Ferro para Mato Grosso e Bolívia*. 1877. Apud: CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso...* Op.cit., p. 146-8.

Em outubro de 1890, vários traçados de ligação com o Mato Grosso foram propostos no Plano de Viação Geral. Uma primeira ligação seria feita através daquela que dominaram a artéria Leste-Oeste: uma ferrovia que, partindo de um ponto da Estrada de Ferro Central do Brasil, diretamente ligado ao Rio de Janeiro, fosse chegar até a fronteira com a Bolívia, passando por Goiás e Cuiabá. E assim, várias ligações foram propostas, como a via Paraná – Corumbá, que demonstrou o total desconhecimento de áreas imensas pelo governo federal.

Deste último plano originou-se um decreto que tratava das comunicações dos estados com a capital, vistas como imprescindíveis para "estreitar os laços de relações políticas e comerciais dos diferentes Estados do Brasil entre si e com a Capital Federal".²⁹¹ Mato Grosso e Goiás foram privilegiados neste Decreto, considerando-se urgente a abertura de suas riquezas para o comércio e a indústria, bem como para a imigração²⁹² "que traz rápido e eficaz concurso à grandeza Nacional".²⁹³

Os dez anos, entre a década de 1890 e o início do novo século, foram pródigos em pedidos de concessão para ferrovias que tinham como destino Mato Grosso. Tanto ao governo federal quanto ao estadual foram apresentadas uma série de propostas de construção de estradas de ferro, algumas para Cuiabá, mas a maior parte rumando em direção ao sul de Mato Grosso. No entanto, essa região teria que esperar mais alguns anos para a concretização de alguns desses projetos.

Esta busca pelo progresso, por meio das ferrovias, também atingia a Bolívia que procurava a integração da fronteira leste. Embora a partir dos anos 1870 o país tenha voltado essencialmente para o Pacífico, com os centros produtores de prata, foi também o momento em que começou a se desenvolver a produção da borracha na Amazônia boliviana. Nesse mesmo período entrou em declínio a exploração da *quina* e

²⁹¹ Decreto nº 862 de 16/10/1890. Apud: CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso...* Op.cit., p. 157.

²⁹² A partir daí, foi autorizada a construção de diversas linhas férreas, entre elas uma de Uberaba (MG) e Coxim (MT, hoje MS). O Banco União de São Paulo tornou-se concessionário da Estrada de Ferro Uberaba-Coxim, mas os prazos fixados para o início dos trabalhos, bem como as prorrogações sucessivas, se esgotaram sem que qualquer trabalho fosse realizado.

²⁹³ Decreto nº 862 de 16/10/1890. Apud: CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso...* Op.cit., p. 157.

paulatinamente os coletores de *cascarilla* se dedicaram a exploração da borracha, atraindo um considerável número de coletores, provenientes de Santa Cruz e La Paz, que se expandiram pelos rios da região na busca das árvores da seringa.²⁹⁴

Porém, chegar ao Atlântico com toda produção da borracha produzida rio acima do Beni significava um árduo trabalho de quase dois meses, pelo que era prioritário encontrar uma rota alternativa,²⁹⁵ e a Bolívia, apesar de contar com acordos diplomáticos para escoar sua produção através dos rios em território brasileiro, dependia da fixação de impostos regionais.²⁹⁶

Antes mesmo do aumento da produção da borracha, um projeto de 1861, previa a construção de uma ferrovia, na margem direita do rio Mamoré até a fronteira das províncias de Mato Grosso e do Amazonas.²⁹⁷ Seus dirigentes, entretanto, continuavam perseguindo uma rota fluvial pelo rio Madeira, com a canalização de seus trechos encachoeirados. Em 1868 a Bolívia concedeu ao engenheiro-militar norte-americano, coronel George Earl Church, autorização para que fosse constituída, sob sua direção, uma empresa de navegação entre os rios Mamoré e Madeira.²⁹⁸

O coronel George Earl Church fundou então a *National Bolivian Navigation Company*, com a finalidade de explorar o transporte de passageiros em ambos os rios e construir os canais necessários nas cachoeiras do Madeira. Entretanto, ao buscar financiamento junto aos bancos da Inglaterra, deparou-se com a resistência dos financistas

²⁹⁴ SUAREZ, Hugo José (Coord.). *Informe de desarrollo humano del norte amazónico*. Ed. PNUD – Plural, La Paz, 2003, p. 25, 30.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 32.

²⁹⁶ Na década de 1850, interesses internos e externos ao país e a região reforçaram a necessidade de uma rota para o Atlântico através do rio Amazonas. O governo de Manuel Isidoro Belzu (1848-1855), começou a considerar a possibilidade do progresso comercial que teria seu país com abertura dessa rota, por isso, em 1853, declarou livres o comércio e navegação estrangeiros por todos os rios que banhavam seu território e que afluíam para o Amazonas e para a Bacia do Prata, e passou a engrossar o coro dos países ribeirinhos e dos Estados Unidos que reivindicavam a abertura da navegação amazônica pelo Brasil.

²⁹⁷ BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia – formação social e cultural*. Manaus: Editora Valer/Editora da Universidade do Amazonas, 1999, p. 68.

²⁹⁸ Cf. CARVALHO, Valéria Nely Cezar de. *O Brasil e a Amazônia internacional no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 1990, p. 75.

londrinos, que preferiam apoiar a construção da estrada de ferro, que o governo boliviano já havia projetado.²⁹⁹

Essa decisão dos banqueiros ingleses foi baseada, principalmente, no fato de a Inglaterra ser, na época, o maior produtor de vagões e locomotivas do mundo, além de controlar toda a importação de borracha da Amazônia. Nesse sentido, a construção de uma ferrovia daria aos ingleses excelente oportunidade de ampliar sua influência política e econômica na região.

Em função do trajeto da estrada de ferro ser totalmente em território brasileiro, tornava-se necessário que o Brasil desse autorização para que as obras fossem iniciadas. Isto ocorreu em 1870, através do Tratado de Amizade, Navegação, Comércio e Extradicação, firmado entre o governo brasileiro e a República da Bolívia, em La Paz, e de haver sido prevista em 1867 por ocasião da assinatura do Tratado de Ayacucho assinado entre ambos países.³⁰⁰

Pelo Tratado de 1870 o Brasil exigiu que a razão social da empresa *National Bolivian Navigation Company* fosse mudada para *The Madeira and Mamoré Railway Company*. Em consequência, em 1871, foi constituída a empresa *The Madeira and Mamoré Raiway Company Ltda.*, sob a presidência do Coronel George Earl Church, que levantou, junto aos banqueiros ingleses, um financiamento, com aval do governo boliviano, para a construção da ferrovia.³⁰¹

Por exigência desses banqueiros, o coronel Church contratou a empreiteira *Public Works Construction Company*, de Londres. Essa empresa instalou seu canteiro de obras na localidade de Santo Antônio, também chamado de Santo Antonio do Madeira ou Santo Antonio do Rio Madeira, em 1872, e deu início à primeira fase da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.³⁰²

²⁹⁹ Cf. SENA, Nicodemos. *Amazônia: texto e contexto*. Site: www.kplus.com.br. Acesso: 08/05/06.

³⁰⁰ Cf. *Ibidem*.

³⁰¹ Cf. CARVALHO, Valéria Nely Cezar de. *Op.cit.*, p. 77.

³⁰² Cf. *Ibidem*.

Para facilitar o acesso à localidade de Santo Antônio do Rio Madeira o governo imperial brasileiro, sob pressão da Inglaterra e dos Estados Unidos, baixou o decreto-lei nº 5.024, de 15 de janeiro de 1873, que permitia aos navios mercantes, de todas as nações, subirem o rio Madeira e atracarem no porto conhecido como Porto dos Vapores, para embarque e desembarque de cargas destinadas ou procedentes da Bolívia. Em seguida, instalou um posto da alfândega brasileira para a arrecadação de tributos originados das importações e exportações.³⁰³

Mas, os serviços da *Public Works Construction Company* duraram apenas um ano. Em 1873 a empresa rompeu o contrato, pressionada por enormes prejuízos, pelas dificuldades estruturais do local onde deveria ser instalada a estação inicial da ferrovia, pelos violentos ataques dos índios Caripunas aos trechos em obra, e pelas doenças regionais que mataram dezenas de trabalhadores. Para piorar a situação, os acionistas da extinta *National Bolivian Navigation Company*, inconformados com a construção da ferrovia, moveram diversas ações na justiça inglesa, pelo embargo das obras.³⁰⁴

Essas adversidades levaram a *Public Works Construction Company* a abandonar máquinas e equipamentos e deixar a região, definitivamente, em 1874. Essa foi a única vez na história da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em que houve a participação de uma empresa inglesa em sua construção.

Após o fracasso da *Public Works Construction Company*, o coronel Church contratou, em 1873, a empreiteira norte-americana *Dorsey and Caldwell*, que chegou em Manaus no ano seguinte. No entanto, essa empresa não se instalou na região. Informados das imensas dificuldades estruturais do local e das graves condições sanitárias do povoado de Santo Antônio, seus diretores decidiram retornar aos Estados Unidos e transferiram o

³⁰³ Cf. CARVALHO, Valéria Nely Cezar de. Op.cit., p. 77. Ibidem.

³⁰⁴ Cf. SOUZA, Telma M. de. *História de Rondônia*. Site: www.estadoderondonia.com.br. Acesso: 28/08/2004.

contrato para a empreiteira inglesa *Reed Brothers and Company*, que apenas pretendia especular e receber possíveis indenizações contratuais.³⁰⁵

Com o apoio do imperador D. Pedro II, o coronel Church contratou, em 1877, a empresa norte-americana *P.T. Collins*, da Filadélfia, com larga experiência no ramo. No ano posterior a *P.T. Collins* instalou seu canteiro de obras em Santo Antônio do Rio Madeira.³⁰⁶ Apesar de enfrentar problemas semelhantes ao da empreiteira anterior, a *P.T. Collins* deu um novo impulso às obras da ferrovia. Essa empresa trouxe para a região a primeira locomotiva e contratou os primeiros operários brasileiros para as suas obras.

Mas, sem crédito, envolvida em pesadas dívidas, revoltas e fugas de operários, doenças regionais e ataques de índios, viu-se forçada a encerrar suas atividades na região.³⁰⁷ As obras também foram embargadas pelos acionista ingleses, da primeira Companhia de Navegação. Com tantos problemas foi mais uma experiência frustrada.

Apesar das tentativas fracassadas, em 1882, foram restabelecidos os estudos para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, já que a demanda da borracha aumentava em grandes proporções. Em função disso, um número considerável de personalidades políticas e empresariais bolivianas preconizaram a colonização e a saída para o Atlântico.³⁰⁸

Grande parte da exportação da borracha boliviana estava nas mãos de várias empresas alemãs e francesas, estabelecidas na região do Beni e encaminhando-se para a acreana. Esta exportação começou a concentrar-se em um reduzido grupo de pequenas empresas estrangeiras de famílias que mantinham relações com os principais centros europeus. No entanto estas exportações eram dependentes de firmas inglesas e brasileiras para o envio da borracha para Londres, Paris e Hamburgo.³⁰⁹

³⁰⁵ Cf. MATIAS, Francisco. *Ocupação humana e trajetória política de Rondônia*. Rondônia: Pioneiros, 1998. Site: www.estadoderondonia. Acesso: 29/08/2005.

³⁰⁶ Cf. CARVALHO, Valéria Nely Cezar de. Op.cit., p. 68.

³⁰⁷ Cf. Ibidem, p. 68.

³⁰⁸ Cf. SUAREZ, Hugo José (Coord.). Op. cit., p. 32.

³⁰⁹ Cf. Ibidem, p. 33.

Assim, foi criada uma comissão chefiada pelo engenheiro sueco, naturalizado brasileiro, Carlos Morsing, com a finalidade de projetar uma nova rota para a ferrovia. A Comissão Morsing, como ficou nacionalmente conhecida, instalou-se em Santo Antônio do Rio Madeira em 10 de janeiro de 1883. Dois meses depois, retornou ao Rio de Janeiro com o resultado de 112 quilômetros de trecho explorado e a recomendação técnica para que fosse alterada a localização da estação inicial da ferrovia.³¹⁰

Apesar de ter permanecido somente dois meses na região, esta Comissão sofreu pesadas baixas, entre as quais as mortes dos engenheiros Pedro Leitão da Cunha, Alfredo Índio do Brasil e Silva e Thomas Pinto Cerqueira, vítimas de doenças regionais. Outra comissão foi criada sob a chefia do engenheiro austríaco Júlio Pinkas. Entretanto, o resultado dos seus estudos foram colocados sob suspeita pelo governo brasileiro.³¹¹

O governo boliviano foi obrigado a arquivar, neste momento, seu ambicionado projeto de construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que, nesta primeira fase, teve como saldo, diversos contratos rompidos, vários técnicos e operários mortos e inúmeros processos nas justiças americana, inglesa e brasileira. Foi o fim do sonho das ferrovias como instrumento do progresso boliviano.

³¹⁰ Cf. SENA, Nicodemos. *Amazônia: texto e contexto*. Site: www.kplus.com.br. Acesso: 08/05/06.

³¹¹ Cf. *Ibidem*.

CAPÍTULO IV

OCUPAÇÃO ECONÔMICA E AMPLIAÇÃO DA FRONTEIRA COM A BOLÍVIA

Na virada do século XIX para o XX, a fronteira oeste apresentava uma nova configuração, tanto do ponto de vista econômico, com a ampliação espacial dos centros produtores que se ligaram ao comércio internacional como, na delimitação da fronteira política com a Bolívia.

Foram deslocamentos importantes que modificaram as relações de poder no seio das elites regionais e sua articulação com o governo central do país. A maioria das representações, sobre a população, sua situação periférica e longínqua permaneciam no imaginário daqueles que se lançaram a interpretar o Brasil, mas a sua integração começou a materializar-se com políticas públicas que se consumaram, principalmente, com a implantação de novos meios de comunicação como as ferrovias e o telégrafo. Tanto no interior da região como no centro de decisão do país o objetivo era implementar o progresso material, caminho definitivo de uma “comunhão nacional”.

A parte central da fronteira oeste continuava com a sua importância regional, mas a consolidação de novas atividades econômicas no sul, iniciadas alguns anos depois da guerra com o Paraguai firmou sua tendência tradicional de ligação com a bacia platina. O norte da fronteira oeste ganhou uma nova configuração internacional, com a compra de território boliviano, fortalecendo a idéia de domínio nacional, na região amazônica.

Nas últimas duas décadas do século XIX intensificaram-se as formas de inserção das áreas periféricas aos centros dinâmicos do capitalismo. Esta inserção na América do Sul se processou com a abertura de novos mercados, com base na exportação de matéria prima, o que determinou a dinamização de áreas tradicionais da economia, como também a incorporação de novos espaços até então fora do circuito econômico, tanto na esfera nacional como internacional. O capital estrangeiro jogou um papel fundamental nesse novo processo.

No Brasil, o investimento externo atingiu praticamente todas as regiões e o interesse de investidores chegou à fronteira oeste. A expansão das economias centrais determinava a exportação de capitais e, a busca de diversificação da economia brasileira propiciava oportunidades atraentes, que seriam aproveitadas por investidores internacionais representados por empresas e por iniciativas individuais. Assim, na fronteira oeste a expansão capitalista neste período se deu ao longo de sua extensão, mas com as diferenças decorrentes da diversidade produtiva nela contida.

Na Bolívia o mesmo movimento de inserção internacional se consolidou a partir dos anos 1880. Entretanto, a diversificação econômica não foi sentida como em outros países pela concentração no setor mineiro e apenas algumas ações no sentido de incluir novos produtos em sua pauta de exportações, como a produção da borracha, que não conseguiu reverter a tendência de concentração na exploração de minerais.

1. O oeste e a nova fronteira viva no noroeste

Na região da fronteira oeste algumas atividades produtivas chamaram atenção do interesse internacional. A parte sul foi especialmente beneficiada com o término da Guerra da Tríplice Aliança e a internacionalização das águas do rio Paraguai até o Porto de Corumbá. Mato Grosso viveu uma nova fase histórica, até os anos 1910, rompendo com a

herança colonial e reordenando suas principais atividades econômicas em função dos contatos com os países platinos e com o mercado mundial.

Dois núcleos geradores de organização social e econômica ampliaram suas atividades, os portos de Corumbá e Murtinho que tiveram desenvolvimento diferenciado. Esses núcleos foram importantes para articular a ampla região do Pantanal com o centro tradicional em torno de Cuiabá.³¹² A região de Corumbá desempenhou um importante papel nesse processo de penetração do capitalismo. O seu porto foi o centro abastecedor e comunicador de todo o Mato Grosso com o Rio de Janeiro, via Buenos Aires e Montevideú, cujas aduanas controlavam toda a mercadoria de importação e exportação.

Os enormes navios que saíam do porto do Rio de Janeiro e de Santos, a exemplo da Empresa Nacional Lloyd Brasileiro, costumavam estabelecer linhas a passar por Paranaguá, Florianópolis, entre outros portos, com permuta em Montevideú para navios de menor calado, os de grande porte, ancoravam também em Assunção, Concepción e Murtinho.³¹³ Na primeira década do século XX cerca de 15 vapores grandes faziam o movimento do porto de Corumbá, pertencentes às empresas Lloyd Brasileiro, Fluvial Brasil Uruguai, Vierci Hermanos e da Manoel Cavassa Filho & Co, além dos de pequeno porte, inclusive de países vizinhos, e ainda lanchas e chatas.³¹⁴

As embarcações nacionais e estrangeiras levavam para Corumbá toda a sorte de mercadorias: o cimento inglês, o vinho português e os refinados tecidos franceses, máquinas pesadas para a indústria, ferragens, móveis, utilidades domésticas, tecidos, artigos de luxo, bebidas finas, sal, cristais e porcelanas ou novidades da moda, além dos imigrantes destinadas ao mercado local e outras localidades do estado e da Bolívia.

³¹² O Pantanal foi inicialmente conhecido como Mar de Xaraés ou Lagoa de Xaraiés, podendo ser visto como um prolongamento das planícies chaco-pampeanas. Em razão do seu específico regime de águas, as grandes baixadas do Pantanal caracterizam-se pela complexidade e capacidade de auto-reconstituição de seu equilíbrio natural.

³¹³ Cf. Sem autor. *História de Corumbá*. Site: www.corumba.com.br. Acesso: 12/04/03.

³¹⁴ Cf. SIMON, F. & CARDOSO, Ayala S. *Album Graphico do Estado de Mato Grosso*. Corumbá, 1914, p. 7-9.

Voltavam abarrotados de borracha, ipecacuanha, couro, charque, cal, erva mate, sola, sebo, chifre, etc., transformando a região em um corredor das exportações de Mato Grosso.³¹⁵

Esse movimento fez do porto de Corumbá um dos mais importantes no interior da América do Sul, até 1910. Nessa época, funcionavam em Corumbá 25 bancos internacionais como o *City Bank* e a moeda corrente era a esterlina. Em 1914 foi instalada na cidade a 14ª agência brasileira do Banco do Brasil. O centro urbano cresceu sob o impulso do movimento fluvial e mercantil, em determinadas épocas a população estrangeira na região chegou a superar numericamente a brasileira, aumentando o número de casas comerciais. Em 1910 como tentativa de organização dos comerciantes locais foi fundada a Associação Comercial de Corumbá, a primeira do estado, presidida pelo fazendeiro Salustiano Antunes Maciel.³¹⁶

Dos seis mil habitantes em 1877, a cidade contava, por volta de 1910 com 15 mil.³¹⁷ Desde as últimas décadas do século XIX Corumbá recebeu imigrantes portugueses, italianos, sírios e otomanos, ocupados com o comércio. Por outro lado, os paraguaios, argentinos, uruguaios e bolivianos engrossavam o contingente pobre da cidade. O grupo de comerciantes dominou a política e a administração de cidade, voltando-se para seus interesses e pouco realizando a favor da sociedade local.³¹⁸

Por essa época, foram fundadas algumas sociedades de beneficência: em 1892 a Sociedade de Beneficência Portuguesa; a Italiana Instruzione-Beneficentia-Fratellaza, pelos Santa Lucci, os Mandetta, os Giordani e os Fragelli, entre outros, e em 1909, a Sociedade Otamana, pelos Haddad, Duailibi, Neder, entre outros.³¹⁹

³¹⁵ Cf. FIGUEIREDO, Aline. *A propósito do boi*. Cuiabá: ADUFMT, 1994, p. 131-34.

³¹⁶ Cf. MENDONÇA, Rubens de. *História do comércio em Mato Grosso*. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1973, p. 42.

³¹⁷ Cf. SIMON, F. & CARDOSO, Ayala S. Op.cit., p. 7-9.

³¹⁸ O centro da cidade estruturou-se com significativas construções arquitetônicas, praças, avenidas, o cine-teatro *Bijou-Theatro*, que mantinha contatos com empresas do Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevideu e Assunção e apresentava as novidades em operetas, zarzuelas, comédias e filmes, assim atualizava a sociedade corumbaense. Também era ali ponto de encontro para festas comemorativas e beneficentes.

³¹⁹ Cf. SIMON, F. & CARDOSO, Ayala S. Op.cit., p. 7-9.

Apesar dos encargos aduaneiros das exportações, todo o longínquo Mato Grosso se beneficiou com a navegação, em especial pelo fator da comunicação com a capital. Corumbá mais se beneficiou, pois havia de aproveitar a chance histórica que o desenvolvimento comercial lhe oferecera como centro e não fim de linha, para ser então, mesmo que brevemente, a maior cidade do estado.³²⁰

Houve modernização urbana, embora o ciclo comercial não tenha gerado benefícios para toda a cidade e sua população, Corumbá se tornou um centro onde predominou o elemento estrangeiro. Europeus de diversas nacionalidades se dedicaram ao comércio e a construção.

Em contrapartida, a todo esse movimento, havia problemas de infra-estrutura, o transporte de mercadoria e o abastecimento de água potável eram precários, não havia calçamento nas ruas periféricas e a falta de saneamento causou epidemias em algumas ocasiões. Barcos vindos de vários países atracavam no porto e como não havia controle sanitário, doenças começaram a surgir. Junto com as epidemias os problemas econômicos e sociais foram agravados pelas enchentes periódicas do rio Paraguai, bem como crises políticas e violência se faziam presentes no cotidiano da região.³²¹

Havia uma dualidade na estrutura social que se formava, de um lado um grupo reduzido que monopolizava o comércio e, do outro a maior parte da população que sobrevivia de forma precária, servindo de mão-de-obra barata no porto. A cidade se dividia em duas partes, a de cima que estava sobre a elevação calcária, ficava o comércio e a de baixo que ficava na altura do rio, e se comunicava com a outra através de duas ladeiras, localizava-se o Porto Geral com os galpões de importadores e exportadores e, seus importantes edifícios públicos e comerciais de até três andares.³²²

Além das embarcações maiores, dezenas de vapores menores, paquetes, lanchas, chalanas e chatas faziam o movimento do porto de Corumbá, que contavam com dois

³²⁰ Cf. SIMON, F. & CARDOSO, Ayala S. *Op.cit.*, p. 9.

³²¹ Cf. *Ibidem*.

³²² Cf. Sem autor. Site: www.corumba.com.br. Acesso: 12/04/03.

estaleiros para reparo e também construção de barcos. Dali as embarcações menores redistribuíam as mercadorias e as informações com destino a Cuiabá, Cáceres, Barra do Bugres, Porto Esperança, Miranda, Aquidauana, Coxim e também Puerto Soarez. Desses portos, para outros núcleos desprovidos de rede fluvial, as mercadorias eram transportadas no lombo de burros ou em carros de boi.³²³

Mas, o volume das importações era maior do que o das exportações. Pois, enquanto aquelas recebiam incentivos fiscais e mesmo isenções de impostos, estas arcavam com pesadas taxações. Com esse capital que saía, mais do que entrava, Corumbá usufruiu menos do que poderia das arrecadações portuárias.

Os importadores, restritos a um pequeno grupo, quase nada pagavam de impostos e estes recaíam em altos preços no mercado consumidor. Por outro lado, na faixa da fronteira, por falta de ação fiscalizadora dos governos, tanto imperial quanto republicano, verificou-se irrefreado contrabando – existente desde o século XVI. Navios saíam impunemente lotados de erva-mate, borracha, couro, madeira entre outros, o que mais ainda anulava a arrecadação mato-grossense.³²⁴

Evidentemente que toda essa atividade comercial estimulada pelo capital estrangeiro, dependente da navegação fluvial com o exterior, estabeleceu a condição de economia dependente dos países importadores e não autônoma como seria interessante e esperava o governo brasileiro, da mesma forma tornava a cidade suscetível a crises periódicas.

Crises financeiras acentuaram-se, pois a atividade se concentrara em mãos de uma pequena elite a favorecer mais a região platina que ao Brasil ou ao próprio Mato Grosso. Assim, apreensivo com a penetração e o lucro estrangeiros, o governo brasileiro procurou desenvolver uma alternativa de comunicação com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), que atingiu Porto Esperança, na margem esquerda do rio Paraguai, próximo a Corumbá, por volta de 1914.

³²³ Cf. FIGUEIREDO, Aline. *A propósito do boi*. Cuiabá: ADUFMT, 1994, p. 131-37.

³²⁴ Cf. *Ibidem*.

A Associação Comercial de Corumbá que considerava a navegação fator principal do desenvolvimento da cidade reagiu contra a sua construção. Com a ferrovia o transporte fluvial foi deixado de lado gradativamente e o eixo econômico foi deslocado para Campo Grande, que se tornou então o ponto central de comunicação e transporte do sul de Mato Grosso, a partir do final da década de 1910.³²⁵

Na área de Porto Murtinho, aumentou a exploração da erva-mate, que representou uma importante atividade econômica, dos fins do século XIX até inícios do XX, considerada responsável pelo povoamento e pelo desenvolvimento de sua fronteira extrema.

Os ervais naturais formaram bosques onde floresciam outras espécies de árvores, como a imbuia, o pinheiro, a canela e outras. Apresentando o ambiente propício à produção de erva-mate, que competia em qualidade e em quantidade com outras regiões nacionais, bem como com a produção paraguaia.³²⁶ O pioneiro dessa atividade econômica foi o empresário Tomás Laranjeira, que requereu ao governo imperial em 1878, a primeira concessão de terras para implementar a exploração desse produto.

Tomás Laranjeira era brasileiro e participou, no pós Guerra da Tríplice Aliança, como secretário, da Comissão Mista Demarcatória de Limites entre o Brasil e o Paraguai e posteriormente passou a fazer as vezes de fornecedor de gêneros, à mesma.³²⁷ Foi durante esse período que ele vislumbrou a extensão dos ervais nativos existentes na região dos rios Iguatemi e Amambaí. A primeira concessão de arrendamento foi feita em 1882 e, Laranjeira escolheu Concepción, no Paraguai, como sede central das explorações.

Após ter obtido sucesso, nesse primeiro momento, solicitou um segundo arrendamento (1890), facilmente concedido, graças aos contatos mantidos com o então

³²⁵ A guerra que estava acontecendo na Europa (1914/1918) e a construção da estrada de ferro mudaram o destino econômico de Corumbá. A cidade começou a entrar em declínio como entreposto de exportação e importação o que acarretou um esvaziamento populacional, os comerciantes saíram à procura de outros centros que estavam se desenvolvendo ou se transferiram para a pecuária.

³²⁶ Cf. CORRÊA FILHO. Op.cit., p. 98.

³²⁷ Cf. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et alli. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT, 1990, p. 40-48.

governador do estado de Mato Grosso, Antônio Maria Coelho.³²⁸ Por essa ocasião ele recebeu apoio financeiro do Banco Rio e Mato Grosso. Este banco tinha como diretor Joaquim Murinho, que aliado a seus irmãos Francisco e Manuel, criaram com Tomás Laranjeira e outros a Companhia Mate-Laranjeira. A partir de então passaram a embarcar a erva não mais em Concepción, mas num porto construído pela empresa, o Porto Murinho, onde hoje existe um município com o mesmo nome, onde se iniciou o desenvolvimento dos ervais. A exportação ficou a cargo da firma Francisco Mendes e Companhia, de Buenos Aires, distribuidora do produto.³²⁹

A Companhia surgiu com ritmo e organização empresariais; de exploração, modernização e ampliação. No início do século XX, o Banco Rio e Mato Grosso declarou falência. Tomás Laranjeira e Francisco Mendes adquiriram seu patrimônio. Nessa ocasião sua razão social passou a se intitular Laranjeira, Mendes & Companhia em 1902. Francisco Mendes, argentino, fora até então, o único comprador de toda produção ervateira; possuía uma indústria de transformação da erva bruta em produto industrializado. Dessa forma, Tomás Laranjeira e Francisco Mendes tornaram-se os donos de todo o sistema produtivo.³³⁰

Nesse período, a erva-mate atingiu seu ápice e o poder da grande indústria passou a fazer sombra ao poder estatal: a renda da Laranjeira-Mendes chegava a ser seis vezes maior que a do estado de Mato Grosso. Possuía controle sobre as terras arrendadas; sobre os produtos colhidos e industrializados; sobre as estradas, que foram por ela abertas; sobre os rios, nos quais haviam sido estabelecidos portos e estaleiros e sobre as ferrovias, muitas delas construídas pela Companhia.³³¹

Diferente de Corumbá, a região de Porto Murinho recebeu muitos migrantes desde o fim do século XIX, vindo do sul e do sudeste. Esse movimento migratório intensificou-se

³²⁸ Cf. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et alli. *O processo histórico de Mato Grosso*. Op. cit., p. 40-48.

³²⁹ Cf. CAMPESTRINI, Hildebrando & GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras/Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1991, p. 95.

³³⁰ Cf. SILVA, Jovam Vilela da. *A divisão do estado de Mato Grosso – uma visão histórica – 1882-1977*. Cuiabá: EdUFMT, 1996, p.80-81.

³³¹ Outro pedido de prorrogação do prazo de concessão, em 1926, foi aceito pelo Estado. Cf. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et alli. Op.cit. p. 40-48.

no século XX e criou uma sociedade mais complexa e aberta, além de laços políticos com os estados vizinhos, sobretudo, São Paulo. A partir desse momento, esta área passou a ser inserida de forma efetiva nas transformações do sistema capitalista brasileiro. Com forte apelo aos capitais nacionais e internacionais, a empresa Matte-Laranjeira foi o principal elemento da inserção capitalista da região.

Para implementar esta e outras atividades houve um grande movimento de concessões de terras, principalmente depois da proclamação da República, que passou para a alçada dos estados a responsabilidade de legislar às questões referentes às terras públicas. Essa mudança permitiu uma maior liberalidade de concessão o que, atendia aos interesses das oligarquias locais e fortaleceram os grupos políticos sulinos que passaram a competir com o antigo centro econômico do estado de Mato Grosso, Cuiabá.³³²

Já no centro da fronteira, algumas atividades econômicas também seriam beneficiadas com a abertura da navegação, uma delas foi a produção de charque, em torno da cidade de Cáceres, na fronteira com a Bolívia. Essa atividade econômica daria origem a uma grande indústria desenvolvida, em princípio na fazenda denominada Descalvados; com uma forte presença do capital estrangeiro, nos moldes das grandes indústrias internacionais que se expandiam por várias regiões do globo, nessa fase do desenvolvimento capitalista.³³³ Segundo Adson de Arruda, a fazenda Descalvados, em seu auge, parecia muito mais uma fortaleza, ou um território independente, do que uma unidade produtora de derivados de gado bovino.³³⁴

Inicialmente, as terras da fazenda Descalvados eram de posse do argentino Rafael Del Sar que foi adquirida pelo egípcio naturalizado uruguaio Jaime Cibilib Buxaréu. Este chegou em Mato Grosso em 1881. De acordo com Domingo Sávio, este empresário era bem relacionado com o Rio de Janeiro e transformou Descalvados de uma simples área

³³²Cf. CORRÊA FILHO. Op.cit., p. 102.

³³³Cf. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et alli. Op.cit., p. 63-65.

³³⁴Cf. ARRUDA, Adson de. Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX - (1900-1930). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso, 2002, p. 96.

rural de pastagens em uma fábrica de extrato de carne, de produção de charque, de couro tratado e de outros produtos de origem bovina, que eram exportados para a Europa.

Ao longo do tempo, foram agregadas novas áreas até chegar à conformação requerida, por meio de concessões do governo imperial e, depois, do governo estadual.³³⁵ Situada à cerca de oitenta quilômetros da linha divisória que separa o Brasil da Bolívia, as suas terras adentravam em território boliviano.

O empreendimento dispunha de modernas máquinas, luz elétrica, fábrica de embalagens de folhas de flandres e ligação fluvial com Corumbá, além de um rebanho de cerca de cem mil cabeças de gado bovino, Descalvados tornou-se o maior estabelecimento industrial de Mato Grosso e o segundo maior contribuinte para o erário de mato-grossense, ficando atrás apenas da Companhia Matte-Laranjeira.³³⁶

No início dos anos 1890 Jaime Cibilis procurou vender a empresa, interessando-se por ela, inicialmente, o Banco Mútuo que tinha entre seus diretores Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, mas a transação não foi realizada. No final de 1894, ela foi vendida a um consórcio belga, sediado em Antuérpia, a *Compagne des Produits Cibilis, a Anvers*.³³⁷

Os belgas procuraram transformar aquele empreendimento em um consulado da Bélgica em Mato Grosso. Não conseguindo autorização do governo federal, terminam por fazê-lo um vice-consulado. Em 1899 ampliaram a área comprando outra fazenda e mais cabeças de gado, toda a área de Descalvados, inclusive essa recém comprada, formava uma área contígua na região da fronteira entre o Brasil e a Bolívia, chegando a um milhão de hectares de terra e cerca de cento e cinquenta mil cabeças de gado, estes eram abatidos na fábrica de Descalvados e posteriormente exportados.

A fase "belga" do empreendimento foi o período do seu apogeu. O extrato de carne tornou-se muito apreciado na Europa, sobretudo, na Bélgica. O professor Hilgard

³³⁵ Cf. SÁVIO, Domingos. *A ocupação de terras por estrangeiros na fronteira oeste do Brasil nos primórdios da República: ocupar para desintegrar*. Op.cit., p. 8.

³³⁶ Cf. Ibidem.

³³⁷ Cf. Ibidem, p.8-9.

Sternberg, autor do artigo "Tentativas expansionistas belgas no Brasil: o caso Descalvados", citado por Martha Baptista sustenta que a indústria em Mato Grosso era parte do plano do rei Leopoldo II, da Bélgica, de expandir seus domínios para o Brasil.³³⁸

Em 1901, como grande parte da propriedade encontrava-se mais ao sul, os belgas começam um movimento, também, rumo ao norte do estado, sempre na região fronteira. Procuraram se estabelecer nas proximidades do Guaporé, uma região rica em borracha e que começava a ser ocupada por exploradores, tanto do lado brasileiro como do lado boliviano.

Os rios Guaporé, Mamoré e Madeira eram as vias naturais para o escoamento da produção da borracha extraída dessa região. Esses dois últimos rios se localizavam em território brasileiro no estado de Mato Grosso, mas pertencentes à bacia Amazônica e, esta sob a influência dos centros comerciais da borracha localizados em Manaus e Belém.³³⁹

Nesse mesmo ano os belgas compraram do governo do estado uma concessão para a exploração de seringais na região do rio Guaporé, localizada próxima ao rio São Miguel, a meio caminho entre Vila Bela e o Forte Príncipe da Beira e, uma segunda concessão foi adquirida entre o forte Príncipe da Beira e a vila Guajará Mirim. Nesse mesmo período outros grupos e particulares estrangeiros também passaram a adquirir terras e concessões em Mato Grosso, na fronteira oeste, principalmente na região do Guaporé-Mamoré.³⁴⁰

Descalvados foi vendida, em 1911, ao grupo financeiro do americano Percival Farquhar, que fundou a *Brazil Land, Cattle and Packing Company*. Ele manteve a produção de extrato e caldo de carne e inaugurou uma fábrica de sabão.³⁴¹

³³⁸ STERNBERG, Hilgard. Tentativas expansionistas belgas no Brasil: o caso Descalvados. Apud: BAPTISTA, Martha. *Descalvados: o passado se apresenta*. Site: www.caceres.com.br/index.php?id=7&sidid=12. Acesso: 12/03/06.

³³⁹ Cf. SÁVIO, Domingos. Op.cit., p.8 -10.

³⁴⁰ Cf. CAMPESTRINI, Hildebrando & GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Op.cit., p. 97.

³⁴¹ Sem autor. *Descalvados*. Site: www.cultura.mt.gov.br/patrimonio_view.php?id=20. Acesso: 05/03/06.

Estas mudanças, no campo econômico, determinaram uma grande luta política entre velhas e novas oligarquias locais e mudanças começaram a aparecer também no campo das idéias e da própria sociedade, a formar uma auto-imagem que vai se diferenciando da tradicional, forjada desde a época colonial. Interesses antigos iam sendo postos em xeque ao mesmo tempo em que novos iam sendo construídos.

Assim, as percepções sobre este *sertão* e esta fronteira apesar de serem heranças da época colonial e continuarem fundamentais para a caracterização de Mato Grosso ao longo do século XIX, iriam se revestir de novos significados, expressando as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais por que passaria o Brasil no período mencionado, marcado pelo movimento de afirmação e expansão do capitalismo industrial e do ideário liberal burguês de progresso e civilização.³⁴²

Estas transformações na fronteira oeste que permitiram a abertura de novas frentes econômicas em direção ao vale do Guaporé, voltadas para as possibilidades de exploração da borracha, coincidiam com outro movimento, que, desde os anos 1860, havia se intensificado e propiciado a ocupação econômica da fronteira noroeste, na Amazônia.

Na região amazônica, Belém, que fora desde o período colonial o núcleo mais importante dessa região brasileira, firmou-se, com a demanda externa da borracha, como centro controlador da produção e comercialização, dentro e fora de seus limites territoriais. Apesar dos antigos centros coloniais, como Santarém, Cametá e Óbidos não terem se desenvolvido, surgiram em muitos outros pontos dos trajetos dos vapores, pequenas povoações para onde a população afluía para comercializar.³⁴³

A província do Amazonas, criada em 1852, só foi atingida pelas repercussões econômicas da demanda externa da borracha, no início da década de 1860 e pela introdução do capital estrangeiro por volta de 1870. A produção da borracha abriu novas áreas na própria província do Pará, onde a extração do látex tomou a direção dos rios Xingu e

³⁴² Cf. GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização...* Op.cit., p. 122.

³⁴³ Cf. CARVALHO, Valéria Nely Cezar de. *O Brasil e a Amazônia internacional no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 1990, p. 10-11.

Tapajós, mas encontrou maiores possibilidades na província do Amazonas, iniciando a ocupação dos rios Madeira e Purus. Essa expansão foi acompanhada por uma mobilidade intra-setorial e uma redistribuição espacial da população ativa empregada na coleta da seringa.³⁴⁴

Até 1876 a entrada de migrantes foi desorganizada, mas a partir desse ano, com o aumento do número de retirantes, desenvolveu-se na província do Amazonas, um plano de imigração e colonização, além do concurso de particulares. O crescimento econômico e populacional, acompanhado por medidas político-administrativas e mudanças tecnológicas no sistema de transporte fluvial, determinaram, sistematicamente, uma movimentação da fronteira interna atingindo a região do Acre, fora do território nacional.

Em pouco mais de vinte anos, a província do Amazonas ampliou sua jurisdição no vale amazônico, em face da forte corrente migratória e a ocupação que se processava. Esta movimentação refletiu nas relações comerciais do Brasil com os países hispano-amazônicos que começaram a se intensificar. As relações fronteiriças adquiriram maior dimensão, nesse período com o Peru, primeiro país a manter navegação regular com os centros comerciais brasileiros, com a Convenção de 1851.³⁴⁵

A chamada Revolução Industrial que a Europa liderou e, do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos, foram à mola propulsora da valorização da borracha no comércio internacional.³⁴⁶ Assim, o Amazonas e o Acre entraram no contexto mundial como fonte de produção desta matéria-prima. Nas cidades de Belém e Manaus, as Casas Aviadoras financiavam os empreendimentos na área acreana.³⁴⁷ Agentes dos proprietários de seringais iam ao nordeste contratar pessoal, e o Acre passou a ser prolongamento, especialmente do Ceará.

³⁴⁴ Cf. CARVALHO, Valéria Nely Cezar de. Op. cit., p. 12

³⁴⁵ Cf. TOCANTINS, Leandro. *Estado do Acre*. Rio de Janeiro: Philobiblion; Rio Branco: Assessoria de Comunicação Social de Estado do Estado do Acre: Banco do Estado do Acre, 1984, p. 21-23.

³⁴⁶ Cf. *Ibidem*, p. 21-23.

³⁴⁷ Casas Comerciais que funcionavam como banco. Elas adiantavam mercadorias aos proprietários de seringais e recebiam o pagamento em borracha.

Nos anos 1890 a acelerada produção no noroeste amazônico permitiu articular centros menores de produção tanto do lado da Bolívia como em Mato Grosso. O comércio internacional pelo rio Amazonas também serviu para criar interesses econômicos divergentes, principalmente entre os Estados, que procuravam controlar as aduanas, como o Amazonas e o Pará. Inicialmente o controle paraense na exportação de borracha teve que ser dividido com o estado do Amazonas que controlava a região de fronteira.

A necessidade de manter o poder sobre aduanas refletia, inclusive, na disputa de limites internos como ocorreu entre Amazonas e Mato Grosso. Nesse sentido, pode ser observado na atuação dos dirigentes dos dois estados. Na Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 1893, por Manoel Jose Murтинho, influente político local, pode-se perceber que o problema despertava interesse das autoridades:

Trato de promover a instalação das coletorias criadas pelo decreto estadual nº 50 de 6 de junho de 1891, uma no lugar denominado S. Antonio, sobre o rio Madeira, na linha limite deste Estado com o do Amazonas, e outra na confluência do rio S. Miguel ou dos Três Barros com o Tapajós, por onde Mato Grosso se extrema do Pará. São duas estações fiscais cujo regular funcionamento há de influir poderosamente sobre o aumento da receita pública estadual, destinadas como são a arrecadação de impostos de extração devidos pelos produtos da industria extrativa que, procedentes do nosso território, passam, entretanto como oriundos daqueles Estados limítrofes, cuja exportação avolumam, concorrendo também para beneficiar as respectivas rendas, e assim defalcar as nossas de direito que legitimamente nos pertencem.³⁴⁸

O mesmo se observa na correspondência enviada pelo Governador do Amazonas Eduardo G. Ribeiro, ao Coletor de Mato Grosso, em 1895:

³⁴⁸ APMT – Livro de Mensagem - nº 27. Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Ex. Sr. Dr. Manoel Jose Murтинho. Cuiabá, 13 de maio de 1893. (Português atualizado).

(...) sem perda de tempo, retirai-vos com as forças sob vosso comando dos pontos em que os estabelecestes ilegalmente e contra as ordens deste Governo, sob pena de usar este Governo dos meios ao seu alcance para obstar a vossa permanência em território Amazonense, onde ostensivamente tendes praticado criminosas extorsões. Ao nosso Governo nesta data me dirijo responsabilizando-o pelos violentos ataques que tendes feito à propriedade alheia, extorquindo impostos de produto pertencentes a este Estado. Só podeis estender a vossa autoridade, como Coletor Estadual de Mato Grosso, encarregado da cobrança de impostos dentro dos limites fixados pela linha que, depois de vir de Uruguatá, a um ramo de origem do Giparaná, no paralelo de 9º, Oeste ponto, seguindo este mesmo paralelo, vai à Cachoeira de S. Antonio, saindo daí pelo meio do Madeira até o limite da Bolívia.³⁴⁹

O presidente de Mato Grosso, Antonio Corrêa da Costa recebeu do tenente Francelino Nunes Ferra, do Pará, em 1895, uma correspondência como o mesmo teor.

... é indispensável estabelecer um destacamento no lugar denominado Pedras no rio Guaporé, para arrecadar os impostos da exportação da borracha que se fabrica na margem direita do rio, evitando de tal forma que chegue à Aduana de Vila Bela, como produto boliviano, como ate hoje tem acontecido.³⁵⁰

Em 1896, Antonio Corrêa da Costa encaminhou à Assembléia Legislativa uma interessante mensagem que versa sobre os benefícios que traria a Ferrovia Madeira-Mamoré para toda a região da fronteira oeste, para o Brasil e para a Bolívia, e conclui falando da relevância desta, também no que diz respeito aos limites entre Mato Grosso e Amazonas.

³⁴⁹ APMT – Lata 1895 E, Maço: Avulsos. Do: Estado do Amazonas – Palácio do Governo, Eduardo G. Ribeiro. Ao: Sr. Tenente Coletor de Mato Grosso. Amazonas, 13 de dezembro de 1895. (Português atualizado).

³⁵⁰ APMT – Lata 1895 D – Maço: Assuntos militares. Ao: Presidente do Estado de Mato Grosso – Antonio Correa da Costa. Do: Tenente Francelino Nunes Ferra. Pará, 27 de setembro de 1895. (Português atualizado).

(...) Tendo a Lei nº 119 de 1895 autorizado o poder executivo a modificar o contrato celebrado com o cidadão Eusebe Guibert de Blaymont em virtude do privilégio, que anteriormente lhe fora concedido pela Resolução nº 60 de 1894, para construção, uso e gozo de uma estrada de rodagem entre S. Antônio e Guajará-Mirim, vencendo o trecho encachoeirado do Rio Madeira, foi efetuado novo contrato, de acordo com as modificações determinadas, com os Srs. Mercado, Balliviam & Companhia, cessionários do mesmo Blaymont. De conformidade com o Decreto legislativo nº 116 também de 1895, que autorizou o poder executivo a conceder privilégios para a construção de estradas de ferro que fossem de reconhecida utilidade pública, celebrou-se com os mesmos Srs. Mercado, Balliviam & Companhia contrato para a construção da estrada de ferro Madeira a Mamoré, ficando prejudicada a primitiva concessão de estrada de rodagem, caso se realize a ferrovia.³⁵¹

Continua

Dependendo a construção desta de avultado capital, que com a crise financeira por que passa o país, dificilmente pode ser conseguido, embora a dita estrada seja incontestavelmente de grande alcance econômico, e por outro lado havendo já sido iniciada pelos cessionários de Blaymont a abertura da estrada de rodagem que vem facilitar muito a comunicação entre o alto e baixo Madeira, estabeleci a cláusula de que, somente no caso de realizar-se a ferrovia, ficaria prejudicado o contrato para a de rodagem; assegurando assim a construção e abertura desta, quando pelas circunstâncias difíceis do país não se realize aquela.³⁵²

Termina reafirmando essa idéia

A idéia da abertura de um caminho que facilitasse a comunicação no trecho encachoeirado do Madeira, data dos tempos coloniais, e foi sempre a preocupação do governo do Brasil, de Bolívia e de Mato Grosso e Amazonas.

³⁵¹ APMT – Livro de Mensagem nº 27. Palácio da Presidência de Mato Grosso, Antonio Corrêa da Costa. Cuiabá, 1 de fevereiro de 1896. (Português atualizado).

³⁵² *Ibidem*.

Hoje do desenvolvimento comercial daquela região não é pequeno, a Bolívia tem em Vila Bela, na foz do Beni, uma alfândega que expede para o interior as mercadorias que são importadas por via do Pará, e o movimento de exportação é também crescente, principalmente em borracha, extraída no Beni, Ortan, Madre de Dios e Abunã. Com a abertura da estrada se desenvolverá ainda mais o comércio. Os departamentos de Moxos e do Beni possuem grande indústria pastoril, cujos produtos, pó falta de estrada que lhes dê saída para o mercado do Amazonas, não são aí introduzidos, desde que esta seja aberta irão naturalmente abastecer aquele mercado. A construção e abertura desta estrada não é só de interesse de Mato Grosso, também o é da República de Bolívia, dependendo a prosperidade de sua região norte, como depende igualmente a nossa, de vias de comunicação para importação e exportação de mercadorias. (...) a criação de uma coletoria em S. Antonio, nos limites com o Estado do Amazonas, tornou-a ainda mais urgente.³⁵³

Mas, o maior problema de limites seria a fronteira internacional do Brasil com a Bolívia. O Acre foi à última grande área a ser incorporada ao território brasileiro.³⁵⁴ Pelos acordos de limites do período colonial, confirmados pelo Império, essa região pertencia à Bolívia, sendo uma pequena parte dela reivindicada pelo Peru.

Nesta área, bolivianos, peruanos e brasileiros, desde os anos 1870, estavam desenvolvendo a atividade econômica da borracha, mas estes, em menor intensidade do que o Brasil no processo migratório. As entradas constantes de sertanistas brasileiros na região forçaram a assinatura de novo acordo entre Brasil e Bolívia – o Tratado de Petrópolis de 1903 – redefinindo os limites territoriais entre os dois países, e a passagem do Acre para o território brasileiro.³⁵⁵

³⁵³ APMT – Livro de Mensagem nº 27. Palácio da Presidência de Mato Grosso, Antonio Corrêa da Costa. Cuiabá, 1 de fevereiro de 1896. (Português atualizado).

³⁵⁴ O Acre foi chamado de Irmão Caçula por Mário de Andrade e o Último Oeste por Cassiano Ricardo.

³⁵⁵ Cf. TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979, p.15-18.

2. A inserção internacional da economia boliviana e sua fronteira leste

A mineração foi historicamente o motor da atividade econômica boliviana, primeiro com a prata e depois com o estanho. Um crescimento do preço da prata no mundo trouxe para a Bolívia relativa prosperidade e estabilidade política no final do século XIX, bem como uma presença mais efetiva do capital internacional no conjunto de sua economia, que esteve sempre dependente da exportação de seus recursos naturais.

Foi neste quadro que no final dos anos 1870 houve o recrudescimento das divergências entre a Bolívia e o Chile, ligadas ao controle econômico da produção mineira e de questões territoriais que acabaram por desembocar na guerra do Pacífico em 1879; conflito regional que participou, também o Peru.

Na opinião de Herbert Klein, depois desta guerra há uma mudança substancial na Bolívia, caracterizada por uma estabilização e amadurecimento da política boliviana, gestada pelo menos 30 anos antes dessa época, com a recuperação da mineração da prata e com a exploração do estanho no final do século.

O estanho inaugurou na Bolívia os modernos complexos econômicos multinacionais. Enquanto os industriais da prata, como acentua Herbert Klein, sujeitavam-se ao capital estrangeiro, mas detinham a administração das suas minas, não abrindo mão de eles próprios assumirem o poder político, os novos *magnatas* do estanho contratavam estrangeiros (quase sempre norte-americanos) para gerenciarem suas minas e delegavam a direção da Bolívia aos homens de sua confiança.³⁵⁶

Criava-se uma base econômica moderna, mais adequada a promover o desenvolvimento interno necessário, como a infra-estrutura de sustentação de uma economia monoexportadora, aberta ao capital norte-americano. Paralelamente, gestava-se a

³⁵⁶ Cf. KLEIN, Herbert S. *Orígenes de la revolución nacional boliviana*. La Paz, Editorial Juventud, 1978. Apud: CHIAVENATO, Júlio José. *Bolívia com a pólvora na boca*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 53.

moderna política boliviana, com o surgimento de vários partidos políticos, a difusão de novas idéias científicas, com as propostas ligadas ao progresso do país.

Na década de 1880 surgiu um novo projeto de Estado, a elite mineira passou a controlá-lo diretamente, também, foi elaborada uma nova Constituição, reafirmando os princípios liberais. A partir de 1884 passou a controlar o poder a chamada Oligarquia Conservadora, período que tanto o Partido Liberal como o Conservador definiram suas linhas políticas e os sucessivos governos passaram a concentrar-se no projeto modernizador. Houve maior protagonismo no campo da política externa, destacando-se uma ação mais efetiva no campo regional.

A política externa procurou fazer um acordo com o Chile e promover a construção de importantes estradas de ferro. Teve início a exploração do Chaco, e a abertura da economia extrativa ao mercado internacional, importando capital e tecnologia. Iniciou uma aproximação maior com a Argentina e entre 1883 e 1907, os dois países firmaram vários acordos para construção de ferrovias, ligando seus territórios.

Em 1889, foi firmado o Tratado de limites pelo qual se reconhecia como argentino o Chaco Central a oriente e uma parte da Puna do Atacama ao Ocidente. A Bolívia ficou com os direitos sobre Tarija. Seis anos depois, em 1895, a Bolívia declarou toda a Puna de Atacama de direito argentino, isso produziu o Protocolo Cano-Rocha; a entrega deste território alarmou o Chile, que considerava como de sua jurisdição este território.³⁵⁷

No âmbito dessa política modernizadora teve início a construção de um ramal ferroviário vital, que ligava o porto chileno de Antofagasta à cidade de La Paz e dava à Bolívia o acesso ao mar pela primeira vez na história; estabelecendo o início da moderna rede ferroviária.

Com o Brasil, foi assinado em 1882, o Tratado que constituiu o complemento da cláusula IX do Tratado de Ayacucho de 1867, pelo qual o Brasil se obrigou a conceder a

³⁵⁷ Cf. CHIAVENATO, Júlio José. *Bolívia com a pólvora na boca*. Op.cit., p. 53.

Bolívia o uso de qualquer estrada de ferro que viesse a construir por si, ou por empresa particular, desde a primeira cachoeira na margem direita do rio Mamoré até a de Santo Antônio, no rio Madeira. Cinco anos depois foi assinado, entre os dois países o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Procurou os ofícios do Brasil no sentido de solucionar seus problemas fronteiriços com o Paraguai, obtendo um apoio oficioso.³⁵⁸

Esta atividade modernizadora continuou na década seguinte, no momento em que houve o auge da exploração do estanho e, também, da borracha, acompanhado pela entrada de grande quantidade de companhias estrangeiras no mercado. Surgiu um poderoso grupo de empresários nas atividades mineradoras. Este grupo foi liderado por Patiño, Aramayo, os Hotschild, entre outros.

De 1892 a 1896, esteve na presidência Mariano Baptista, o ideólogo do Partido Conservador. Como seus antecessores concentrou-se na construção de estradas de ferro. Assinou um tratado de paz com o Chile e iniciou a exploração de borracha natural nos territórios do Acre, atividade, entretanto, secundária frente a concentração econômica da mineração. No final de seu mandato, entregou a presidência ao último dos conservadores, o proprietário de mina Sergio Fernández Alonso (1896-1899).³⁵⁹

Nessa época, porém, o poder dos conservadores, escorado firmemente nas zonas de mineração de prata ao sul e na cidade de Sucre, estava sendo erodido, progressivamente, pela queda brutal dos preços da prata no mercado internacional. Em contrapartida, os liberais sentiram crescer sua força, associados que estavam às novas classes profissionais urbanas de La Paz, e aos grupos exploradores de outros minérios, sobretudo aos novos mineiros do estanho, que queriam derrubar o grupo dos conservadores.

No cenário político os antigos membros das elites do Partido Conservador, entrincheirada em Potosí e na sua cidade de apoio, Sucre, viu-se incapaz de conter o

³⁵⁸ ANTIBAS, Rosa Helena Benedetti Zanini. *"Flibusteiros, não. Brasileiros."* Uma visão interna da questão do Acre. Dissertação de Mestrado: Universidade de Brasília, 2002, p. 38.

³⁵⁹ Cf. KLEIN, Herbert S. *Orígenes de la revolución nacional boliviana*. La Paz, Editorial Juventud, 1978. Apud: CHIAVENATO, Júlio José. *Bolívia com a pólvora na boca*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 53.

crescimento do Partido Liberal, então na oposição. Por outro lado, a enorme expansão de La Paz, que agora passava a ser o principal centro de serviços para a nova indústria do estanho, ressaltou ainda mais sua predominância na vida econômica e social do país. Isso provocou, em 1899, uma revolta combinada de liberais e regionalistas, na qual a elite de La Paz, pertencente, em sua maioria, ao Partido Liberal, exigiu autonomia local e a derrubada do governo conservador.³⁶⁰

Vitoriosos, os liberais, pouco diferiram dos conservadores. Ambos subsidiaram fortemente os transportes, apoiaram energicamente a indústria mineira e desenvolveram e modernizaram seus centros urbanos. Ambos tentaram ativamente destruir as comunidades indígenas e expandir o sistema da *hacienda*. Finalmente, mostraram-se indiferentes à questão da Igreja, ao contrário da maioria dos outros Estados latino-americanos, onde essa questão provocou grandes conflitos.³⁶¹

O incremento dado à produção da borracha, não gerou, como no Brasil, uma migração massiva para a fronteira. Embora os governos tentassem atrair capitais estrangeiros para dotar o oriente de uma ferrovia que facilitasse o acesso aos centros de produção da goma, todas suas experiências fracassaram a partir da década de 1880. Além disso, os lineamentos tanto dos governos conservadores como dos liberais foi no sentido de apoiar e ampliar a atividade mineira voltada para o Pacífico e promover a modernização daquela área.

Embora o acordo de limites entre Brasil e Bolívia assinado em 1867 (Tratado de Ayacucho) garantisse as fronteiras na região do Acre para a Bolívia, esta pouco fizera neste tempo para assegurar o controle da área.³⁶² Este fato certamente deu margem a um avanço sem limites dos seringalistas (donos de seringais) brasileiros, que não encontraram resistência importante no caminho. No final do século XIX, quase 50 mil brasileiros, provenientes do nordeste, já exploravam a borracha no Acre boliviano.

³⁶⁰ Cf. KLEIN, Herbert S. *Orígenes de la revolución nacional boliviana*. La Paz, Editorial Juventud, 1978. Apud: CHIAVENATO, Júlio José. *Bolívia com a pólvora na boca*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 53.

³⁶¹ Cf. KLEIN S. Herbert. *Bolívia da Guerra do Pacífico à Guerra do Chaco, 1880-1932*. *Op.cit.*, p. 392.

³⁶² Esta afirmação não foi feita com o intuito de justificar os desdobramentos políticos futuros, que ocasionaram a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, transferindo para o Brasil o território do Acre.

Ao perceber que perdia o controle do Acre, o governo boliviano tentou acelerar sua presença na região.³⁶³ Em 1894, a Bolívia creditou no Rio de Janeiro a Missão de Frederico Diez de Medina, que firmou com o chanceler brasileiro Augusto Carvalho, a constituição da organização de uma Comissão Mista encarregada de demarcar a fronteira comum. A Comissão denominada Pando-Thaumaturgo colocou os marcos correspondentes nos rios Acre, Yacu e Purus.³⁶⁴

No ano seguinte, Frederico Diez Medina, também assinou com o Ministro do Exterior do Brasil, Carlos Carvalho, um protocolo em que foi reconhecida a latitude da nascente do Rio Javari, confirmando a posse do Acre para a Bolívia. No início de 1899, ela fundou o povoado de Puerto Alonso, com uma alfândega e uma delegacia administrativa para cobrar imposto da produção de borracha.³⁶⁵

Os grandes seringalistas, que já trafegavam livremente na região, não aceitaram a autoridade boliviana. Nesse mesmo ano, em julho de 1899, um grupo de brasileiros armados tomou Puerto Alonso e, sob a liderança do espanhol Luiz Galvez Rodríguez de Arias, proclamou a República Independente do Acre. Galvez recebeu apoio dos grandes seringalistas, comerciantes e políticos do Amazonas, que buscavam forçar o governo brasileiro a apoiar a anexação do Acre ao Brasil. No entanto, oito meses depois, navios da Marinha brasileira depuseram Galvez e restituíram o território à Bolívia.

Nessa época, estava ocorrendo na Bolívia a chamada Revolução Federal (1899), uma guerra civil que dividia o país e consumia as energias do governo, que procurava debelar uma gigantesca rebelião indígena liderada por Zárate Willka (?-1899). Quando surgiu o conflito do Acre, o novo governo boliviano, liderado pelo general José Manuel

³⁶³ O Coronel José Manoel Pando antes de se tornar presidente da Bolívia, chefiara, em La Paz, um golpe militar contra o então presidente Aniceto Arce. Em decorrência disso exilou-se em território brasileiro. Nessa ocasião ao visitar o Acre constatou a presença de dezenas de acampamentos brasileiros, em território da Bolívia. Alertou o governo de seu país e começou a agir junto a Chancelaria brasileira. Cf. LIMA, Cláudio Araújo. *Plácido de Castro – um caudilho contra o imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973, p. 39.

³⁶⁴ Cf. TOCANTINS, Leandro. *Estado do Acre*. Rio de Janeiro: Philobiblion; Rio Branco: Assessoria de Comunicação Social de Estado do Estado do Acre: Banco do Estado do Acre, 1984, p. 21-23.

³⁶⁵ Cf. *Ibidem*.

Pando (1899-1904),³⁶⁶ acabara de controlar esta situação e tentava reorganizar o país. Restavam poucas possibilidades e recursos para uma grande mobilização contra os brasileiros no Acre.³⁶⁷

Os combates se sucederam ao longo de três anos. As várias expedições bolivianas reuniram mais de 2 mil soldados neste período, enquanto os seringalistas brasileiros mobilizaram cerca de 4 mil homens. O governo boliviano concluiu que apenas postos fronteiriços e expedições militares esporádicas não assegurariam os seus territórios, e decidiu transferir para uma multinacional a exploração da borracha na região, como forma de garantir impostos e conter o avanço brasileiro sobre o seu território.

Assim, o Acre foi arredando a um grupo de capitalistas americanos, ingleses e alemães, formado pelas empresas *Conway and Withridge*, *United States Rubber Company*, e *Export Lumber*. Esse consórcio constituiu *The Bolivian Syndicate of New York City in the North América*, sob a presidência do filho do presidente Theodore Roosevelt.³⁶⁸

O *Bolivian Syndicate* recebeu autorização de: 1) Lucro livre de impostos durante 60 anos, e depois dos primeiros três anos de governo boliviano, receberia taxas de 10% sobre o lucro líquido do sindicato; 2) O coletor de impostos para a Bolívia, na região, seria o sindicato, que deveria reter 40% do recolhido em pagamento por este serviço; 3) A polícia e a manutenção da ordem e da justiça seriam privilégios do sindicato; 4) O sindicato teria todos os direitos sobre a navegação e os recursos naturais da área; 5) Durante cinco anos o sindicato teria o direito de comprar qualquer terra na região, dos 120.000 km², por apenas

³⁶⁶ O primeiro presidente saído das fileiras do Partido Liberal e grande líder do partido em seus anos de oposição ao Partido Conservador.

³⁶⁷ Cf. ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A guerra do Acre. A Nossa História*. Edição 25.

³⁶⁸ A constituição do *Bolian Syndicate* foi proposta pelo Ministro Plenipotenciário da Bolívia, em Londres, Felix Aramayo. Pareceu a este ser o caminho certo para resguardar a posse boliviana do Acre. O *Bolian Syndicate* assemelhava-se a uma companhia de carta (*chartered company*), como as que existiram na África e na Ásia, no início do processo de colonização européia. Mas, o processo das companhias de carta vinha de longe, desde o século XVI e XVII. Assim chamadas porque o rei, através de uma carta, estabelecia direitos e obrigações recíprocas entre si e o protetorado com o qual assinava compromisso. No século XIX, devido à concentração de capitais nos países metropolitanos, o modelo das companhias de carta foi ideal para aplicação rentosa de dinheiro em áreas de atividades econômicas primárias. Isto é, áreas cujos recursos naturais eram abundantes e serviam para alimentar às grandes indústrias européias.

10 centavos de dólar o hectare; 6) O sindicato poderia nomear todos os funcionários e exercer direitos policial e militar, que julgasse necessário, para defender seus interesses.³⁶⁹

Os seringueiros brasileiros não aceitaram essa negociação, estimulados por grandes seringalistas e apoiados pelos governadores do Amazonas e do Pará, deram início, no dia 06 de agosto de 1902, a uma rebelião armada: a “Revolta do Acre”, chefiada pelo gaúcho José Plácido de Castro. O governo da Bolívia não conseguia defender seu território.

No Brasil ocorreram manifestações em favor da anexação do Acre. A imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo exigia do governo brasileiro imediata providência em defesa dos acreanos. Este, também procurava solucionar o impasse pela via diplomática, tendo à frente das negociações o diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Mas, todas as tentativas eram inócuas e os combates entre brasileiros e bolivianos tornavam-se mais freqüentes e acirrados.

Em fevereiro de 1903, os seringueiros tomaram Puerto Alonso. Novamente foi proclamado o Estado Independente do Acre e Plácido de Castro organizou o governo, sob sua direção, com sede em Puerto Alonso. Esta situação incomodava ao governo central brasileiro: a presença de um território rebelde e fora de controle, na longínqua fronteira amazônica do país. Assim, foi mobilizada uma força militar, sob o comando de Olímpio da Silveira.³⁷⁰ O recém-proclamado Estado Independente do Acre foi então ocupado por tropas brasileiras.

Em 24 de janeiro de 1903 o Barão informou que a presença do *Bolivian Syndicate* significaria uma "monstruosa temeridade". A alusão do Barão tinha um componente importante: o *Bolivian Syndicate* era acusado de pretender resolver o problema racial dos Estados Unidos, transferindo grande número de negros norte-americanos para colonizar o Acre, a exemplo de tentativas anteriores. O temor brasileiro nunca se manifestou

³⁶⁹ ANTIBAS, Rosa Helena Benedetti Zanini. Op.cit., p. 68.

³⁷⁰ O general que anos antes contribuíra para o massacre da rebelião de Canudos, no Nordeste brasileiro.

diretamente nesse aspecto, mas foi um dos fatores, não o mais importante, que fez o Itamarati contrapor-se mais rapidamente à presença dos norte-americanos.³⁷¹

No dia 15 de fevereiro de 1903, o estado de Mato Grosso foi comunicado sobre a situação tensa no Acre, nos seguintes termos:

"Cumpre-me comunicar-vos que, pelas últimas notícias recebidas da Capital Federal, acham-se um pouco tensa as nossas relações internacionais com a República da Bolívia, e, como este fato pode trazer em resultado um rompimento, espero de V. Exa. todo o apoio possível com o fim de manter ileso a soberania nacional e a legalidade, e ordem pública neste Estado, aproveitando o ensejo para os fazer ciente de que tenho tomado todas as medidas preventivas que o grave caso exige."³⁷²

Mas, com o controle militar, o governo brasileiro impôs uma solução para o conflito e em fevereiro de 1903, realizou um acordo com a *Bolivian Syndicate*, pagando à empresa 110 mil libras esterlinas para que desistisse de explorar a região. O governo boliviano, que fora derrotado militarmente pelos exércitos de Plácido de Castro, estava com poucas condições de oferecer alguma resistência naquele momento.

O Barão do Rio Branco abriu negociações com a Bolívia, a partir de uma nova interpretação do Tratado de 1867. Este apoiou sua reinterpretação na jurisprudência internacional que confere o direito ao trecho superior de um rio ao país que tem a soberania do trecho inferior, quando a área não se encontra ocupada. Por essa via, requeria-se a "linha vermelha", que daria ao Brasil a área dos formadores do Purus e do Juruá, em detrimento da "linha verde", que sempre fora reconhecida, tanto no Império como na República, por diversos atos diplomáticos e através de documentos cartográficos.

³⁷¹ Cf. CHIAVENATO, Júlio José. Op.cit., p. 191.

³⁷² APMT - Lata 1903 C - Maço: Assuntos Militares. Submaço: Offícios dos Commandantes do 7º Distrito Militar. Guarnição 66 Mato Grosso. Ofício - 15/02/1903. Do: General de Brigada em Corumbá - Marciano de Magalhães. Ao: Presidente do Estado de Mato Grosso - Coronel Antônio Pedro Alves de Barros. (Português atualizado).

Reconhecendo a fragilidade da nova interpretação, o Barão orientava-se para um acordo político, invocando cláusulas do Tratado de 1867 que previam a hipótese de retificações e intercâmbios territoriais futuros.³⁷³

Depois de meses de negociação, em 17 de novembro de 1903 foi assinado o Tratado de Petrópolis, transferindo o Acre para a Brasil, em troca de indenização de dois milhões de libras esterlinas para o governo boliviano e mais 110 mil libras esterlinas ao *Bolivian Syndicate*, permutas territoriais e o compromisso da construção de Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim, associada á livre navegação na bacia amazônica, para dar saída aos produtos bolivianos pelo Atlântico. O território acreano incorporado era de 191 mil km², dos quais 142,9 mil km² reivindicados pelo Brasil com base na linha vermelha e 48,1 mil km² cedidos. A contrapartida territorial foi a cessão à Bolívia de cerca de 3,2 mil km², habitados por bolivianos e situados entre os rios Madeira e Abunã, ao sul do Acre.³⁷⁴

No ano de 1904, por decreto do presidente Rodrigues Alves, o Acre tornou-se território federal dividido em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, cujos prefeitos foram nomeados pelo governo federal. Desse forma, completava-se o plano da unidade territorial.

3. O sertão no projeto da “Regeneração”

No pensamento brasileiro da virada do século XIX para o XX, se acentuou a distância física e cultural entre litoral e *sertão*, como entre nacional e estrangeiro, sendo este último identificado, sem mediações, ao ideal civilizado. Um Rio de Janeiro que foi, gradativamente, adquirindo movimento de cidade grande, com uma sociabilidade que se

³⁷³ Cf. MAGNOLI, Demétrio. Op. cit, p.215.

³⁷⁴ ANTIBAS, Rosa Helena Benedetti Zanini. Op. cit., p. 78.

realiza nos salões, nos teatros, nos cafés e nas ruas, além das novidades tecnológicas que iam sendo incorporadas (bondes, iluminação a gás, telégrafo e telefone) e interferindo nos hábitos e trocas sociais,³⁷⁵ em contraposição às províncias distantes, sertanejas e atrasadas.

No início do século XX a *restauração* do Rio de Janeiro, que transformou o centro da cidade em um ambiente moderno e cosmopolita, e o intenso processo de urbanização em São Paulo serviriam de vitrines para atestar o afastamento cada vez maior entre o progresso do litoral e o atraso do *sertão*, e tantas tentativas para fazer a aproximação entre eles e atingir a zona fronteira.

A intelectualidade passou por uma tentativa de depurar crenças, gostos e características, selecionando os elementos e destilando as idéias a fim de que assumir o destino a que os novos tempos os arrastavam. A nova febre nacionalista os conduziu à condição de condutores da pátria.³⁷⁶

A *regeneração*, portanto, não poderia ser considerada apenas material, apenas a transformação da figura urbana, mas também cultural e moral. Ela nasce no porto do Rio de Janeiro e da circulação das mercadorias, como subentende o saneamento e a higienização do meio ambiente, como se estendem pelos hábitos, costumes, abrangendo o próprio modo de vida e as idéias. Na sua dimensão espacial, ela envolve toda a transformação da cidade do Rio de Janeiro até a criação de novos troncos ferroviários, ligando a capital ao norte, sul, e oeste da nação.

E ainda mais crucial, envolve a constituição da expedição encarregada de mapear telegraficamente todo o *sertão* interior, ligando-o ao centro administrativo do país. Passa, também, pela modernização e reequipagem do Exército e da Marinha de Guerra, além de uma crescente complexidade de todo o organismo burocrático, ampliando-lhe o campo de ação e tornando mais efetiva a polarização de todo o território e população em função do centro-sul.³⁷⁷

³⁷⁵ Cf. NAXARA, Márcia Regina Capelari. Op. cit, p. 134-38.

³⁷⁶ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão ...* Op.cit., p. 127.

³⁷⁷ Cf. *Ibidem*, p. 59.

O efeito dessa expansão do mundo capitalista sobre as sociedades tradicionais foi dos mais pungentes. Seguiram-se a ela abalos de notáveis proporções em várias partes do globo, a própria Guerra da Tríplice Aliança é um exemplo disso. Esse processo de desestabilização das regiões periféricas ao desenvolvimento industrial consagrou a hegemonia européia sobre as demais regiões, que viu seus modos de vida, usos, costumes, formas de pensar, ver e agir transmudados pelos padrões burgueses europeus. Tendência a realizar assim um processo de homogeneização das sociedades humanas plasmado pelas potências do Velho Mundo.³⁷⁸

A dotação do país de uma infra-estrutura técnica mais aperfeiçoada, representada pela instalação de grandes troncos ferroviários, a melhoria dos portos do Rio de Janeiro e de Santos, juntamente com o crescimento da demanda européia de matérias-primas, deu um impulso vertiginoso no comércio externo brasileiro, aumentando grandemente as suas importações, pagas com os recursos das culturas agrícolas em pleno fastio do café, cacau e borracha.³⁷⁹

Todo o processo de recuperação das finanças e da imagem de estabilidade fez-se sob a égide de uma elite vinda dos mais altos escalões da política e administração do Império. Homens como Rui Barbosa, Rio Branco, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima praticamente polarizaram as duas primeiras décadas do século XX, imprimindo de forma indelével as características de seu pensamento político às estruturas do regime recém instaurado.

Os papéis nucleares dentre essa plêiade couberam a Rodrigues Alves e Rio Branco. O primeiro desencadeou em ampla envergadura o processo de *regeneração*, e o segundo zelou pela sua unidade e inteireza ao longo dos três governos a quem serviu e da legião de acólitos que legou às administrações posteriores. Rodrigues Alves representou a articulação entre a tradição do Império, os interesses da cafeicultura paulista e a finança internacional. Rio Branco fechou esse círculo atraindo o grupo de intelectuais, que, agregados ao

³⁷⁸ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão ...* Op.cit., p. 62.

³⁷⁹ Cf. *Ibidem*, p. 63.

Ministério das Relações Exteriores, representaram a *intelligenstia* do novo regime, ao mesmo tempo em que consolidou a substância da política interna de Rodrigues Alves, mediante sua integração funcional no sistema internacional de forças políticas.³⁸⁰

Notava-se na atuação dos primeiros presidentes civis e paulistas, bem como de todo o seu círculo político-administrativo, o esforço para forjar um Estado-nação moderno no Brasil, eficaz em todas as suas múltiplas atribuições diante das novas vicissitudes históricas, como seus modelos europeus. Como já foi dito, as formas das relações que se estabeleceram entre as nações periféricas ao desenvolvimento industrial e os centros econômicos europeus, foram de modo a dissolver-lhe as peculiaridades arcaicas e harmonizá-las com um padrão de homogeneidade internacional sintonizado com os modelos das matrizes do Velho Mundo.

Da mesma forma, essa corrente de influências transformadoras convergiu também para o campo das instituições políticas.³⁸¹ É nesse sentido que se pode observar o vigor com que estadistas, homens públicos e homens da imprensa clamavam por uma aplicação da atuação inclusiva do Estado sobre a sociedade e o território e, paralelamente, por uma articulação mais eficiente e integrada das forças sociais em função da gestão pública.

Seria esse núcleo assim composto que articularia por fim o processo amplo, inclusivo, permanente e centralizador que seria denominado de *regeneração nacional*, sincronizado com o saneamento médico e a higienização das cidades.

A influencia da formação militar não pode ser desconsiderada na análise da representação dos *sertões* elaboradas por homens como Euclides da Cunha e Cândido Mariano Rondon, pois é o momento em que o Exército se profissionalizava e se tornava progressivamente uma importante força política. No caso de Rondon, a idéia do sertanejo mestiço do índio e do branco europeu – como expressão autêntica da identidade nacional – foi desenvolvida em importantes textos sobre sua atividade de sertanista.

³⁸⁰ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão ...* Op.cit., p. 65.

³⁸¹ Cf. *Ibidem*, p. 66.

É importante observar que, à semelhança de outros intelectuais que alcançaram expressão no primeiro período republicano, Euclides e Rondon valorizaram a formação científica e apresentaram sua imagem dos *sertões* como uma alternativa à idealização romântica. Sua crítica considerava que os homens de letras não teriam travado contato com as realidades retratadas nos romances.

Os primeiros anos da República foram palco de um expressivo movimento de valorização do *sertão*, seja como espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites políticas do país seja como referência da autenticidade do nacional. Datam desse período importantes expedições ao interior, como as de Cândido Rondon, as da Comissão Geológica em São Paulo, a do astrônomo Louis Cruls em 1892 ao Planalto Central visando à mudança da capital e as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz.³⁸²

As viagens estiveram associadas a projetos modernizadores: construções de ferrovias, avaliações da Inspetoria de Obras Contra as Secas, construção de linhas telegráficas. Muitos deles têm início no Império, como é o caso da construção das linhas telegráficas, dos troncos ferroviários e dos projetos de transferência da capital e, devem ser vistos à luz do debate sobre a interiorização e unidade territorial e política.³⁸³

Tais projetos, durante a República ganharam nova expressão, associando-se ao ideário cientificista dominante entre a intelectualidade. É possível falar de uma atitude de maior intervenção diante da natureza, cada vez mais ligada à idéia de recurso natural, e do movimento de auto-atribuição de uma missão civilizatória, da parte das elites intelectuais, que se viam como responsáveis pela formação da nacionalidade.

Sertões e viagens, estas vistas como expedições civilizatórias, são termos que se interpenetram. O desbravamento do *sertão* pode ser visto como um movimento de forte conteúdo simbólico, que acompanhou os projetos oficiais de delimitação de fronteiras, saneamento, utilização de recursos naturais, povoamento e integração econômica e política.

³⁸² Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão ...* Op.cit., p. 65.

³⁸³ Cf. LIMA, Nísia Trindade. Op.cit., p. 65-6.

Esse movimento missionário, fortemente associado à expansão da presença do Estado, encontrou como atores sociais agentes informados pelo cientificismo – quer na visão positivista ortodoxo, quer nas versões mais heterodoxas e em interpretações evolucionistas de cunho spenceriano.³⁸⁴

Certamente, este sentido convive com a representação negativa do homem sertanejo – que com sua mentalidade e religiosidade mestiça e atávica resistia à mudança e ao fatalismo de um processo civilizatório do qual não poderia escapar. Mas é essa ambivalência que, na perspectiva euclidiana, torna não apenas possível, como positivo e necessário, para a civilização do litoral, o projeto de incorporação efetiva do interior à construção do Estado nacional no Brasil.³⁸⁵

Essa é uma condição importante para que se reflita sobre a influência específica em sua obra, particularmente o da corrente pacifista e integradora representada por Benjamin Constant. Desse ideário militar-positivista desponta o projeto de integração do interior: "a incorporação do sertão à vida nacional e o revigoramento da civilização pela matéria-prima étnica e social do sertanejo."³⁸⁶ Tal aspecto aproxima a caracterização do *sertão* feita por Euclides da Cunha e da que se apresenta nos textos de Rondon.

O *sertanejo* estaria caracterizado mais como um retrógrado do que como um degenerado. As raízes indígenas teriam relevância nessa caracterização do *sertanejo* e dos *sertões* e na própria auto-imagem de Euclides da Cunha. Segundo Nicolau Sevcenko:

Esse escritor, portanto, que considerava a si próprio, com orgulho, como uma mistura de celta, tapuia e grego, concentraria a sua atenção sobre o universo de raiz indígena genuína, circunscrita no interior do triângulo territorial formado pelos sertões nordestinos e amazonenses, tendo São Paulo como vértice. Nele prepondera um tipo de mestiço

³⁸⁴ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão ...* Op.cit., p. 67.

³⁸⁵ Cf. LIMA, Nísia Trindade. Op.cit., p. 68.

³⁸⁶ Cf. *Ibidem*, p. 120.

altamente adaptado às condições do país e que, por isso, apenas e circunstancialmente é um retrógrado e não um degenerado...³⁸⁷

Dessa forma, as oposições entre litoral e sertão não seriam inconciliáveis, mas passíveis de solução através de um projeto nacional que incorporasse efetivamente o interior do Brasil. Razões de natureza estratégica, especialmente o problema das fronteiras, eram igualmente levadas em consideração no conjunto da obra de Euclides da Cunha. O país deveria rumar em direção ao Pacífico e tecer uma malha ferroviária capaz de integrar suas distintas regiões. Daí a admiração que, mais de uma vez, manifestou pelas atividades de Rondon.³⁸⁸

Há uma visão peculiar de integração dos sertões – um sertão mameluco – que poderia ser a base para a constituição do que via como uma civilização autêntica para o país. O impacto de *Os sertões* é visto como um grito de alerta para a elite política brasileira. Esta, assim como a intelectualidade, era com frequência caracterizada como superficial e presa a um cosmopolitismo de aparência, insensível à visão dantesca do *sertão* brasileiro.³⁸⁹

Da mesma forma que Euclides da Cunha, enaltecia as origens indígenas, Rondon o fez, até mesmo em virtude de sua origem indígena. Os textos escritos durante suas atividades na construção das linhas telegráficas afirmam isso. Segundo Rondon, as linhas telegráficas não tinham a função apenas de assegurar as comunicações da capital com o estado de Mato Grosso, mas de encerrar os principais pontos estratégicos do país, na fronteira com o Paraguai e a Bolívia, de forma a permitir comunicação e vigilância.³⁹⁰

Um dos aspectos mais enfatizados no discurso de Rondon consistia no conhecimento do território brasileiro e de seus acidentes geográficos, propiciado pelas viagens que realizou pelo interior, considerava como uma contribuição à geografia do país

³⁸⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão ...* Op.cit., p. 204.

³⁸⁸ Cf. LIMA, Nísia Trindade. Op.cit., p. 71.

³⁸⁹ Cf. Ibidem.

³⁹⁰ Cf. Ibidem, p. 72.

– a revisão dos mapas cartográficos, o esclarecimento sobre as nascentes e embocaduras dos rios. Ao contato com os índios somava-se a idéia de um domínio sobre a natureza.

A construção das linhas telegráficas era acompanhada pelo trabalho de reconhecimento do ambiente natural, do conhecimento das condições epidemiológicas e do contato com as tribos indígenas, com ênfase no conhecimento de seus costumes e línguas. Os relatórios da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas são um exemplo de associação entre os objetivos mais imediatos e pragmáticos – efetivar as comunicações e a integração dos sertões – típico das preocupações e do estilo de trabalho dos naturalistas do século XIX.³⁹¹

A despeito dessa proximidade em relação ao estilo de trabalho científico das viagens dos naturalistas, a identidade escolhida por Rondon para construir sua imagem pública não foi de cientista, mas a de sertanista. Rondon apresentava-se com um sertanista que lidava há anos com as rudezas dos *sertões* e seus habitantes.

Repetiu-se com Rondon um tema bastante presente em Euclides da Cunha, nos relatórios das expedições dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz e na obra literária de Monteiro Lobato – o abandono que se sucede aos surtos de progresso, a imagem das cidades mortas. O *sertão* de Rondon constituiu-se de uma imensa área delimitada, ao norte, por um trecho do curso do Amazonas, e a noroeste e sudeste, pelos cursos totais do Madeira e do Guaporé.³⁹²

Essa região permaneceu isolada, e com o mesmo aspecto de abandono verificado pelo militar em cidades como Mato Grosso e Santo Antônio do Rio Madeira, o trabalho desenvolvido e o farto conhecimento acumulado durante a missão tornaram-se equiparável a uma epopéia. Ao lado desse fato, um dos principais resultados da viagem é a visão sobre as populações indígenas, que ainda hoje influencia a política indigenista do país.³⁹³

³⁹¹ Cf. LIMA, Nísia Trindade. Op.cit., p. 73.

³⁹² Cf. Ibidem, p. 74.

³⁹³ Cf. Ibidem, p. 76.

Na mesma época da Missão Rondon, as viagens dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, no primeiro quartel do século XX, tiveram importante significado tanto para a pesquisa científica como para o conhecimento do interior do Brasil. As principais viagens ao interior do Brasil ocorreram após 1910, quando o Instituto já se consolidara como centro de pesquisa experimental. Podem ser vistas como uma espécie de ampliação das fronteiras daquela instituição, tanto em termos do elenco de pesquisa e atividade realizadas, quanto a expansão geográfica através de viagens científicas e, em algumas localidades, de criação de postos permanentes.³⁹⁴

As primeiras viagens destinaram-se ao desenvolvimento de trabalhos profiláticos que acompanharam ações relacionadas às atividades exportadoras, base da economia do país: construção de ferrovias; saneamento de portos; estudos voltados ao desenvolvimento da extração da borracha na Amazônia. Na década de 1910, importantes viagens ocorreram por requisição da Inspetoria de Obras Contra as Secas. O objetivo era realizar amplo levantamento das condições epidemiológicas e socioeconômicas das regiões percorridas pelo Rio São Francisco e de outras áreas do Nordeste e Centro-Oeste brasileiros.³⁹⁵

³⁹⁴ Cf. LIMA, Nísia Trindade. *Op.cit.*, p. 79.

³⁹⁵ Cf. *Ibidem*.

CAPÍTULO V

DA UNIDADE TERRITORIAL À INTEGRAÇÃO NACIONAL

O discurso da manutenção da unidade política tão cara às elites imperiais continuava como preocupação de políticos e intelectuais, na virada do século, agora subordinada à idéia de integração nacional. Nesse sentido, do ponto de vista político, as regiões fronteiriças continuavam em pauta, além dos aspectos sociais e culturais passaram, também, a ser tema dos intérpretes do Brasil.

Depois do conflito na fronteira acreana, o debate continuou a fluir de maneira que a visão de integração nacional ganhou, inclusive, uma outra dimensão a da integração sul-americana que. No momento em que a noção de América Latina começou a circular em contraposição á de América do Norte e que no Brasil se procurava em sua política externa, ganhar uma projeção de destaque no campo regional.

A participação de Euclides da Cunha na Comissão Mista, acordada entre Brasil e Peru, com a viagem realizada por esta Comissão na região acreana, entre 1904 e 1905, permitiu veicular, por meio da imprensa, as opiniões de um observador que tinha todas as credenciais, como formador de opinião, já que circulava seu livro *Os sertões*, desde 1902.

Euclides, depois dessa viagem esteve diretamente ligado ao poder, atuando no Ministério das Relações Exteriores, fazia parte do círculo intelectual do Barão do Rio Branco. Seus escritos repercutiam entre as elites do início do século.

Suas idéias sobre a Amazônia não foram diferentes daquelas aportadas por viajantes estrangeiros e nacionais, mas suas observações atingiram o aspecto político, sobre o lugar do Brasil no contexto sul-americano. Idéias que indiretamente reforçaram a de grandeza nacional, a de império territorial, bem como as dominantes em sua época: a necessidade de levar o progresso a regiões distantes para integrar o país.

Em seus artigos, tratou de responder questões colocadas naquele momento, como a tarefa de um Estado que deveria e procurava intervir em todos os aspectos da vida nacional, um projeto de *Regeneração* social, que os dirigentes do país tinham como grande missão.

1. Euclides da Cunha e a defesa do Tratado com a Bolívia

Euclides esteve atento às negociações do Tratado de Petrópolis e em carta a Luis Cruis, diretor do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, do qual Euclides fora eleito como sócio, manifestou seu desejo de participar, como auxiliar, da Comissão Mista de reconhecimento da região acreana, entre o Brasil e o Peru. Em carta a Oliveira Lima, afirmava:

Alimento há dias o sonho de um passeio até o Acre. Mas não vejo como realizá-lo. Nesta terra para tudo faz-se mister o pedido e o empenho, duas coisas que me repugnam. Elimino por isto a aspiração, em que talvez pudesse prestar algum serviço.³⁹⁶

³⁹⁶ VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Euclides da Cunha a seus amigos*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1938, p. 84. Oliveira Lima respondeu a Euclides, em junho de 1904, dizendo que estava inibido de pedir a Rio Branco, mas afirmava que “... no seu caso não se trata de um pedido, antes de um oferecimento, que o Barão, estou certo, acolherá com a maior satisfação e ele e os colegas aceitarão com as mãos ambas, pois conheço o elevado conceito que ele faz de sua pessoa e méritos.” Comunicava a Euclides que havia

Este desejo foi levado, também, a José Veríssimo, escritor que transitava no círculo do Barão do Rio Branco. Depois de um encontro com o Ministro, em agosto de 1904, Euclides foi nomeado por Rio Branco como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, com a missão de fazer o levantamento cartográfico das cabeceiras desse rio.

A Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus foi criada para atender as demandas do Peru que questionava os termos do Tratado de Petrópolis, negociado entre o Brasil e a Bolívia, em 1903, já que aquele país reivindicava seus direitos em parte do território, ainda sem fixação entre os dois países. As tensões aumentavam entre o Brasil e o Peru e, eram alimentadas pelo Ministro das Relações Exteriores, D. José Pardo, que “nutria forte indisposição pelo Brasil, e, em especial, o Barão do Rio Branco”.³⁹⁷

Em julho de 1904, o novo governo peruano concluiu com o Brasil o *Modus Vivendi* neutralizando as áreas em disputa, cujo pacto estabelecia “que as duas nações verificassem *in loco* as zonas do Alto Purus e Alto Juruá, a fim de adquirir uma idéia exata de seus habitantes, de suas peculiaridades geográficas e tudo o mais necessário a um tratado definitivo”.³⁹⁸ Ao assinar este *Modus Vivendi*, o Peru acabava concordando com o Tratado de Petrópolis.

Partiu Euclides para a Amazônia, em 13 de dezembro de 1904, e lá permaneceu por seis meses e meio.³⁹⁹ No decorrer da viagem de Manaus às nascentes do Purus, as relações de entendimento entre as duas nações foram observadas e podem ser deduzidas a partir da conformidade existente nesse trabalho da Comissão Mista. A consonância nesse trabalho

encaminhado seu pedido a José Veríssimo para que ele transmitisse seu desejo ao ministro. Este, responde dizendo que o “Governo estimará sobremaneira deparar com esse oferecimento de seus serviços”. Cf. Arquivo do Grêmio Euclides da Cunha. Apud: VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Rio Branco e Euclides da Cunha*. Comissão Preparatória do Centenário do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, 1946, p. 16-7.

³⁹⁷ Ibidem, p. 192.

³⁹⁸ Ibidem, p. 20.

³⁹⁹ Para realizar essa viagem, consultou relatos de viagem, relatórios administrativos e mapas das expedições anteriores. Leu Humboldt, Martius, Spix, Agassiz, Bates, Chandless, Tavares Bastos, Sousa Coutinho e Soares Pinto. Estudou, sobretudo, o relatório da expedição à mesma região, realizada pelo inglês William Chandless, em 1866. Cf. VENTURA, Roberto. *Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha*. Op.cit., p. 82.

era condição crucial e imprescindível para se chegar a um bom termo na questão das terras de interesse do Brasil no Acre.

Uma vez que o documento da Comissão Mista foi escrito por Euclides e “apenas traduzido e em poucos trechos modificado, pelo comissário peruano,”⁴⁰⁰ induz a que pensemos numa situação de concordância com o Peru.

Mas o clima de acordo durou pouco. A tensão política voltou quando José Pardo foi eleito Presidente do Peru, em setembro de 1904. Tocantins afirma, “o interregno de entendimento que assinalou a rápida passagem de D. Alberto Elmore no Ministério do Exterior foi substituído, de novo, pela política dura, agora inspirada diretamente pelo Chefe da Nação”.⁴⁰¹

O Presidente José Pardo não concordou com o *Modus Vivendi*, que significava um recuo da posição do Peru; exigia agora o arbitramento. Posição, que segundo Tocantins, não essa desejada por Euclides e Rio Branco, ambos não admitiam “solução política para o caso: só era válido o exame técnico-jurídico, fundamentado nos títulos históricos”.⁴⁰² Mas, o arbitramento, sob a responsabilidade da Argentina, foi a única forma de resolver a questão.

Ao voltar da viagem e concluído o Relatório Oficial da Comissão Mista publicado pela Imprensa Nacional em 1906, Euclides passou a trabalhar como colaborador técnico do Barão Rio Branco no Itamaraty fazendo mapas e, tornando-se encarregado de textos e toda espécie de documentação somando-se ainda, assessoria em estudos sobre política sul-americana.⁴⁰³

⁴⁰⁰ VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Euclides da Cunha a seus amigos*. Op.cit., p. 29.

⁴⁰¹ TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*. Op.cit, p. 193.

⁴⁰² Ibidem, p. 200.

⁴⁰³ VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Euclides da Cunha a seus amigos*. Op.cit., p. 21.

Durante o ano de 1906, enquanto se processava o arbitramento, Euclides escreveu, a pedido de Rio Branco, uma série de artigos informando ao público os direitos da Bolívia em sua questão de limites com o Peru.

No Brasil, havia muita incerteza sob o desfecho do arbitramento. A imprensa noticiava que o Acre estava perdido para o Brasil, o argumento era: o Tratado de Petrópolis seria anulado pela sentença do árbitro argentino - apostavam nessa resolução diplomatas renomados como Oliveira Lima e Salvador de Mendonça - ambos acreditavam que o Acre ia ter de ser comprado novamente, ou haveria guerra. A Argentina deliberava sobre qual das duas nações, Bolívia ou Peru, teriam direito sobre o Acre. O jornalista Clóvis Bevilaqua tinha um parecer diferente:

(...) não sendo o Brasil nem cessionário nem sucessor da Bolívia, a decisão arbitral não lhe poderá atingir. É *res inter alios* (grifo do autor). É um erro, portanto, dizer que o árbitro argentino vai decidir se o Acre é ou não peruano. O que ele vai fazer é fixar os limites entre o Peru e a Bolívia, segundo os títulos espanhóis que apresentaram.⁴⁰⁴

O assunto interessava ao Brasil, pois a assinatura do Tratado de Petrópolis com o governo boliviano era recente e as pretensões do Peru incluíam todo o recém adquirido Território do Acre, indo até a linha Madeira-Javari do Tratado de Santo Ildefonso. Logicamente interessava ao Brasil que a posse fosse dada à Bolívia, pois o Tratado com aquele país já estava em vigor.

Nesse quadro Euclides escreveu O livro *Peru versus Bolívia*, escrito como instrumento de defesa do Tratado. O livro faz a defesa da Bolívia pelo estudo do processo histórico sul-americano, destacando o papel “singularíssimo da Bolívia no complexo sócio-geográfico-político da América do Sul”.⁴⁰⁵ Argumentava que o Peru reivindicava aquelas terras, tendo como base os documentos espanhóis que agregaram ao Vice-Reinado de Lima a Intendência de Puno. Mas, como defende Euclides, essa adição nada alterou o domínio

⁴⁰⁴ BEVILAQUA, Clóvis. Apud: TOCANTINS, Leandro. *Euclides da cunha e o paraíso perdido*. Op.cit., p.197.

⁴⁰⁵ TOCANTINS, Leandro. *Euclides da cunha e o paraíso perdido*. Op.cit., p. 193.

sobre as terras no Acre, pois a área integrada ao Vice-Reino não atingia as terras em litígio.⁴⁰⁶

Para reforçar esse argumento, afirma que o Peru faz uso da divisão administrativa colonial espanhola, ou seja, a Audiência era uma forma de governo que tinha precedência sob Charcas, pois nem Puno nem Charcas como Intendências podiam ampliar, povoar ou pacificar territórios, ação que cabia à Audiência:

Esse modelo administrativo passou a vigorar a partir de 1803, quando houve uma ordem da Espanha que dispôs a criação de duas novas unidades administrativas modelando-as pelas raiais dos bispados; de acordo com elas mantiveram-se as Audiências divididas em Intendências, prefigurando os Departamentos atuais.⁴⁰⁷

O livro *Peru versus Bolívia* teve um caráter de parecer técnico, tão expressamente fundamentado na defesa da Bolívia que causou uma crise política entre Brasil e Argentina. Estanislau Zeballos, chanceler argentino e ex-Ministro do Exterior, acusava-o de instrumento de coação de Rio Branco junto à opinião pública Argentina e alegava que essa publicação interferia em assunto que só cabia ao governo argentino decidir, dentro de suas prerrogativas de árbitro.

Teve grande acolhida pelo representante boliviano junto ao árbitro, Eliodoro Villazón, que escreveu uma carta elogiosa a Euclides da Cunha, como se vê:

⁴⁰⁶ CUNHA, Euclides da. *Peru versus Bolívia*. (1907). Literatura Brasileira – Textos literários em meio eletrônico. Site: www.cce.utsc.br/~nupill/literatura/peruversusbolivia.html, p. 1-82. Acesso: 13/03/2002, p. 30-4.

⁴⁰⁷ CUNHA, Euclides da. *Peru versus Bolívia*. (1907). Op.cit., p. 32.

He comprendido que su conducta obedece principalmente à sentimientos de noble patriotismo, porque, habiendo cedido Bolivia parte de los territorios en cuestión al Brasil, por tratados sucesivos, la causa ha llegado a ser común por abarcar la defensa idénticos derechos y fundados en títulos comunes.

Esta circunstancia nos ha en el mismo camino; y empañados como estamos en la misma controversia y con iguales anhelos sin pensarlo, somos aliados.

El hecho, muy remarcable para mi, ha sido que sin haber cambiado ideas y que antes hubiésemos mantenido ninguna relación, hemos tomado la cuestión dentro del mismo concepto, llegando a iguales conclusiones. Debo hacer constar, sin embargo, que la argumentación de U. ha sido más elegante y de gusto moderno, lo que ha dado à la cuestión mayor interés y realce.⁴⁰⁸

A pendência com o Peru terminou em 1909, com a decisão arbitral da Argentina. O embaixador Domício Gama escreveu a Rio Branco que a decisão “não atingiu o direito do Brasil e, portanto não há em jogo interesse algum brasileiro na questão perúvio-boliviana.”⁴⁰⁹ O veredicto do Presidente argentino Figueiroa Alcorta, de fato surpreendeu, pois deu ganho de causa a ambos – Bolívia e Peru – como solução, dividiu o território ao meio. A Bolívia recusou o laudo.⁴¹⁰

O Brasil se encontrava numa situação delicada. Rio Branco entendia que defender a Bolívia seria interpretado pelo Peru com prejudicial aos seus interesses. Ademais, o Brasil não desejava mais complicações com este país.⁴¹¹ Euclides teve sua recompensa ao se declarar “cavaleiro andante da Bolívia contra o Peru”.⁴¹²

⁴⁰⁸ PACHECO, Félix. *Dois egressos da farda*. P. 16. Apud: VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Euclides da Cunha a seus amigos*. Op.cit., p. 41-2.

⁴⁰⁹ GAMA, Domício da. Apud: TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*. Op.cit., p. 233.

⁴¹⁰ TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*. Op.cit., p. 234.

⁴¹¹ RIO BRANCO. Apud: TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*. Op.cit., p.235.

⁴¹² Aproximadamente um mês após a divulgação do laudo argentino de 09 de julho de 1909, que favorecia o Brasil, a 15 de agosto Euclides foi morto. Em 09 de setembro foi selado por Rio Branco e o Ministro peruano Hermán Velarde o Tratado de Limites ente o Brasil e o Peru, que resolveu definitivamente a questão de fronteira entre ambos. RODRIGUES, Maria Aparecida Granado. *Euclides da Cunha, os Sertões e suas outras obras*. Parte I. Casa de Cultura Euclides da Cunha. Site: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0. Acesso: 10/03/06.

Antes mesmo desta definição do arbitramento, entre os anos de 1905 e o de sua morte em 1909, Euclides escreveu vários artigos em jornais que posteriormente seriam reunidos em livros, defendendo a integração da região fronteira ao Estado brasileiro.

2. A integração e sua dimensão política

Euclides deixou suas impressões sobre a Amazônia em vários artigos que foram reunidos no livro *À Margem da História*, publicado em 1909, após a sua morte. A primeira parte do livro foi dedicada aos temas amazônicos, abrangendo quase metade da obra, deveria fazer parte de uma outra obra do porte de *Os Sertões*, que ele tinha intenção de escrever.⁴¹³ Seu título seria *Um Paraíso Perdido*, obra que deveria referir-se à Amazônia, acusando o descaso, dos governos pela terra e o desprezo pelo homem.

A primeira impressão de Euclides quando chegou à Amazônia não foi a que havia idealizado. Na viagem para Manaus, desapontou-se ao entrar no rio Amazonas, que não correspondia ao ideal que concebera a partir das páginas de exploradores. Observou em *À margem da história*: (1909), que:

Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que nos sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do dádalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento.

A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele “terror” a que se refere Wallace, mas como todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a Hiléia prodigiosa, com um espanto

⁴¹³ A primeira parte, *Terra sem história (Amazônia)*, possui sete ensaios: Impressões Gerais; Rios do Abandono; Um clima Caluniado; Os Caucheros; Judas-Asvero; Brasileiros; A Transacreatina. Estes se referem a estudos amazônicos. A segunda parte, *Vários Estudos*, é composta por temas diversos: Viação sul-americana; Martin García e O primado do Pacífico; respectivamente, o primeiro título faz uma análise comparativa das ferrovias sul-americanas com a situação brasileira e o segundo discorre sobre a obra de Agustín de Vedia sobre a ilha de Martin Garcia, “chave de todas as entradas para o interior por intermédio do Prata”, em disputa pela Argentina e Uruguai. A terceira e quarta partes, respectivamente *Da independência à República* e *Estrelas indecifráveis* abordam uma diversidade de assuntos, de política ao conhecimento da astronomia, conferindo à obra teor enciclopédico. Cf. CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 129.

quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada.

Além disto, sob o conceito estritamente artístico, isto é, como um trecho da terra desabrochando em imagens capazes de se fundirem harmoniosamente na síntese de uma impressão empolgante, é de todo em todo inferior a um sem-número de outros lugares do nosso país. Toda a Amazônia, sob este aspecto, não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à ponta do Monduba.⁴¹⁴

Euclides projetava imagens e noções sobre o meio amazônico e a floresta tropical, fornecidas pelos exploradores, que não se ajustavam às emoções e sensações provocadas pela realidade observada. Retificou tais visões até formar seu próprio conceito da Amazônia como *paraíso perdido*, página incompleta do Gênesis, cuja criação ainda não se concluíra.⁴¹⁵

A impressão dominante que tive, e talvez correspondentemente a uma verdade positiva, é esta: o homem ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem ...⁴¹⁶

Descreveu um cenário de “construtores de ruínas” para expressar todo o ambiente amazônico, sujeito às ações efêmeras dos cientistas, dos viajantes, dos seringueiros e de aventureiros de toda a espécie que não pretendiam se fixar ou instalar-se na terra. Essa imagem de instabilidade e indeterminação tomou emprestado observando a volubilidade dos rios amazônicos, como se vê:

Neste ponto, o rio, (o Amazonas) que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra.⁴¹⁷

(...) ou vai, noutros pontos, em “furos” inopinados, afluir nos seus grandes afluentes, tornando-se illogicamente tributário dos próprios tributários; sempre

⁴¹⁴ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. (1909). São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1975, p. 25.

⁴¹⁵ RANGEL, Alberto. *Inferno verde*. (1907). Rio de Janeiro: Tours Typographia Arrault & Cia, 1927, p. 9.

⁴¹⁶ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 26.

⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 30.

desordenado, e revoltado, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em décadas - com a ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a recomençar perpetuamente um quadro indefinido....⁴¹⁸

A história marginalizada produz brutalidades, “um processo irrefreável de fabricação de desertos”.⁴¹⁹ Para Euclides, história central era aquela que possibilitaria progresso, consoante às matizes positivista-cientificistas. Dessa perspectiva, a Amazônia significava atraso porque se encontrava “à margem da história”, leia-se à margem do progresso.

Nesse livro, Euclides também denunciava a bravura e desapego do homem nordestino habitando aquelas paragens, fugindo do calvário das secas para o éden das águas, todavia igualmente despojado de auxílio, e, portanto, em áreas inóspitas para esses homens condenados a desaparecer. Perdido ante aquela natureza exuberante, como confessa no prefácio do livro de Alberto Rangel, *Inferno Verde*, diz sentir-se confuso diante da Amazônia que:

... escapa-se, de todo a enormidade que só se pode medir, repartida: a amplitude, que se tem de diminuir, para avaliar-se; a grandeza, que só se deixa ver, apequenando-se, através dos microscópios: e um infinito que se dosa, a pouco e pouco, lento e lento, indefinidamente, torturantemente.⁴²⁰

Confiante na ciência para descortiná-la, acredita numa natureza portentosa, mas incompleta onde “tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência - e que é como que a grande lógica inconsciente das coisas”.⁴²¹ Euclides comunga dessa tradição confiante no progresso técnico-científico, construído sob as bases do espetáculo do ambiente urbano, transpondo-o para a selva.

⁴¹⁸ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 32.

⁴¹⁹ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem - fantasma: a ferrovia Madeira - Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2005, p. 14-5.

⁴²⁰ RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. Op.cit., p. 2.

⁴²¹ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 26.

Segundo Foot, a história para Euclides constitui essencialmente uma construção de ruínas; a obra civilizatória, dado o eterno drama do choque de temporalidades culturais, significa, também, um processo irrefreável de fabricação de desertos. A história desenha-se, afinal, nesse suceder de ruínas precoces, como narrativa materialmente dramática de brutalidades, o homem ainda não tendo se separado de todo dos intempestivos movimentos de certa *desordem natural*, do movimento caótico e formidável dos elementos primitivos.⁴²²

A Amazônia idealizada como natureza, espaço desumanizado e vazio de cultura, entrou no discurso moderno pela mão de naturalistas estrangeiros, brasileiros de ciências e letras que o Iluminismo forjou. Esta construção discursiva incorporou expressões destacadas da intelectualidade brasileira como, Alberto Rangel e Euclides da Cunha, para quem nessa, “última página, ainda a escrever-se do Gênesis,”⁴²³ o homem amazônico se vê sufocado pela latente preponderância de um elemento natural que o transcende e o amesquinha. Do eldorado dos conquistadores ao paraíso dos naturalistas, a Amazônia forneceu um sem número de imagens em que a natureza suplanta a cultura: natureza portentosa, terra misteriosa, inferno verde...

Da mesma forma, a imagem do homem amazônico tendeu à generalização, homogeneização e fluidez. Ribeirinho, caboclo, seringueiro, índio, foram termos que com grande frequência traduziram o homem amazônico ao mundo que lhe era seu exterior. O pensamento social sobre a Amazônia – produzido dentro e fora do espaço regional – e o discurso historiográfico que ele encerra e articula, não ficaram imunes a essa tradição de pensamento, que reforçou esteriótipos, mas também salientou processos de sujeição social.⁴²⁴

Mas quando tratou de defender a integração da região fronteira, o discurso de Euclides se veste de positividade, com a crença na ciência e na técnica como instrumentos transformadores daquele espaço. Da mesma forma, esta transformação, alimenta seu

⁴²² Cf. HARDMAN, Francisco Foot. Op.cit.

⁴²³ RANGEL, Alberto. *Inferno verde*. (1908). Rio de Janeiro: Tours Typographia Arrault & Cia, 1927, p. 9.

⁴²⁴ Cf. PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945)*. Site: www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/balkar.pdf. Acesso: 12/05/2006.

discurso político de integração nacional com projeção para a América do Sul. Formulou, como um arquiteto, os meios para alcançar um ideal de modernização da nação, recém-saída da administração monárquica.

E o meio proposto por um engenheiro militar de formação para obter esse objetivo eram os *transportes*. Esses seriam os artefatos que auxiliariam no processo de consolidação da unidade nacional, interligando o Brasil do litoral com os demais estados federativos e também com os vizinhos sul-americanos, fazendo então a modernização do país com a articulação das vias fluviais e a construção de ferrovias. Sua proposta, imediata, visava uma ferrovia no Acre.

Com a navegação facilitada no Amazonas, logo os tributários superiores como Purus, Ituxi e Acre seriam percorridos. Com ela, a imigração para o Acre tenderia a crescer. Não só em busca do látex, mas também “o cacau, a salsa, a copaíba e toda a espécie de óleos vegetais”.⁴²⁵

O mais desimpedido era utilizar os tributários que corriam entre o Madeira e o Javari, ou seja, o Purus e o Juruá (os principais), “depois do Paraguai e do Amazonas, os rios mais navegáveis do continente [...] precisamente na zona em que a viva deflexão dos Andes para o ocidente propiciou uma área à maior bacia hidrográfica da terra”.⁴²⁶

Para Euclides a construção de uma ferrovia no Acre era urgente, já que ela seria a maneira de ocupar sistematicamente a região e a esta tarefa deveria se empenhar o poder público:

A intervenção urgentíssima do Governo Federal impõe-se como dever elementaríssimo de aviventar e reunir tantos esforços parcelados.

Deve consistir porém no estabelecimento de uma via férrea – a única estrada de ferro urgente e indispensável no Território do Acre.⁴²⁷

⁴²⁵ CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. Op.cit., p. 41.

⁴²⁶ *Ibidem*.

⁴²⁷ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 99.

Euclides ao propor o traçado desta via férrea pensava em sua conexão como os rios. Seria uma estrada de 726 km, com a função de articular a fronteira com outras regiões. Ela se prolongaria de um lado até ao Amazonas, pelo Javari, e de outro até ao Madeira, pelo Abunã. Pensava que a função das ferrovias seria diferente daquela do sul “sobretudo em São Paulo, são tipos clássicos de linhas de penetração: levam o povoamento ao âmago da terra das sul”, função que na Amazônia era desempenhada pelos rios. A via férrea teria como destino “distribuir o povoamento, que já existe. É uma auxiliar dos rios. Corta-lhes, por isto, transversa, os vales.”⁴²⁸

Os termos esclarecedores sobre a idéia de integração em Euclides estão claros, também, em *Entre o Madeira e o Javari* ; ali diz : “As novas circunscrições do alto Purus, do Alto Juruá e do Acre devem refletir a ação persistente do governo em um trabalho de incorporação que, na ordem pratica, exige desde já a facilidade das comunicações e a aliança das idéias”.⁴²⁹

A idéia de que a Amazônia, cuja a natureza era difícil de ser dominada, levou Euclides a pensar que ela poderia sair do controle da nação, uma idéia que se consolidou criando o perigo da perda da região, que politicamente já havia sido elaborada pelas elites imperiais, frente às pressões das potências estrangeiras. Por isso, opinava sobre a necessidade urgente da construção de ferrovias:

Sem este objetivo firme e permanente, aquela Amazônia onde se opera agora uma seleção natural de energias [...] onde mais cedo ou tarde se há de concentrar a civilização do globo, a Amazônia, mais cedo ou mais tarde se destacará do Brasil, naturalmente e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa - pela expansão centrifuga do seu próprio movimento.⁴³⁰

Euclides sonhava com uma estrada de ferro que seria fator de progresso e integração da região amazônica ao restante do país. O meio de efetivar a integração em Euclides da

⁴²⁸ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 100.

⁴²⁹ CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. Op.cit., p. 41.

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 42.

Cunha eram as ferrovias e as hidrovias. Ao fazer o Relatório de viagem para o reconhecimento do Alto Purus, revela sua indignação com o sub-aproveitamento desse rio, defendendo seu potencial de navegabilidade. Citando Silva Coutinho, afirmava:

A importância do Purus é muito grande para que se abandone a idéia de seu reconhecimento. Quando na Europa com tanto interesse se discute a questão do Madre de Dios, não devemos nós, particularmente interessados na questão, cruzar os braços indiferentemente. A região mais rica do Peru e da Bolívia só pode comunicar com o Amazonas por meio do Purus e do Hiuruá (Juruá) rios que não têm cachoeiras e que oferecem fácil comunicação em quase todo o curso.⁴³¹

O autor esboçou o traçado de uma ferrovia, a *Transacreana*, pensando em suas múltiplas funções. Entre as suas utilidades, enumerou: distribuir um povoamento muito centrado nos Estados parceiros do Oceano Atlântico; fazer crescer um tráfego na região acreana; militarizar territórios em perigo de serem perdidos para Bolívia ou Peru; e o mais pontual – essa ferrovia aproximaria o Brasil do Pacífico. Afirmava que “... a linha acreana a exemplo da *Union Pacific Railway*, não vai satisfazer um tráfego, que não existe, senão criar o que deve existir.”⁴³² Em suas palavras:

É o que sucederá com a que prefiguramos. Das primeiras linhas deste artigo ressaltam-lhes os efeitos sociais, que senão pormenorizam por demasiado intuitivos, nos múltiplos aspectos que vão do simples fato concreto da redistribuição do povoamento - locando-se com segurança os núcleos coloniais ou agrícolas e demarcando-se legalmente terras indivisas - à gerencia mais pronta, mais desimpedida, mais firme, dos poderes públicos, que hoje ali se triparte desunida, em sedes administrativas impostas exclusivamente pelas vicissitudes geográficas.⁴³³

Euclides pensava em uma rede de estradas e rios que contornasse o território brasileiro e facilitasse a chegada de povoamento. Assim, a *Transacrena*, embora não fosse

⁴³¹ “Relatório da Comissão Mixta Brasileiro-Peruana de reconhecimento do Alto Purus. 1904-1905”. Op.cit., p. 68.

⁴³² CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 101.

⁴³³ Ibidem.

muito extensa, deveria se articular com outros ramais que alcançavam a fronteira tripartite do Brasil, Peru e Bolívia até que indo em direção ao sul atingiria o vale do Guaporé. Na realidade, seria uma rede nacional que tomaria o caráter internacional.

Calcada em números rigorosos, o valor imediato da linha planeada – que se construirá, inevitavelmente, em futuro mais ou menos próximo, submetida à diretriz que lhe marcamos.

Porque à importância que lhe é própria agregam-se as decorrentes do seu traçado articulando-se a outros.

Assim, desde que se ultime a Madeira-Mamoré, esta a atrairá, irresistivelmente, para o levante, realizando-se o fenômeno vulgaríssimo de uma captura de comunicações. Então ele transporá o Acre indo buscar o Madeira na confluência do Abunã, ou em Vila Bela, extinguindo, de golpe, todos os inconvenientes de três navegações contorneantes e longas.

Ao mesmo tempo, no outro extremo, dilatando-se para oeste, perlongando o Moa e indo transmontar os cerros abatidos de Contamana, alcançará o Ucayali, deslocando para Santo Antônio do Madeira parte da importância comercial de Iquitos. Então, a transacrea modestíssima, de caráter quase local, feita para combater uma disposição hidrográfica, se transmutará em estrada internacional, de extraordinários destinos.⁴³⁴

Demonstrou que ela cumpriria seu papel efetivo de integração transnacional através de obras de infra-estrutura física. Para ele era imprescindível esta construção e era preciso que as estradas de ferro obrigatoriamente se orientassem pelo aspecto internacional. E com aptidão sociológica completa: “além disto, o que se deve ver naquela via férrea é, sobretudo, uma grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz”.⁴³⁵

O papel estratégico das comunicações nas zonas fronteiriças foi remarcado por Euclides e em sua análise foi considerado o entrono regional.

O valor estratégico é supletivo obrigatório dos melhores requisitos que possua qualquer sistema de comunicações em zonas fronteiriças. Mede-se, avalia-se e estuda-se friamente, tecnicamente, sem intuítos agressivos, que não seriam

⁴³⁴ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 104.

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 103.

apenas condenáveis: seriam francamente ridículos no nosso tempo e na América.⁴³⁶

Euclides escrevia na conjuntura em que se desenvolviam os conflitos diplomáticos com o Peru e o recente confronto com a Bolívia e, a ele não escapou o sentido militar em sua argumentação. Pairava uma desconfiança sobre entrada franca na Amazônia acreana:

E figura-se-nos sobremodo desfavorável à defesa e garantia das nossas fronteiras naqueles lados.

Demonstremo-lo sem atavios.

Há a princípio uma ilusão oposta. Na hipótese de um conflito com os países vizinhos, acredita-se, à primeira vista, na valia incomparável daquelas três ou quatro estradas extensíssimas.

Entretanto pelo Purus, pelo Acre, pelo Juruá, ou ainda pelo Javari, podem mobilizar-se simultaneamente quatro corpos expedicionários, em busca de outros tantos pontos longamente afastados numa faixa de operações de 700 km, distendida de N. E. para S. °; e aqueles cursos de água recordam as diretrizes estratégicas das ‘vias consulares’ dos romanos. Caem de rijo, perpendiculares, golpeantemente, em cima da fronteira ...⁴³⁷

O autor descreveu nesse ensaio todo o seu traçado, devendo ser construída de modo oblíquo, fugindo à navegação. Nessa área expressiva pela presença dos rios Javari, Madeira, Purus e Juruá seria facilitada cabotagem fluvial, em função do complemento da ferrovia.

Ora, a linha férrea do Cruzeiro ao Acre balancear-lhe-á o valor. Dirigida segundo a corda daquela enorme circunvalação, contrapesará a sua influência, erigindo-se com os mesmos requisitos. Não precisamos demonstrar. A imagem geográfica é de si mesma bastante sugestiva.⁴³⁸

Em virtude de sua sugestão para a construção da *Transacreana* como auxiliar dos rios, nas proximidades do rio Purus, o autor traçou com detalhes pormenorizados as

⁴³⁶ Ibidem, p. 104.

⁴³⁷ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 105.

⁴³⁸ Ibidem, p. 106.

condições técnicas de navegação do Purus, de muitas curvas e quedas sutis. Sobre a urgência de políticas públicas de infra-estrutura, assegurou:

De qualquer modo urge iniciar-se desde já modestíssimo, mas ininterrupto, passando de governo a governo, numa tentativa persistente e inquebrantável, que seja uma espécie de compromisso de honra com o futuro, um serviço organizado de melhoramentos, pequeno embora em começo, mas crescentes com os nossos recursos.⁴³⁹

Euclides, para defender a construção desta ferrovia, ele acrescentou seu valor internacional e procurou comparar a realidade brasileira com outros países, principalmente a Argentina que dava um sentido estratégico à sua malha ferroviária, bem como com os Estados Unidos, que visualizava a importância econômica e o futuro das relações internacionais, com o papel que viria a ter o oceano Pacífico.

E para finalizar, calcula: “A engenharia das estradas de ferro definem-na os norte-americanos nesta fórmula concisa e irredutível: é a arte de fazer um dólar ganhar o maior juro possível”.⁴⁴⁰ Esse artigo marca a sugestão da efetivação de políticas públicas para a região, relacionadas com a integração física através de obras de infra-estrutura como a construção de ferrovias, colocando-as no nível de importância crucial, porventura estratégicas, ao envolver uma região “triparte” – Brasil, Bolívia e Peru.

A comparação do sistema ferroviário brasileiro com outros países, levava à constatação de que o Brasil estava era atrasado. Segundo Euclides, os sistemas ferroviários argentino, chileno e boliviano eram fartos e integrados se comparados às nossas ínfimas linhas, cujas construções eram vistas pelo autor como o elemento para o progresso, do qual o Brasil não deveria isentar-se.⁴⁴¹

Em 1907 contrapunham-se 20814 quilômetros de vias férreas, argentinas, e 17242, brasileiras; e a diferença resultante sugeriu comentários que nos são

⁴³⁹ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 108.

⁴⁴⁰ Ibidem, p. 107.

⁴⁴¹ Ibidem, p. 109.

abertamente desfavoráveis. A nossa subalternidade econômica, ou prática, ao parecer dos que os fazem, assim se expõe sem atavios, às escâncaras, em números. É uma cousa que se vê, se numera e se mede em escala. Não há iludir-se a simples proporção capaz de alcandorar-se em fórmula apavorante do nosso atraso, admitindo-se como termos os povoamentos dos dous (...) países e as linhas que um e outro percorrem para o domínio da terra.⁴⁴²

Segundo ele, os dois países partiam de pressupostos diferentes e a Argentina procurava atingir áreas pouco povoadas, tanto de seu território como dos vizinhos:

(...) não seria difícil demonstrar que é para os argentinos uma causa o que é para nós um efeito: o progresso atual advém-lhes, antes de tudo, de suas estradas de ferro; as nossas estradas de ferro resultam, antes de tudo, do nosso progresso.⁴⁴³ E ainda, As 21 estradas argentinas, transfigurando em vinte anos todo o país, da Patagônia ao Grão Chaco, de La Plata aos Andes, são uma glória de todo continente. Não importa que nesse alastramento de *rails*, a influência da nação ativa se estenda às terras extremenhas das demais repúblicas, e lhas atravesse, senhoreando-as comercialmente.⁴⁴⁴

Mostrava que a rede ferroviária Argentina tornou-se a décima do mundo, em pouco tempo e mapeando esta rede, reforçava a importância econômica, como o encurtamento do tempo de viagem. A *Buenos Ayres and Pacific Railway* ligava-se em Mendonça à *Andine Railway*, que se estendia até, no Chile, portanto unia dois oceanos e desviava o comércio deste país, para benefício argentino. Com a *Entre-Rios R.* dirigia ao Uruguai em Concórdia, entroncando com a *North Eastern* que se dirigia à “extremadura” das Missões que encontrava a *Central Paragay*, que em pouco tempo poderia atingir Assunção e colocar esta cidade a 36 horas do mar. Com a *Central Norte*, prolongando até *Buenos Ayres and Rosario*, envesgando pelos acidentes de Jujú e dirigindo-se para o norte, em busca da Bolívia.

⁴⁴² CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 109.

⁴⁴³ Ibidem.

⁴⁴⁴ Ibidem, p 111.

Euclides chamava a atenção para este último ramal, o seu sentido político deveria preocupar o governo brasileiro. Denunciava a atração que a Argentina estava exercendo sobre a Bolívia. Alertou que enquanto no Brasil, ainda, se debatia o traçado da *Noroeste* (Mato Grosso) essas nações já estavam com uma quantidade de ferrovias bem distribuídas. Mostrou, por exemplo, que na capital da Bolívia já estavam firmados contratos para construção de caminhos em demanda de Tupiza (Bolívia) e depois ao Peru e Argentina:

Estando em andamento a construção dos 100 Km entre Tupiza e La Quiaca, vê-se, não mais ideada, ou planejada, senão reconhecida, projetada, orçada, contratada, a grande linha continental solidária com os sistemas peruano e argentino.⁴⁴⁵

Nessa região andina, a construção de ferrovias estava mudando as relações comerciais, com maior integração e o objetivo era estender por toda América espanhola:

Há cerca de dous (sic) meses inaugurou-se, com efeito, a estação de La Quiaca nas extremas da Bolívia, realizando-se a primeira ligação ferroviária, ininterrupta, entre dous (sic) países sul-americanos, e estabelecendo-se dilatada, e estabelecendo-se dilatado trecho da *Pan American Railway*, sugerida na conferência de Washington.⁴⁴⁶

Defendia a urgência do Brasil em fornecer, comunicações, via ferrovias, para o país vizinho. E sentencia “(...) a conclusão inflexível: a vida econômica da Bolívia cairá na órbita avassaladora do país que lhe faculte semelhante desafogo.”⁴⁴⁷ Seu interesse nevrálgico era demonstrar quão fundamental era a interconexão das linhas, almejando o Pacífico e todo o continente sul-americano. Nesse sentido, via como importante a Noroeste do Brasil, para ter acesso ao Pacífico:

[Se] a Madeira-Mamoré mais uma vez se malogre, ou que o porto catarinense ainda a construir-se, tão cedo não se apreste àquele elevado destino – o antagonismo brasileiro, predisposto a contrapesar o imperialismo ferroviário

⁴⁴⁵ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 111.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 112.

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

argentino – extinguindo ao mesmo tempo a influencia tradicional do ‘bósforo’ de águas doces, do Prata – delineia-se neste momento numa estrada de ferro, que se não desviará de uma diretriz intorcível e será a seção mais dilatada das transcontinentais sul-americanas. É a Noroeste do Brasil.⁴⁴⁸

Afirmando o aspecto internacional dessa estrada de ferro:

(...) as mais aceitáveis indicações se ordenaram segundo dous (sic) destinos dominantes: a um lado, os que atendo-se de algum modo às marchas tradicionais das ‘bandeiras’, davam às linhas planeadas uma feição exclusivamente nacional, predeterminando-lhes os objetivos obrigatórios das capitais de Goiás e Mato Grosso; ao outro, os que longe daquelas escalas históricas, ou tornando-as simples pontos forçados de uma rota mais longa, lhes davam um caráter internacional, não só projetando-as até à faixa de 1.080 milhas das nossas fronteiras perlongadas pelo Paraguai, como as orientando à feição de vindouro entroncamento com os sistemas bolivianos capazes de nos conduzirem ao Pacífico.⁴⁴⁹

A rota do Pacífico era indispensável para o Brasil exercer sua função sul-americana e a Bolívia, nesse sentido, jogava seu grande papel estratégico:

Tudo concorre, destarte, para um entrelaçamento; e se, a exemplo dos argentinos e chilenos, firmarmos com a Bolívia os convênios indispensáveis a regulamentá-lo, ter-se-á assegurado à Noroeste do Brasil uma missão internacional que os melhores elementos propiciam.⁴⁵⁰

Pensando no traçado da *Noroeste* que liga “o Urubupungá no Paraná e Itapura no Tietê, distantes uma légua, são a base vindoura do mais importante dos centros industriais da América do Sul” [...] Sobretudo se advertirmos que ela será das mais concorridas escalas do maior tráfico inter-oceânico deste continente”⁴⁵¹.

⁴⁴⁸ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 116.

⁴⁴⁹ Ibidem, p. 117.

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 122.

⁴⁵¹ Ibidem, p. 116.

A *Noroeste* tinha para Euclides um valor imenso, pois traria a possibilidade de contato entre o Atlântico e o Pacífico. Era uma integração continental efetiva. Em suas palavras,

Realmente, articulando aos caminhos bolivianos que partam de Corumbá ou de suas cercanias na faixa ribeirinha até a lagoa Gaíba, ela [a Ferrovia Noroeste do Brasil] se destina a ligar a Bolívia e o Chile ao Atlântico, ao mesmo passo que seguindo por Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba [Bolívia], transpondo as cabeceiras navegáveis do Guaporé e Chimaré, prosseguindo para Oruro [Bolívia], ponto forçado da *Pan American Railway*, e para La Paz, de onde derivará pela estrada de Arica [Chile], o Brasil se aproximará consideravelmente do Pacífico.⁴⁵² Ainda sobre a noroeste afirmava: “Revela-se, assim, de maneira gráfica, iniludível, a concorrência formidável desta estrada mato-grossense que vai aproximar-se do Pacífico, seguindo, paralelamente, o próprio deslocamento da civilização geral”.⁴⁵³

Euclides, também, procurava mostrar a importância que as ferrovias tinham para os dirigentes norte-americanos. Grifando a quantidade de linhas férreas existentes nesse país, para ele eram as responsáveis pela vanguarda comercial dessa nação. A questão das ferrovias está subjacente ao assunto “imperialismo”. Recomendava seguir este caminho: “emparelhamo-nos, nesse episódio da vida nacional, com a grande república”.⁴⁵⁴

Mostrava que elas cobriam todo o território americano e estavam articuladas com as rodovias, formando redes de conexão, cujo desenho possibilitou a ligação do Atlântico – onde estavam acumuladas “os seus mais intensos centros produtores e consumidores”⁴⁵⁵ com o Pacífico. E reflete: “Realmente, quando os Estados Unidos conseguiram em 1898 que a Espanha, dessangrada, lhes cedesse as três mil ilhas das Filipinas, a sua política deslocou-se para o Pacífico”.⁴⁵⁶

⁴⁵² CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 123.

⁴⁵³ Ibidem, p. 124.

⁴⁵⁴ Ibidem, p. 200.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 129.

⁴⁵⁶ Ibidem, p. 130.

Euclides via o oceano Pacífico como a última fronteira de recursos econômicos que faltava para conectar o mundo inteiro, ao se referir as quantias que a China, Japão, Australásia e Índia poderiam importar dos EUA, como também do “comércio universal”. Em suas palavras:

Aquelas importâncias são naturalmente nímio diminutas ante as de um próximo futuro. Em estudo recente, o ministro japonês Eki Hioki demonstrou que só a China, com uma população oito vezes maior que a do Japão, num território vinte e seis vezes mais vasto, pode, de acordo com a razão de \$ 27 per capita, estabelecida hoje para a riqueza européia, figurar no comércio universal com o numero assombroso de 10.800.000.000 de dólares, por ano, se não lhe tolher o seu inegável desenvolvimento atual.⁴⁵⁷

Sobre o Japão, potência que emergia, e outros países voltados para o Pacífico ressaltava que:

(...) As ilhas de Havaí, Midwais, Mariana e Filipinas, que os abalos do maior centro vulcânico do globo espalharam por aquelas águas, alinhando-as e intervalando-as [...] são, de fato, agora as *least stones* em que se levantarão todos os pilares da ponta ideal de cento e vinte graus de longitude de vão, por onde a civilização caminhará, tentando ultimar o circuito da terra, ou por onde refluirá, arremetente, o mundo asiático despertado de uma letargia milenária, pelo rejuvenescimento do Japão.⁴⁵⁸

De seu ponto de vista, o modelo cabal seria o dos Estados Unidos. Por isso ele enfatizava a urgência de um plano que iniciasse imediatamente, no Acre, uma das possibilidades de acompanhar o movimento mundial do progresso.

⁴⁵⁷ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 128.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p. 134.

Por uma circunstância realmente interessante, os *yankees*, depois de estacionarem largos anos diante das Rochosas, saltaram-nas, vivamente atraídos pelas minas descobertas na Califórnia, precisamente no momento em que nos avantajávamos até o Acre [...]. No mesmo ano de 1869, em que nos prendíamos por uma companhia fluvial àquelas esquecidas fronteiras, eles se ligavam ao Pacífico pela linha férrea do Missouri, audaciosamente locada nas cordilheiras e nos desertos. Emparelhamo-nos, neste episódio da vida nacional, com a grande república.⁴⁵⁹

Euclides desejava que o Estado não esquecesse o Acre e que avançasse como fizeram os norte-americanos ao se ligarem “ao Pacífico pela linha férrea do Missouri, audaciosamente locada nas cordilheiras e nos desertos”.⁴⁶⁰ Reconhecia que as dificuldades físicas para chegar ao Acre eram menores, então sugeria incorporar às novas circunscrições do Alto Purus, do Alto Juruá e do Acre, ao restante do Brasil, através da ação do governo, que criaria as condições práticas, meios de transportes e meios de comunicação, possibilitando entendimento com regiões afastadas.

3. Projetos para o interior do Brasil

Os projetos que visavam interiorizar a civilização ganhariam maior expressão nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, materializando-se em obras ousadas, como a construção das ferrovias Noroeste do Brasil e Madeira-Mamoré e a implantação de linhas telegráficas ligando o sudeste ao extremo norte do país. Desse movimento em direção ao interior participavam engenheiros, médicos e outros profissionais liberais, que se internavam pelo país, e acompanhavam a construção daquelas obras.

⁴⁵⁹ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Op.cit., p. 128.

⁴⁶⁰ Cf. LIMA, Nísia Trindade. Op.cit , p. 34.

Em outubro de 1890, vários traçados de ligação com o Mato Grosso foram propostos no Plano de Viação Geral. Uma primeira ligação seria feita através daquela que denominaram de artéria Leste-Oeste: uma ferrovia que, partindo de um ponto da Estrada de Ferro Central do Brasil, diretamente ligado ao Rio de Janeiro, fosse ter até a fronteira com a Bolívia, passando por Goiás e Cuiabá. E assim, várias ligações foram propostas, como a via Paraná – Corumbá.

Deste último plano originou-se um decreto que tratava das comunicações dos estados com a capital, vistas como imprescindíveis para "estreitar os laços de relações políticas e comerciais dos diferentes Estados do Brasil entre si e com a Capital Federal".⁴⁶¹ Mato Grosso e Goiás foram privilegiados neste Decreto, considerando-se urgente a abertura de suas riquezas para o comércio e a indústria, bem como para a imigração⁴⁶² "que traz rápido e eficaz concurso à grandeza Nacional".⁴⁶³

Os dez anos entre a década de 1890 e o início do novo século, foram pródigos em pedidos de concessão para ferrovias que tinham como destino Mato Grosso. Tanto o governo federal quanto ao estadual foram apresentadas uma série de propostas de construção de estradas de ferro, algumas para Cuiabá, mas a maior parte rumando em direção ao sul de Mato Grosso.

Fundamental nesse processo foi a ampliação da rede ferroviária paulista, especialmente das estradas de ferro que se dirigiam ao *sertão*. Estas ferrovias abriram caminho para a ocupação de várias regiões do estado de São Paulo, possibilitando que nelas se consolidassem as atividades produtivas essenciais a uma economia de base agrário-exportadora.

⁴⁶¹ Decreto nº 862 de 16/10/1890. Apud: CASTRO, Maria Inês Malta. Op.cit., p. 157.

⁴⁶² A partir daí, foi autorizado à construção de diversas linhas férreas, entre elas uma de Uberaba (MG) e Coxim (MT, hoje MS). O Banco União de São Paulo tornou-se concessionário da Estrada de Ferro Uberaba-Coxim, mas os prazos fixados para o início dos trabalhos, bem como as prorrogações sucessivas, se esgotaram sem que qualquer trabalho fosse realizado.

⁴⁶³ Decreto nº 862 de 16/10/1890. Apud: CASTRO, Maria Inês Malta. Op.cit., p. 157.

Os trabalhos da Noroeste foram iniciados em São Paulo em 1904, e em 1908 no lado de Mato Grosso, ficando esta parte dividida em duas seções: de Itapurã a Campo Grande e de Campo Grande a Porto Esperança (próximo a Corumbá). Tais trabalhos avançavam lentamente e, ao término do período determinado para a conclusão das obras, estavam em tráfego somente 24 quilômetros da linha, que em sua extensão total deveria ter aproximadamente 800 quilômetros.⁴⁶⁴

Seu traçado ligaria, inicialmente a cidade de Bauru em São Paulo e a capital de Mato Grosso, Cuiabá, atendendo um velho anseio dos moradores e da liderança mato-grossense. Paradoxalmente, apesar de todo clamor pela implantação de estradas de ferro, quando ficou decidido que seria iniciada a construção de uma via férrea de Bauru a Cuiabá⁴⁶⁵ não houve muitas referências ao fato. Durante algum tempo, os presidentes do estado que sempre se referiam à necessidade de interligar a região ao litoral, mantiveram-se silenciosos a respeito do assunto.⁴⁶⁶

Após a mudança do ponto final da estrada para Corumbá, em 1907 é que novamente aparecem exaltações à estrada de ferro.⁴⁶⁷ Em 1908, tiveram início os trabalhos em Mato Grosso e já no ano seguinte as terras cortadas pela ferrovia sofreram uma sensível valorização. Este fator, juntamente com a colonização promovida pela construção, era considerado com um elemento novo para a rápida prosperidade da região.⁴⁶⁸

Porém, ao mesmo tempo em que se louvava a concretização da suprema aspiração do povo mato-grossense, realçava-se que seria mais interessante para Mato Grosso se o traçado original fosse mantido, uma vez que Cuiabá continuaria isolada e dependente de um sistema de comunicações lento. Além disso, a maior riqueza do estado, nesta época, era a borracha e os seringais localizavam-se ao norte, região extremamente carente de vias de

⁴⁶⁴ Cf. CASTRO, Maria Inês Malta. Op.cit., p. 215.

⁴⁶⁵ Decreto 5849 - 18/10/1904. Apud: CASTRO, Maria Inês Malta. Op.cit., p. 216.

⁴⁶⁶ Cf. CASTRO, Maria Inês Malta. Op.cit., p. 127-8

⁴⁶⁷ Pelo Decreto nº 6.463, de 25/04/1907 o traçado previsto em 1904 foi alterado. Ao invés de seguir para Cuiabá, a ferrovia passava a se dirigir para Corumbá. Apud: Cf. CASTRO, Maria Inês Malta. Op.cit., p. 128.

⁴⁶⁸ Mensagem dos Presidentes de Estado: 1908, 1909, 1910 e 1914. Apud: CASTRO, Maria Inês Malta. Op.cit., p. 128.

acesso. Por isso, prolongar os trilhos até os seringais era visto como imprescindível para a estabilidade da principal fonte de renda do estado.⁴⁶⁹

Alguns setores em Mato Grosso não se mostravam convencidos da superioridade das ferrovias sobre a navegação. Um grupo de comerciantes de Corumbá deixava bem claro sua oposição à implantação dos trilhos. Apostavam na vitória da navegação em Mato Grosso, especialmente para o transporte de mercadorias. Apesar disso, prevalecia a crença nas vantagens deste meio de transporte e em sua capacidade de desenvolver a região.

De qualquer forma, esta ferrovia serviu como fator decisivo da consolidação econômica e demográfica da região sul do estado. Realizando a articulação entre Mato Grosso e o mercado das regiões mais desenvolvidas do país, principalmente com São Paulo, a Noroeste impulsionou fortemente o fluxo migratório para esta região, permitiu a implantação de um importante pólo pecuário e de industrialização de seus derivados e o surgimento de vários municípios ao longo de seu traçado. O crescimento e aumento gradativo da importância de Campo Grande no sul de Mato Grosso, que se tornou uma área de atração de investimentos e população do sul e sudeste do país, foi um dos impactos mais visíveis das transformações decorrentes de sua construção.⁴⁷⁰

Segundo Antônio Firmino, até o final do século XIX, Campo Grande não passava de um pequeno agrupamento de ranchos alinhados em uma única rua. Seus habitantes levavam uma vida essencialmente agrária, regida por seus padrões de higiene e de condutas moral e social, respeitavam o isolamento e à dispersão comuns ao modo de vida do campo, bastante diferente da concentração, da comunicação e do tempo do relógio e da fábrica, inerentes à vida nas cidades.⁴⁷¹

A localização geográfica estratégica do vilarejo, num ponto que ligava vários caminhos em todas as direções cardeais, juntamente com abertura da navegação pós-guerra,

⁴⁶⁹ Mensagem dos Presidentes de Estado: 1908, 1909, 1910 e 1914. Apud: CASTRO, Maria Inês Malta. Op.cit., p. 128.

⁴⁷⁰ Cf. GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização...* Op.cit., p. 269.

⁴⁷¹ Cf. OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A importância da rua 14 de Julho no desenvolvimento de Campo Grande*. UFMS, p. 1-11. In: www.matogrossodosul.historia. Acesso: 28/09/2005.

fez com que houvesse um aumento significativo do número de viajantes e comerciantes que transitavam pelo local. Isso resultou, no estabelecimento de um mercado mais efetivo de trocas, tanto internamente à Campo Grande, quanto com as outras poucas localidades existentes no sul do Mato Grosso e, principalmente, numa maior circulação de pessoas, dinheiro e, é claro, idéias, que foram, aos poucos, inserindo nos habitantes do lugarejo, novas formas de convivências, baseadas em novos padrões de higiene, moral e comportamento.⁴⁷²

O estabelecimento de concretas relações de mercado, entre os moradores da vila de Campo Grande e deles com as demais localidades do estado, foi responsável pela absorção, por parte daqueles moradores, de novos padrões de comportamentos, que levaram a definição de um modo de vida urbano entre eles. Mas mesmo assim, a cidade de Corumbá continuava a ser aquela que apresentava o maior volume de circulação de mercadorias em todo o estado, devido às rotas de comercialização estabelecidas nos rios da bacia platina.

Essa realidade só começou a ser modificada a partir de 1914 com a ligação, na cidade de Campo Grande, das duas frentes de trabalho da construção da linha ferroviária, da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Este fato foi, paulatinamente, modificando a lógica dos fluxos de comercialização e circulação, pois deslocou as ligações que a região mantinha com o mercado platino para o emergente mercado paulista e transformou Campo Grande no mais importante entreposto comercial do Estado de Mato Grosso e na sua principal porta de entrada e saída de mercadorias.⁴⁷³

Na região norte da fronteira outra ferrovia foi projetada. Entre os anos 1895 a 1900 o preço da borracha alcançara um valor extraordinário e as tensões entre Bolívia, Peru e Brasil se incrementaram até desembocar em confrontos militares como a Guerra do Acre (1899-1902) entre o Brasil e a Bolívia. Com o término da guerra e a assinatura do Tratado

⁴⁷² Cf. OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A importância da rua 14 de Julho no desenvolvimento de Campo Grande*. UFMS, p. 1-11. In: www.matogrossodosul.historia. Acesso: 28/09/2005.

⁴⁷³ Cf. *Ibidem*.

de Petrópolis entre os dois países, em 1903, foi reativado o projeto da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, em terras pertencentes ao estado do Mato Grosso.⁴⁷⁴

Nesse novo momento, a estação inicial da ferrovia deveria localizar-se na vila de Santo Antônio do Rio Madeira, (como na primeira fase) que é a última fronteira de Mato Grosso com o Amazonas, e a estação terminal em Porto Esperidião Marques, às margens do rio Mamoré. Quarenta e dois anos depois das primeiras tentativas, a Bolívia iria conquistar um caminho para o oceano Atlântico, pela via do rio Madeira.

Para cumprir as determinações do Tratado de Petrópolis, o governo brasileiro realizou a licitação das obras da ferrovia, cujo edital foi publicado em 1905. Aberta somente a empresários brasileiros, a concorrência teve dois participantes, os engenheiros Raimundo Pereira da Silva e Joaquim Catramby.⁴⁷⁵

O contemplado foi Joaquim Catramby que concorreu com intuits meramente especulativos, na qualidade de testa-de-ferro do norte-americano Percival Farquhar, a quem transferiu o contrato tão logo recebeu a homologação da concorrência.⁴⁷⁶

O objetivo de Percival Farquhar era controlar todo o sistema ferroviário da América Latina, para isso, ele constituiu a *Empresa Madeira-Mamoré Railway Company*, na qual investiu, inicialmente, onze milhões de dólares, financiados pelo *Bank of Scotland*, e contratou os serviços do grupo de empreiteiras *Robert May* e *B. Jeckyll*. A esse grupo associou-se posteriormente o empreiteiro John Randolph. E foi constituída a empresa *May, Jeckyll & Randolph* que, em 1906, instalou seu canteiro de obras em Santo Antônio do Rio Madeira.⁴⁷⁷

A empreiteira *May, Jeckyll & Randolph* enfrentou sérias dificuldades operacionais, devido à localização geográfica do povoado de Santo Antônio e de suas péssimas condições

⁴⁷⁴ Cf. VIANNA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958, p. 47.

⁴⁷⁵ Cf. MATIAS, Francisco. *Ocupação Humana e Trajetória Política de Rondônia*. Rondônia: Pioneiros, 1998. Site: www.estadoderondonia. Acesso: 29/08/2005.

⁴⁷⁶ Cf. *Ibidem*.

⁴⁷⁷ Cf. *Ibidem*.

sanitárias, das doenças regionais, como a malária e o beribéri, que mataram centenas de operários em pouco tempo. Por isso, a direção da empresa decidiu modificar o cronograma da ferrovia, mesmo ferindo cláusulas contratuais.⁴⁷⁸

Autorizada por Percival Farquhar e pelo governo brasileiro, a *May, Jeckyll & Randolph* transferiu, em 1907, suas instalações para o porto amazônico situado sete quilômetros à jusante da cachoeira de Santo Antônio, no local conhecido como Porto Velho, onde implantou o centro administrativo, construiu o cais, residências para técnicos, e deu início, nesse mesmo ano, a construção da estação inicial da ferrovia Madeira-Mamoré.⁴⁷⁹

Com essa atitude, foi alterado o cronograma inicial da ferrovia em sete quilômetros, sua rota e, sobretudo, a localização de sua estação inicial, antes prevista para ser construída em terras pertencentes ao estado de Mato Grosso, passava então a situar-se em terras do Amazonas.⁴⁸⁰

No ano de 1908, ela contratou operários espanhóis dispensados das construções ferroviárias que o grupo realizava em Cuba. No entanto, de um total de trezentos e cinquenta homens, somente setenta e cinco chegaram a Porto Velho. O restante desistiu no Porto de Belém, em razão das notícias sobre as doenças regionais que ceifavam a vida dos operários e, dos constantes ataques dos índios Caripunas aos trechos em obras.⁴⁸¹

Realmente era muito grave a questão de saúde na região. Em 1909, os médicos do Hospital da Candelária, todos norte-americanos, se declararam sem condições de combater as doenças regionais, por desconhecerem os tipos de males que afetavam os operários da Madeira-Mamoré.

⁴⁷⁸ Cf. MATIAS, Francisco. *Ocupação Humana e Trajetória Política de Rondônia*. Rondônia: Pioneiros, 1998. Site: www.estadoderondonia. Acesso: 29/08/2005.

⁴⁷⁹ Cf. *Ibidem*.

⁴⁸⁰ Através do decreto-lei nº 6.775, de 28 de novembro de 1907, o governo brasileiro autorizou a empresa a funcionar no Brasil. Apud: CASTRO, Maria Inês Malta. *Op.cit.*, p. 128.

⁴⁸¹ Cf. MATIAS, Francisco. *Op.cit.*

Por isto, solicitaram que a empresa contratasse os serviços do médico sanitarista brasileiro Oswaldo Cruz, que aos 37 anos de idade chegou a Porto Velho em 1910, acompanhado por seu médico particular, Dr. Belizário Pena. Após profundos estudos sobre a região, o sanitarista concluiu que as doenças regionais, como a malária e o beribéri, eram conhecidas e tinham tratamento, desde que melhoradas as péssimas condições de vida e trabalho a que eram submetidos os operários da Madeira-Mamoré, que para ele eram os reais causadores dos problemas de saúde.⁴⁸²

Em 1912, a *May, Jeckyll e Randolph* entregou a estação terminal Mamoré, localizada no porto mato-grossense de Esperidião Marques, onde está situada a cidade de Guajará-Mirim. Entre entusiasmados discursos das autoridades presentes que saudavam o término da construção dos 364 quilômetros de via férrea, um prego de ouro foi simbolicamente batido no último dormente. Esta ferrovia foi inaugurada no dia 1º de agosto de 1912.⁴⁸³

A conclusão da Madeira-Mamoré praticamente coincidiu com o fim do ciclo da borracha na Amazônica, e quase nada mais havia para ser transportado para Manaus e Belém. Também não atingiu os objetivos para os quais fora construído e vários fatores contribuíram para isso. A Bolívia, maior interessada, não ligou por rodovias o Departamento do Beni, principalmente a cidade de Guayaramirim, com os centros mais importantes do país, como Santa Cruz de La Sierra e La Paz, o que deixou a estação terminal Mamoré completamente isolada.⁴⁸⁴

Além disso, outras duas ferrovias foram construídas na Cordilheira dos Andes: a La Paz/Arica, em 1913, e a Tupiza/Buenos Aires, em 1915, e o Canal do Panamá também já estava em pleno funcionamento. Tudo isto facilitava o acesso da Bolívia pelo oceano Pacífico, e tornava desnecessário investir na antiga rota do oceano Atlântico, via rio

⁴⁸² Cf. MATIAS, Francisco. Op.cit.

⁴⁸³ Cf. Ibidem.

⁴⁸⁴ CHIAVENATO, Júlio José. *Bolívia com a pólvora na boca*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.

Madeira. Também, a Bolívia jamais reconheceu a obra como concluída, em razão do Brasil não ter construído o ramal Vila Murtinho/Vila Bela, incluído no Tratado de Petrópolis.⁴⁸⁵

No entanto, ao longo do seu trecho surgiram núcleos habitacionais como Porto Velho, Ji-Paraná, Vila Murtinho, Mutum-Paraná, Abunã, e Guajará-Mirim. Destes, os que mais se desenvolveram foram Porto Velho, onde ficou sua estação inicial, e Guajará-Mirim, sede de sua estação terminal. Durante muitos anos a maior reta ferroviária do mundo ficava no trecho Mutum-Paraná /Abunã, como cinquenta e um quilômetros de extensão.⁴⁸⁶

Tanto a ferrovia Madeira-Mamoré quanto as linhas telegráficas foram importantes obras, de interesses políticos, econômicos e estratégicos externos à região, estabeleceram um novo modelo de desenvolvimento na medida em que, até então, o povoamento da Amazônia rondoniense era feito exclusivamente por seringueiros e seringalistas, e o único núcleo urbano existente era a Vila de Santo Antônio do Rio Madeira, estes empreendimentos tornaram-se ponto de referência para a fixação do povoamento urbano deste lado da Amazônia.

Percival Farquhar, o grande responsável pela construção da Madeira-Mamoré, a partir de 1904 começou a construir seu império brasileiro, quando sem conhecer o Brasil, comprou a *Rio de Janeiro Light & Power Company* e as concessões da *Société Anonyme du Gaz*. No ano seguinte, comprou, na Alemanha, a *Brasilianische Elektrizitätsgesellschaft*, empresa que deu origem à Companhia Telefônica Brasileira.⁴⁸⁷

Em 1905, organizou a *Bahia Tramway Light & Power Company* e obteve a concessão das obras do porto de Belém do Pará. No ano seguinte, ganhou a licitação para a construção da Estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande do Sul, comprou vinte e sete por

⁴⁸⁵ O declínio do Ciclo da Borracha provocou, lenta e gradualmente, a desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Em 10 de julho de 1972, a empresa foi desativada definitivamente, após seis anos de incorporação ao 5º Batalhão de Engenharia de Construção, (BEC), período conhecido como o da “Erradicação da Madeira-Mamoré”. Naquele dia, os ferroviários fizeram soar os apitos das locomotivas, em Porto Velho, às 19h30 da noite, numa melancólica saudação que durou cinco minutos. Em 1973, o governo federal elaborou um protocolo adicional ao Tratado de Petrópolis, através do qual autorizou a construção de uma rodovia como estrada substituta da Madeira-Mamoré.

⁴⁸⁶Cf. MATIAS, Francisco. Op.cit..

⁴⁸⁷Cf. SENA, Nicodemos. Op.cit.

cento das ações da Ferrovia Mogiana e trinta e oito por cento das da Paulista, ambas em São Paulo. Em seguida, constituiu as empresas Companhia de Navegação do Amazonas, *Amazon Development Company*, e *Amazon Land & Colonization Company*. Em 1907 fundou a empresa *The Madeira-Mamoré Railway Company*.⁴⁸⁸

Empreendedor, o “Último Titã”, como era chamado pela imprensa norte-americana, além de comandar a construção da Madeira-Mamoré e de ser o responsável pelo surgimento da cidade de Porto Velho, como já dito. Em 1908, ordenou que fossem traçadas ruas e avenidas com a finalidade de organizar a cidade que ele imaginava surgir. No entanto, o criador de Porto Velho jamais esteve na região. Baseava-se exclusivamente em Belém e esporadicamente no Rio de Janeiro, de onde comandava seu império amazônico.⁴⁸⁹

Percival Farquhar continuou ampliando seus domínios no Brasil. Em 1911, fundou a *Southern Brazil Lumber & Colonization*, com o objetivo de explorar madeira em larga escala no Paraná. Para construir a Estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande do Sul, recebeu do Governo Federal uma faixa de terra de trinta quilômetros de largura, equivalente a 180 mil hectares, que atravessava quatro estados, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, onde instalou dezenas de serrarias e explorava o comércio de madeira.⁴⁹⁰

A partir de então, gerou-se um problema de graves proporções. A *Southern Brazil Lumber & Colonization*, subsidiária da *Brazil Railway Company*, também de propriedade de Farquhar, utilizou em exército de jagunços e expulsou os posseiros da região para, mais tarde, vender as terras a colonos portugueses e alemães.⁴⁹¹

Além disso, essa empresa contratou milhares de homens no Rio de Janeiro e em Pernambuco, para trabalharem nas obras da Ferrovia São Paulo/Rio Grande do Sul e na exploração da madeira. No final das obras, demitiu oito mil operários e não os reconduziu aos seus estados de origem. Formou-se assim, uma massa de desempregados, humilhados e

⁴⁸⁸ Cf. MATIAS, Francisco. Op.cit.

⁴⁸⁹ Cf. Ibidem.

⁴⁹⁰ Cf. Ibidem.

⁴⁹¹ Cf. Ibidem.

arruinados que reacenderam a questão do Contestado, uma briga de limites entre Santa Catarina e o Paraná, em 1904, que custou ao Brasil três mil contos de réis, uma verdadeira fortuna na época, cinco anos de luta e vinte mil homens mortos.⁴⁹²

Visando ampliar seus domínios nas terras rondonienses e dinamizar as ações da empresa *The Madeira-Mamoré Railway Company*, ele comprou dois grandes seringais: o *Seringal Júlio Muller State*, que se estendia do rio Mutum-Paraná até Guajará-Mirim, e o *Seringal Guaporé Rubber State*, cuja área abrangia de Guajará-Mirim à localidade de Príncipe da Beira. Também comprou em 1911, a Fazenda do Descalvado com cem mil reses, adquirida do sindicato belga *Productis Cibilibis*, em terras mato-grossenses. Percival Farquhar atuou ao longo da fronteira oeste brasileira.⁴⁹³

Outro empreendimento do governo central para a fronteira oeste foi a implantação das linhas telegráficas. Os primeiros governos republicanos sentiram a necessidade da ocupação do *sertão*, pela posse efetiva, e em alguns casos, na “descoberta” de zonas ainda desconhecidas. Nas últimas décadas do Império começaram a se preocupar com o isolamento em que algumas cidades do Brasil se encontravam, em relação a capital, e trataram de propor soluções para o problema da comunicação entre essas regiões, sobretudo depois da Guerra da Tríplice Aliança.

A comunicação telegráfica rumo ao oeste tinha o seu extremo na cidade paulista de Franca, de onde fora prolongada à cidade mineira do Triângulo, Uberaba. Nesta primeira fase, Goiás e Mato Grosso não haviam sido atingidos, mas faziam parte da rede telegráfica projetada pelo governo monárquico.

O Governo Provisório retomou esse programa e passou a desenvolvê-lo, estudando o problema do oeste, resolveu criar comissões de penetração do país até as suas extremas

⁴⁹² FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4 ed. São Paulo: EDUSP/FDE, 1996, vol.I, p. 115.

⁴⁹³ Ele desfrutava de imenso prestígio no Brasil e o governo brasileiro concedeu-lhe sessenta mil quilômetros quadrados de terras no extremo norte do país. Nada menos que todas as terras formadoras do Amapá. Mas, o azar de Percival Farquhar foi a quebra da bolsa de valores de Nova York. Em 1913, por dificuldades financeiras ou ambição, não se sabe ao certo, ele jogou todos os seus títulos nela e perdeu tudo, em 1929. Ficou arruinado, mas não se afastou do Brasil. Seis anos depois, fundou a *Itabira Iron Ore Company* e, como última investida, criou a Acesita. Cf. MATIAS, Francisco. Op.cit.

fronteiras, levando o telégrafo e a estrada de ferro a essas regiões. Foram criadas as Comissões Telegráficas de Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Nordeste, que partindo de Belém do Pará, e demandasse a capital do Amazonas. Eram comissões militares, todas elas dirigidas por engenheiros militares.

O intuito republicano era o reconhecimento do *hinterland*, “a redescoberta das terras outrora percorridas pelos bandeirantes e a descoberta das regiões e zonas que permaneciam virgens das pegadas desses tratores do sertão.”⁴⁹⁴

De todas as comissões mencionadas, a de Mato Grosso foi a que teve maior fôlego. De 1890 prolongou-se até 1930. Quatro décadas de trabalhos técnicos de construção de linhas telegráficas e abertura de estradas carroçáveis em todos os quadrantes do Estado, de leste para oeste e de sul para norte.⁴⁹⁵

Estendeu mais de seis mil quilômetros de fio telegráfico simples, pelo território mato-grossense e pelas suas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia. Executou as explorações geográficas dos grandes e pequenos rios e estudou a flora, a fauna e a geologia do estado, tornando conhecido suas potencialidades econômicas, já que em muitos pontos identificou minas de ouro, jazidas de manganês, de gipsito, ferro, prata, diamante, turmalina, cristal de rocha, ágata e mármore. Em consequência, atravessou mais de setenta nações indígenas dos vales do Guaporé, Gi-Paraná, Roosevelt, Tapajós, Xingu, Araguaia e rio das Mortes, no planalto de Mato Grosso e suas lindes com o Amazonas, Pará, Goiás, Minas, São Paulo, Paraná, Paraguai e Bolívia.⁴⁹⁶

Cândido Rondon diz que essa marcha foi a que mais “atuou no sentido moderno da reconquista geo-social, como sucessora vidante das bandeiras primárias, aquelas que no dizer de Cassiano Ricardo tiveram nascimento na República de Piratininga, projetando no espaço e no tempo sobre a sociedade brasileira, a luz sertaneja de sua formação cristã... .”⁴⁹⁷

⁴⁹⁴ RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Rumo ao oeste*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1940, p. 8. In: LIMA, Onofre Muniz Gomes de. *Osório*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938, p. 9.

⁴⁹⁵ Cf. *Ibidem*, p. 9.

⁴⁹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 9-10.

⁴⁹⁷ *Ibidem*, p. 10

A partir de 1892 Rondon chefiaria a Comissão Encarregada da Construção da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia; a Comissão das Linhas Telegráficas do Estado do Mato Grosso e a Comissão Construtora das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, ligando o território do Acre ao circuito telegráfico nacional, aceitando o convite do Major Gomes Carneiro e o substituindo nessa tarefa.⁴⁹⁸

Seus trabalhos ficaram cronologicamente divididos: entre 1892 e 1898 a construção das linhas telegráficas de Mato Grosso a Goiás, entre Cuiabá e o Araguaia, e uma estrada de Cuiabá a Goiás. Entre 1900 e 1906 dirigiu a construção de mais uma linha telegráfica, uma rede de 1.746 quilômetros servindo 17 estações, ligando a fronteira do Paraguai por dois pontos principais – Porto Murtinho e Bela Vista – e da Bolívia por outros dois – Corumbá e Coimbra, e um terceiro São Luiz de Cáceres. Em 1906 encontrou as ruínas do Real Forte do Príncipe da Beira, em Rondônia; e em 1907, começou a linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antonio do Madeira, a primeira a alcançar a região amazônica, onde foi denominada "Comissão Rondon", seus trabalhos aí desenvolveram-se de 1907 a 1915.

A Comissão Rondon entre os anos de 1900 a 1906 percorreu o sul do Mato Grosso através de duas seções. A 1ª Seção saindo de Cuiabá atingiu as cidades de Aquidauana, Miranda, Nioaque, Porto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã e posteriormente Dourados e Campo Grande, cobrindo a área fronteira com o Paraguai. A 2ª Seção saindo de Cuiabá atingiu as cidades de Coxim, Aquidauana, Corumbá e o Forte Coimbra, percorrendo a região fronteira com a Bolívia.

E entre os anos de 1900 a 1907 percorreu, também, o centro de Mato Grosso, partindo de Cuiabá atingiu as cidades de Cáceres, Mirassol do Oeste, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade e o Vale do Guaporé, cobrindo o restante da área fronteira com a Bolívia. Nessa expedição há uma ramificação seguindo pela cidade de Guia, Rosário Oeste, Diamantino e Chapada dos Parecis que levaria à região amazônica em Rondônia e Acre. Formando dois núcleos: um em torno da capital Cuiabá e outro em torno da cidade de Diamantino.

⁴⁹⁸ Cf. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Índios dos Brasil – do centro, noroeste e sul de Mato-Grosso*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura, 1946, p. 3.

Por volta de 1907 uma das preocupações do governo brasileiro, era promover a integração entre as regiões do Rio Madeira e as áreas mais desenvolvidas do país, visto que a porção norte do Brasil ganhava grande impulso devido à demanda da borracha.⁴⁹⁹

Assim, nesse mesmo ano, iniciou-se a etapa da expedição da Comissão Rondon, que partindo de Cuiabá objetiva chegar à região amazônica. Seu intento primordial era estabelecer linhas telegráficas na região, unindo o Norte ao Sul do país através da porção Ocidental, que se denominou neste trabalho de Fronteira Oeste Brasileira.⁵⁰⁰

Além de implantar as linhas telegráficas, a Comissão Rondon exerceu outras funções nos *sertões*, como o reconhecimento de fronteiras; inclusive entre os seringais da região; as determinações geográficas; o estudo e a pesquisa de riquezas minerais, do solo, do clima, das florestas, dos rios conhecidos e dos que foram descobertos; o estudo do meio-ambiente e do ecossistema. Entre 1908 e 1915, a Comissão catalogou 350 espécies de árvores e colecionou 752 tipos de animais e insetos.⁵⁰¹

Outra proposta da Comissão Rondon era estimular a ocupação humana da região, a partir de suas estações telegráficas e da construção de trechos de estradas que lhe davam acesso. Formada basicamente por militares e civis indicados pelo governo ou escolhidos por seu próprio chefe, a Comissão Rondon também recebia prisioneiros políticos e criminosos comuns, desterrados para o Amazonas ou Acre.⁵⁰²

A Comissão Rondon empreendeu várias expedições. A que se dirigiu a Santo Antônio do Rio Madeira, conhecida como Seção Norte, ficou constituída por quarenta e dois homens, comandada por Rondon e tinha os seguintes chefes: Dr. Alípio Miranda Ribeiro, geólogo; Dr. Joaquim Augusto Tanajura, médico; tenentes João Salustiano Lira, astrônomo; Emanuel Silva do Amarantes e Alencarliense Fernandes Costa, topógrafos,

⁴⁹⁹ Cf. SOUZA, Telma M. de. *História de Rondônia*. Site: www.estadoderondonia.com.br. Acesso: 28/08/2004.

⁵⁰⁰ Cf. MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio – caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"*. São Paulo: EDUC, 1998, p. 52.

⁵⁰¹ Cf. *Ibidem*.

⁵⁰² Cf. *Ibidem*, p. 89.

além de Antônio Pirineus de Souza, chefe de comboio. Todas as atividades da Comissão Rondon eram documentadas pelos fotógrafos Luiz Leduc e Benjamim Rondon e pelo cinegrafista Luiz Thomas Reis.⁵⁰³

A primeira etapa da Comissão Rondon teve seu término em 29 de novembro de 1907, com a chegada ao Rio Juruena, a segunda ocorreu a partir de 20 de julho de 1908, sob o comando do tenente Joaquim Ferreira da Silva. O ponto de partida correspondia ao ponto final da primeira etapa (Rio Juruena). Partindo desse ponto, continuaram as instalações dos postos telegráficos. No dia 3 de novembro do mesmo ano, a Comissão Serra Negra, finalizou a segunda etapa das instalações de linhas telegráficas.⁵⁰⁴

A terceira e última etapa foi iniciada em 1909, tendo como ponto de partida a Serra Negra. Considera-se que essa expedição foi a mais importante para Rondônia, pois desbravou todo seu território, chegando a 25 de dezembro do mesmo ano, ao vale do Rio Madeira. Em 1911, foi inaugurada a Estação Telegráfica de Vilhena, cuja denominação foi uma homenagem de Rondon ao seu ex-chefe, Álvaro Coutinho de Melo e Vilhena, engenheiro-chefe da Organização da Carta Telegráfica Pública. A partir de então, formou-se uma coincidência histórica: no mesmo período em que na região do Alto Madeira ocorria a construção da ferrovia Madeira Mamoré e Porto Velho surgia como núcleo habitacional, uma outra empresa tinha início nos sertões do Parecis que deu origem ao povoamento da região onde se ergueria a cidade de Vilhena.⁵⁰⁵

Posteriormente, formou-se uma segunda expedição para o mesmo percurso, na qual foram incluídos o farmacêutico Canavários e o tenente Antônio Vilhena. Em 13 de junho de 1913 a Comissão Rondon inaugurou a Estação Telegráfica do Jamary. No ano seguinte era inaugurada a Estação Provisória de Santo Antônio do Rio Madeira.⁵⁰⁶

⁵⁰³ Cf. Cf. MACIEL, Laura Antunes. Op. Cit., p. 89.

⁵⁰⁴ Cf. Ibidem.

⁵⁰⁵ Cf. SOUZA, Telma M. de. Op.cit.

⁵⁰⁶ Cf. Ibidem.

Em 1915, inaugurou-se a Linha Telegráfica Estratégica Cuiabá/Santo Antônio do rio Madeira (atual Porto Velho), com ramal em Guajará-Mirim. Em 1916, Rondon inaugurava a Estação Telegráfica de Ariquemes, na região que os seringueiros denominavam “Papagaio”, às margens do rio Jamary. As linhas telegráficas foram implantadas e o processo de ocupação humana da região ganhou um novo modelo, a partir das estações telegráficas que geraram em suas cercanias importantes aglomerados urbanos. Ao longo do tempo, a maioria desses núcleos foram transformados em vilas, cidades e em grandes municípios como Vilhena, Pimenta Bueno, Presidente Hermes, (hoje Presidente Médici), Presidente Pena, (hoje Ji-Paraná), Jarú, e Ariquemes.⁵⁰⁷

A construção das linhas telegráficas era acompanhada por trabalho de reconhecimento do ambiente natural, de conhecimento das condições epidemiológicas e de contato com as tribos indígenas, com ênfase no conhecimento de seus costumes e línguas. Os relatórios da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas são um exemplo de associação entre os objetivos mais imediatos e pragmáticos – efetivar as comunicações e a integração dos sertões – típico das preocupações e do estilo de trabalho dos naturalistas do século XIX.⁵⁰⁸

Rondon enaltecia a virtude de sua origem indígena. Os textos escritos durante suas atividades na construção das linhas telegráficas afirmam isso. Segundo Rondon, as linhas telegráficas não tinham a função apenas de assegurar as comunicações da capital com o estado de Mato Grosso, mas de integrar os principais pontos estratégicos do país, na fronteira com o Paraguai e a Bolívia, de forma a permitir comunicação e vigilância.⁵⁰⁹

Um dos aspectos mais enfatizados no discurso de Rondon consistia no conhecimento do território brasileiro e de seus acidentes geográficos, propiciado pelas viagens que realizou pelo interior. Ele considerava como uma contribuição à geografia do país – a revisão dos mapas cartográficos, o esclarecimento sobre as nascentes e embocaduras dos rios. O *sertão* de Rondon constituiu-se de uma imensa área delimitada, ao

⁵⁰⁷ Cf. SOUZA, Telma M. de. Op.cit.

⁵⁰⁸ Cf. LIMA, Nísia Trindade. Op.cit., p. 73.

⁵⁰⁹ Cf. Ibidem, p. 72.

norte, por um trecho do curso do Amazonas, e a noroeste e sudeste, pelos cursos totais do Madeira e do Guaporé.⁵¹⁰

Foi da região do Mato Grosso à região de Santo Antônio do Rio Madeira, isto é, em toda a extensão da fronteira oeste brasileira que um grande esforço foi empenhado por autoridades políticas, intelectuais, engenheiros, diplomatas entre outros, para tornar esse espaço territorial integrado ao corpo da pátria.

⁵¹⁰ Cf. LIMA, Nísia Trindade. *Op.cit.*, p. 74.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo *Fronteira oeste brasileira: entre o contraste a integração* foi concebido, inicialmente, com o objetivo de analisar as negociações travadas entre o Brasil e a Bolívia, no tocante aos limites fronteiriços; seguindo a trilha dos trabalhos realizados pela historiografia nacional voltada para política externa brasileira, a fim de discutir os textos oficiais produzidos pelos tratados firmados entre os dois países, a saber o Tratado de Ayacucho, de 1867, e o Tratado de Petrópolis, de 1903.

Com o avanço da leitura dos trabalhos disponíveis pode-se verificar duas situações: uma refere-se a pouca produção historiográfica sobre as relações brasileiro-bolivianas; bem como para com a política externa do Império junto as repúblicas do Pacífico, de modo geral. A exiguidade de pesquisas a esse respeito remete, conseqüentemente, a equivocada idéia de que essa atuação pouco se deu; já que “... as atenções do Brasil no Continente estavam, como na época colonial, voltadas para a Bacia do Prata. Ali entrecruzaram-se motivações políticas e econômicas que levaram o Império, sempre que as condições internas o permitiam, a manter uma postura bastante ativa, e mesmo intervencionista”.⁵¹¹

No caso das relações internacionais do Brasil com a Bolívia, tais obras circunscrevem-as no âmbito das definições de fronteiras e navegação fluvial. Sem dúvida, esses dois pontos foram os mais importantes na pauta de relacionamento bilateral, mas não

⁵¹¹ SANTOS, Luis Claudio Villafane. *A Política do Império Brasileiro ...* Op.cit, p. 4.

os únicos. E, os estudos referentes à fronteira brasileiro-boliviana são de caráter estritamente diplomático, deixando de analisar elementos interessantes, como os interesses regionais, os aspectos políticos econômicos e as preocupações e orientações políticas.

Assim, não desconsidere meu objetivo inicial, mas ampliei minha perspectiva de análise ao me deparar com a recente historiografia a respeito de Mato Grosso, encontrei estudos interessantíssimos acerca dessa região, como a tese de Inês Castro e a de Lylia Galetti, utilizadas ao longo desta pesquisa. Tais trabalhos apresentam as representações elaboradas para esse espaço geográfico e me influenciaram a ampliar meu campo de estudo; indo além das questões limítrofes, que recaem basicamente nas relações e documentos diplomáticos do Brasil. Esta foi a segunda situação em que me envolvi.

Pude então, incluir outros elementos de análises e elaborar uma pesquisa a cerca da fronteira oeste brasileira incluindo o campo das representações do território e da sociedade mato-grossense, como referência a uma tificação de população fronteiriça. Assim, incluí na pesquisa uma literatura que ressaltou a preocupação de diferentes atores, políticos, intelectuais, e outros na definição daquela região.

Várias perguntas foram surgindo no decorrer dessas leituras que me levaram a pensar em um trabalho que não tivesse como foco apenas, como já foi dito, as negociações políticas dos limites, mas que trabalhasse uma noção de fronteira política mais ampla, ou seja, o espaço interno que é demarcado pela linha fronteiriça internacional, procurando ressaltar seu papel como parte do espaço do Estado Nacional. Ao optar por esta abordagem, foi necessário também, mostrar em contrapartida, o espaço fronteiriço boliviano e, sua forma de integração nacional.

Nesse sentido, o trabalho apontou para algumas constatações que podem servir como pistas interessantes para estudos comparativos entre a Bolívia e o Brasil. Observou-se, por exemplo, no campo das relações políticas entre os dois países, que a partir do momento em se tornaram independentes a questão de limites, embora, estivesse no horizonte de seus governantes, não constituiu um problema crucial para os mesmos. Este

fato se relaciona, principalmente, com a histórica atuação e atenção do Brasil para a região do Prata, e no que diz respeito à Bolívia, seus conflitos e interesses estavam direcionados aos países andinos.

No entanto, no decorrer do século XIX, para a Bolívia o espaço fronteiriço começou a ser vital para resolver seu problema de mediterraneidade, mas a difícil construção de seu Estado, com um sistema político *caudilhesco*, foi um dos fatores que impediu estender seu poder em todo território e elaborar uma política externa estrutural. Será, portanto, tardia a ocupação efetiva da fronteira oriental.

Já no Brasil, as instituições do Estado imperial foram consolidadas nos meados do século XIX, o que facilitou a definição de uma política regional mais sistemática e propositiva, e no universo de sua política externa, a fronteira oeste com seu importante papel de articuladora das comunicações do norte e sul, sua defesa seria feita com mais eficácia.

Além disso, a fronteira oeste brasileira, apesar da baixa densidade demográfica, pode contar com um governo local capaz de organizar junto com o poder central a defesa da região, diante das possibilidades reais de conflito; que só começaram a aumentar na medida em que foram ampliadas as possibilidades econômicas da região, nas últimas décadas do século XIX.

Do ponto de vista da fronteira interna, as representações historicamente elaboradas, desde a época colonial, a fez ser considerada como uma região periférica, onde dominava o atraso, mas, também a tornou alvo da elaboração de projetos do governo central marcados por duas orientações: uma voltada para o exterior, cujo teor era a segurança e defesa do território e, outra de ordem interna, em que pesava a preocupação com sua integração ao progresso material do país, e com seu aproveitamento econômico.

Nesse sentido, também, os dirigentes bolivianos representaram seu espaço fronteiriço da mesma forma que os brasileiros, e mesmo contando com poucos recursos procuraram, desde as primeiras décadas do século XIX, também, elaborar projetos, principalmente, no campo das comunicações fluviais, a fim de aproveitar possíveis recursos econômicos, bem como ocupá-la e defendê-la.

Assim, a fronteira oeste, foi um esteio para conformar territorialmente o Brasil e por sua dimensão também atuou como elemento importante para constituir a idéia da *grandeza* do país, considerando sua dimensão espacial e suas potencialidades econômicas. No final do século XIX, a produção econômica regional e a demanda internacional dos novos produtos direcionados ao mercado internacional mostrariam tanto a diversidade como a potencialidade produtiva da região. Esta mudança foi gradativamente responsável pelas transformações nas formulações que pairavam sobre a fronteira, sempre vista entre o *contraste* e a *integração*.

FONTES

Obras impressas

BASTOS, A. Cândido. Tavares. *O valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreto Editor, 1866.

_____. *Cartas do solitário*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1863.

CUNHA, Euclides da. *Relatório da Comissão Mixta Brasileiro-Peruana de reconhecimento do Alto Purus. 1904-1905*.

_____. *O Rio Purus*. Rio de Janeiro: SPVA, 1960, p. 19.

_____. *À margem da história*. (1909). São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1975.

_____. *Contrastes e confrontos*. (1907). Literatura Brasileira – Textos literários em meio eletrônico. Site: www.cce.utsc.br/~nupill/literatura/contrastes_e_confrontos.html, p. 1-130. Reprodução de: CUNHA, Euclides. *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro: Record, 1975. Acesso: 13/03/2002.

_____. *Peru versus Bolívia*. (1907). Literatura Brasileira – Textos literários em meio eletrônico. Site: www.cce.utsc.br/~nupill/literatura/peruversusbolivia.html, p. 1-82. Acesso: 13/03/2002.

_____. “Fronteira Sul do Amazonas - questão de limites”. *O Estado de São Paulo*, 1898.

_____. *Os sertões*. (1902). 39 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000.

_____. *Um paraíso perdido – reunião dos ensaios amazônicos*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

GAMA, Domício da. *Euclides da Cunha. Revista do Grêmio Euclides da Cunha e Revista da Academia Brasileira de Letras*, 1927.

LEITE, Aureliano. *O Brigadeiro Couto de Magalhães*. Rio de Janeiro: Gráfica Sauer, 1936.

MAGALHÃES, Couto de. *O selvagem*. (1876). 3ª ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1935.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Viagem ao Araguaia*. (1863). São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Bahia/Pará/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1946.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Diário Íntimo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O diário de General Couto de Magalhães 1887-1890. *Coleção da Revista de História*. São Paulo, 1974.

RANGEL, Alberto. *Inferno verde*. (1907). Rio de Janeiro: Tours Typographia Arrault & Cia, 1927.

TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*. 13 ed. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1874.

_____. *Viagem de regresso de Mato Grosso à Corte (1867)*. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1869, Tomo 73, p. II, 46.

_____. *Cartas da Campanha (1869-1870)*. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Rio de Janeiro: Cayeiras, 1921.

_____. *Em Mato Grosso invadido (1866-1867)*. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Rio de Janeiro: Cayeiras, 1929.

_____. *Cartas da Campanha de Mato Grosso (1865-1866)*. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Rio de Janeiro: Cayeiras, 1926.

_____. *Visões do sertão*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Rio de Janeiro: Cayeiras, 1928.

_____. *Céus e terras do Brasil*. 5ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1922.

_____. *Viagens de outrora (1865-1867)*. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Rio de Janeiro: Cayeiras, 1921.

_____. *Reminiscências*. São Paulo/Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1908.

_____. *Dias de guerra e de sertão*. 5ª ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Rio de Janeiro: Cayeiras, 1927.

_____. *De Campo Grande a Aquidaban*. Diário do Exército. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Rio de Janeiro: Cayeiras, 1926, 2º vol.

_____. *A Campanha da Cordilheira*. Diário do Exército. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Rio de Janeiro: Cayeiras, 1926, 1º vol.

_____. *Império e República*. (1890). São Paulo: Melhoramentos, 1933.

_____. *Memórias*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

_____. *Inocência*. (1872). 19ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Euclides da Cunha a seus amigos*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1938.

_____. *Rio Branco e Euclides da Cunha*. Comissão Preparatória do Centenário do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, 1946.

Fontes primárias não impressas

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT)

Ofícios

Ofícios dos presidentes da Província de Mato Grosso à autoridades diversas

Ofício - 07/01/1837 - Do: Presidente da Província de Mato Grosso - José Antônio Pimenta Bueno. Ao: Prefeito de Santa Cruz de la Sierra - D. Alselmo Ribas.

Ofício n.º 5 - 10/06/1837. Do: Presidente da Província de Mato Grosso - José Antônio Pimenta Bueno. Do: Encarregado de Negócios do Brasil na Bolívia - Duarte da Ponte Ribeiro.

Ofício 10/06/1837 IV. Do: Presidente da Província de Mato Grosso - José Antônio Pimenta Bueno. Ao: Encarregado de Negócios do Brasil em Chuquisaca - Duarte da Ponte Ribeiro.

Ofício - 10/03/1837. Do: Presidente da Província de Mato Grosso - José Antônio Pimenta Bueno - Ao: Governador da Província de Chiquitos - Coronel D. Pedro José Urtuby.

Ofício - 01/07/1839. Do: Presidente da Província de Mato Grosso - Estevão Ribeiro de Rezende. Ao: Governador da Província de Chiquitos - Coronel D. Pedro José Urtuby.

Ofício - 19/01/1837. Do: Presidente da Província de Mato Grosso - José Antônio Pimenta Bueno. Ao: Governador da Província de Chiquitos - D. Marcelino de la Peña.

Ofício - 10/06/1837. Do: Presidente da Província de Mato Grosso - José Antônio Pimenta Bueno. Ao: Governador da Província de Chiquitos - D. Marcelino de la Peña.

Ofícios n.º 31 e 35. Respectivamente: Ofício – 23/04/1845. Do: Quartel do Comando Geral das Fronteiras de Mato Grosso – Tenente Coronel e Comandante Geral Anselmo Alves Branco Monis Barreto. Ao: Presidente da Província de Mato Grosso – Ricardo José Gomes Jardim.

Ofício – 28/04/1845. Do: Quartel do Comando Geral das Fronteiras de Mato Grosso – Tenente Coronel e Comandante Geral – Anselmo Alves Branco Monis Barreto. Ao: Presidente da Província de Mato Grosso – Ricardo José Gomes Jardim.

Ofício - 10/03/1838 - Do Presidente da Província de Mato Grosso - José Antônio Pimenta Bueno. Ao: Governador da Província de Outuquis - D. Manoel de Olinden.

Relatórios

Registro dos Relatórios apresentados pela presidência da Província à Assembléia Legislativa Provincial.

Relatório do Presidente de Província, Joaquim José de Oliveira, de 3 de maio de 1849.

Relatório do Presidente de Província, Augusto Leverger, em 10 de maio de 1851.

Livro 06 – Relatório com que o Exm. Sr. Francisco José Cardoso Jr. – Presidente da Província de Mato Grosso abriu a Assembléia Provincial – Ano: 1872.

Livro 08 – Relatório apresentado à Assembléia Provincial por Hermes Ernesto da Fonseca – Presidente da Província de Mato Grosso – Ano: 1876.

Livro 13 – Relatório com que o General Barão de Maracajú – Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 1º Sessão da 23º Legislatura da respectiva Assembléia, no dia 1º de Outubro de 1880.

Livro 03 – Relatório do Vice –presidente da Província de Mato Grosso o Barão de Aguapehy na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de Maio de 1868.

Livro 04 – Relatório com que o Exm. Chefe d’Esquadra Barão de Melgaço abriu a Assembléia Legislativa Provincial em 20 de Setembro de 1869.

Livro 03 - Relatórios dos Presidentes da Província de Mato Grosso. Discurso recitado pelo Exmo. Presidente da Província de Mato Grosso Joaquim Raymundo de Lamare, na abertura da primeira sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em o dia 3 de Maio de 1858. Anos: 1835-1864. Período: Época do Império. P.12. Microfilme.

Livros de registros diversos:

Livro 41 – Códice de Avisos dos negócios do Império, Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Negócios de Guerra, Negócios Estrangeiros – Ano: 1879.

Livro 42 – Códice de Avisos dos Ministérios dos negócios do Império, da Marinha, da Justiça, da Guerra e Estrangeiros – Ano: 1881.

Livro 27 – Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo 1º Vice – presidente Coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce em 1º de Junho de 1892-1897.

Livro 41 – Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso coronel Antônio Paes de Barros à Assembléia Legislativa na Segunda sessão ordinária de sua Sexta legislatura, instalada a 3 de Março de 1904.

Livro de Registro de Passaportes e Guias – Ano: 1861 – 1869.

Livro 459/210 – Correspondência Oficial desta Província com o Exterior da Província e do Império – Anos: 1863 – 1867.

Registro de Correspondência com outras Províncias e com a Bolívia - dos Presidentes da Província de Mato Grosso.

Documentação avulsa

APMT – Lata 1845 B.

Maço: Comando Geral das Fronteiras/Fronteira de Vila Maria com a Bolívia.

LATA 1867 D

Maço: Hospital Militar

Fábrica de Pólvora

Documento Boliviano

Maço: Assuntos Militares – 1867

Quartel do Comando Militar de Vila Maria

Maço: Assunto Militar – Pasta 02

Quartel do Comando das Armas

Quartel interino de Mato Grosso e outros.

LATA 1870 C

Maço: Limites

LATA 1875 A

Maço: Limites 1875

Bolívia – Comissão de Limites

LATA 1875 C

Maço: Fábrica de Pólvora

Mapas de estilo dos párocos

Submaço: Comissão de Limites

LATA 1875 D

Maço: 4 Legações e Consulados

Distrito Militar de Cáceres: Limites

LATA 1880 B

Maço: Palácio do Governo

LATA 1880 C

Maço: Assuntos Militares

Colônias/ Corpo de Saúde do Exército/ Artilharia

LATA 1880 F

Maço: Correspondências do Exterior

LATA 1890 F

Maço: Comando de Fronteira da Bolívia

LATA 1895 D

Maço: Assuntos Militares

LATA 1895 E

Maço: Avulsos.

LATA 1895 E

Maço: Avulsos

LATA 1903 C

Maço: Assuntos Militares

Limites – Bolívia

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR)

Microfilmes:

Relatório de Presidentes de Província e Governadores de Mato Grosso – 1847 – 1981.

Tesouraria da Fazenda Nacional e Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Mato Grosso – 1859 – 1949.

BIBLIOGRAFIA

ADESG. *Brasil-Bolívia: amizade-desenvolvimento*. Corumbá: ADESG, 1976.

ADESG. *Navegação fluvial*. ADESG, 1976.

ALAMBERT, Francisco. *Literatura e política no Visconde de Taunay*. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold & LIMA, Eli Napoleão de (orgs). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001.

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso – 1888-1930*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

ALMEIDA, Luiz Ferrand de. *Diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1957.

ALMEIDA, Mário Monteiro. *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil – fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFGS, 1998.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Contribuição à História Diplomática: Pierre Renouvin ou a aspiração do total*.

AMADO, Janaína. *Mythis in the making: conquering the West in the United States and in Brazil*. Paper for 1992 Annual Meeting of the Org. of American Historians, 199.

AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol, 8, n. 15, 1995.

AMORIM, Anibal. *Viagens pelo Brasil*. Rio de Janeiro, Garnier, 1917.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ANTENAZA, Luis. *El feudalismo de Melgarejo y la reforma agraria*. La Paz, 1970.

APARECIDA, Geralda Dias. *Brasil dos anos 50 aos 80*. (Título provisório). Texto original.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. Técnica, trabalho e natureza na sociedade escravista. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.18 n. 35, 1998.

ARDÃO, Arturo. *Panamericanismo y Latinoamericanismo*. In: ZEA, Leopoldo (coord.). *América Latina en sus Ideas*. México: Siglo XXI, 1986.

ARRUDA, Gabriel Pinto de. *Um trecho do oeste brasileiro; São Luiz de Cáceres, Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1938.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade - o imaginário mineiro na vida política e cultura do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AZEVEDO, Israel Belo. *O prazer da produção científica*. Piracicaba: UNIMEP, 1996.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de & LADEIRA, Flavia Grieco e Saionara. *Visões continentais: projetos políticos culturais para a América Latina*. IV Encontro da ANPHLAC. Salvador, BA – 2000. ANPHLAC. Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC. Vitória, 2001. ISBN 85-903587-2-0.

BAGGIO, Kátia Gerab. *Os Intelectuais Brasileiros e o Pan-Americanismo: A Revista Americana (1909-1919)*. IV Encontro da ANPHLAC, Salvador, BA – 2000. ANPHLAC. Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC. Vitória, 2001. ISBN 85-903587-2-0.

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata – da Colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

_____. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. São Paulo: Ensaio; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

BARROS, J. de. *A política exterior do Brasil (1930-1942)*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.

BASADE, Jorge. *Historia de la Republica del Peru*. Lima, 1963, vol. I.

BASSIM, Marck. *Turner, Solov'ev, and the "Frontier Hypothesis". The nationalistic signification of open spaces*. Chicago, University of Chicago, 1993.

BASTOS, Uracury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil no vale do Paraguai*. São Paulo: FFLCH/Universidade de Brasília, 1978.

BECHER, Hans. *O Barão Gerog Heinrich von Langsdorff*. Brasília: Editora UnB, 1987.

BELLOTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez (org.). *Simón Bolívar: Política*. Rio de Janeiro: Ática, 1983.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia – formação social e cultura*. Manaus: Editora Valer/Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

BENJAMIN, W. Sobre alguns temas em Baudelaire. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

BOAVENTURA, Tomás de Aquino Silveira. *Limites de Mato Grosso colonial: período Albuquerque (1772-1789)*. Comunicação ao V Seminário de História. UFMT. Cuiabá.

BOESNER, Demétrio. *Relaciones internacionales de América Latina – Breve história*. 4 ed. Caracas: Nueva Sociedad, 1990.

BOJUNGA, Cláudio & PORTELA, Fernando. *Fronteiras, viagem ao Brasil desconhecido*. São Paulo: Alfa e Ômega., 1978.

BORGES, Fernanda Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso – 1870-1930*.

BRESCIANI, Maria Stella. Lógica e dissonância – sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária. **Revista Brasileira de História**. Vol. 6, nº 11, set.1985/fev.1986.

BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil – geral e regional*. São Paulo: Cultrix, 1966, vol 1.

BUENO, A. *A Estrada de Ferro para Mato Grosso e Bolívia*. 1877.

BUENO, Clodoaldo. *História e teoria das Relações Internacionais: nota conceitual*. São Paulo: UNESP, 1981.

CABRAL, Octaviano. *História de uma região (Mato Grosso, Fronteira Brasil-Bolívia e Rondônia)*. Niteroi: Himalaya, 1963.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, vol V.

CALÓGENAS, José Pandiá. *A política exterior do Império: as origens*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. Vol.I.

_____ *A política exterior do Império: o Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Vol.II.

_____ *A política externa do Império: da Regência à queda de Rosas*. São Paulo: Editora Nacional, 1933.

- CAMACHO, José Maria. *História de Bolívia*. 10 ed. La Paz: Editorial Renacimiento, 1927.
- CAMPESTRINI, Hildebrando & GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras/Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1991.
- CAMPOS, Raul. *Relações diplomáticas do Brasil (1808-1912)*. Rio de Janeiro, 1913.
- CANÇADO, Antônio Augusto Trindade. *Repertório da prática brasileira do Direito Internacional Público*. Brasília, 1984.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARVALHO, Childerico. *A defesa nacional*. Rio de Janeiro, 1970.
- CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1959.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Pontos e bordados – escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Revistas dos Tribunais, 1988.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1998.
- CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil – 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *A política externa do Brasil 1822-1985*. São Paulo: Ática, 1986, Série Princípios.
- _____. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- CERVO, Amado Luiz (org.). *O desafio internacional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. *O Parlamento Brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. Coleção Temas Brasileiros, Vol. XXI.

_____. *A política brasileira de limites no século XIX*. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasileiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1985/2, ano XXVIII, n. 111-112, p. 49-61.

CERVO, Amado Luiz & DÖPCKE, Wolfgang (orgs.). *Relações internacionais dos países americanos*. **Vertentes da História**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994.

CHAUNU, Pierre. *A América e as Américas*. Lisboa: Cosmos, 1969.

CHAVES, Emir Omar. *Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1943.

CHIAVENATO, Júlio José. *Bolívia com a pólvora na boca*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1992.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira – o sul de Mato Grosso (1870-1920)*. Campo Grande: UCDB, 1999.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *As raias de Mato Grosso*. São Paulo: Seção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1926.

_____. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994. (Memórias Históricas, 4).

_____. *Notas à margem*. São Paulo, 1924.

_____. *Mato Grosso*. (1922). Rio de Janeiro: Brasília, 1939.

_____. *A formação geográfica do Brasil*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, vol. 212, 1951.

_____. *História das fronteiras*. **Anuário Geográfico do Brasil**, 1953.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1956.

_____. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

_____. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1971. Tomo II.

- COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. *Governantes de Mato Grosso*. Cuiabá, 1993.
- COSTA, Craveiro. *A conquista do deserto ocidental*. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional/Brasília INL, 1973. Vol. 191.
- COSTA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil de hoje no espelho do século XIX: artistas alemães e brasileiros refazem a expedição Langsdorff*. 2 ed., São Paulo: Estação Liberdade/Instituto Goeth/Instituto Staden/Siemens, 1996.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e Geopolítica*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- CUNHA, Manuela Carneira da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- DIEGUEZ JÚNIOR, Manoel. *Ocupação humana e definição territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1998.
- DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- DÖPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre a África negra. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 42 (1): 7-109, 1999.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O Império do Brasil e as grandes potências*. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais – Visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/FUNAG, 2003.
- _____. *Espaços nacionais na América Latina – da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DROUET, B. Checa. *La doctrina Americana del uti possidetis de 1810*. Lima: Gil, 1936.
- DUROSSELE, Jean Baptiste. *Tout Empire perire – une visón théorique des relations internationales*. Paris: Armando Colin, 1992.

ELLIS, Myrian et alli. *O Brasil monárquico: declínio e queda do Império*. **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 4, tomo II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.

FERREIRA REIS, Arthur Cezar. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

FERREIRA, Ricardo. *Bates, Darwin, Wallace e a teoria da evolução*. Brasília: Edunb /São Paulo: Educap, 1990.

FIGUEIREDO, Aline. *A propósito do boi*. Cuiabá: ADUFMT, 1994.

FIGUEIREDO, Lima. *Limites do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Editora Henrique Velho, 1936.

FINOT, Enrique & GUMUCIO, Mariano Baptista. *Nueva Historia de Bolívia*. Ensaio de interpretação sociológica de Tiwanaku al siglo XX (1ª parte). *Historia contemporânea de Bolívia 1930-1976* (2ª parte). La Paz: Gisbert & Cia S.ª Libreros Editores, 1976.

FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

FONSECA, Sílvia Carla Brito. *Monarquia e razão vigilante: o pensamento político na literatura do Visconde de Taunay*. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold & LIMA, Eli Napoleão de (orgs). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2001.

FORBES, John M. *Once años en Buenos Aires (crônicas diplomáticas)*. Buenos Aires: 1956.

FOUCHER, Michael. *Fronts et frontiéra: un tour du monde géopolitique*. Paris: Fayard, 1991.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio/Ed./MEC, 1974.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.

G.H.V. Langsdorff. Carta a um amigo alemão. In: *Bulletin de la Societé de Géographie de Paris*. São Paulo: MASP, I, VIII, 171, 1977.

GABAGLIA, Fernando Antônio Raja. As fronteiras do Brasil. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 1916.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. Mato Grosso: o estigma da barbárie. **Textos de História**. Brasília, v. 3, n. 2, 1995, p.48-81.

_____. *As representações sobre a fronteira no movimento de ocupação e colonização de Mato Grosso – séculos XIX e XX*. Cuiabá, ago. 1991.

GALVÃO, Marília Velloso (org.). *Grande Região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

GALVÃO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha (ativa)*. São Paulo: Edusp, 1997.

GLADE, William. *A América Latina e a economia internacional, 1870-1904*. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/ Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Vol. IV, cap. I.

GÓES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas – um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOYCOCHÊA, Castilho. *Fronteiras e fronteiros*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

_____. *O espírito militar na questão acreana - Plácido de Castro (ensaios)*. 2 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

GUIMARÃES, Lúcia Pascoal. *Os caminhos da identidade mato-grossense: a percepção do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1995.

H., Florence. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas pelas Províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão Pará (1825-1829)*. São Paulo: MASP, 1977.

HANDELMANN. *História do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem - fantasma: a ferrovia Madeira - Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2005.

HAUSSER, Christian K. “A Guerra de Canudos na memória nacional: os manuais de história.” In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold e LIMA, Eli Napoleão de (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001.

HENNESSY, Alistair. *The frontier in Latin American History*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978.

HEREDIA, Edmundo A. et alli. *América Latina: Isla o archipiélago: el rol de las vías de comunicación en la estructuración espacial*. Córdoba: Programa de Historia de la Relaciones Interamericanas CIFYH, 1994.

HEREDIA, Edmundo A. *Reflexiones sobre el espacio y las comunicaciones en America Latina*. 1990.

_____. *Una aproximación teórica a los conceptos de “nación” y de “espacios regionales” en la configuración de las relaciones internacionales latinoamericanas*. In: CERVO, Amado Luiz & DÖPCKE, Wolfgang (orgs.) *Relações internacionais dos países americanos – vertentes da História*. Brasília, Linha Gráfica Editora/UnB, 1994.

HEREDIA, Maria Eugenia. *La insercion de Bolívia en un sistema de comunicaciones: el proyecto amazónico de Vicente Pazos Kanki*. In: HEREDIA, Edmundo A. et alli. *America Latina: Isla o archipiélago: el rol de las vias de comunicacion en la estructuración espacial*. Córdoba: Programa de Historia de la Relaciones Interamericanas CIFYH, 1994.

HERMES, J.S. da Fonseca. *Limites do Brasil*. Florianópolis, 1943.

HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital – 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *A era dos impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A era das revoluções – Europa 1789-1848*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBBSAWN, Eric & TERENCE, Ranger (ed.). *A invenção das tradições*. Cambridge University Press, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. *O extremo oeste*. São Paulo: Basiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

IGLÉSIAS, Francisco et alli. *O Brasil monárquico: reações e transações*. **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 3, tomo II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

JANOTTI, Aldo. *Historiografia brasileira e a teoria da fronteira natural*. Revista de História. Ano XXXVI, Vol. LI n.º 101, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

KALDONE, Nuweihed. *Frontera y limite em su marco mundial*. Bogotá: Equinoccio, 1992.

KLEIN, Herbert S. *Bolívia da Guerra do Pacífico à Guerra do Chaco, 1880-1932*. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina – de 1870 a 1930*. São Paulo:

Edusp/Imprensa Oficial do Estado/ Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Vol. V, cap. 7, 2002.

_____. *Orígenes de la revolución nacional boliviana*. La Paz: Editorial Juventud, 1978.

_____. *Perú y Bolivia*. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina – América Latina independente – 1820-1870*. Cambridge University Press/ Barcela: Editorial Crítica, Serie Mayor, vol. III.

_____. *Historia general de Bolívia*. La Paz: Libreria Editorial Juventud, 1988.

KRISTOF, Ladis K.D. *The nature of frontiers and boundaries*. Ann. Of Americ. Geographers, vol. 49, 1959.

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá, 1982.

LEVENE, Ricardo (org.). *História das Américas – América contemporânea*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson Inc., Editores, vol. X..

LEVINE, Robert. *Pernambuco e a federação brasileira, 1889-1937*. O Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930). **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 1, tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LIMA, Cláudio Araújo. *Plácido de Castro – um caudilho contra o imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973.

LIMA, Figueiredo. *A Noroeste do Brasil e a Brasil-Bolívia*. São Paulo: José Olympio, 1950.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: REVAN/IUPERJ/UCAM, 1999.

LIMA, Oliveira. *História da formação das fronteiras do Brasil*.

LINS, A. *Rio Branco*. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

LISZT, Fran von. *Derecho Internacional Público*. Barcelona, 1929.

LYRA, H. *Ensaio diplomáticos*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1992.

LOBO, Maria Eulália Lahmeyer. *Caminho de Chiquitos às missões guaranis de 1690 a 1718*. **Revista de História**. Vol. 20.

_____. *Fronteiras étnicas na América Latina: fronteiras móveis*. In: Simpósio Nacional da Associação Nacional de História. História Fronteira. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, Florianópolis, julho, 1999. Anais do XX.

LOPES, Vera Pasqui. *Evolução das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

LOVE, Joseph. *O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. O Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930)*. **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 1, tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *São Paulo e a federação brasileira, 1887-1937*. O Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930). **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 1, tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MACHICADO, Humberto Vázquez. *La invasión brasileira de Chiquitos y la Diplomacia Argentina de 1825*. 2º Congresso Internacional de História da América, Buenos Aires, 1938.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio – caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"*. São Paulo: EDUC, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

_____. *O que é geopolítica*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1991.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARTIUS, Carl Friederich Phillipp von. “Como se deve escrever a história do Brasil.” In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº 219 (abril-junho de 1953), p. 203 reedição do nº de 1844).

_____. *Frei Apolônio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil – principalmente aos distritos do ouro e dos Diamantes*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944.

MEIRELES, Denise Mald. *Guardiães da fronteira – Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Vozes, 1989.

MELLO, Arnaldo Vieira de. *Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata (da questão de Chiquitos à Guerra da Cisplatina)*. Rio de Janeiro, 1963.

MELO, Rubens Ferreira de. *Textos de história diplomática: 1815 à 1949*. Rio de Janeiro, 1950.

MENDONÇA, Estevão de. *Datas mato-grossenses*. Niterói: Escola Tipográfica Salesiana, 1919. V. II.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

MENDONÇA, Renato. *Fronteira em marcha*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

MENDONÇA, Rubens de. *História do comércio em Mato Grosso*. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1973.

MERCADO, Miguel M. *Historia internacional de Bolívia*. La Paz, s.d.

MILLER, Guillermo. *Memórias*. Madri, 1910.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Brasil e Bolívia: atos internacionais firmados pelo Brasil e a Bolívia*. Seção de Publicações, s.d.

MOLINA, M. Plácido. *História de la Gobernación de Santa Cruz de la Sierra*. Sucre, 1936.

MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1984.

_____. *Pioneiros e plantadores de café*. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

MONARCHA, C. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1999.

MOOG, Viana. *Bandeiras e pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MORALES, Ramiro Condarco. *Zárate, el tiempo "Willka"*. La Paz, 1965.

MOREIRA, Rangel. *Esboço histórico das nossas questões de fronteira*. São Paulo: Ed. O Pensamento, 1913.

MORSE, R. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOSCOSO, Rene G. *Nociones de geopolítica y geografía limitrofe de Bolívia*. Sucre: Editorial Tupac Kotai, 1995.

MOTTA, Márcio Maria Mendes. *Fronteiras em disputa: conflito e delimitação territorial na segunda metade do século XIX*. In: simpósio Nacional da Associação Nacional de História. História: fronteiras. São Paulo: Humanidades/FFLCH/USP: ANPUH, Florianópolis, 1999. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História.

NABUCO, Nabuco. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica – em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: Editora UnB, 2004.

NORMANO, J.F. *Evolução econômica do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1945.

OLIVEIRA, Cardoso de. *Atos diplomáticos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1912.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro, Brasil ser tão canudos. **História, Ciência e Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, vol. V, Suplemento de julho 88, p. 198.

OSCAR, Aquino Jesus. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ORTIZ, R. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 27, julho 1990.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PAZ, Luís. *Historia general del Alto Peru hoy Bolivia*. Sucre, 1919.

PENNA, J.O. de M. *Política externa: segurança e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

PEREGALLI, Enrique. *Como o Brasil ficou assim? A formação das fronteiras e Tratados de Limites*. São Paulo: Global:1982.

PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. Inquéritos geográficos. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano V, n.º 4, 1943.

PERROT, M. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, S.J. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

PIAIA, Ivani Inês. *Geografia de Mato Grosso*. Cuiabá: Edunic, 1997.

PITTMAN, Howard T. *Who Commands the Heartland – A Geopolitical of Bolivia, prepared for Twentieth Century Diplomacy of Latin America*. Washington: The American University, 1977.

POMER, Leon. *As independências na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

PÓVOAS, Lenine C. *História geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do Império*. Cuiabá, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO, Maria Ligia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1994.

PUIGGARI, Umberto. *Na fronteira de Mato Grosso – terra abandonada*. São Paulo: Casa Mayença, 1933.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REICHEL, Heloísa Jochims & GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

REIS, Artur César Ferreira. *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro, 1959.

_____. *Os tratados de limites*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira. A Época Colonial*. 8 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: Difel, 1989. Vol. I, tomo I, cap. VI.

RÉMOND, René. *O século XIX – 1815-1914 - Introdução a história de nosso tempo*. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

RIBEIRO, João. *As nossas fronteiras*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940. Coleção documentos Brasileiros. Vol. I.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Questões de limites*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

RIVERA, Silvia. *La expansión del latifundio en el altiplano boliviano*. La Paz: Avances, 1978.

RODRIGUES, J. H. *Teoria da história do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1969b.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1954, vol. I.

RONDON, Frederico. *Pelos sertões e fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Reper, 1969.

SAHLINS, Peter. *The making of France and Spain in the Pyrenees*. Califórnia: University Califórnia Press, 1991.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais contemporâneas – da construção do mundo liberal à globalização de 1815 aos nossos dias*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870- 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, José de Melo e. *Fronteiras guaranis*. São Paulo: Metodista, 1939.

SILVA, Jovam Vilela da. *A divisão do estado de Mato Grosso – uma visão histórica – 1882-1977*. Cuiabá: EdUFMT, 1996.

_____. *Mistura de cores – política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso (século XVIII)*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

SILVA, Ligia Osório. *Fronteira e identidade nacional*. Este trabalho integra o projeto “A política de ocupação de terras públicas e a construção do Estado: um estudo comparado da fronteira móvel na Argentina, Brasil e Estados Unidos”. Instituto de Economia, UNICAMP, 1999/2001.

SIMON, F. & CARDOSO, Ayala S. *Album Graphico do Estado de Mato Grosso*. Corumbá, 1914.

SINGER, Paul. *O Brasil no contexto do capitalismo internacional – 1889-1930*. O Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930). **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 1, tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SIQUEIRA, Elisabeth Madureira et alli. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Guaicurus: UFMT, 1990.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

SOUZA, José Antônio Soares de. *Um diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

SOUZA JÚNIOR, Antônio. *Fronteiras flutuantes*. Rio de Janeiro: Editora da Gráfica Laemmert, 1954.

SOUZA, Maria Cecília Guerreiro de. *Fundação de Vila Maria – Cáceres*. Cuiabá: Gráfica da UFMT.

SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica – sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

STRASSOLDO, Raimundo. *Border studies: the state of the art in Europe*. In: Asiwaju, A. I. & ADENY P. O. (org). *Borderlands in Africa: A multidisciplinary and comparative focus on Nigeria and west Africa*. Lagos: University of Lagos, Press, 1989.

TAYLOR, George Rogers. *The Turner Thesis – concerning the role of the frontier in American History*. 3 ed. Massachusetts: Heath and Company, Série: Problems in American Civilization, 1972.

TENÓRIO, Maurício. Um Cuauhtémoc carioca: comemorando o Centenário da Independência do Brasil e a raça cósmica. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994.

THOMPSON, O. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo: 1909-1910*. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1910.

TOCANTINS, Leandro. *Estado do Acre*. Rio de Janeiro: Philobiblion; Rio Branco: Assessoria de Comunicação Social de Estado do Estado do Acre: Banco do Estado do Acre, 1984.

_____. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília:INL/Conselho Federal de Cultura; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*. Rio de Janeiro: Record, 1968.

TODOROV, T. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

- TORRES, João Camilo de. *Os construtores do Império*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasiliense, 1947. Vol. I.
- TURAZZI, M.I. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1995.
- TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in Latin American History*. New York: Hold and Company, 1947.
- VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1956 a.
- VASCONCELOS, Mario de. *Motivos de historia diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.
- VIANNA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza; formação da fronteira oeste do Brasil – 1719-1819*. São Paulo: HUCITEC/Min/Pró-memória, 1987.
- _____. *Ouro e miséria no antemural da Colônia*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- WAIBEL, L.H. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XVII, n.º 4.
- WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e educação - um ensaio no espelho. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, vol. 14, no.2, Abr./Jun., 2000.
- VILLAFANE, Luís Cláudio. *O Brasil entre a América e a Europa*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- WIRTH, John. *Minas e a nação. Um estudo de pendor e dependência regional – 1889-1937*. O Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930). **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 1, tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- WRIGHT, Antônia Fernanda Pacca de Almeida. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil (1808-1850)*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1978.
- ZEA, Leopoldo. *El positivismo y la circunstancia mexicana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

Dissertações e teses

ANTIBAS, Rosa Helena Benedetti Zanini. *"Flibusteiros, não. Brasileiros". Uma visão interna da questão do Acre*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2002.

ARRUDA, Adson de. *Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX - (1900-1930)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso, 2002.

BIGIO, Elias dos Santos. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1996.

BRESCIANI, Maria Estella Martins. *Liberalismo: ideologia e controle social – um estudo sobre São Paulo de 1850-1910*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1976.

BOAVENTURA, Tomás de Aquino Silveira. *A política externa brasileira na concepção do Visconde do Rio Branco*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1986.

CASTRO, Maria Inês. *O preço do progresso – a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, 1993.

CASTRO, Maria Inês. *Natureza e sociedade em Mato Grosso 1850-1930*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2001.

CARVALHO, Valéria Nely Cezar de. *O Brasil e a Amazônia internacional no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 1990.

CHINDEMI, Julia Valeria. *Las tradiciones de frontera internacional en Rio Grande del Sur: un análisis en la larga duración*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1999.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *A Fronteira na História Regional: O Sul de Mato Grosso (1870-1920)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1997.

DEMARCHI, Ademir. *Falácias Americanas: do americanismo à unidade da América*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1997.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2000.

KUHLMANN Jr., M. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1996.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889) - Uma Província na fronteira do Império*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MENESES, Gerson Galo Ledezma. *Festa e forças profundas na comemoração do primeiro centenário da independência na América Latina (estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina)*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2000.

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. *O novo descobrimento dos sertões e minas de Cuiabá*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1996.

RAMON, Ieda Valquiria Magalhães. *A Amazônia e o Pacífico em Euclides da Cunha: no centro da história?* Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, 2005.

ROCHA, Francisco Heitor Leão da. *O Instituto do Arbitramento das Questões de Limites do Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1990.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. *O amor da pátria e o amor das letras*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2001.

ROSAS, Roberta Jenner. *Do paraíso ao grande hospital*. Brasília: Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado, 1996.

SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe. *A Política do Império do Brasil para as Repúblicas do Pacífico (Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia) 1822-1889*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1990.

XAVIER, Lidia de Oliveira. *Conflitos e intercâmbios: a construção política e social da fronteira entre o Brasil e a Bolívia, às margens do Guaporé e do Paraguai, de 1825 a 1867*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2000.

Artigos em sites

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Site: http://www.portal.historiaeeconomia.ufpr.br/textos_historia_economica/congressoabphe/Ana_ciapaulista.doc. Acesso: 12/07/2005.

HARDMAN, Francisco Foot. *Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides*. *Estud. av.* [online]. Jan./Apr. 1996, vol.10, nº 26, p.293-310. Available from World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100025&lng=en&nrm=iso>.ISSN 0103-4014. Acesso: 09/05/2006.

HÖRNER, Erik. *O fazer-se da historiografia brasileira – uma introdução*. Site: [www.conhecimentosgerais.com.br.Historiografia.rtf](http://www.conhecimentosgerais.com.br/Historiografia.rtf) – 24kb. Acesso: 07/05/2005.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX*. Site: www.revistaeletronicadehistoria.com.br. Acesso: 02/2/2006.

MATIAS, Francisco. *Ocupação humana e trajetória política de Rondônia*. Rondônia: Pioneiros, 1998. Site: www.estadoderondonia.com.br. Acesso: 29/08/2005.

NOGUEIRA, Simone Gibran. O Conceito de democracia para Tocqueville. **Revista Eletrônica de Ciências**. Número 24 - Fevereiro / Março de 2004. Site: www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_24/conceitodedemo. Acesso: 01/05/06.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A importância da rua 14 de Julho no desenvolvimento de Campo Grande*. UFMS, p. 1-11. In: www.matogrossodosul.historia.com.br. Acesso: 28/09/2005.

OLIVEIRA, Jussara Flores de. *Visconde de Taunay*. Site: vbookstore.uol.com.br/biografias/visconde_taubay.shtml. Acesso: 02/03/2006.

OLIVEN, Rubem George. *Cultura e modernidade no Brasil*. Site: www.portal.historiaeeconomia.ufpr.br/textos_historia_economicapaulista.doc. Acesso: 14/09/2005.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945)*. Site: www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/text/balkar.pdf. Acesso: 12/05/2006.

QUELHAS, Iza. *A infância do Visconde de Taunay no tempo do império - acaso os heróis são feitos para serem tímidos?* Site: www.filologia.org.br/soletras/1/01.htm. Acesso: 08/03/2006.

RODRIGUES, Maria Aparecida Granado. *Euclides da Cunha, os Sertões e suas outras obras*. Parte I. Casa de Cultura Euclides da Cunha. Site: www.scielo.br/scielo.php?script=s

ci_arttext&pid=S0103. Acesso: 10/03/2006.

ROSSATO, Elisiane Rubin. *A nacionalização e a regionalização na formação da identidade latino-americana*. Site: www.america.com.br. Acesso: 18/04/06.

SANTANA, José Carlos Barreto de. *Euclides da Cunha e a Escola Politécnica de São Paulo: a história de um desencontro ou um desencontro que não entrou na história*. Site: www.euclidesdacunha.com.br. Acesso: 10/05/06.

SÁVIO, Domingos. *A ocupação de terras por estrangeiros na fronteira oeste do Brasil nos primórdios da República: ocupar para desintegrar*. P. 1-21. Site: www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_57. Acesso : 07/07/2005.

Sem autor. *Corumbá e sua história*. Site: www.corumba.com.br. Acesso: 12/04/03.

Sem autor. *Visconde de Taunay*. Site: www.culturatura.com.br/autores/bra/visconde.htm. Acesso: 12/03/06.

Sem autor. *Visconde Alfredo d' Escragno Taunay - 1843 – 1899*. Site: www.bn.br/fbn/musica/cgtaunay.htm. Acesso: 21/03/2006.

Sem autor. *Da democracia na América*. Site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Da_democracia_na_America. Acesso: 01/05/06.

SENA, Nicodemos. *Amazônia: texto e contexto*. Site: www.kplus.com.br. Acesso: 08/05/06.

SILVA, Alessandro et al. *Visões do Positivismo no Brasil*. Site: www.conhecimento.sgerais.com.br. Acesso: 10.04.05.

SOUZA, Telma M. de. *História de Rondônia*. Site: www.estadoderondonia.com.br. Acesso: 28/08/2004.

VASCONCELLOS, Francisco de. *O Centenário da morte do Visconde de Taunay*. Site: www.ihp.org.br/does/fjrv19990119.html. Acesso: 01/02/2006.

VENTURA, Roberto. *Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha*. *Estud. av.* [online]. Jan./Apr. 1996, vol.10, no.26 [cited 01 May 2006], p.275-291. Available from World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100024&lng=en&nrm=iso>. ISSN0103-4014. Acesso: 25/04/06.